Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 1

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 2

2.3 - Outras informações relevantes 3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 4

3.2 - Medições não contábeis 5

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 6

3.4 - Política de destinação dos resultados 7

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 10

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 11

3.7 - Nível de endividamento 13

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento 14

3.9 - Outras informações relevantes 15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 16

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco 37

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 44

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 53

4.5 - Processos sigilosos relevantes 54

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 55

4.7 - Outras contingências relevantes 57

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 59

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado 60

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado 66
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado 70
5.4 - Outras informações relevantes 71

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 72
6.3 - Breve histórico 73
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas 75
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 84
6.7 - Outras informações relevantes 85

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas 88
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 92
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 94
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 99
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 100
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 107
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 108
7.8 - Relações de longo prazo relevantes 109
7.9 - Outras informações relevantes 111

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico 112
8.2 - Organograma do Grupo Econômico 116
8.3 - Operações de reestruturação 117
8.4 - Outras informações relevantes 118

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 119
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 121

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia 125

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 153

9.2 - Outras informações relevantes 157

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 158

10.2 - Resultado operacional e financeiro 184

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 191

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 193

10.5 - Políticas contábeis críticas 198

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor 224

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 225

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 226

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 227

10.10 - Plano de negócios 228

10.11 - Outros fatores com influência relevante 232

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 233

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 234

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 235

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 241

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76 243

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 244

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 245

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 246

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração 258

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 261

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 262

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 270

12.12 - Outras informações relevantes 271

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 272

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 276

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 279

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 282

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 292

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 293

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária 298

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 300

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções 301

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 304

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 306

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 307

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 308

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 310

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 311

13.16 - Outras informações relevantes 312

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 313

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 315

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 316

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 317

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária 318

15.3 - Distribuição de capital 328

15.4 - Organograma dos acionistas 329

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 330

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 343

15.7 - Outras informações relevantes 344

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 347

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 348

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 361

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 362

17.2 - Aumentos do capital social 363

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 364

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 365

17.5 - Outras informações relevantes 366

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 367

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 368

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 370

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 371

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos 372

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 374

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 375

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 376

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 377

18.10 - Outras informações relevantes 378

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 379

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 381

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social 382

19.4 - Outras informações relevantes 383

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 384

20.2 - Outras informações relevantes 385

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 386

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas 387

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 389

21.4 - Outras informações relevantes 390

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor 391

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 392

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 393

22.4 - Outras informações relevantes 394

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Octavio Cortes Pereira Lopes**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Eduardo Guardiano Leme Gotilla**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	27/08/2013
Descrição do serviço contratado	Auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras da MRSA para os exercícios a findarem-se de 31 de dezembro de 2012 a 2016, controladora e consolidado, de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, para as demonstrações financeiras da controladora, e de acordo com a estrutura de relatórios financeiros (IFRS) para as demonstrações financeiras consolidadas; Revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITR) não auditadas da MRSA para os trimestres a findarem-se em 31 de março, 30 de junho e 31 de dezembro dos exercícios de 2012 a 2016. Em atendimento à Instrução CVM 381/03, incisos I a IV do artigo 2º, a Magnesita declara ter efetuado pagamentos de outros serviços com seus Auditores Independentes que não relacionados com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia. Durante o exercício de 2013, firmas da rede Ernst & Young Terco no Brasil e exterior foram contratadas para serviços adicionais de assessoria a expatriados e revisões fiscais de créditos tributários e os honorários foram equivalentes a R$ 2.185. Estes serviços foram contratados anteriormente à seleção dos auditores externos. A responsabilidade pelas definições inerentes aos procedimentos executados e sua aplicação são prerrogativas da Administração, assim, é entendimento tanto da Companhia quanto de seus auditores externos que tais serviços não afetam a independência profissional e não houve perda de objetividade ou conflito de interesses.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$420.000,00/ano pelo serviço de auditoria independente. Pelos serviços adicionais de assessoria a expatriados e revisões fiscais de créditos tributários e os honorários foram pagos equivalentes a R$ 2.185.000,00
Justificativa da substituição	Decurso do prazo de 5 anos, conforme artigo 31 da Instrução CVM nº 308/99
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Rogério Xavier Magalhães	27/08/2013	028.398.986-67	Rua Antônio de Albuquerque, 156, 11 º andar, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30112-010, Telefone (11) 32322100, e-mail: rogerio.magalhaes@br.ey.com

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não há outras informações relevantes.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio Líquido	3.023.926.000,00	2.810.859.000,00	2.653.161.000,00
Ativo Total	6.473.933.000,00	5.664.540.000,00	5.334.169.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.655.962.000,00	2.454.500.000,00	2.318.903.000,00
Resultado Bruto	863.945.000,00	761.053.000,00	730.090.000,00
Resultado Líquido	58.469.000,00	64.457.000,00	98.550.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	288.904.634	291.824.434	291.981.934
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	10,400000	9,630000	9,090000
Resultado Líquido por Ação	0,200000	0,220000	0,340000

3.2 - Medições não contábeis

3.2 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

O quadro abaixo foi composto com base nas informações financeiras consolidadas.

R$ mil	**2013**	**2012**	**2011**
Lucro (prejuízo) do período	58.469	64.457	98.550
(+) (Receitas) despesas financeiras, líquidas	197.286	110.061	121.412
(+) Imposto de renda e Contribuição social	56.775	69.491	71.463
(=) Resultado Operacional - Ebit	**312.530**	**244.009**	**291.425**
(+) Depreciação/Amortização	126.146	110.663	135.978
(=) Ebitda	**438.676**	**354.672**	**427.403**

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza como medida não contábil o EBITDA, o qual, de acordo com o Ofício Circular CVM n.º 1/2005, compreende os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização e das participações de acionistas minoritários e despesas não operacionais, líquidas. EBITDA não é uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Magnesita Refratários S.A. pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras sociedades.

O EBITDA é importante para a Companhia uma vez que é um dos principais indicadores para a medição do desempenho operacional das regiões geográficas da Magnesita Refratários S.A., bem como para a definição da remuneração variável dos administradores e empregados. Além disso, é um indicador importante para comparação entre as empresas produtoras de refratários no mundo.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 Eventos subsequentes às DF's:

Foi deliberada a distribuição de parte dos resultados obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os proventos serão distribuídos na forma de dividendos e serão pagos aos acionistas nas proporções de suas participações no capital social da Companhia, no montante total de R$ 13.166.764,64 (treze milhões, cento e sessenta e seis mil, setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos). O valor líquido por ação a ser pago será de R$ 0,046010927. Os dividendos serão pagos em 1º de julho de 2014, tomando como base a posição acionária de 25 de abril de 2014, após o encerramento do pregão. As ações da Companhia serão negociadas na condição "com dividendos" até o dia 25 de abril de 2014, inclusive, e na condição "ex dividendos" a partir do dia 28 de abril de 2014.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

	2013	2012	2011
a. Regras sob retenção de lucros	De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido ajustado anual deve se destinar à constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. Adicionalmente, uma parcela do lucro líquido ajustado, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, por proposta dos órgãos da administração, conforme o art. 195 da Lei nº 6.404/76 A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404/76, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado. A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei nº 6.404/76, que terá por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Companhia com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% do capital social, observado que o saldo desta	De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido ajustado anual deve se destinar à constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. Adicionalmente, uma parcela do lucro líquido ajustado, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, por proposta dos órgãos da administração, conforme o art. 195 da Lei nº 6.404/76 A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404/76, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado. A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei nº 6.404/76, que terá por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Companhia com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá	De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido ajustado anual deve se destinar à constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. Adicionalmente, uma parcela do lucro líquido ajustado, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, por proposta dos órgãos da administração, conforme o art. 195 da Lei nº 6.404/76 A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404/76, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado. A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei nº 6.404/76, que terá por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Companhia com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá

3.4 - Política de destinação dos resultados

	reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a assembléia geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A assembléia geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, conforme o §1º do art. 152 da Lei nº 6.404/76; e a Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes, desde que previamente autorizada pela assembléia geral.	ultrapassar 100% do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a assembléia geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A assembléia geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, conforme o §1º do art. 152 da Lei nº 6.404/76; e a Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes, desde que previamente autorizada pela assembléia geral.	ultrapassar 100% do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a assembléia geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A assembléia geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, conforme o §1º do art. 152 da Lei nº 6.404/76; e a Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes, desde que previamente autorizada pela assembléia geral.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado a ser distribuído na forma de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as demais disposições do estatuto social e da legislação aplicável.	O estatuto social da Companhia prevê o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado a ser distribuído na forma de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as demais disposições do estatuto social e da legislação aplicável.	O estatuto social da Companhia prevê o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado a ser distribuído na forma de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as demais disposições do estatuto social e da legislação aplicável.
c. Periodicidade da distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia permite que a Companhia levante balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribua dividendos intermediários com base nos resultados apurados à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros. Entretanto, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em	O estatuto social da Companhia permite que a Companhia levante balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribua dividendos intermediários com base nos resultados apurados à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros. Entretanto, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em	O estatuto social da Companhia permite que a Companhia levante balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribua dividendos intermediários com base nos resultados apurados à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros. Entretanto, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em

3.4 - Política de destinação dos resultados

	balanços semestrais ou em períodos menores.	períodos menores.	períodos menores.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Após a emissão dos *bonds 2020* em 25 de março de 2010 e do Bond Perpétuo em 05 de abril de 2012 , conforme descrito no item 4.1 (descrição dos fatores de risco), a Companhia passou a ter *covenants* afirmativos e negativos que restringem a sua capacidade e de suas subsidiárias de tomar determinadas medidas, dentre elas a de pagar dividendos ou fazer outras distribuições.	Após a emissão dos *bonds* em 25 de março de 2010, conforme descrito no item 4.1 (descrição dos fatores de risco), a Companhia passou a ter *covenants* afirmativos e negativos que restringem a sua capacidade e de suas subsidiárias de tomar determinadas medidas, dentre elas a de pagar dividendos ou fazer outras distribuições.	Após a emissão dos *bonds* em 25 de março de 2010, conforme descrito no item 4.1 (descrição dos fatores de risco), a Companhia passou a ter *covenants* afirmativos e negativos que restringem a sua capacidade e de suas subsidiárias de tomar determinadas medidas, dentre elas a de pagar dividendos ou fazer outras distribuições.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011
Lucro líquido ajustado	55.439.009,02	67.192.000,00	37.658.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,435420	0,600000	0,350000
Dividendo distribuído total	13.166.764,64	16.797.835,94	9.414.395,98
Lucro líquido retido	39.500.293,93	50.394.164,06	28.243.187,93
Data da aprovação da retenção	25/04/2014	19/04/2013	26/04/2012

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	13.166.764,64	01/07/2014	16.797.835,94	18/06/2013	9.414.395,98	08/05/2012

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Informar se nos 3 últimos exercícios sociais foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores:

Para o exercício social encerrado em 31/12/2011, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas, conforme descrito abaixo:

	31/12/2011
Lucro líquido do exercício - Controladora	97.911
Ajuste de avaliação atuarial	9.503
Prejuízos acumulados até 2010	(67.774)
	39.640
Constituição de reserva legal	1.982
	37.658
Dividendos obrigatórios (25%)	9.415
Dividendos obrigatórios por ação	0,03
Constituição de reserva de reinvestimentos	28.243

Para o exercício social encerrado em 31/12/2012, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas, conforme descrito abaixo:

	31/12/2012
Lucro líquido do exercício - Controladora	70.728
Ajuste de avaliação atuarial	-
Prejuízos acumulados até 2010	-
	70.728
Constituição de reserva legal	3.536
	67.192
Dividendos obrigatórios (25%)	16.798
Dividendos obrigatórios por ação	0,06
Constituição de reserva de reinvestimentos	50.394

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Para o exercício social encerrado em 31/12/2012, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas, conforme descrito abaixo:

	31/12/2013
Lucro líquido do exercício - Controladora	55.439
Ajuste de avaliação atuarial	-
Prejuízos acumulados até 2010	-
	55.439
Constituição de reserva legal	2.772
	52.667
Dividendos obrigatórios (25%)	13.167
Dividendos obrigatórios por ação	0,046010927
Constituição de reserva de reinvestimentos	39.500

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	1.453.000,00	Índice de Endividamento	3,30000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2013)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Garantia Flutuante	15.651.477,00	267.893.201,00	485.687.014,00	1.644.501.410,00	2.413.733.102,00
Total	15.651.477,00	267.893.201,00	485.687.014,00	1.644.501.410,00	2.413.733.102,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 20 de dezembro de 2013, o grupo fez sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, de espécie quirográfica. Foram emitidas 40.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$10.000,00 cada, totalizando R$400.000.000,00. Estas debêntures possuem as seguintes características:

- Prazo de 60 meses a contar da data de emissão;
- Juros anuais: 112% das taxas médias diárias do DI

Os recursos captados por meio da Emissão serão destinados integralmente à gestão ordinária dos negócios da Emissora, notadamente para o financiamento de seu capital de giro e para o refinanciamento de dívidas da Companhia.

Em 05 de abril de 2012, o grupo emitiu US$250 milhões em títulos de dívida denominados em dólares norte-americanos por meio de sua subsidiária integral Magnesita Finance Ltd. Tais títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Magnesita Finance. e são total e incondicionalmente garantidos pela Controladora e outras subsidiárias sediadas no Brasil e no exterior. Estes títulos de dívida possuem as seguintes características:

- Prazo perpétuo;
- Juros anuais: 8,625%

Os recursos obtidos com a emissão destes títulos de dívida serão utilizados para amortizar as notas de crédito de exportação do Banco Itaú BBA S.A.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1.Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

Nós temos montantes significativos de dívidas, e podemos não ser capazes de garantir refinanciamento em termos favoráveis ou mesmo qualquer refinanciamento de acordo com os seus vencimentos. Além disso, apesar do montante significativo de nossa dívida, ainda assim podemos ser capazes de contrair substancialmente mais dívidas, o que poderia agravar ainda mais os riscos associados à nossa substancial alavancagem.

Atualmente, temos um montante substancial de endividamento. Em 31 de dezembro de 2013, tínhamos, direta ou indiretamente, R$ 1.453,0 milhões de dívida líquida total (entende-se por dívida líquida como o saldo de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo mais as emissões de títulos de dívida menos caixa e equivalentes de caixa). Não são considerados nesse conceito os ajustes a valor justo dos contratos de hedge. De nossa dívida total consolidada com base em 31 de dezembro de 2013, R$ 88,1milhões constituíam dívida de curto prazo (empréstimos e financiamentos de curto prazo classificados no passivo circulante, cujo prazo de vencimento seja inferior a 12 meses da data do balanço, incluindo a parte circulante das dívidas de longo prazo) e R$ 2.325,6 milhões de dívida de longo prazo (empréstimos e financiamentos de longo prazo classificados no passivo não circulante, cujos prazos de vencimento sejam superiores a 12 meses contados da data do balanço, incluindo a emissão de títulos de dívida captados no mercado), dos quais R$ 1.516,87 milhões compreendem a emissão de títulos de dívida.

Além disso, nós e nossas subsidiárias podemos ser capazes de incorrer em dívidas substanciais adicionais, incluindo dívidas garantidas, no futuro. Se novas dívidas ou responsabilidades forem adicionadas ao nosso nível atual de endividamento os riscos que enfrentamos atualmente poderiam aumentar.

Para maiores informações sobre nosso endividamento, favor consultar os itens 3.7 e 10.1, subitem "f" deste Formulário de Referência.

Impactos na liquidez podem afetar nossas possibilidades de Financiamento

Historicamente, tratamos nossas necessidades de liquidez (incluindo os fundos necessários para efetuar pagamentos programados de principal e juros, refinanciar dívidas e custear capital de giro e despesas de capital previstas) com fluxo de caixa operacional, empréstimos com linhas de crédito, recursos de dívida e ofertas de ações e recursos provenientes da venda de ativos. Os mercados de crédito globais têm passado recentemente por uma significativa volatilidade de preços, deslocamentos e quebra de liquidez, fazendo com que os *spreads* no mercado e o refinanciamento de dívidas ampliassem consideravelmente. Essas circunstâncias provocaram um impacto significativo na liquidez dos mercados financeiros, tornando as condições para financiamento substancialmente menos atraentes e, em vários casos, resultaram na indisponibilidade de certos tipos de financiamento. Esta volatilidade e falta de liquidez afetaram negativamente uma ampla gama de títulos de renda fixa. Como resultado, o mercado de títulos de renda fixa experimentou uma redução de liquidez, aumento da volatilidade dos preços, eventos de retração do crédito e maior inadimplência. Esses fatores e as contínuas perturbações do mercado tiveram, e podem continuar a ter, um efeito adverso sobre nós, incluindo nossa capacidade de refinanciar dívidas. Além disso, a contínua incerteza nos mercados de capital e de crédito pode impactar negativamente nossa capacidade de acesso a financiamento adicional de curto e longo prazos, o que afetaria

4.1 - Descrição dos fatores de risco

negativamente nossa liquidez e situação financeira.

Nossos acordos de financiamento incluem covenants importantes, incluindo covenants para manter índices financeiros, o que pode restringir nossa flexibilidade financeira e operacional. Qualquer inadimplência decorrente da violação desses covenants poderia ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Nossos principais contratos financeiros contém *covenants* afirmativos e negativos que restringem nossa capacidade e a de nossas subsidiárias de tomar determinadas medidas. Tais contratos limitam nossa capacidade e a de nossas subsidiárias de:

- incorrer em dívida adicional;
- pagar dividendos ou fazer outras distribuições;
- realizar determinados investimentos;
- criar gravames;
- celebrar determinados tipos de transação com afiliadas;
- vender determinados ativos ou fundir-se com outras empresas ou por elas ser incorporada; e
- declarar dividendos.

Em diversos contratos financeiros, somos obrigados a observar determinadas obrigações e quocientes financeiros, dentre os quais se inclui:

- manutenção de um quociente máximo entre endividamento líquido consolidado e LAJIDA (lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização e das participações de acionistas minoritários, participações dos administradores e despesas não operacionais, líquidas); e
- manutenção de quociente mínimo entre LAJIDA e despesa financeira líquida consolidada.

Uma inadimplência nos nossos contratos de financiamento que não seja remediada na forma do contrato pode resultar em uma decisão, por parte desses credores, no sentido de antecipar o vencimento do saldo da dívida em questão. Isso também pode antecipar o vencimento de outras dívidas em razão da previsão de *cross-default* em outros contratos de financiamento.

Além disso, os *covenants* podem limitar a nossa capacidade de operar os nossos negócios, podendo impossibilitar ou limitar a nossa capacidade de melhorar as operações ou aproveitar oportunidades de negócio que possam surgir.

Nossos ativos e fluxo de caixa podem ser insuficientes para pagar o saldo total em aberto nos termos de nossos contratos de financiamento, quer em suas respectivas datas de vencimento, quer em uma eventual antecipação de pagamentos em caso de inadimplência. Se tais eventos ocorrerem, nossa situação financeira será prejudicada.

Para maiores informações sobre nosso endividamento, favor consultar o itens 3.7 e 10.1, subitem "f" deste Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de materializar os benefícios esperados de nossas aquisições passadas ou futuras, algumas das quais podem ter um impacto significativo sobre nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

No passado fizemos, e poderemos fazer no futuro, aquisições significativas que envolveram riscos,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

tais como:

- o fracasso dos negócios adquiridos em alcançar os resultados esperados;
- a possível incapacidade para manter ou contratar pessoas-chave nas empresas adquiridas;
- a possível incapacidade de alcançar sinergias e/ou economias de escala esperadas; e
- passivos imprevistos.

Nossa capacidade de materializar os benefícios esperados das aquisições depende, em grande parte, da nossa capacidade de integrar as operações adquiridas às nossas operações existentes em pouco tempo e de forma eficaz. Esses esforços podem não ser bem sucedidos.

Se nós não tivermos sucesso em materializar os benefícios esperados de aquisições passadas ou futuras, ou se integrar as operações adquiridas com as operações existentes nos levar a incorrer em custos inesperados, nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser afetados adversamente. Para maiores informações sobre nossas aquisições, favor consultar os itens 6.5 e 10.1 deste Formulário de Referência.

A volatilidade do real e outras moedas em relação ao dólar dos EUA e ao euro poderá afetar adversamente nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais.

Somos afetados por flutuações do real e de outras moedas em relação ao dólar dos EUA e ao euro. Uma parcela significativa de nossa receita líquida é denominada em dólares e euros sendo uma parte substancial de nossa dívida denominada na moeda norte-americana. Alterações nas taxas de câmbio podem resultar em perdas ou ganhos em nossa dívida líquida em dólar e contas a pagar. Além disso, a volatilidade dos preços do real (e de algumas outras moedas) frente ao dólar e ao euro afeta nossos resultados, uma vez que a maioria dos nossos custos em relação aos produtos vendidos é denominado em reais, enquanto uma parcela significativa de nossas receitas está denominada em dólares ou em euros. Flutuações de moeda corrente deverão continuar a afetar nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

De acordo com o Banco Central do Brasil, o real se desvalorizou 11,0% frente ao dólar em 2011 comparado a 2010; se desvalorizou 9,1% em 2012 comparado a 2011; e se desvalorizou 13,2% se compararmos o fechamento de 2012 com 2013.

Em 2011, o real se desvalorizou 8,0% face ao euro comparado a 2010; 10,8% em 2012 comparado a 2011 e; se desvalorizou 16,6% em 2013 comparado a 2012.

O Banco Central interveio ocasionalmente para controlar movimentos instáveis nas taxas de câmbio. Não podemos prever se o Banco Central vai continuar a permitir a livre flutuação do real. Assim, não é possível prever o impacto que a política cambial do governo brasileiro terá sobre nós. Não podemos garantir que o governo brasileiro, no futuro, não venha a impor uma banda na qual as taxas de câmbio real/dólar ou real/euro possam flutuar ou instituir taxas de câmbio fixas, tampouco podemos prever o impacto que um evento como esse poderia ter sobre nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Uma volatilidade significativa nos preços da moeda também pode resultar em inquietação dos mercados de câmbio de determinados países, além de poder limitar nossa capacidade de transferir ou converter tais moedas em dólares ou euros e outras moedas, no intuito de efetuar o pagamento tempestivo de juros e do principal de nossa dívida. Os governos de determinados países para os quais exportamos podem instituir políticas cambais restritivas no futuro. Para maiores informações

4.1 - Descrição dos fatores de risco

sobre nossa situação financeira e resultados operacionais, favor consultar o item 10.2 deste Formulário de Referência.

Nossos negócios podem ser afetados adversamente por riscos relacionados a atividades de hedge.

Nós temos como política efetuar operações pontuais com instrumentos de derivativos com o objetivo de mitigar ou eliminar riscos de descasamento de moeda à nossas operações. No entanto, não fazemos uso regular de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial, uma vez que os riscos aos quais estamos expostos nos nossos ativo e passivo, estão relacionados ao curso normal de seus negócios.

Estamos expostos a possíveis mudanças no valor dos nossos instrumentos derivativos principalmente devido a flutuações nas taxas de câmbio e taxas de juros. Estas flutuações podem resultar de mudanças nas condições econômicas, no sentimento dos investidores, e de políticas monetárias e fiscais, da liquidez dos mercados globais, de eventos políticos internacionais e regionais e de atos de guerra ou terrorismo.

Além disso, pelo fato de contabilizarmos nossos instrumentos de derivativos pelo método de marcação a mercado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o valor de marcação a mercado de tais instrumentos pode aumentar ou diminuir, antes da data de sua liquidação e, por conseguinte, podemos incorrer em perdas não realizadas devido a fatores além do nosso controle, incluindo alguns dos fatores descritos acima que podem afetar adversamente nossa posição financeira. Para maiores informações sobre nossa atividade de hedge, favor consultar os itens 5.2 e 10.2 “c” deste Formulário de Referência.

Resultados desfavoráveis em litígios pendentes podem afetar negativamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos envolvidos em diversos processos judiciais decorrentes de nossas atividades normais, incluindo ações de natureza cível, tributária, trabalhista e criminais, além de procedimentos administrativos e ambientais. Figuramos como parte em vários processos judiciais e administrativos relativos a questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Um resultado desfavorável em qualquer dessas ações poderia afetar adversamente nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais. Para maiores informações acerca de litígios em que estamos envolvidos, favor consultar os itens 4.3 e 4.6 deste Formulário de Referência.

Se não formos capazes de proteger nossa propriedade intelectual, nossa posição competitiva pode sofrer.

Proteger nossa propriedade intelectual é fundamental para o nosso negócio. Como a maioria dos participantes da indústria de refratários, nós, no passado, nos baseávamos, sobretudo, na proteção de direitos autorais e segredos de negócio para nossas informações confidenciais. Entretanto, não se pode garantir que segredos de negócios e outras informações confidenciais não sejam divulgados, ou que outros não desenvolverão, de forma independente, informações técnicas substancialmente equivalentes ou superiores ou, de outra forma, tenham acesso aos nossos segredos de negócio e outras informações e os divulguem. Mesmo que nossa tecnologia possa ser específica para o uso de determinadas matérias-primas ou equipamentos que podem não estar prontamente disponíveis para concorrentes, não é possível garantir que sejamos capazes de proteger nossos direitos autorais, segredos de negócio ou outras informações confidenciais com eficácia. Se não pudermos obter, manter ou fazer valer os direitos de propriedade intelectual e a confidencialidade de nossos segredos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

e outras informações, nossos concorrentes podem ser capazes de oferecer produtos similares aos nossos, ameaçando nossa posição competitiva e prejudicando nossos resultados.

Além da proteção dos direitos autorais e segredos de negócio, dependemos de patentes próprias e licenciadas por terceiros relacionadas às composições de produtos minerais ou processos de produção, muito embora nossas patentes estejam em geral restritas a determinados equipamentos específicos e formas especiais de refratários. O direito de patentes relacionado ao âmbito das reivindicações nas áreas em que atuamos ainda está evoluindo e a extensão da proteção futura é altamente incerta, de modo que não podemos garantir que esses direitos, que ora detemos ou venhamos a deter, sejam valiosos. Futuramente, outras pessoas podem depositar pedidos de patente idênticos ou semelhantes aos nossos ou de nossos licenciadores. Para determinar a prioridade das invenções nesses casos, teremos de participar de processos que podem resultar em custos substanciais em honorários e afetar significativamente o âmbito da nossa proteção de patente. Não podemos assegurar que desses pedidos de patentes, nenhum terá prioridade sobre os nossos pedidos. Além disso, nossa propriedade intelectual pode ser objeto de importantes processos administrativos e judiciais, tais como questionamentos contra nossas patentes em diferentes jurisdições. Nós poderemos ou não optar por buscar uma ação judicial contra aqueles que tenham infringido nossas patentes, devido ao compromisso associado de custos e tempo de acompanhamento destas ações. Caso não consigamos proteger ou fazer valer nossos direitos de propriedade intelectual com êxito, nossa posição competitiva pode sofrer, prejudicando nossos resultados operacionais. Ações judiciais para fazer valer nossos direitos de patente podem ser custosas e desviar um tempo de administração significativo. Além disso, essas ações judiciais poderiam ser perdidas e também resultar na anulação de nossas patentes ou na conclusão de que não podemos utilizar tais produtos ou processos patenteados. Para maiores informações sobre nossos direitos de propriedade intelectual, favor consultar o item 9.1 deste Formulário de Referência.

Podemos estar sujeitos a ações trabalhistas que podem nos afetar adversamente.

A maioria dos nossos empregados é representada por sindicatos ou outras organizações similares e coberta por convenções coletivas ou acordos semelhantes, sujeitos a renegociação periódica. No passado, passamos por breves diminuições do trabalho. Além disso, podemos não concluir com êxito nossas negociações trabalhistas em termos satisfatórios, o que pode resultar em um aumento significativo do custo de mão-de-obra, paralisações ou distúrbios trabalhistas que interrompam nossas operações. Qualquer aumento de custo, tais como paralisações ou distúrbios, pode nos afetar de maneira significativa. Para maiores informações sobre os processos trabalhistas em que estamos envolvidos, bem como nossa exposição frente a tais contingências, favor consultar os itens 4.6, 10.5 e 14.1 deste Formulário de Referência.

Podemos ser afetados adversamente por aumento no custo de eletricidade e combustível e por interrupções no fornecimento de energia.

Várias etapas do nosso processo de produção (em especial a produção de grãos eletrofundidos) requerem quantidades substanciais de energia elétrica. Energia elétrica representa entre 3,5% e 4% do custo total. Um aumento no custo da eletricidade poderia, portanto, afetar nossos resultados operacionais. Os preços da eletricidade podem ser sujeitos a alterações devido, entre outras causas, a novas leis ou regulamentos, imposição de novos impostos ou tarifas ou alterações dos impostos ou tarifas existentes, interrupções na produção por parte dos fornecedores, níveis de preços globais e condições de mercado.

Nossas operações dependem em grande parte de fontes de combustível, em especial petróleo e gás.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os custos com combustíveis representaram aproximadamente 13% dos nossos custos totais de produção em 2012 e são um componente importante de nossas operações, especialmente das nossas usinas de sinterização em Brumado e nossos geradores elétricos em Contagem e Brumado. Os custos de combustível também afetam indiretamente outras áreas do nosso negócio, como nossa logística e operações de mineração. Não só o fornecimento, como também o preço dos combustíveis, é impossível de prever, tendo em vista o preço recorde dos combustíveis entre 2005 e 2007, aumentando em 2008 para um novo patamar recorde. Se não formos capazes de repassar aos nossos clientes o aumento do preço dos combustíveis, o nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados. Para maiores informações sobre os efeitos das flutuações nos preços de combustíveis, favor consultar o item 10.2 "c" deste Formulário de Referência.

Flutuações nos custos de transporte podem prejudicar nossa capacidade de fornecimento de produtos aos nossos clientes.

Os custos de transporte representam uma parcela significativa de nossos custos no que diz respeito à exportação de nossos produtos; uma parte dos quais é repassada aos nossos clientes. Nossos custos de transporte são, portanto, um fator de suma importância nas decisões de compra dos clientes. Aumentos nos custos de transporte podem fazer com que os refratários que produzimos sejam menos competitivos do que os produzidos por nossos concorrentes, cujas instalações são geograficamente mais próximas aos consumidores, bem como fazer com que os minerais industriais vendidos por nós sejam menos competitivos do que os vendidos por fornecedores localizados geograficamente mais próximos dos consumidores.

No entanto, reduções significativas dos custos de transporte podem resultar em aumento da concorrência, no Brasil, entre os produtores de refratários e empresas de mineração de outras partes do mundo. Esse aumento na concorrência nacional poderia ter um efeito adverso significativo em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais. Estamos particularmente sensíveis aos aumentos dos custos, já que não temos acordos de longo prazo com terceiros prestadores de serviços de logística. Para maiores informações sobre nossa estrutura de transporte, favor consultar o item 7.3 "b" deste Formulário de Referência.

A interrupção de serviços de transporte e logística pode limitar nossa capacidade de entregar nossos produtos aos nossos clientes.

Dependemos, sobretudo, de ferrovias, caminhões e navios para entregar nossos produtos. A interrupção de qualquer desses serviços devido a problemas meteorológicos, dificuldades mecânicas, desastres naturais, colisões, greves (tanto pelos nossos próprios empregados quanto pelos empregados das empresas com as quais fazemos negócios, tais como o porto ou os armadores), bloqueios, gargalos ou outros eventos podem, ao menos temporariamente, prejudicar a nossa capacidade de fornecer nossos produtos, resultando em menos remessas. Algumas das minas que exploramos dependem de uma única transportadora ou de uma única forma de transporte, em relação à qual não contamos com acordos de longo prazo, apenas ordens de serviço por tempo limitado. Portanto, uma greve local com relação a uma dessas formas de transporte ou a não renovação de uma ordem de serviço pode nos impedir de transportar materiais para as nossas instalações de produção ou aos nossos clientes. Falhas mecânicas, eventos naturais, como raios ou inundações, ou atos de vandalismo ou sabotagem podem fazer com que determinados tipos de transporte se tornem inoperantes, interrompendo ou impedindo, assim, o transporte. Estes e outros eventos poderiam prejudicar nossa capacidade, ou a dos nossos transportadores, fornecer produtos, o que impactaria negativamente a nossa receita. Níveis mais baixos de remessa por longos períodos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

pode levar nossos clientes a suprir suas necessidades por meio de outros fornecedores, o que afetaria negativamente os nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais. Para maiores informações sobre nossa estrutura de transporte e logística, favor consultar o item 7.3 "b" deste Formulário de Referência.

A produção de refratários está sujeita a riscos, como acidentes que podem afetar nossas operações e nos levar a incorrer em passivos significativos, custos elevados de reparo e/ou perda de receita líquida.

Nossas operações estão sujeitas a riscos, como incêndios, explosões, falhas mecânicas, faltas de energia, vazamentos descontrolados ou liberação de substâncias perigosas, bem como outros acidentes relacionados com a mineração e fabricação de materiais refratários. Esses riscos podem resultar em lesões e na perda de vidas, danos significativos ao ativo fixo e a equipamentos, ou a destruição dos mesmos, além de contaminação ambiental. Não podemos eliminar totalmente os riscos inerentes aos processos de mineração e produção. Além disso, as apólices de seguros que mantemos podem não ser suficientemente amplas para cobrir todos os perigos ou riscos que estamos sujeitos ou fornecer cobertura para todas as nossas perdas. Um acidente significativo em uma de nossas minas ou fábricas pode nos forçar a suspender temporariamente uma parte de nossas operações ou todas elas, podendo ainda resultar em custos de reparação consideráveis ou reclamações de perdas e danos, além de perda da nossa receita líquida que podem não ser cobertos por nossas apólices de seguros. Adicionalmente, caso tenhamos de suspender qualquer uma de nossas operações temporariamente, nossos concorrentes teriam a oportunidade de fornecer aos nossos clientes produtos e serviços que, de outra forma, nós forneceríamos. Para maiores informações sobre as características dos processos de produção, favor consultar o item 7.3 "a" deste Formulário de Referência.

Nossos recursos minerais podem não ser convertidos em reservas viáveis.

A produção de muitos dos nossos produtos depende da nossa capacidade de extrair quantidades suficientes de minerais de alta qualidade das minas que exploramos. Embora nos dediquemos a extensas pesquisas geológicas para estimar a quantidade e qualidade de nossas reservas minerais, podemos não ser capazes de converter nossos recursos e depósitos em reservas efetivamente viáveis.

Há muitas incertezas inerentes à estimativa de quantidade e qualidade de reservas, incluindo vários fatores que escapam ao nosso controle, como licenciamento ambiental e preço de minério. A engenharia de recursos é um processo subjetivo utilizado na estimativa de depósitos subterrâneos de minerais que não podem ser medidos com precisão, e a precisão de qualquer estimativa de recursos é o resultado da qualidade dos dados disponíveis e da interpretação de engenharia geológica. A precisão dessas estimativas poderia ser ainda mais importante se procurarmos vender algumas das nossas reservas, já que isto reduziria a vida útil dos depósitos minerais que se encontram disponíveis.

As estimativas de diferentes engenheiros podem mudar e, consequentemente, os resultados de nossas atividades de mineração e produção após a data de uma estimativa podem requerer uma revisão e poderão não se converter em reservas. As estimativas de quantidade e qualidade dos recursos e da vida útil das minas serão revistas com base na experiência produtiva atual e de outros fatores, e as estimativas anteriores não podem ser convertidas em recursos e reservas. Por exemplo, as flutuações no preço de mercado de minerais industriais, taxas de recuperação reduzidas, custos de produção mais elevados decorrentes da inflação e de outros fatores podem resultar em recursos e reservas que já não são economicamente viáveis de explorar e em recursos materialmente menos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

significativos e de qualidade inferior aos indicados anteriormente. Se não formos capazes de desenvolver, renovar ou substituir esses recursos, nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Nossa Companhia está sujeita a controle difuso, o que poderá nos tornar suscetíveis à realização de alianças entre acionistas, a conflitos entre acionistas e a outros eventos semelhantes.

Nossa Companhia está sujeita a controle difuso. O mercado de capitais brasileiro possui experiência limitada com companhias abertas com controle difuso. Consequentemente, poderão ser firmados alianças ou acordos entre os atuais e novos acionistas, os quais possivelmente teriam o mesmo efeito de se ter um novo grupo controlador. Caso venha a surgir um acionista controlador individual ou novo grupo controlador, poderemos sofrer alterações súbitas e inesperadas em nossas políticas e estratégias corporativas, inclusive a substituição de nossos administradores e conselheiros. Além disso, poderemos nos tornar sujeitos a tentativas não solicitadas de aquisição de controle e aos conflitos decorrentes dessa situação. Além disso, nossos acionistas poderão alterar ou excluir essas mesmas disposições de nosso Estatuto Social e, por conseguinte, não cumprir a obrigação de realizar uma oferta pública de aquisição de ações, tal como atualmente exige nosso estatuto social. A existência de controle difuso poderá fazer com que certos procedimentos de tomada de decisão sejam lentos ou ineficazes, uma vez que haverá a possibilidade de que o quórum mínimo exigido por lei para certas deliberações não seja atingido. Qualquer alteração súbita ou inesperada à nossa administração, política societária ou orientação estratégica ou, ainda, qualquer tentativa de aquisição de controle ou controvérsia entre os acionistas no que tange aos seus respectivos direitos poderá prejudicar nosso negócio, nossa situação financeira ou os resultados de nossas operações.

Os interesses de nossos acionistas majoritários podem ser conflitantes com os dos demais acionistas.

Nossos acionistas majoritários: (i) Rearden L Holdings 3 S.À.R.L (um veículo de investimento do Grupo Rhône), (ii) Alumina Holdings LLC (“Alumina”, um veículo de investimento controlado por GP Capital Partners III, L.P. e GP Capital Partners IV, L.P., fundos de private equity administrados por subsidiárias integrais da GP Investiments, Ltd.), (iii) GPCP4 – Fundo de Investimentos em Participações e (iv) Mag Fundo de Investimentos em Participações (“MAG-FIP”), os quais detinham, em conjunto, 41,4% de nossas ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013.

Nossos acionistas majoritários têm a prerrogativa de eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e, assim, controlar nossas políticas e operações, incluindo a nomeação de administradores, futuras emissões de ações ordinárias ou outros títulos, pagamento de dividendos, se houver, sobre o nosso capital, constituição de dívida, reformas do nosso Estatuto Social e a celebração de operações extraordinárias, e os seus interesses podem não estar sempre alinhados com os interesses dos investidores. Além disso, nossos acionistas majoritários podem ter interesse em aquisições, desinventimentos e outras operações que, na opinião dos mesmos, poderiam aumentar seus investimentos, mesmo que tais operações possam envolver riscos para os investidores. Por exemplo, os acionistas majoritários podem fazer com que efetuemos aquisições que aumentem o nosso endividamento ou vendamos ativos geradores de receitas. Além disso, enquanto nossos acionistas majoritários continuam a deter indiretamente uma quantidade significativa de nossas ações ordinárias e poder de voto, mesmo que tal montante seja inferior a 50%, eles continuarão a ser fortemente capazes de influenciar ou controlar efetivamente nossas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

decisões.

Adicionalmente, cada um de nossos acionistas majoritários está no ramo de investimento em empresas e pode, de tempos em tempos, adquirir e deter participações em empresas que sejam nossos concorrentes diretos ou indiretos. Eles também podem buscar oportunidades de aquisição que possam ser complementares ao nosso negócio e, por conseguinte, essas oportunidades de aquisição podem não estar disponíveis para nós. Para maiores informações sobre os nossos acionistas majoritários, favor consultar os itens 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência.

c. a seus acionistas

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Nosso estatuto permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de (i) balanço patrimonial, ou (ii) lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. A Companhia poderá ainda pagar juros sobre capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social se nossos administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante de nossa situação financeira.

Os ajustes contábeis introduzidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") afetarão o lucro líquido ajustado para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2010, o qual será tomado por base para determinação do dividendo mínimo obrigatório de 25%. A distribuição de dividendos depende da existência de reservas distribuíveis suficientes no patrimônio líquido, sendo que a apuração de tais reservas pode também ser afetada pela adoção das novas práticas contábeis. Além do que, após a emissão do *bond 2020* em 25 de março de 2010 e o *bond* perpétuo em 30 de março de 2012, e das debêntures em 20 de dezembro de 2013, nós passamos a ter *covenants* que poderão restringir a nossa capacidade e de nossas subsidiárias de pagar dividendos ou fazer outras distribuições.

Para maiores informações sobre nossa política de destinação de resultados e sobre os bonds emitidos, favor consultar o item 3.4 e 18.10 deste Formulário de Referência, respectivamente.

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderá limitar a capacidade de venda de nossas ações pelo preço e momento desejados.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações. Para maiores informações sobre a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, favor consultar o item 5.1 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia não dispõe de mecanismos de proteção contra aquisições hostis (poison pills).

Na data-base de 31 de dezembro de 2013, 58,6% das ações de emissão da Companhia estavam nas mãos de acionistas não controladores. Em razão desse maior grau de dispersão acionária, poderá haver dificuldade de obtenção do quorum mínimo exigido por lei para certas deliberações. Não obstante, o Estatuto Social da Companhia não prevê mecanismo que dificulte ou impeça a aquisição hostil do controle da Companhia ou a aquisição de participações relevantes no seu capital social (*poison pill*). A inexistência do referido mecanismo de proteção torna o controle da Companhia mais vulnerável e suscetível a futuras aquisições por seus acionistas ou novos investidores, hipótese em que podem ocorrer alterações súbitas, inesperadas e/ou substanciais em sua estrutura administrativa, gestão e política societária ou orientação estratégica, o que pode afetar adversamente a Companhia. Caso o controle da Companhia seja alterado, determinados contratos relevantes ao desenvolvimento de suas atividades, incluindo parcerias estratégicas e instrumentos de financiamento, podem sofrer vencimento e/ou término antecipado, caso não sejam obtidas as respectivas anuências de seus credores e/ou respectivas contrapartes, conforme o caso.

O investimento do acionista nas ações de nossa emissão pode sofrer diluição no futuro.

Podemos vir a necessitar de capital adicional no futuro, inclusive por meio de emissão de ações ou títulos de dívida conversíveis em ações, o que pode resultar na diluição da participação do nosso acionista. Qualquer capital adicional, obtido através da emissão de ações pode diluir a participação percentual dos investidores no nosso capital social.

Os detentores de American Depositary Receipt (ADR's) poderão ter dificuldades no exercício dos direitos de voto nas assembleias de acionistas da Companhia e, por não serem acionistas diretos da Companhia, serão incapazes de fazer valer os direitos dos acionistas previstos no Estatuto da Companhia e na legislação societária brasileira. Além disso, não poderão exercer os direitos de preferência relativos às ações ordinárias da Companhia subjacentes a tais ADR's.

Os detentores de ADR's podem exercer direitos de voto em relação às ações ordinárias da Companhia representadas por ADR's somente em conformidade com os termos do contrato de depósito que os rege, de forma que os seus detentores poderão enfrentar limitações práticas do seu direito de voto por causa dos passos adicionais envolvidos nas comunicações da Companhia com os detentores de ADR's.

Enquanto que os titulares de ações ordinárias da Companhia são capazes de exercer o seu direito de voto pessoalmente na assembleia geral de acionistas ou por procuração, os detentores de ADR's devem apenas instruir o seu depositário, tempestivamente, com orientações que entenda conveniente. Este processo de votação, necessariamente, levará mais tempo para os detentores de ADR's do que para os titulares de ações ordinárias da Companhia. E não será exercido o voto inerente às ações ordinárias representadas por ADR's caso as informações não tenham sido tempestivamente recebidas pelo depositário de ADR's.

Os detentores de ADR's também podem não receber o material necessário ao exercício do voto em tempo de instruir o depositário a respeito do voto das ações ordinárias subjacentes aos seus ADR's. Além disso, o depositário e os seus agentes não são responsáveis por não cumprir as instruções de voto recebidas dos detentores de ADR's ou pela forma em que tais instruções de voto tenham sido cumpridas. Assim, os detentores de ADR's podem não ser capazes de exercer direitos de voto e terão pouco ou nenhum recurso caso o voto inerente às ações ordinárias subjacentes aos seus ADR's

4.1 - Descrição dos fatores de risco

não seja exercido conforme solicitado.

Os detentores de ADR's não serão acionistas diretos da Companhia e serão incapazes de fazer valer os direitos dos acionistas previstos no Estatuto da Companhia e na legislação societária brasileira.

Os detentores de ADR's não poderão exercer os direitos de preferência relativos às ações ordinárias da Companhia subjacentes às ADR's, a menos que uma declaração de registro sob o *US Securities Act* de 1933, conforme alterada, ou o "*Securities Act*", seja eficaz no que diz respeito a esses direitos, ou seja obtida isenção das exigências de registro do *Securities Act*. A Companhia não é obrigada a obter uma declaração de registro com relação às ações relativas a estes direitos de preferência ou a tomar quaisquer outras medidas para tornar o direito de preferência disponível aos detentores de ADR's. A Companhia pode decidir não apresentar qualquer declaração de registro. Se a Companhia não apresentar uma declaração de registro ou se, após consulta com o depositário das ADR's, decidir não tornar o direito de preferência disponível aos detentores de ADR's, os titulares poderão receber apenas o resultado líquido da venda dos seus direitos de preferência pelo depositário, ou, se não forem vendidos, os seus direitos de preferência podem vir a caducar.

d. a suas controladas e coligadas

Algumas de nossas operações dependem de joint ventures e nossos negócios podem ser prejudicados se nossos parceiros não honrarem seus compromissos ou honrá-los em termos que não nos sejam satisfatórios.

Atualmente, estamos operando parte de nossos negócios por meio de joint ventures com outras empresas e pretendemos futuramente criar novas joint ventures. Estabelecemos uma joint venture Sinterco - com a empresa Carrières et fours à chaux Dumont-Wautier S.A., que sinteriza dolomita, uma joint venture com a Envoy Enterprise Co. Ltd., que fabrica produtos refratários monolíticos para o mercado interno em Taiwan e uma joint venture com a Krosaki Harima Inc. para a comercialização, venda e entrega de materiais refratários de controle de fluxo e determinados serviços e produtos nos Estados Unidos, Canadá e México.

Nossas previsões e planos para essas *joint ventures*, e qualquer outra recém-formada, parte do pressuposto de que nossos parceiros cumprirão suas obrigações para efetuar contribuições de capital, adquirir produtos e, em alguns casos, fornecer o pessoal de direção ou financiamento. Além disso, muitos dos projetos contemplados pelas nossas *joint ventures* dependem de compromissos de financiamento, os quais contêm determinadas condições prévias para cada desembolso. Se algum dos nossos parceiros não honrar seus compromissos ou se não conseguirmos cumprir todas as condições de nossos compromissos financeiros, a *joint venture*, consórcio ou outro projeto afetada pode não ser capaz de operar de acordo com seus planos de negócio, ou é possível que tenhamos de aumentar o nível de nossos investimentos para implantar esses planos. Qualquer um desses eventos pode ter um efeito adverso significativo sobre nós. Para maiores informações sobre nossas *joint ventures*, favor consultar o item 7.1 deste Formulário de Referência.

Qualquer redução nos nossos ratings de crédito poderia nos afetar material e adversamente.

Os *ratings* de crédito atribuídos para a nossa dívida podem ser aumentados ou diminuídos, dependendo, entre outros fatores, da avaliação das agências de *rating* quanto a nossa condição financeira, bem como a sua avaliação do risco brasileiro em geral. Os *ratings* de crédito podem afetar as taxas de juros que pagamos sobre o capital que tomamos emprestado e a percepção do

4.1 - Descrição dos fatores de risco

mercado quanto a nossa condição financeira. Se as avaliações referentes à nossa dívida forem reduzidas e o mercado perceber quaisquer dessas reduções como uma deterioração da nossa condição financeira, os custos para tomarmos novos empréstimos provavelmente aumentarão e os nossos resultados operacionais, fluxos de caixa e situação financeira podem ser adversamente afetados. Além disso, uma diminuição em nossas avaliações de crédito provavelmente terá um efeito adverso sobre o preço de mercado para nossas ações ordinárias.

e. a seus fornecedores

Nós e nossas subsidiárias podemos figurar como responsáveis principais ou solidárias das dívidas trabalhistas de terceirizados

Caso as empresas terceirizadas que nos prestam serviços e às nossas subsidiárias não atendam às exigências da legislação trabalhista, nós e as nossas subsidiárias podemos ser consideradas solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser autuadas e/ou obrigadas a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de virmos a ser responsabilizados por eventuais reclamações de demanda trabalhista, nossas atividades poderão sofrer um efeito adverso.

Dependemos de um número limitado de fornecedores de certas matérias-primas e podemos ser prejudicados por eventual falta de fornecimento ou aumento dos preços das mesmas.

Nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados negativamente pela falta de fornecimento ou pelo aumento dos preços de determinadas matérias-primas essenciais para a produção de refratários que produzimos. Compramos cerca de 20% das nossas matérias-primas, consistindo principalmente de matérias-primas com alto teor de alumina, tais como bauxita e andaluzita originárias principalmente do Brasil, China, Alemanha e África do Sul, a partir de terceiros. Dependemos de um número limitado de fornecedores para oferecer essas matérias-primas em volumes necessários e com qualidade adequada e níveis de confiabilidade. Por exemplo, efetuamos diversas ordens de compra junto à (i) Alcoa Alumínio S.A. para o fornecimento de alumina e alumínio em pó; (ii) Elfusa Geral de Eletrofusão Ltda. para o fornecimento de alumina fundida, espinélio e alumínio em pó. Nos termos desses acordos, as matérias-primas em geral são fornecidas em conformidade com ordens de compra individuais e qualquer das partes pode rescindir o contrato mediante um aviso prévio de 60 dias à outra parte. Outros contratos de fornecimento ou, em alguns casos, ordens de compra, podem ser rescindidos mediante aviso prévio por qualquer das partes, com antecedência de 30 a 240 dias. Se os fornecimentos que compramos de terceiros forem encerrados, atrasados ou interrompidos por qualquer motivo, não seremos capazes de produzir determinados tipos de materiais refratários em tempo hábil, em quantidade suficiente ou em condições aceitáveis. A ausência geral de contratos de fornecimento de longo prazo sujeita nossos processos industriais e receitas a riscos, uma vez que não há garantia de que os acordos com nossos fornecedores sejam renovados ou prorrogados. Não há garantias de que esses contratos venham a ser renovados em termos favoráveis ou que haja de fato qualquer renovação. Além disso, as matérias-primas que compramos de terceiros podem estar sujeitas a aumentos de preço devido, por exemplo, a taxas de inflação, flutuações do câmbio, escassez ou aumento dos impostos de importação. Se os preços destas matérias-primas aumentarem ou se o fornecimento for cessado, os nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados, caso não sejamos capazes de repassar aos nossos clientes o aumento do preço das matérias-primas ou substituir o fornecedor em tempo hábil. Para maiores informações sobre nossos principais insumos e matérias primas, favor consultar o item 7.3 “e” deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

f. a seus clientes

A perda de alguns de nossos clientes pode causar um impacto adverso significativo em nossos resultados de operações, fluxos de caixa e situação financeira.

Uma parcela significativa de nossa receita advém de um número limitado de clientes. Costumamos manter contratos de fornecimento de curto prazo, muitas vezes renováveis anualmente, com a maioria de nossos principais clientes, por meio dos quais nos comprometemos a entregar uma percentagem de suas necessidades por produtos refratários. Os termos de tais contratos de fornecimento geralmente exigem que, a cada ano, possamos determinar, em conjunto com nossos clientes, os preços de fornecimento para o ano seguinte. Geralmente, os preços são em parte determinados em relação aos nossos custos com matérias-primas, energia e mão-de-obra. No caso de não chegarmos a um acordo sobre o preço de fornecimento para o ano seguinte, nossos clientes poderão comprar os respectivos produtos de outro fornecedor. Não há garantias de que os contratos com nossos principais clientes serão renovados ou prorrogados em termos favoráveis a nós ou a ambos, que esses contratos não serão rescindidos antecipadamente, ou que vamos obter receita equivalente de nossos principais clientes no futuro.

Além disso, alguns de nossos contratos com clientes venceram, sendo que continuamos a manter nosso relacionamento com esses clientes nos termos desses contratos vencidos, ao mesmo tempo em que procuramos renová-los. Qualquer mudança na demanda por parte de um ou mais dos nossos principais clientes, atrasos no pagamento, dificuldade em acordar um preço para um ano específico de fornecimento ou mesmo a perda de qualquer desses clientes poderia ter um efeito adverso significativo no resultado de nossas operações.

Além disso, estamos expostos ao risco de crédito dos clientes e os riscos de inadimplência correlatos.

Se nossos clientes conseguirem oferecer reclamações imputando a nós a responsabilidade por defeitos em produtos por nós comercializados, nossos resultados operacionais podem ser impactados negativamente e nossa reputação pode ser prejudicada.

Enfrentamos o risco de exposição a reclamações sobre responsabilidade por defeitos em produtos comercializados na hipótese de seu uso resultar em danos pessoais. Nós produzimos e comercializamos uma ampla variedade de materiais refratários, principalmente para que os fabricantes de aço e cimento os utilizem em processos industriais de alta temperatura. Danos patrimoniais significativos, danos pessoais e até mesmo morte podem resultar do mau funcionamento de fornos industriais, estufas, incineradores e reatores, em virtude de defeitos em nossos produtos refratários. Os custos e recursos necessários para a defesa contra reclamações de responsabilização por produtos por nós comercializados podem ser substanciais. Poderíamos ser responsáveis pelo pagamento de alguns ou de todos os danos pelos quais tivermos sido responsabilizados. A publicidade em torno esses tipos de sinistros é também suscetível de prejudicar nossa reputação, independentemente de tais reclamações serem ou não bem sucedidas. Qualquer uma dessas conseqüências resultantes de defeitos em nossos produtos afetaria negativamente os nossos resultados operacionais.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Nosso negócio é altamente dependente do nível de produção de aço e cimento, e nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetadas pela redução dos volumes de produção da indústria de aço e cimento.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A demanda por nossos produtos e serviços é altamente dependente do volume da produção de aço e cimento, especialmente em nossos principais mercados do Brasil, Europa, Estados Unidos e China. A indústria siderúrgica é o maior consumidor de nossos produtos refratários, sendo a indústria do cimento o segundo maior. A demanda por produtos de aço e cimento é altamente cíclica e é afetada por flutuações macroeconômicas nos mercados globais e nas economias domésticas dos países consumidores desses produtos, incluindo tendências nos setores automotivo, de construção civil, de eletrodomésticos, de embalagem e de distribuição.

Segundo a *World Steel Association*, a produção mundial de aço subiu de 1.491 milhões de toneladas em 2011 para1.548 milhões de toneladas em 2012e 1.582 milhões de toneladas em 2013, ao passo que a produção de aço no Brasil foi de 35,2 milhões de toneladas em 2011 para 34,7 milhões em 2012 e 34,2 milhões em 2013. Dados do relatório do SNIC (Sindicato Nacional da Indústria de Cimento - de dez/2013 dizem que a produção de cimento no Brasil passou de 68,3 milhões de toneladas em 2012 para 70,0 milhões de toneladas em 2013.

Para maiores informações sobre o setor produtivo de aço e cimento e sobre nossas receitas líquidas, favor consultar os itens 10.2 "a.ii." e 7.6 deste Formulário de Referência.

Volatilidade nos mercados globais de crédito nos últimos anos e seus efeitos sobre as economias globais e nacionais poderia continuar a afetar negativamente nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A volatilidade significativa no mercado de capitais global, a indisponibilidade de financiamento no mercado de capitais global a taxas razoáveis e as amplamente divulgadas agitações do mercado de crédito comercial desde a queda de 2008 tiveram um impacto negativo considerável nos mercados financeiros, bem como na economia global. Os efeitos dessas agitações se espalharam e são difíceis de quantificar. Atualmente, é consenso geral entre os economistas que as economias onde atuamos, incluindo a brasileira, europeia, norte-americana e chinesa, estiveram em recessão. Embora haja um consenso de que esta recessão terminou no segundo semestre de 2009, a recuperação esperada nos EUA tem ocorrido de forma gradual e mais acelerada em economias emergentes. Já na Europa, a crise da dívida pública enfrentada por diversos países na zona do euro tem provocado turbulências nos mercados mundiais, além de retração econômica em alguns países da região. Por exemplo, os dois mercados finais essenciais para nossos produtos e serviços, as indústrias siderúrgica e de cimento, foram, negativamente afetados pela desaceleração nos bens de consumo duráveis e os setores de construção civil resultantes da perturbação nos mercados de crédito globais ocorrida nos anos anteriores. A siderurgia brasileira está estagnada nos últimos 3 anos, parte explicada pelo aumento das importações, parte em função do baixo crescimento econômico. Os níveis de produção de aço em nível mundial ainda são em geral menores do que os níveis de produção verificados antes da agitação nos mercados de crédito globais e, caso haja oscilação nesta recuperação, a demanda por cimento e aço podem piorar mais uma vez. Além disso, a dívida pública da Europa se encontra em níveis elevados e as perspectivas econômicas nesse continente são muito incertas neste momento. Assim, nossos resultados operacionais foram afetados pela desaceleração econômica e futuramente podem ser ainda mais atingidos se as atuais condições econômicas globais não melhorarem ou se deteriorarem ainda mais. Para maiores informações sobre a volatilidade nos mercados globais, favor consultar o item 10.2 "a.ii." deste Formulário de Referência.

A concorrência no setor de refratários é intensa e pode limitar nossa capacidade de manter ou aumentar a nossa fatia de mercado ou manter nossos preços em níveis rentáveis.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Temos concorrentes para cada um de nossos produtos e mercados geográficos, uma situação que esperamos que prossiga no futuro. Nossos maiores concorrentes são: RHI; Vesuvius; Krosaki Harima Corporation; Shinagawa Refractories Co.; Calderys Refractories Solutions; ANH Refractories Company; Saint-Gobain; Morgan Crucible e o grupo Refratechnik. Pelo fato de alguns de nossos produtos poderem ser substituídos por produtos similares fabricados por nossos concorrentes, em muitas das atividades que estamos envolvidos, a competição de preços é um fator importante para a realização de vendas. Assim, nossas perspectivas de negócios futuros dependem em grande medida da nossa capacidade de manter uma estrutura de preços competitivos, bem como de nossa capacidade de atender às mudanças das necessidades dos clientes, prever mudanças tecnológicas e reagir a elas e desenvolver relações eficazes e competitivas com nossos clientes e fornecedores. Se não formos capazes de realizar qualquer dessas propostas, ou se a concorrência de preços resultar em redução nos níveis de rentabilidade, o nosso volume de negócios e nossa lucratividade poderão ser afetados de maneira adversa e significativa. Para maiores informações sobre nossos maiores concorrentes, favor consultar o item 10.2 "a.ii." deste Formulário de Referência.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

Nossas operações nacionais e internacionais estão sujeitas a regulamentos e leis complexos e em evolução, e o cumprimento de tais requisitos regulamentares envolve custos significativos.

Nossas operações de exploração, mineração e produção em todo o mundo estão sujeitas a numerosos regulamentos e leis federais, estaduais, provinciais e municipais. O cumprimento desses regulamentos e leis impõe encargos, e pode causar atrasos na obtenção, ou não obtenção, de autorizações e aprovações governamentais, o que pode afetar adversamente nossas operações. Além disso, os custos de cumprimento de tais leis e regulamentos, bem como de programas internos de voluntariado, são significativos e continuarão a sê-lo em um futuro previsível. Por fim, a evolução dos padrões de regulamentação e expectativas pode resultar em novos processos e/ou aumento dos custos, o que pode ter um significativo efeito adverso sobre a receita e os fluxos de caixa. Para maiores informações sobre a regulamentação dos países em que atuamos, favor consultar os itens 7.5 "a" e "b" deste Formulário de Referência.

Nossas operações estão sujeitas a riscos ambientais que podem impactar o preço de negociação de nossas ações.

Nossas operações de mineração estão sujeitas a leis e regulamentação de proteção do meio ambiente, desenvolvimento de minas, prospecção, produção mineral, lixos tóxicos, proteção de espécie em extinção e protegidas, dentre outros. Estamos sujeitos a riscos e passivos em potencial associados à poluição do meio ambiente e à remoção de rejeitos que poderiam resultar da exploração, do desenvolvimento e da produção mineral. Esses passivos incluem não apenas a obrigação em solucionar os danos ambientais e indenizar os terceiros afetados, como também a imposição de sanções administrativas e criminais contra nós, nossos funcionários e administradores. Caso não sejamos capazes de solucionar um problema ambiental por completo, podemos ser obrigados a suspender as operações ou adotar medidas intermediárias até a solução do problema em questão, o que poderá afetar adversamente os nossos negócios e resultados, podendo, inclusive, causar impactos adversos à imagem da Companhia.

A Organização das Nações Unidas (inclusive por meio da Organização Mundial Metereológica (OMM), organismo da ONU que monitora o clima e a água) e outras organizações internacionais vêm se mobilizando cada vez mais contra atividades que possam aumentar as concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa, preocupadas com as possíveis mudanças climáticas da Terra.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Esses temas vêm se tornando cada vez mais recorrentes, inclusive influenciando a opinião de consumidores em diversos países com relação a empresas que contribuem para a emissão de tais efeito estufas. Assim, podemos sofrer impactos adversos caso empresas consumidoras de nossos produtos refratários tenham sua imagem afetada em decorrência de manifestações públicas de repúdio a desrespeito às metas, acordos e políticas realizados por tais órgãos internacionais.

Adicionalmente, a fabricação de materiais refratários resulta em emissões de gases poluentes perigosos, como hidrocarbonetos voláteis, mercúrio e gases de efeito estufa. Na Europa, por exemplo, as emissões industriais de dióxido de carbono são regulamentadas pelo Sistema de Comercialização de Emissões da União Européia (European Union Emissions Trading Scheme), ou EU ETS, um sistema comunitário europeu de comercio desenvolvido para tornar-se progressivamente mais rigoroso, inclusive reduzindo o numero de licenças de emissão de dióxido de carbono atribuídas a titulo gratuito por Estados-Membros da União Européia. Uma série de outras medidas legislativas e regulatórias destinadas a tratar das emissões, gases de efeito estufa e outros poluentes, como o Protocolo de Kioto, e propostas de iniciativas legislativas e regulamentares dos Estados Unidos e Europa, estão em fases diversas de implementação ou discussão. Tais medidas poderão resultar em um aumento de custos para instalarmos novos controles para a redução das emissões atmosféricas perigosas, tais como mercúrio, de nossas instalações, comprar créditos ou licenças de emissão atmosférica, e/ou monitorar e registrar as emissões de gases de efeito estufa de nossas operações. Tais medidas poderão resultar também em aumento de custos para os negócios de nossos clientes, ou afetar seus negócios, o que poderia, por sua vez, resultar em uma diminuição na demanda por nossos produtos. Esses fatores poderão afetar adversamente os nossos negócios e resultados, podendo, inclusive, causar impactos adversos à imagem da Companhia.

Além disso, é possível que futuras mudanças nas leis, regulamentação, acordos, ou mudanças no exercício ou na interpretação dessas leis, regulamentos e acordos resultem em mudanças nas exigências legais ou nos termos das licenças e acordo existentes aplicáveis a nós ou a nossas propriedades (ou aquelas que atualmente pretendemos adquirir), o que poderia ter um impacto adverso relevante sobre nossos projetos de desenvolvimento planejado, propriedades, resultados operacionais, situação financeira ou perspectivas da Companhia.

Qualquer dessas ocorrências poderá impactar negativamente os preços de negociação de nossas ações, prejudicado os nossos acionistas e investidores.

Poderíamos incorrer em custos significativos para cumprir ou endereçar responsabilidades nos termos das leis e regulamentos sobre saúde, segurança e meio ambiente.

Nossas instalações e nossas operações com refratários, exploração e mineração estão sujeitas a rigorosos regulamentos e leis que dispõem sobre saúde, segurança e meio ambiente em cada uma das jurisdições em que operamos. Essas leis regulam, entre outras coisas, as emissões no ar (incluindo controle de poeira), as descargas de água, saúde e segurança ocupacionais, o uso, armazenamento e eliminação de substâncias e resíduos sólidos e perigosos, recuperação ou restauração do meio ambiente em áreas de minas e limpeza de terrenos contaminados. Somos obrigados a obter e manter licenças de várias autoridades governamentais nacionais e estaduais para muitas de nossas operações, incluindo nossas operações de mineração. Não podemos garantir também se seremos capazes de manter ou renovar as nossas licenças, alvarás, registros, autos de vistoria do corpo de bombeiros, se eles serão renovados, ou se as competentes autoridades brasileiras se recusarão ou atrasarão a sua emissão, ajuste ou renovação. Os custos para cumprir esses requisitos podem ser significativos. Além disso, a falha no cumprimento dos requisitos aplicáveis, ou na obtenção e cumprimento das licenças e autorizações necessárias, pode resultar em

4.1 - Descrição dos fatores de risco

sanções de cunho administrativo ou criminal, pedidos de indenização por danos pessoais e materiais, obrigação de remediar a contaminação ou danos causados aos recursos naturais, obrigação de instalação de equipamentos de controle de poluição, revogação ou não renovação de licenças ou restrições às nossas operações, ou mesmo a suspensão das mesmas, ou o encerramento temporário ou definitivo das instalações de produção.

No Brasil, por exemplo, as penalidades administrativas incluem notificações, multas (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência), interdição temporária ou permanente da atividade, embargo, demolição, suspensão de subsídios de agências públicas e fechamento temporário ou permanente do empreendimento. Além disso, uma incapacidade de cumprir os regulamentos e leis ambientais estrangeiros mais rigorosos pode nos impedir de, no futuro, buscar um financiamento de menor custo junto a organizações estrangeiras ligadas ao governo ou organizações de desenvolvimento multilaterais, que podem condicionar o financiamento ao cumprimento de regulamentos e leis ambientais mais rigorosos.

Em particular, a fabricação de materiais refratários resulta em emissões de gases poluentes perigosos, como hidrocarbonetos voláteis, mercúrio e gases de efeito estufa. Na Europa, por exemplo, as emissões industriais de dióxido de carbono são regulamentadas pelo Sistema de Comercialização de Emissões da União Europeia (European Union Emissions Trading Scheme), ou EU ETS, um sistema comunitário europeu de comércio desenvolvido para tornar-se progressivamente mais rigoroso, inclusive reduzindo o número de licenças de emissão de dióxido de carbono atribuídas a título gratuito por Estados-Membros da União Europeia. Uma série de outras medidas legislativas e regulatórias destinadas a tratar das emissões, gases de efeito estufa e outros poluentes, como o Protocolo de Kioto, e propostas de iniciativas legislativas e regulamentares dos Estados Unidos e Europa, estão em fases diversas de implementação ou discussão. Tais medidas poderão resultar em um aumento de custos para instalarmos novos controles para a redução das emissões atmosféricas perigosas, tais como mercúrio, de nossas instalações, comprar créditos ou licenças de emissão atmosférica, e/ou monitorar e registrar as emissões de gases de efeito estufa de nossas operações. Tais medidas poderão resultar também em aumento de custos para os negócios de nossos clientes, ou afetar seus negócios, o que poderia, por sua vez, resultar em uma diminuição na demanda por nossos produtos.

A descoberta de contaminação antes desconhecida em nossas instalações, ou em sítios de terceiros para onde enviamos os resíduos para eliminação, poderia nos exigir custos significativos de investigação e limpeza. Algumas leis ambientais, nomeadamente a lei de superfinanciamento dos EUA (U.S. Superfund Law), podem impor responsabilidade aos atuais e originários proprietários e/ou operadores de terrenos contaminados, bem como sobre as partes que eliminaram ou cuidaram da eliminação de resíduos perigosos nesses sítios, sem levar em conta conhecimento ou culpa. A contratação de terceiros para a disposição de nossos resíduos perigosos não nos isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados, caso tais terceiros não desempenhem suas atividades em conformidade com legislação ambiental. Estamos realizando, ou realizamos no passado, atividades de reabilitação em algumas de nossas instalações para tratar da contaminação do solo e de águas subterrâneas. Pode haver contaminação adicional nessas ou em outras instalações, o que pode resultar na imposição de obrigações de apuração ou remediação sobre nós no futuro, por exemplo, no caso de uma mudança em qualquer instalação, com encerramento ou venda desse serviço. Podemos também ter passivos de contaminação ambiental ou danos relacionados aos nossos antigos sítios ou operações, incluindo a pedreira Hagen-Halden, para a qual somos o sucessor legal do proprietário originário nos termos da lei alemã e poderíamos ser responsabilizados por alguns ou todos os custos para restaurar o local, caso o operador atual se torne insolvente. Significativos custos imprevistos relacionados a essas questões poderiam reduzir a nossa

4.1 - Descrição dos fatores de risco

disponibilidade de fundos para o pagamento de juros ou principal de nossa dívida, dividendos sobre ações ordinárias ou para o financiamento de nossas operações normais e desenvolvimento planejado.

Muito embora tenhamos incorrido e iremos incorrer no futuro em custos significativos de capital e operacionais a fim de cumprirmos leis, regulamentos e autorizações ambientais, não podemos garantir que nossas operações estarão sempre em conformidade com os mesmos. Também não podemos garantir se seremos capazes de manter ou renovar as nossas licenças e alvarás, se eles serão revogados ou se as competentes autoridades ambientais se recusarão ou atrasarão a sua emissão, ajuste ou renovação.

A promulgação de novos regulamentos e leis ambientais, a interpretação mais rigorosa, a execução de exigências vigentes, ou a imposição de obrigações decorrentes de leis ambientais poderiam forçar-nos a incorrer em custos para o seu cumprimento, aumentos de capital ou passivos referentes a pedidos de indenização por perdas e danos, e/ou poderiam limitar nossas operações em curso ou planejadas, podendo, qualquer um desses fatores, surtir um impacto significativo sobre nossos negócios, nossa condição financeira, ou nossos resultados operacionais.

Para maiores informações sobre a regulamentação dos países em que atuamos, favor consultar o item 7.5 “a” deste Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de obter todas as licenças, concessões e autorizações necessárias para as nossas operações.

A produção de nossos produtos depende da emissão das licenças, autorizações, permissões e concessões de lavra de diversos órgãos governamentais, incluindo entes regulatórios e ambientais, como o DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral e as Secretarias de Meio Ambiente dos Estados nos quais possuímos nossas jazidas.

Não podemos assegurar que seremos capazes de obter todas as licenças, autorizações, permissões ou concessões de lavra necessárias para nossas operações em tempo hábil. A falha ou o atraso em obtê-las em tempo hábil ou quaisquer disputas em conexão com as mesmas, podem representar um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados das nossas operações e situação financeira, na medida em que podemos não ter a capacidade de ampliação de negócios necessários.

Alterações na legislação brasileira do setor de mineração e infraestrutura logística poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Os marcos regulatórios relacionados às atividades de mineração e infraestrutura logística, como de transporte ferroviário, rodoviário e o setor portuário estão em constante atualização e estão sujeitos à atuação governamental e dos órgãos e entidades reguladores afetos ao seu campo de atuação. As alterações introduzidas nas normas de natureza regulatória poderão, direta ou indiretamente, impactar negativamente as nossas atividades.

Mudanças na legislação tributária brasileira podem ter um impacto negativo sobre as taxas aplicáveis aos nossos negócios.

O governo brasileiro frequentemente adota mudanças de regimes fiscais e de previdência social que podem afetar tanto a nós quanto nossos clientes. Estas alterações incluem mudanças nos nas taxas de impostos e contribuição e, ocasionalmente, a adoção de impostos temporários, cujo produto é destinado a fins governamentais específicos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Algumas dessas alterações podem resultar em um aumento no pagamento de nossos impostos, o que pode afetar negativamente a rentabilidade da indústria e aumentar os preços de nossos produtos e serviços, restringir nossa capacidade de fazer negócios em nossos mercados atuais e mercados-alvo e fazer com que nossos resultados financeiros sejam prejudicados. Não é possível dar qualquer garantia de que seremos capazes de manter o nosso fluxo de caixa projetado e rentabilidade após um aumento dos impostos brasileiros aplicáveis a nós e a nossas operações.

Apesar do Brasil ter adotado o IFRS (International Financial Reporting Standards) em 2010, podem existir diferenças significativas entre as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos (US GAAP) e outros países.

Elaboramos nossas demonstrações financeiras de acordo com IFRS, que difere, em certos aspectos, do U.S. GAAP, princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA. Por conseguinte, as informações financeiras apresentadas neste Formulário de Referência podem diferir significativamente daquelas preparadas de acordo com o U.S. GAAP ou com as normas contábeis de outros países. A partir do exercício a findar em 31 de dezembro de 2010, as demonstrações financeiras societárias passam a ser elaboradas em conformidade com os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e dispõem, no caso das demonstrações financeiras consolidadas, sobre a convergência dos BR GAAP para os IFRS.

Para a obtenção de informações adicionais acerca da nova contabilidade e o possível impacto dessas resoluções na apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, veja o item 10.4, subitens "a" e "b" deste Formulário de Referência.

Não foi elaborada qualquer conciliação de nossas demonstrações financeiras em IFRS com o U.S. GAAP dos EUA. Não se pode garantir que a conciliação não identificaria diferenças quantitativas relevantes entre as nossas demonstrações financeiras em IFRS e tais demonstrações financeiras preparadas com base no U.S. GAAP. Ao tomarem uma decisão de investimento, os investidores devem confiar em seu próprio exame da Magnesita, os termos das ações ordinárias e nossas informações financeiras. Os investidores em potencial devem consultar seus próprios consultores profissionais a fim de obterem uma compreensão das diferenças entre o IFRS adotado no Brasil e o U.S. GAAP, e como essas diferenças podem afetar as informações financeiras contidas no presente documento.

Modificações de práticas contábeis podem afetar nossas demonstrações financeiras, alterar nosso resultado contábil e impactar as bases de distribuição de dividendos.

As informações trimestrais (controladora e consolidado) da Companhia para os trimestres de 2010 foram elaboradas e são apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da Lei de Sociedades por Ações e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações trimestrais da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os

4.1 - Descrição dos fatores de risco

resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A modificação de nossas práticas contábeis pode produzir impactos relevantes nas nossas demonstrações financeiras, com possível efeito em nosso resultado contábil, incluindo possíveis impactos nas bases de distribuição de dividendos.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Mudanças adversas nas diretrizes políticas, econômicas e outras políticas do governo chinês podem prejudicar o crescimento econômico global da China, o que poderia afetar as nossas operações naquele país de maneira adversa e significativa, assim como alterações nas diretrizes políticas, econômicas e outras políticas do governo americano e dos países da União Européia podem ter um efeito adverso considerável sobre os nossos negócios.

Temos operações importantes na China. Assim, nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais, em particular os de nossas operações na China, são afetados pela evolução econômica, política e jurídica da China. A economia chinesa é, em muitos aspectos, diferente da maioria das economias dos países desenvolvidos, tais como:

- o grau de envolvimento do governo;
- o nível de desenvolvimento;
- a taxa de crescimento;
- o controle cambial;
- a alocação de recursos;
- um sistema regulatório em evolução; e
- a ausência de transparência suficiente no processo regulatório.

Enquanto a economia chinesa registrou um crescimento significativo nos últimos 30 anos, o mesmo tem sido desigual, tanto geograficamente como entre os diversos setores da economia. A economia chinesa também vivenciou alguns efeitos adversos decorrentes da recente crise financeira mundial.

A economia chinesa vem se convertendo de uma economia planificada para uma economia mais voltada para o mercado. Embora nos últimos anos o governo chinês tenha adotado medidas enfatizando a utilização das forças de mercado para a reforma econômica, a redução da propriedade estatal dos meios de produção e o estabelecimento de boa governança corporativa nas empresas, uma fatia substancial dos ativos produtivos na China é ainda propriedade do governo chinês. O controle continuado desses ativos e outros aspectos da economia nacional pelo governo chinês poderiam afetar significativa e adversamente o nosso negócio. O governo chinês também exerce um controle substancial sobre o crescimento econômico chinês através da alocação de recursos, controlando o pagamento de obrigações em moeda estrangeira, definindo a política monetária e outorgando tratamento preferencial a determinadas indústrias ou empresas.

O valor do Yuan chinês em relação ao dólar dos EUA e outras moedas é afetado, dentre outros motivos, por mudanças nas condições políticas e econômicas da China, e suas políticas cambiais. A conversão do Yuan em moedas estrangeiras, incluindo dólares dos EUA, foi baseada nas taxas de câmbio fixadas pelo Banco Popular da China. Em 21 de julho de 2005, o governo chinês alterou a política aplicada na sua ultima década para atrelar o valor do Yuan exclusivamente ao dólar dos EUA, permitindo, assim, a flutuação do Yuan numa faixa estreita, em relação às moedas estrangeiras. Desde julho de 2008, o Yuan foi negociado dentro de uma faixa estreita em relação ao

4.1 - Descrição dos fatores de risco

dólar dos EUA e flutuou significativamente em relação a outras moedas livremente negociadas. Não podemos prever por quanto tempo esta situação pode durar e quando e como as taxas de câmbio do Yuan poderão variar daqui para frente.

Qualquer mudança adversa nas condições econômicas ou políticas do governo da China pode implicar um efeito adverso significativo sobre o crescimento econômico global e sobre o nível de investimento e despesa, por exemplo, em aço e cimento (ou em indústrias que necessitem de aço ou cimento) na China, o que, por sua vez, poderia levar a uma redução na demanda por nossos produtos e, por conseguinte, ter um efeito adverso significativo sobre nossos negócios, nossa situação financeira ou nossos resultados operacionais. Para maiores informações sobre nossos negócios com a China, favor consultar o item 7.7 deste Formulário de Referência.

O sistema jurídico chinês possui incertezas inerentes que poderiam limitar as proteções jurídicas de que dispomos e, se considerarem que deixamos de cumprir as leis aplicáveis, podemos incorrer em despesas adicionais ou estar sujeitos a multas e penalidades significativas.

Uma vez que temos operações significativas na China, as leis chinesas e o sistema jurídico chinês podem ter um impacto significativo em nossas operações de negócios. O sistema jurídico da China desenvolveu-se rapidamente ao longo das últimas décadas. No entanto, uma vez que o sistema jurídico chinês continua a evoluir rapidamente, as interpretações de muitas leis, regulamentos e regras nem sempre são uniformes e sua aplicação envolve incertezas que podem limitar a proteção jurídica de que dispomos. Além disso, muitos juízes na China carecem da profundidade da formação jurídica e experiência que seria esperada de um juiz em um país mais desenvolvido. Pelo fato de o Judiciário chinês ser relativamente inexperiente em aplicar as leis que existem, de fato, é temerário prever uma decisão do magistrado e pode ser difícil obter uma execução rápida e equitativa das leis que de fato existem; além disso, qualquer litígio na China pode ser longo e resultar em custos substanciais e desvio de recursos e atenção da administração. Adicionalmente, leis e regulamentações chinesas recém sancionadas, ainda não publicadas ou divulgadas, podem ter efeito retroativo e, portanto, podemos nos encontrar em violação destas regras, das quais não temos ciência. Para maiores informações sobre nossos negócios com a China, favor consultar o item 7.7 deste Formulário de Referência.

Qualquer alteração na política monetária e econômica no Brasil, na União Europeia e nos Estados Unidos poderão aumentar os nossos custos, refletindo negativamente nos nossos negócios.

Além disso qualquer modificação nas leis trabalhistas, ambientais, regulatórias, tributárias, do Brasil, da União Europeia e dos Estados Unidos, que são atualmente imprevisíveis, podem nos trazer consequências de difícil mensuração.

Uma série de medidas legislativas e regulatórias destinadas a tratar das emissões, gases de efeito estufa e outros poluentes, como o Protocolo de Kioto, e propostas de iniciativas legislativas e regulamentares dos Estados Unidos e Europa, estão em fases diversas de implementação ou discussão. Tais medidas poderão resultar em um aumento de custos para instalarmos novos controles para a redução das emissões atmosféricas perigosas e em um aumento de custos para os negócios de nossos clientes, ou afetar seus negócios, o que poderia, por sua vez, resultar em uma diminuição na demanda por nossos produtos.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. *Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos*

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de performance. A Companhia acredita possuir elevado grau de controle sobre seus fornecedores e clientes, visando a evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na Seção 4.1.

Apresentamos, a seguir, as medidas tomadas pela Companhia com o objetivo de mitigar cada um dos riscos apresentados no item 4.1 deste Formulário de Referência. De toda forma, não se pode garantir a eficácia e efetividade de tais medidas para atenuação ou mitigação de cada um dos riscos endereçados no item 4.1 deste Formulário de Referência, os quais devem ser considerados pelos investidores da Companhia no seu processo de tomada de decisão de investimento nas Ações:

Fatores de risco relacionados ao emissor

- Nós temos montantes significativos de dívidas, e podemos não ser capazes de garantir refinanciamento em termos favoráveis ou mesmo qualquer refinanciamento de acordo com os seus vencimentos. Além disso, apesar do montante significativo de nossa dívida, ainda assim podemos ser capazes de contrair substancialmente mais dívidas, o que poderia agravar ainda mais os riscos associados à nossa substancial alavancagem.

A companhia vem conseguindo reduzir seu endividamento e o custo de suas dividas, equalizando sua estrutura de capital. A companhia, ainda, monitora sua posição de caixa constantemente, visando a mitigar o risco acima. A Companhia permanece com uma posição de liquidez muito confortável. O saldo em caixa de R$960,7 milhões no encerramento do ano de 2013 era superior às necessidades de amortização dos próximos 6 anos. No 4T13, a Companhia captou R$500 milhões através de uma debênture e da linha do BNDES Revitaliza e também concluiu o trabalho de redução da exposição cambial na dívida. No encerramento de 2013, a dívida líquida e a geração de caixa da Companhia apresentavam exposição cambial substancialmente alinhadas. Durante o ano de 2013 a parcela da dívida líquida denominada em moeda estrangeira foi reduzida de 117% para 76%.

- Impactos na liquidez podem afetar nossas possibilidades de Financiamento

A Companhia procura alongar o prazo de pagamento de suas dividas (preferindo contratar dividas de longo prazo), visando a mitigar o risco acima.

- Nossos acordos de financiamento incluem covenants importantes, incluindo covenants para manter índices financeiros, o que pode restringir nossa flexibilidade

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

financeira e operacional. Qualquer inadimplência decorrente da violação desses covenants poderia ter um efeito adverso relevante sobre nós.
Visando a mitigar o risco acima, a Companhia monitora o cumprimento de suas obrigações e, caso verifique situações que possam resultar em um inadimplemento contratual (quebra de "*covenant*"), busca antecipadamente a negociação com o(s) credor(es). Operações importantes de capitalização e captações de títulos de dívidas demonstram a capacidade da companhia de mitigar este risco.

- Podemos não ser capazes de materializar os benefícios esperados de nossas aquisições passadas ou futuras, algumas das quais podem ter um impacto significativo sobre nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.
A Companhia tem metas próprias que visam a aproveitamentos das sinergias decorrentes de aquisições passadas, e busca aprimorar o aproveitamento das sinergias que são identificadas.

- A volatilidade do real/ e outras moedas em relação ao dólar dos EUA e ao euro poderá afetar adversamente nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais.
A Companhia monitora seu endividamento e sua geração de caixa operacional também sob a ótica das moedas aplicáveis, e, em casos que julga necessários, busca proteção com instrumentos de *hedge* para equalizar os fluxos de endividamento com geração de caixa operacional que tenham moedas distintas.

- Nossos negócios podem ser afetados adversamente por riscos relacionados a atividades de hedge
Visando a mitigar o risco acima, a Companhia tem como política não efetuar operação de hedge para fins especulativos, e sim buscando mitigar ou eliminar riscos de descasamento de moedas às suas operações e endividamento.

- Resultados desfavoráveis em litígios pendentes podem afetar negativamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.
A Companhia acompanha seus processos judiciais e contrata assessores jurídicos externos para a condução de todos os seus litígios, sempre buscando profissionais qualificados em suas respectivas áreas de atuação. Além disso, em muitos casos, sobretudo na esfera trabalhista, a Companhia busca fazer acordos em ações judiciais nas quais julga serem remotas suas chances de êxito.

- Se não formos capazes de proteger nossa propriedade intelectual, nossa posição competitiva pode sofrer.
A Companhia busca proteger sua propriedade intelectual, restringindo o acesso a sua tecnologia aos profissionais que efetivamente necessitem do mesmo para desenvolvimento de suas atividades. Adicionalmente, a Companhia busca obter de seus funcionários o compromisso formal de confidencialidade com relação às informações que a ela pertencem.

- Podemos estar sujeitos a ações trabalhistas que podem nos afetar adversamente
A Companhia acompanha seus processos judiciais e contrata assessores jurídicos externos para a condução de todos os seus litígios, sempre buscando profissionais qualificados em suas respectivas áreas de atuação. Além disso, em muitos casos, sobretudo na esfera trabalhista, a Companhia busca fazer acordos em ações judiciais nas

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

quais julga serem remotas suas chances de êxito.

- Podemos ser afetados adversamente por aumento no custo de eletricidade e combustível e por interrupções no fornecimento de energia
A Companhia tem como prática o monitoramento constante de seus custos mediante a divisão dos mesmos em pacotes específicos, como é o caso de combustível e eletricidade, cada qual com gestor interno próprio e sistemas de acompanhamentos e monitoramento. Além disso, a Companhia tem buscado a contratação de fornecimentos de longo prazo, visando a mitigar potenciais variações expressivas nos preços de tais insumos. Com relação à potencial interrupção de energia elétrica, a Companhia dispõe de geradores em suas 2 principais unidades na América do Sul (Cidade Industrial e Brumado). A Companhia mantém seus contratos de fornecimento destes insumos com empresas de grande porte no segmento, em uma relação comercial de longa data.

-Flutuações nos custos de transporte podem prejudicar nossa capacidade de fornecimento de produtos aos nossos clientes.
A Companhia tem como prática o monitoramento constante de seus custos mediante a divisão dos mesmos em pacotes específicos, como é o caso de frete, com gestor interno próprio, além de possuir sistemas de acompanhamentos e monitoramento de tais custos. A Companhia conseguiu ampliar o número de fornecedores de fretes, distribuindo a atividade em um número adequado e estratégico, eliminando riscos de concentração e dependência.

- A interrupção de serviços de transporte e logística pode limitar nossa capacidade de entregar nossos produtos aos nossos clientes.
Visando a evitar riscos de desabastecimento de seus clientes, a Companhia busca trabalhar com níveis de estoque adequados ao consumo de seus clientes, também com margens de segurança para evitar ou mitigar o risco de desabastecimento por questões relacionadas a transporte e logística. A Companhia conseguiu ampliar o número de fornecedores de fretes, distribuindo a atividade em um número adequado e estratégico, eliminando riscos de concentração e dependência.

- A produção de refratários está sujeita a riscos, como acidentes que podem afetar nossas operações e nos levar a incorrer em passivos significativos, custos elevados de reparo e/ou perda de receita líquida.
A Companhia procura ter programas adequados de segurança em suas atividades, buscando implantar uma cultura de procedimentos seguros e eliminação de riscos, bem como ter técnicos e engenheiros capacitados e especializados em suas áreas de atuação. Além disso, a companhia busca a contratação de seguros visando a proteção em caso de tais acidentes.

-Nossos recursos minerais podem não ser convertidos em reservas viáveis.
Visando a mitigar o risco acima, a Companhia tem equipes próprias de geólogos trabalhando em suas minas, e faz intensas pesquisas geológicas para estimar a quantidade e qualidade de suas reservas minerais.

Fatores de risco relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

- Nossa Companhia está sujeita a controle difuso, o que poderá nos tornar suscetíveis à realização de alianças entre acionistas, a conflitos entre acionistas e a outros

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

eventos semelhantes.
A Companhia não toma medidas visando à mitigação desse risco.

- Os interesses de nossos acionistas majoritários podem ser conflitantes com os dos demais acionistas
Nosso estatuto social prevê a necessidade de autorização do Conselho de Administração em certos casos de transações com partes relacionadas. Além disso, nosso Conselho de Administração tem em sua composição representantes de nossos acionistas minoritários (20% dos membros do Conselho de Administração são considerados como "independentes" conforme definição do Regulamento do Novo Mercado da Bovespa) e tais representantes participam das deliberações do órgão.

Fatores de risco relacionados a seus acionistas

- Podemos não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.
A Companhia atua com visão de longo prazo e com o objetivo de gerar valor a seus acionistas, incluindo, mas não se limitando, à geração de lucro para o pagamento de dividendos.

- A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderá limitar a capacidade de venda de nossas ações pelo preço e momento desejados.
Visando também a aumentar a liquidez de suas ações, a Companhia lançou em 2010 um Programa de ADR Nível 1, eem 28 de fevereiro de 2014, migrou seus ADRs para o OTCQX, um segmento do mercado de balcão com maior liquidez, cotações em tempo real e informações financeiras disponíveis na internet. Além disso, a Companhia dispõe de *free-float* relevante.

- A Companhia não dispõe de mecanismos de proteção contra aquisições hostis (poison pills).
Considerando a ampla base acionária da Companhia, não foram tomadas até o momento medidas visando à implementação de mecanismos de proteção contra aquisições hostis ou outras medidas visando à mitigação desse risco.

- O investimento do acionista nas ações de nossa emissão pode sofrer diluição no futuro.
A Companhia busca fazer aumentos de capital apenas em situações pontuais e necessárias, no melhor julgamento de sua administração, visando a evitar diluição do investimento de nossos acionistas.

- Os detentores de American Depositary Receipt (ADR's) poderão ter dificuldades no exercício dos direitos de voto nas assembleias de acionistas da Companhia e, por não serem acionistas diretos da Companhia, serão incapazes de fazer valer os direitos dos acionistas previstos no Estatuto da Companhia e na legislação societária brasileira. Além disso, não poderão exercer os direitos de preferência relativos às ações ordinárias da Companhia subjacentes a tais ADR's.
Visando aumentar a liquidez e mitigar este risco, em 28 de fevereiro de 2014, a Companhia migrou seus ADRs para o OTCQX, um segmento do mercado de balcão

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

com maior liquidez, cotações em tempo real e informações financeiras disponíveis na internet. Os ADRs são negociados sob o código MFRSY.

Fatores de risco relacionados a suas controladas e coligadas

- Algumas de nossas operações dependem de joint ventures e nossos negócios podem ser prejudicados se nossos parceiros não honrarem seus compromissos ou honrá-los em termos que não nos sejam satisfatórios.
A Companhia indica membros em conselhos de administração de suas *joint-ventures* e faz reuniões regulares em tais órgãos ou diretamente com seus sócios em tais *jointventures*, buscando sempre o alinhamento de interesses entre as partes envolvidas e o cumprimento de compromissos previamente assumidos por seus sócios.

- Qualquer redução nos nossos ratings de crédito poderia nos afetar material e adversamente.
A Companhia busca manter as agências que avaliam nossos ratings constantemente informadas de sua situação patrimonial e de seus negócios, visando a evitar reduções em tais *ratings* por falta de informações.

Fatores de risco relacionados a seus fornecedores

- Nós e nossas subsidiárias podemos figurar como responsáveis principais ou solidárias das dívidas trabalhistas de terceirizados
A Companhia vem desenvolvendo projetos internos de controle de seus terceirizados, além de exigir de seus fornecedores o integral e pontual cumprimento das obrigações trabalhistas que estes têm com seus funcionários. Adicionalmente, quando é o caso, a Companhia retém pagamento a fornecedores que possam estar inadimplentes com suas obrigações trabalhistas.

- Dependemos de um número limitado de fornecedores de certas matérias-primas e podemos ser prejudicados por eventual falta de fornecimento ou aumento dos preços das mesmas.
A Companhia vem buscando constantemente aumentar seu grau de verticalização, justamente para evitar desabastecimento de suas matérias-primas, bem como aumento de preços.

Fatores de risco relacionados a seus clientes

- A perda de alguns de nossos clientes pode causar um impacto adverso significativo em nossos resultados de operações, fluxos de caixa e situação financeira.
A companhia busca manter relacionamentos duradouros com seus principais clientes, bem como busca excelência no atendimento, visando à sua permanente manutenção e fidelização. Ademais, a Companhia busca celebrar contratos de longo prazo com seus principais clientes, trabalhar constantemente no desenvolvimento de novos produtos, além de manter equipes dentro das instalações de tais clientes para buscar aumento de performance de seus produtos e a satisfação de tais clientes de modo geral (a exemplo do modelo CPP).

- Se nossos clientes conseguirem oferecer reclamações imputando a nós a responsabilidade por defeitos em produtos por nós comercializados, nossos resultados

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

operacionais podem ser impactados negativamente e nossa reputação pode ser prejudicada.
A Companhia dispõe de equipes de engenheiros e técnicos qualificados e treinados para atendimento de seus clientes. Além disso, a Companhia monitora constantemente a qualidade de seus produtos com sistemas de qualidade.

Fatores de risco relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

- Nosso negócio é altamente dependente do nível de produção de aço e cimento, e nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetadas pela redução dos volumes de produção da indústria de aço e cimento.
A Companhia vem buscando diversificar seus segmentos de atuação, tendo inclusive criado recentemente uma Vice-Presidência Industrial Global que visará, dentre outras, buscar oportunidades em outros mercados que não o de aço e cimento.

- Volatilidade nos mercados globais de crédito nos últimos anos e seus efeitos sobre as economias globais e nacionais poderia continuar a afetar negativamente nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.
A Companhia busca constantemente acompanhar e analisar os principais indicadores econômicos das regiões onde tem maior atuação, bem como analisa as projeções dos mercados de maior atuação, como aço e cimento, com o intuito de identificar medidas que possam ser eventualmente tomadas para atenuar os efeitos indesejáveis decorrentes de tal volatilidade.

- A concorrência no setor de refratários é intensa e pode limitar nossa capacidade de manter ou aumentar a nossa fatia de mercado ou manter nossos preços em níveis rentáveis.
A Companhia acredita estar presente nos principais mercados de refratários e também constantemente visa a conquistar novos clientes e manter seus principais clientes existentes, com as quais busca manter relações de longo prazo.

Fatores de risco relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue

- Nossas operações nacionais e internacionais estão sujeitas a regulamentos e leis complexos e em evolução, e o cumprimento de tais requisitos regulamentares envolve custos significativos
A Companhia tem áreas especificas que acompanham as principais modificações nas legislações e regulamentações especificas, tais como ambientais e de mineração, sempre buscando o cumprimento de tais requisitos ao menor custo possível.

- Nossas operações estão sujeitas a riscos ambientais que podem impactar o preço de negociação de nossas ações.
A Companhia dispõe de técnicos e especialistas que monitoram constantemente as principais modificações nas legislações e regulamentações, bem como as obrigações ambientais que lhe são aplicáveis, sempre buscando a adequação e o atendimento a tais regras e obrigações.

- Poderíamos incorrer em custos significativos para cumprir ou endereçar responsabilidades nos termos das leis e regulamentos sobre saúde, segurança e meio ambiente

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Companhia tem áreas especificas para cuidar da saúde de seus funcionários (departamentos de medicina), além de áreas próprias que tratam de segurança do trabalho e meio-ambiente. A Companhia busca constantemente aplicar medidas preventivas, tais como treinamentos e palestras, para evitar danos relacionados à saúde de seus funcionários e ao meio-ambiente.

- Podemos não ser capazes de obter todas as licenças, concessões e autorizações necessárias para as nossas operações.
A Companhia dispõe de técnicos e especialistas que cuidam da obtenção das necessárias licenças para suas operações, além de monitorar constantemente o efetivo cumprimento das normas aplicáveis, visando à manutenção de tais licenças e operações.

- Alterações na legislação brasileira do setor de mineração e infraestrutura logística poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.
A Companhia tem áreas especificas que acompanham as principais modificações nas legislações e regulamentações que lhe são aplicáveis, sempre buscando a adequação e o atendimento a tais novas regras, respeitados os prazos então estabelecidos.

- Mudanças na legislação tributária brasileira podem ter um impacto negativo sobre as taxas aplicáveis aos nossos negócios.
A Companhia tem áreas especificas que acompanham as principais modificações nas legislações e regulamentações que lhe são aplicáveis, sempre buscando a adequação e o atendimento a tais novas regras, da forma mais eficiente possível, respeitados os prazos então estabelecidos.

- Existem diferenças significativas entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos e o IFRS (International Financial Reporting Standards).
A Companhia não dispõe de meios para mitigar tal risco, na medida em que apenas cumpre as normas que lhes são aplicáveis.

- Modificações de práticas contábeis podem afetar nossas demonstrações financeiras, alterar nosso resultado contábil e impactar as bases de distribuição de dividendos.
A Companhia não dispõe de meios para mitigar riscos de mudanças de práticas contábeis.

Fatores de risco relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue

- Mudanças adversas nas diretrizes políticas, econômicas e outras políticas do governo chinês podem prejudicar o crescimento econômico global da China, o que poderia afetar as nossas operações naquele país de maneira adversa e significativa, assim como alterações nas diretrizes políticas, econômicas e outras políticas do governo americano e dos países da União Européia podem ter um efeito adverso considerável sobre os nossos negócios.
Uma presença global permite à Companhia diversificar a concentração desses riscos em uma única jurisdição, o que colabora na mitigação dos riscos acima mencionados.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas.

Foram relacionados no presente item 4.3 os processos que, individualmente, são relevantes para a Companhia. Para tanto, foi considerado o possível impacto significativo dos mesmos no patrimônio da Companhia, em sua capacidade financeira ou em seus negócios ou os de suas controladas. Não há outros fatores presentes em processos em que a Companhia seja parte capazes de influenciar a decisão do público investidor que deveriam ser considerados para fins do critério de relevância adotado.

Processos Tributários

A Companhia é parte em diversos processos de natureza tributária envolvendo valor de contingência passiva estimado em, aproximadamente, R$ 325.5 milhões, em 31 de dezembro de 2013. Na mesma data, a Companhia havia constituído provisão decorrente dos referidos processos no valor de R$ 12.7 milhões e realizado depósitos judiciais no âmbito de alguns desses processos no valor total de R$ 6,8 milhões. Dentre os processos tributários e procedimentos administrativos em que a Companhia e suas controladas figuram no pólo passivo, aqueles considerados relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas e que não estão sob sigilo encontram-se descritos imediatamente abaixo e no item 4.6:

Processo administrativo n.º 15504.726513/2011-10	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal em Belo Horizonte
b. Instância	Delegacia da Receita Federal em Belo Horizonte
c. Data de instauração	24/01/2012 (Data de protocolo da impugnação aos autos de infração)
d. Partes no processo	Delegacia da Receita Federal de Contagem (Autor) e Magnesita Refratários S.A (Réu)
e. Valores envolvidos	IRPJ – R$ 166,5 milhões e CSLL – R$ 57,7 milhões (valores atualizados em 31.12.2011)
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo decorrente de Auto de Infração lavrado contra a Magnesita Refratários S.A em razão do suposto não recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos aos anos-base de 2008 e 2009, cumulados com juros de mora, multa de ofício, multa agravada e multa isolada. A autuação baseia-se principalmente em i) amortização supostamente indevida do ágio pago na aquisição da Magnesita S.A ("MSA") pela RPAR Holding S.A (antiga razão social da Magnesita Refratários S.A); e ii) Amortização supostamente indevida de ágio na aquisição do Grupo LWB pela Magnesita Refratários S.A; A Magnesita Refratários apresentou a competente Impugnação, a qual foi julgada parcialmente procedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento que reconheceu o efetivo propósito negocial das operações de aquisição da Magnesita S/A e da Rearden, bem como a validade das reorganizações societárias. Atualmente os débitos tributários consubstanciados no processo administrativo encontram-se suspensos em razão do recurso voluntário interposto pela Magnesita Refratários, o qual está aguardando julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
g. Chance de perda	(i) Impossibilidade de aplicação da multa qualificada de 150%: perda remota, em razão da atual jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF; (ii) Impossibilidade da cobrança da multa isolada em razão da falta de recolhimento do IRPJ e da CSLL por estimativa: perda remota, em razão da atual jurisprudência do CARF;

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	(iii) Amortização do ágio gerado na aquisição da Magnesita S/A pela Rpar Holding: perda possível; e (iv) Amortização do ágio pago na aquisição da Rearden pela Magnesita Refratários S/A: perda possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa para pagamento dos valores cobrados no auto de infração, conforme listado nos itens anteriores. Além disso, contabilmente, será necessária a baixa dos tributos diferidos reconhecidos no passivo.
i. Valor provisionado	Não há provisão constituída.

Processo n.º 200534000220006 (Ação Anulatória de Débito Fiscal)	
a. Juízo	Justiça Federal
b. Instância	7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
c. Data de instauração	19/07/2005
d. Partes no processo	Magnesita Refratários S/A (Autor) e União Federal (Réu)
e. Valores envolvidos	R$ 7,6 milhões (valor atualizado em 30.12.2010)
f. Principais fatos	Trata-se de ação anulatória de débito fiscal por meio da qual a Companhia busca a declaração de legalidade da apuração, pelo estabelecimento de Brumado, do crédito presumido de IPI como ressarcimento do valor da Contribuição para o Programa de Integração Social e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("PIS/COFINS") incidente sobre as aquisições, no mercado interno, de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, para utilização no processo produtivo, conforme previsão da Lei nº 9.363/96. Da mesma forma, a Companhia busca a legalidade das transferências dos créditos apurados para os estabelecimentos de Contagem e das compensações feitas com o Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") devido nas vendas realizadas no mercado interno. Deferida liminar para suspender a exigibilidade dos débitos, por força da caução dos imóveis. Os autos subiram ao TRF-1 para julgamento da Apelação interposta pela União contra a sentença que julgou procedente a demanda, ainda pendente de julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa em contrapartida de baixa de provisão.
i. Valor provisionado	R$ 8,8 milhões

Em 2006, a Magnesita S.A. obteve decisão favorável, final e definitiva em discussão judicial movida contra à Centrais Elétricas S.A. - Eletrobrás acerca da correção monetária plena incidente sobre os empréstimos compulsórios.

O empréstimo compulsório sobre energia elétrica foi instituído através da Lei nº 4.156/1962, sob a égide da Constituição Federal de 1967. A Emenda Constitucional 1/69, conquanto admitisse a instituição de empréstimo compulsório por lei ordinária exigiu que a situação ensejadora de sua criação fosse estabelecida em lei complementar. Para atender tal exigência foi aprovada a Lei Complementar nº 13/1972 que autorizou a criação do empréstimo compulsório em favor da Centrais Elétricas S.A. – Eletrobrás. Tal empréstimo, cuja sistemática foi substancialmente alterada com o advento do Decreto-lei 1.512/76, era cobrado mensalmente nas contas de consumo de energia elétrica, com a finalidade de expandir o sistema elétrico do país.

Até a Emenda Constitucional 1/69, o empréstimo compulsório em favor da Eletrobrás era considerado espécie de contrato coativo (Súmula 418/ do Supremo Tribunal Federal ("STF")). A mencionada emenda, contudo, determinou que se aplicassem aos empréstimos compulsórios as disposições constitucionais relativas aos tributos e às normas gerais de direito tributário, o que foi mantido com a Constituição Federal de 1988. Esse entendimento foi corroborado tanto pelo STF quanto pelo Superior Tribunal de Justiça ("STJ").

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A devolução do empréstimo foi feita pela Eletrobrás mediante a conversão em ações, entretanto, não houve a aplicação da correção monetária legalmente devida em determinados períodos, o que culminou no ingresso de ações judiciais pleiteando a diferença não paga, como no caso da Magnesita S.A. Também nesse caso, o STJ entende ser devida a incidência de correção monetária sobre os empréstimos compulsórios

Em decorrência da decisão final favorável, o mérito da ação não pode mais ser discutido. A Eletrobrás foi condenada a pagar uma quantia apurada em laudo pericial e a entregar 167.212.493 ações de sua emissão à Magnesita S.A. Posteriormente, a Companhia impetrou ação de cobrança contra a Eletrobrás visando o recebimento dos respectivos valores, sendo que parte do valor pleiteado pela Companhia, no montante de aproximadamente R$ 8 milhões, foi reconhecido pela Eletrobrás e registrado nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 2006.

A ação de cobrança do valor não reconhecido pela Eletrobrás teve continuidade, ocorrendo, inclusive, depósito judicial no montante de R$ 69,7 milhões em agosto de 2007 por parte da Eletrobrás. No quarto trimestre de 2009, com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Companhia requereu o levantamento do valor depositado em juízo em razão do transcurso do prazo para a Eletrobrás impugnar a execução de cobrança.

Em janeiro de 2010 a Companhia requereu o reconhecimento do transcurso do prazo para impugnação, em virtude da ciência inequívoca do termo de penhora por parte da ELETROBRÁS, tendo o Juízo de primeira instância proferido decisão em que reconheceu a ciência inequívoca do termo de penhora por parte da ELETROBRÁS e o transcurso do prazo para impugnação e indeferiu, "por ora", o levantamento, sem, contudo, qualquer fundamentação.

Em razão de decisão acima a Magnesita interpôs agravo de instrumento, provido para determinar o levantamento do depósito, por decisão monocrática do desembargador relator, e a Eletrobrás interpôs agravo, parcialmente provido por acórdão publicado em 26.07.10, somente para impedir o levantamento de verbas honorárias referentes à fase de execução (que ainda não foram cobradas).

A Eletrobrás interpôs ainda um segundo agravo de instrumento contra a mesma decisão, naquilo que tange ao reconhecimento da ciência inequívoca, rejeitado por decisão monocrática. Em razão dessa decisão a Eletrobrás interpôs agravo interno e embargos de declaração, sendo todos rejeitados.

Em 19.01.11, foi dado provimento a agravo apresentado pela Companhia para determinar o levantamento de toda a quantia depositada em juízo, sendo publicado em 09.02.11 despacho determinando a expedição dos referidos mandados. Assim, em 14.02.11, a Magnesita procedeu ao levantamento do depósito.

Em 04.04.11, a Eletrobrás interpôs recurso especial, admitido na origem por decisão publicada em 28.07.11 e em 28.11.11, os autos foram recebido no STJ (REsp 1296317), tendo sido distribuídos ao Min. Benedito Gonçalves. Em 18.09.12, foi publicada decisão monocrática que deu provimento ao recurso especial, tendo a Magnesita interposto agravo interno que foi levado à mesa para julgamento, oportunidade em que a turma, por unanimidade, tornou sem efeito a decisão monocrática, a fim de que o recurso especial fosse julgado pelo colegiado, mediante inclusão em pauta.

Com o julgamento do agravo em que se discute a ciência inequívoca do termo de penhora, a Juíza, em despacho publicado em 08.01.2013, informou que o feito retornou à fase de cumprimento de sentença, mandando aguardar a manifestação do devedor. Assim, a Magnesita

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

peticionou informando que ainda cabia recurso contra a decisão que deu provimento ao recurso da Eletrobrás. No momento, aguarda-se a análise da referida petição, bem como da petição da Eletrobrás.

Paralelamente a Magnesita interpôs Embargos de Divergência perante o STJ.

Apresentamos, no quadro abaixo, as seguintes informações processuais requeridas:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo n.º 1999.001.082034-7 (Ação Ordinária)	
a. Juízo	Justiça Estadual
b. Instância	6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
c. Data de instauração	17.06.1999
d. Partes no processo	Magnesita Refratários S/A (Autor) e Centrais Elétricas S.A. – Eletrobrás (Réu)
e. Valores envolvidos	R$ 65,2 milhões (valor atualizado em 31/12/2009)
f. Principais fatos	Trata-se de execução na qual se busca o cumprimento da sentença transitada em julgado que condenou a Eletrobrás ao pagamento de diferenças de correção monetária, juros, dividendos e bonificações referentes ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica. A execução definitiva do julgado foi iniciada em 22/08/06. Em 18/10/06 a Eletrobrás depositou a quantia que entendia incontroversa, oferecendo penhora de ações negociáveis em bolsa que equivaliam ao saldo restante. A Companhia recusou a oferta das ações, requereu a realização do bloqueio on-line do montante e o levantamento da parcela incontroversa, o que foi deferido. Em 27/11/2009 foi acolhido o pedido de intervenção no feito manifestado pela União Federal e determinou a competência para julgar a execução em favor da Justiça Federal. Em 09.12.2009, contudo, em decorrência de recurso apresentado pela Companhia a competência da execução foi mantida na justiça estadual. Em 15/01/2010 foi reconhecida a ciência da Eletrobrás quanto à execução e penhora bem como transcurso do prazo para impugnação sem a apresentação desta, tendo a Eletrobrás agravado de tal decisão. O pedido de levantamento da quantia depositada, contudo, foi indeferido. Tanto a Eletrobrás quanto a Companhia apresentaram recursos contra essa decisão. O recurso da Companhia foi julgado favoravelmente para determinar o levantamento da quantia depositada. Em 28/07/2010 após reiterar o pedido de levantamento pela Companhia, foi proferida decisão determinando a expedição dos mandados de pagamento. Em 29/07/2010 a União Federal requereu a suspensão dos mandados de pagamento, o que foi deferido na mesma data. Tal decisão, contudo, foi invalidada em 10/08/2010, em razão do impedimento do desembargador que a prolatou. Os autos foram então remetidos a outro desembargador. Em 25.01.11 foi publicado acórdão que determinou o levantamento de toda a quantia depositada em juízo. Em 04.04.2011 a Eletrobrás interpôs recurso especial e em 18.09.2012 foi publicada decisão dando provimento ao recurso especial interposto e em face dessa decisão a Magnesita interpôs agravo interno e em 18.12.2012 houve o resultado do julgamento parcial que tornou sem efeito a decisão agravada, a fim de que o recurso especial seja julgado diretamente pelo colegiado. Com o julgamento do agravo em que se discute a ciência inequívoca do termo de penhora, a Juíza, em despacho publicado em 08.01.2013, informou que o feito retornou à fase de cumprimento de sentença, mandando aguardar a manifestação do devedor. Assim, a Magnesita peticionou informando que ainda cabia recurso contra a decisão que deu provimento ao recurso da Eletrobrás. No momento, aguarda-se a análise da referida petição, bem como da petição da Eletrobrás. Paralelamente a Magnesita interpôs Embargos de Divergência perante o STJ.
g. Chance de perda	Remota (a discussão do mérito já transitou em julgado favoravelmente à Companhia)
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não aplicável porque o mérito do processo de conhecimento já transitou em julgado em favor da Companhia. O processo encontra-se em fase de execução.
i. Valor provisionado	Não há provisão

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processos Trabalhistas

Dentre as ações trabalhistas em que a Companhia e suas controladas figuram no pólo passivo, não há processos que individualmente sejam relevantes para a Companhia ou suas controladas, ou que possam impactar de forma significativa seus negócios, seu patrimônio ou sua capacidade financeira. Para uma descrição acerca do número de processos trabalhistas a que a emissora responde, veja o item 4.6.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como partes em 37 ações cíveis, sendo que em 30 dessas está no polo passivo e em 7 no polo ativo. Dentre essas, as relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas e que não estão sob sigilo, destacamos as seguintes ações:

Processo n.º 079.07.387.290-9	
a. Juízo	1ª Vara Cível de Contagem/MG
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	19/12/2007
d. Partes no processo	Autor: Mineração Santa Juliana Réu: Magnesita Refratários S.A.
e. Valores envolvidos	R$ 3.200.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Indenizatória por meio da qual requer-se a condenação da Companhia ao pagamento de indenização em decorrência de alegado descumprimento de contrato de prestação de serviços de mineração. O perito apresentou laudo de engenharia concluindo que a Magnesita ainda deve a autora o pagamento do serviço de lavra de material. Apresentamos impugnação ao laudo pericial, com novos quesitos, juntando parecer técnico do assistente contratado pela Magnesita. No momento atual, estamos buscando junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais a realização de uma 2ª perícia judicial, para corrigir equívocos e premissas equivocadas constantes do laudo realizado pelo primeiro perito judicial.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro no valor máximo pleiteado pela parte contrária em função da inexistência de provisão. Todavia, eventual pagamento de condenação resulta também, em contrapartida, na entrega pela Parte Contrária à MRSA do estoque de argila *sub judice.*
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo n.º 2008.066.029240-8	
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Volta Redonda/RJ
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	20/10/2008
d. Partes no processo	Autor: ENGEFOR – Montagem de Refratários e Demolições S/A Réu: Magnesita Refratários S.A.
e. Valores envolvidos	R$ 1.568.607,15
f. Principais fatos	Trata-se de Ação de Cobrança relacionada à prestação, pela Autora, de serviços de consultoria, assessoria e representação que embasaram a emissão da nota fiscal nº 0204 e da duplicata nº 036/08. (23/9/2010) Processo Sobrestado em virtude da oposição de exceção de incompetência pela Magnesita. A Contestação foi enviada via Sedex para os advogados correspondentes fazerem o protocolo no dia 7/1/2011, após o recesso forense. Em 11/03/13 foi apresentada a réplica e em 24/04/11 a Magnesita informou que não há outras provas a serem produzidas. O processo se encontra paralisado até a decisão do STJ a respeito da exceção de incompetência aviada pela Magnesita.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa no valor envolvido atualizado.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo n.º 2011.01.1.129267-9	
a. Juízo	20ª Vara Cível da Comarca de Brasília/DF
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	15/07/2011
d. Partes no processo	Autor: SOBATA – Sociedade Baiana de Talco Ltda. Réu: Magnesita Refratários S.A.
e. Valores envolvidos	Ainda não definido
f. Principais fatos	Trata-se de Ação indenizatória ajuizada pela SOBATA alegando que a Magnesita Refratários S.A. teria extraído indevidamente talco da área da SOBATA, juntamente com o pleito da remoção da pilha de estéril supostamente depositada pela Magnesita na área da SOBATA. Em 10/08/11 a Magnesita ofereceu contestação e reconvenção e aguarda a impugnação por parte da SOBATA. Apresentada manifestação pela SOBATA a respeito da contestação e reconvenção apresentadas pela Magnesita.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa no valor envolvido atualizado.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo n.º 0430727-49.2012.8.19.0001	
a. Juízo	3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	15/07/2011
d. Partes no processo	Autor: Magnesita Refratários S.A Réu: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA.; FOSECO INDUSTRIAL E COMERCIAL LIMITADA e CCPI INC.
e. Valores envolvidos	Ainda não definido
f. Principais fatos	Ação Declaratória de não infração de patente, com pedido de tutela antecipada, visando (i) assegurar a produção, comercialização e manutenção técnica do produto Risaimpact®; e (ii) abster as Rés de praticar qualquer ato junto aos clientes da Autora, com o objetivo de divulgar uma suposta infração patentearia, sob pena de multa de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por descumprimento. Foi deferida pelo Juízo de 1ª Instância a antecipação de tutela (liminar) pleiteada pela Magnesita.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa no valor envolvido atualizado.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

Processo n.º 2012.51.01.057916.3	
a. Juízo	25ª Vara Federal da Justiça Federal do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	15/07/2011
d. Partes no processo	Autor: Magnesita Refratários S.A Réu: INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial; VESUVIUS REFRATARIOS LTDA.; FOSECO INDUSTRIAL E COMERCIAL LIMITADA e CCPI INC.
e. Valores envolvidos	Ainda não definido
f. Principais fatos	Nulidade das patentes PI9408055-0 e PI9509706-6 Após a juntada da contestação do INPI, a nossa petição reiterando o pedido de liminar também foi juntada aos autos, de forma que os autos

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	foram conclusos para decisão. Nesse ínterim, foi juntado aos autos o mandado de citação da Ré CCPI, Inc, a qual ainda nao apresentou sua contestação.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa no valor envolvido atualizado.
i. Valor provisionado	Não há provisão.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas.

A Companhia e suas controladas não figuram como partes em nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral, com ou sem sigilo, e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, exceto com relação a ações judiciais de caráter meramente trabalhista ajuizadas por ex-administradores com relação a verbas rescisórias.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

A Companhia e suas controladas não figuram como partes em nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral, sigiloso.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros.

Para fins do presente item 4.6, foi considerado o possível impacto significativo de processos no patrimônio da Companhia, em sua capacidade financeira ou em seus negócios ou os de suas controladas. Não há outros fatores presentes em processos em que a Companhia seja parte capazes de influenciar a decisão do público investidor que deveriam ser considerados para fins do critério de relevância adotado.

Processos Tributários

De 2007 a 2009 a Companhia foi autuada pelo Departamento Nacional de Produção ("DNPM") com base em suposto pagamento a menor de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais ("CFEM") decorrente de divergência, em especial, em relação à base de cálculo aplicável e os valores que a compõe. Em 30 processos administrativos decorrentes dessas autuações, relativas ao período de 1991 a 2007, a Companhia discute, sucintamente, que o valor a ser utilizado como base de cálculo da CFEM é o valor da substância mineral até a calcinação, quando se dá a descaracterização mineralógica daquela (art. 14, III do Decreto 01/91), subtraído de algumas deduções permitidas em lei. Da mesma forma, a Companhia entende ser ilegal a equiparação da saída da substância mineral para consumo ou a utilização (transferência) à saída por venda, para fins de incidência de CFEM. Em 25 desses processos, nossos advogados estimam que o valor envolvido atualizado perfaz o montante de aproximadamente R$ 6,7 milhões, enquanto os 5 autos de infração remanescentes envolvem aproximadamente R$ 38,0 milhões e atualmente encontram-se pendente de julgamento em primeira instância administrativa. Para estes últimos 5 processos, a Companhia constituiu provisão no valor de R$ 1,9 milhões (em 31/12/2012). Dentre estes processos, destacamos os cinco, que pelo valor individual e probabilidade de perda se destacam e para estes apresentamos, no quadro abaixo, as seguintes informações:

Processos administrativos: i) NFLDP 004/2008, ii) NFLDP 005/2008, iii) NFLDP 006/2008, iv) NFLDP 007/2008, v) NFLDP 008/2008	
a. Juízo	DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral - BA - 7º Distrito
b. Instância	Não aplicável
c. Data de instauração	03/04/2008
d. Partes no processo	DNPM (Autor) e Magnesita Refratários S/A (Réu)
e. Valores envolvidos	i - R$ 1,7 milhões; ii - R$ 25,5 milhões; iii – R$ 80,5 mil; iv - R$ 5,7 mil e v - R$ 924,5 mil (valores originais). .
f. Principais fatos	Em geral, a Companhia discute acerca do valor a ser utilizado como base de cálculo da CFEM e a legalidade da equiparação da saída da substância mineral para consumo ou para utilização (transferência) à saída por venda. Em abril de 2008 foram apresentadas as defesas, que foram acatadas parcialmente pelo DNPM, apenas para considerar como corretos os valores apresentados pela Tyno Consultoria, do que resultou diminuição do débito. Em 15.07.2011 a Magnesita apresentou recurso e aguarda a decisão.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa para pagamento dos valores cobrados no auto de infração e baixa de provisão.
i. Valor provisionado	R$ 1,9 milhões

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processos Trabalhistas

Em dezembro de 2012, a Companhia figurava como ré em aproximadamente 785 processos judiciais de contingência trabalhista, tendo a Companhia provisionado, na data-base de dezembro de 2012, a monta de R$ 23.451 milhões, levando em consideração as reais chances de êxito dos pedidos formulados em cada caso. Os principais pedidos aduzidos nestes processos judiciais trabalhistas são os seguintes: equiparação salarial, indenização por doença ocupacional/acidente do trabalho, adicional de periculosidade/insalubridade e horas extras.

Dentre as ações individuais, destacam-se algumas demandas ajuizadas por sindicatos discutindo o eventual descumprimento de normas presentes em Acordos Coletivos de Trabalho e buscando sanções pelo descumprimento de obrigações relacionadas a regras de saúde e segurança ocupacional. Também têm destaque medidas administrativas e judiciais movidas pelo Ministério Público do Trabalho voltadas ao questionamento, dentre outros temas, da cota de aprendizes da Companhia, do enquadramento sindical de seus empregados e de terceirização.

A Companhia e suas controladas figuravam, ainda, como parte em aproximadamente 24 ações trabalhistas, em que ex-empregados (ou seus respectivos sucessores) buscam indenizações por acidentes do trabalho ou doenças profissionais. Tais demandas, embora individualmente não apresentem potencial para afetar negativamente os negócios da Companhia, em conjunto podem se mostrar relevantes.

Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como parte em 37 ações cíveis (das quais 30 são no pólo passivo), dentre alguns processos conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

REFIS

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao pagamento e parcelamento de débitos junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 11.941/09. A Companhia optou pelo pagamento de débitos fiscais no montante de R$ 5,6 milhões, em 180 parcelas, sendo R$ 1,9 milhão através de desembolso de caixa e R$ 4,4 milhões pela utilização de prejuízo fiscal. Os valores do parcelamento ainda encontram-se pendente de homologação por parte da Receita Federal do Brasil. Em 30/12/13 a Companhia já efetuou o pagamento de 58 parcelas pelo valor mínimo de recolhimento, cujo montante total representa R$ 547.428,45.

A Companhia aderiu ainda em novembro de 2013 ao REFIS previsto no art. 40 da Lei nº 12.685/13 (lucros no exterior), desistindo do recurso especial proposto no processo administrativo nº 13.603.002794/2003-50, que envolvida 30,1milhões (valor em 31/12/2012). O processo tinha como objeto o Auto de Infração lavrado contra a Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda. em razão do não recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido ("CSL") sobre os lucros auferidos no exterior por meio da Iliama Trading (empresa controlada pela Companhia sediada na Ilha da Madeira). A Companhia optou pelo pagamento dos débitos fiscais em parcela única correspondente a R$ 5.473.879,19.

Questões Ambientais

Somos réus em processos judiciais e administrativos de cunho ambiental no curso normal de nossos negócios, dentre os quais destacamos abaixo. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos nossos negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso para nós.

Somos parte em um inquérito civil iniciado pelo Ministério Público do Estado da Bahia, para investigar eventual dano ambiental e problemas de saúde na comunidade localizada na cidade de Brumado, Estado da Bahia, decorrente de emissões fora dos padrões legais associadas às nossas operações. Enviamos documentos e informações em resposta à solicitação do Ministério Público e solicitamos arquivamento do procedimento, o que ainda não ocorreu. Foi elaborado um projeto para implementação de um sistema para reduzir a emissão de particulados, cujo custo foi estimado em R$ 10 milhões. O projeto se encontra atualmente em fase final de implementação.

Estamos envolvidos na limpeza de uma unidade industrial desativada anteriormente operada por nossa então subsidiária Cerâmica São Caetano Ltda. (incorporada pela Emissora), na cidade de Suzano, Estado de São Paulo. O sítio, localizado perto de áreas residenciais e de agricultura, contém chumbo, arsênico e zinco no solo, e chumbo, níquel e mercúrio em águas subterrâneas. Estivemos envolvidos nos últimos anos, na realocação de resíduos contaminados para um aterro industrial controlado para substâncias perigosas. Realizamos a contratação da sociedade Essencis Soluções Ambientais S.A., ao custo de R$ 10.015.909,51, sendo que o processo de remediação se encontra atualmente em fase avançada de execução.

Adicionalmente, identificamos contaminação do solo decorrente do material refratário depositado em nosso aterro localizado em Betim, Estado de Minas Gerais, onde temos uma unidade industrial para fabricação de produtos refratários operada por nossa antiga subsidiária Ikera Indústria e Comércio Ltda. Em 2009, nós transferimos a produção e os equipamentos de Betim para nossas outras plantas industriais em Contagem, a fim de concentrar a produção em

4.7 - Outras contingências relevantes

menos unidades e gerar ganho operacional, o que pode resultar em investigação adicional e/ou obrigações de remediação durante os próximos anos. Estudos preliminares sugerem que a transferência de resíduos refratários para um aterro industrial controlado poderia nos custar cerca de R$ 6 milhões, no entanto esse valor foi revisto e reduzido, sendo que realizamos a contratação da sociedade Essencis Soluções Ambientais S.A., ao custo de R$ 1.223.780,17. O processo de remediação se encontra atualmente em fase avançada de execução.

Em dezembro de 2010 recebemos um ofício do Ministério Público de Minas Gerais requerendo informações sobre o processo de licenciamento ambiental da exploração minerária no município de Itabirito. A licença foi concedida seguindo o procedimento aplicável às atividades de impactos ambientais não significativos. A Companhia forneceu informações ao órgão, explicando que o processo de licenciamento para emissão da Autorização Ambiental de Funcionamento seguiu a legislação estadual vigente. Ainda não recebemos nenhuma resposta do Ministério Público e, portanto, não podemos determinar o impacto deste ofício, caso exista algum, em nossas operações ou negócios. A não adequação das nossas atividades ao licenciamento ambiental regular exigido pelo órgão ambiental pode causar efeitos adversos para nós.

A Companhia assinou em 14/08/2013 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no qual se comprometeu perante o Ministério Público de Minas Gerais a regularizar a sua filial inscrita no CNPJ sob o nº 08.684.547/0033-42, localizada na Rua Osório de Morais, nº 2363, bairro Cidade Industrial, em Contagem/MG, no que concerne à cessação de supostos danos ambientais, como poluição sonora e atmosférica, renovação da Licença ambiental, regularização do contrato com a COPASA e obtenção de AVCB. A Companhia está tomando todas as medidas necessárias para o atendimento das obrigações assumidas no TAC.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. **Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem.**

Não se aplica, considerando que a Magnesita Refratários S.A. não se enquadra na categoria de emissor estrangeiro, mas sim de companhia aberta com sede no Brasil.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5. RISCOS DE MERCADO

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Qualquer alteração econômica mundial poderá impactar diretamente, seja positivamente ou negativamente, a nossa produção.

O nível global de produção de aço e cimento impacta diretamente as vendas de materiais refratários da Companhia. A produção mundial de aço foi de 1.491 milhões de toneladas em 2011, de 1,548 milhões de toneladas em 2012 e 1.582 milhões de toneladas em 2013, mostrando crescimento em todos os anos. A produção de aço no Brasil foi de 35,2 milhões de toneladas em 2011, 34,7 milhões em 2012 e 34,2 milhões em 2013, com uma queda na produção entre 2011 e 2012, e entre 2012 e 2013. A produção de cimento no Brasil passou de 68,3 milhões de toneladas em 2012 para 70,0 milhões de toneladas em 2013.

Dependemos fortemente do mercado internacional, de forma que a variação cambial também poderá impactar negativamente a nossa receita.

A Companhia também está exposta a variações cambiais, uma vez que grande parte da receita líquida é proveniente do mercado externo. Variações cambiais podem afetar o nível das exportações da Companhia, já que a maioria de sua receita é gerada fora do Brasil e em moeda estrangeira, e pode fazer com que a Magnesita sofra perdas ou ganhos. Logo, variações cambiais, principalmente em euro e em dólar americano, podem fazer com que a receita líquida oscile caso essas moedas se flutuem frente ao real. A variação cambial também pode afetar a dívida da Companhia, já que 76% da dívida líquida era em moeda estrangeira em 31/12/2013.

A exposição à taxa de juros flutuante está basicamente sujeita às variações da LIBOR, já que esta é referência para os empréstimos em dólares, e às variações da taxa CDI, pois esta é referência aos empréstimos denominados em reais.

O mercado de capitais brasileiro tem grande influência sobre os nossos negócios.

A Companhia também está exposta a riscos relativos à volatilidade e liquidez limitada do mercado fazendo com que o preço de suas ações possa ser afetado negativamente. O mercado de valores mobiliários brasileiro pode ser influenciado por diversos fatores macroeconômicos do Brasil e do mundo. Além de aspectos econômicos, aspectos políticos também podem influenciar diretamente ou indiretamente no preço da ação negociada.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

As condições econômicas e políticas brasileiras e as percepções dessas condições no mercado internacional têm um impacto direto sobre nossos negócios e o nosso acesso ao capital internacional e mercados de dívida, podendo afetar adversamente nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Realizamos quantidade substancial de nossas operações na América do Sul e vendemos boa parte dos nossos refratários, minérios e serviços para consumidores na região, sendo que o Brasil representa grande parte das vendas na região. No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 45% de nossas receitas líquidas foram obtidas na América do Sul. Assim, nossa condição financeira e nossos resultados de operações dependem substancialmente das condições econômicas na região e principalmente, no Brasil. O produto interno bruto do Brasil, ou PIB, em termos reais, cresceu 6,1% em 2007, 5,1% em 2008, recuou 0,3% em 2009, cresceu 7,5% em 2010, 2,7% em 2011, 0,9% em 2012 e 2,3% em 2013. Não podemos garantir que o PIB irá aumentar ou manter-se estável no futuro. A evolução da economia brasileira pode afetar as taxas de crescimento do país e, consequentemente, o consumo de refratários e minerais. Como resultado, esses acontecimentos poderiam prejudicar as nossas estratégias de negócios, os resultados das operações ou a situação financeira.

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia nacional e ocasionalmente institui modificações significativas nas políticas e regulamentações. Nossos negócios, juntamente com nossos resultados operacionais e situação financeira, poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como fatores econômicos de caráter geral, tais como:

- desvalorizações e outros movimentos da taxa de câmbio;
- políticas monetárias;
- taxas de inflação;
- instabilidade dos preços das commodities;
- instabilidade econômica e social;
- quedas de energia elétrica;
- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições sobre remessas para o exterior;
- liquidez do mercado doméstico de capitais e empréstimos;
- restrições às exportações;
- política fiscal; e
- outras atitudes ou evoluções políticas, diplomáticas, econômicas e sociais no Brasil ou que venham a afetá-lo.

Historicamente, o cenário político do país tem influenciado o desempenho da economia brasileira e a crise política afetou a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração econômica e no aumento da volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. A evolução de políticas do governo brasileiro e a incerteza sobre tais políticas, se serão implementadas e quando, o que está de fora do nosso, pode nos afetar adversamente.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no país, e surtir efeitos adversos sobre nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Historicamente, o Brasil enfrentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, teve efeitos negativos consideráveis sobre a economia brasileira, especialmente antes de 1995. As taxas de inflação foram de 3,8% em 2006, 7,7% em 2007 e 9,8% em 2008, comparada com um taxa de deflação de 1,7% em 2009, uma taxa de inflação de 11,3% em 2010, 5,1% em 2011, 7,8% em 2012 e 5,9% em 2013, medida pelo Índice Geral de Preços - Mercado, ou IGP-M, divulgado pela FGV - Fundação Getulio Vargas. Nossos custos de caixa e despesas operacionais são substancialmente denominados em reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira, uma vez que nossos fornecedores geralmente aumentam os preços para refletir a desvalorização da moeda. Se a taxa de inflação brasileira aumentar mais rápido do que qualquer taxa de valorização do dólar, então, já que expressas em dólares, nossas despesas operacionais podem aumentar. Além disso, uma inflação alta geralmente leva ao aumento das taxas de juros domésticas e, por conseguinte, nossos custos de dívida denominada em reais podem aumentar.

As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação têm frequentemente incluído a manutenção de uma política monetária rigorosa, com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. A inflação, as medidas para combater a inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e, portanto, minar a confiança do investidor no país, impactando a nossa capacidade de acessar os mercados de capitais internacionais.

O Brasil poderá enfrentar altos níveis de inflação futuramente, o que pode impactar a demanda interna por nossos produtos. As pressões inflacionárias também podem restringir nossa capacidade de acessar mercados financeiros estrangeiros e levar a novas intervenções governamentais na economia, incluindo a introdução de políticas governamentais que venham a afetar substancialmente o desempenho geral da economia brasileira, as quais, por sua vez, podem nos afetar de maneira significativa. Para maiores informações sobre a inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, favor consultar o item 10.2 “b” deste Formulário de Referência.

Flutuações nas taxas de juros poderiam aumentar o custo do serviço da nossa dívida e afetar negativamente nosso desempenho financeiro geral.

Nossas despesas financeiras são afetadas por mudanças nas taxas de juros, como o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e a LIBOR - London Interbank Offered Rate. A taxa CDI flutuou significativamente no passado em resposta à expansão ou contração da economia brasileira, inflação, políticas do governo brasileiro e outros fatores. Por exemplo, a taxa CDI passou de 11,8% em 31 de dezembro de 2007 para 12,4% em 31 de dezembro de 2008, 9,9% em 31 de dezembro de 2009, 9,8% em 31 de dezembro de 2010, 11,6% em 31 de dezembro de 2011, 6,9% 31 de dezembro de 2012 e 9,8% no final de 2013. Devido à crise econômica dos EUA, as taxas Libor também flutuaram e diminuíram nos últimos meses em resposta à política monetária do Federal Reserve, o Banco Central norte-americano. Um aumento significativo das taxas de juros, em

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

particular a CDI, pode ter um efeito adverso relevante sobre nossas despesas financeiras e afetar negativamente nosso desempenho financeiro global. Por outro lado, uma redução significativa na taxa do CDI ou da LIBOR poderá afetar negativamente as receitas financeiras provenientes de nossas atividades de investimento. Para maiores informações sobre as flutuações nas taxas de juros, favor consultar o item 10.2 "c" deste Formulário de Referência.

Condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os em desenvolvimento, podem afetar significativa e adversamente a economia brasileira e, portanto, o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

O mercado de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em diferentes graus, as condições de mercado em outros países, como a América Latina e países em desenvolvimento. Muito embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores ao desenvolvimento em um deles pode fazer com que o mercado de capitais dos demais venham a flutuar. As evoluções ou condições em outros países, como os em desenvolvimento, por vezes afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira e resultaram em consideráveis saídas de recursos e na diminuição da quantidade de moeda estrangeira investida no Brasil, bem como limitou o acesso aos mercados de capitais internacionais, o que pode afetar, de maneira adversa e considerável, a nossa capacidade de contrair empréstimos a uma taxa de juros aceitável ou aumentar o capital quando, e se houver, necessidade para tanto, ou mesmo o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Risco Cambial

O Grupo Magnesita atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A política financeira do Grupo Magnesita destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir custos, diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, proteger-se da exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas.

Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de swap e ter ativos vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado											
	Em R$ mil - 31/12/2013				Em R$ mil - 31/12/2012				Em R$ mil - 01/01/2012			
	USD	EUR	Outras moedas	Total	USD	EUR	Outras moedas	Total	USD	EUR	Outras moedas	Total
Ativos e passivos em moeda estrangeira												
Caixa e bancos	275.280	139.014	31.529	445.823	84.635	190.915	56.121	331671	62.551	98.043	42.423	203.017
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	972	972	-	44.442	108	44.550
Contas a receber, líquidas de provisão para riscos de crédito	158.716	151.034	101.330	411.080	124.242	162.916	50.297	337.455	121993	135.582	51530	309.105
Fornecedores	-103.888	-180.610	-94.637	-379.135	-90.379	-97.849	-21375	-209.603	-84.512	-87.912	-26.863	-199.287
Empréstimos e financiamentos	-35.854	-34.956	-23.522	-94.332	-648.991	-34.455	-	-683.446	-168.192	-12.623	-	-180.815
Emissão títulos de dívida	-1.527.783	-	-	-1.527.783	-799.491	-	-	-799.491	-731898	-	-	-731898
Instrumentos financeiros derivativos	442.751	-362.981	-	79.770	306.525	-316.969	14.322	3.878	260.865	-257.108	-	3.757
Outros ativos (passivos) monetários líquidos no exterior	3.738	3.360	9.898	16.996	-59.001	-139.664	-23.800	-222.465	-61416	-147.963	-49.129	-258.508
Exposição líquida	-787.040	-285.139	24.598	-1.047.581	-1082.460	-235.106	76.537	-1241029	-600.609	-227.539	18.069	-810.079

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A administração procura mitigar os riscos de exposição cambial relacionados aos empréstimos através de transações realizadas nos Estados Unidos e Europa. Adicionalmente contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de forma a reduzir essa exposição.

Na análise de sensibilidade do risco cambial, a Administração considerou como cenário provável o cenário esperado para o encerramento do exercício seguinte. Os cenários I e II foram calculados com deteriorações das taxas em 25% e 50%, respectivamente, sobre o cenário provável, considerando essas hipóteses para a data de 31 de dezembro de 2013.

Descrição	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Exposição ao risco cambial (alta do Dólar)	-787.040	-787.040	-787.040
Taxa do Dólar em 31/12/2013	2,3426	2,3426	2,3426
Exposição ao risco cambial (conversão para Dólar)	-335.969	-335.969	-335.969
Taxa cambial estimada conforme cenário provável	2,3426	2,9283	3,5139
Diferença entre as taxas	-	0,5857	1,1713
Efeito na despesa financeira (em Reais)	-	-196.777	-393.520
Exposição ao risco cambial (alta do Euro)	-285.139	-285.139	-285.139
Taxa do Euro em 31/12/2013	3,2265	3,2265	3,2265
Exposição ao risco cambial (conversão para Euro)	-88.374	-88.374	-88.374
Taxa cambial estimada conforme cenário provável	3,2265	4,0331	4,8398
Diferença entre as taxas	-	0,8066	1,6133
Efeito na despesa financeira (em Reais)	-	-71.282	-142.574

Durante os anos de 2013 e 2012, os empréstimos do Grupo Magnesita às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólar dos Estados Unidos.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo Magnesita decorre de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos adquiridos às taxas fixas expõem o Grupo Magnesita ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A política financeira do Grupo Magnesita destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir o risco por meio da substituição de taxas de juros flutuante por taxas de juros fixa ou substituir as taxas de juros baseadas em índices internacionais por índices em moeda local.

	Consolidado						Controladora					
	31/12/2013	%	31/12/2012	%	01/01/2012	%	31/12/2013	%	31/12/2012	%	01/01/2012	%
Empréstimos e financiamentos												
TJLP	-	4,2	239	0	623	0	-	7,2	239	0	500	0,1
Libor	-	17	107.530	5,7	97.056	5,6	-	29	107.530	11	97.056	10
CDI	**630.275**	9,4	340.175	18	839.653	49	**630.275**	16	340.175	34	839.653	89
	630.275	30	447.944	24	937.332	54	**630.275**	52	447.944	44	937.209	100
Demais empréstimos não sujeitos a risco de taxas de juros												
Empréstimos pré-fixados	**817.400**	30	585.796	31	38.207	2,2	**774.991**	48	565.074	56	1.725	0,2
Títulos de divida de longo prazo pré-fixados (Juros)	**18.448**	0,8	27.113	1,4	14.587	0,9	-	-	-	-	-	-
Títulos de divida de longo prazo pré-fixados (Principal	**918.565**	38	799.491	43	731.898	43	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	**29.045**	1,2	10.431	0,6	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.783.458	70	1.422.831	76	784.692	46	**774.991**	48	565.074	56	1.725	0,2
	2.413.733	100	1.870.775	100	1.722.024	100	**1.405.266**	100	1.013.018	100	938.934	100

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Os riscos de taxa de juros relacionados às aplicações financeiras estão demonstrados abaixo:

	Consolidado						Controladora					
	31/12/2013	**%**	**31/12/2012**	**%**	**01/01/2012**	**%**	**31/12/2013**	**%**	**31/12/2012**	**%**	**01/01/2012**	**%**
CDI												
CDB e Compromissadas	**701.832**	98	459.282	95	564.577	93	**692.184**	**98**	415.599	95	539.693	93
Títulos e valores mobiliários	**11.596**	2	22.710	5	43.842	7	**11.596**	**2**	22.710	5	43.842	7
	713.428	100	481.992	100	608.419	100	**703.780**	**100**	438.309	100	583.535	100

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para o gerenciamento de riscos referentes às oscilações das taxas de empréstimos e financiamentos.

A seguir está apresentada à exposição ao risco de juros das operações da Companhia:

	Consolidado
	31/12/2013
	CDI
Equivalentes de caixa	**713.428**
Notas de crédito de exportação	**-204.880**
Adiantamentos sobre faturas de exportação	**-21.280**
Debêntures	**-400.495**
Cédula de crédito bancário	**-3.620**
Total exposição passiva	**-630.275**
Exposição líquida	**83.153**

A tabela seguinte demonstra a perda incremental que teria sido reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Na análise de sensibilidade do risco de taxa de juros, a Administração considerou como cenário provável o cenário esperado para o encerramento do exercício seguinte. Os cenários I e II foram calculados com deteriorações das taxas em 25% e 50%, respectivamente, sobre o cenário provável, considerando essas hipóteses para a data de 31 de dezembro de 2013. Esta análise leva a seguinte posição:

Descrição	**Cenário provável**	**Cenário I**	**Cenário II**
Exposição ao risco do CDI (baixa da taxa)	83.153	83.153	83.153
Taxa do CDI acumulado em 31/12/2013	9,77%	9,77%	9,77%
Taxa de juros conforme cenário provável	10,10%	12,63%	15,15%
Diferença entre as taxas	0,33%	2,86%	5,38%
Efeito na receita financeira	274	2.378	4.474

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:
a. riscos para os quais se busca proteção
b. estratégia de proteção patrimonial (**hedge**)
c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (**hedge**)

a) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia tem como política efetuar operações pontuais com instrumentos de derivativos com o objetivo de mitigar ou eliminar riscos de descasamento de moeda à sua operação. No entanto, a Companhia não faz uso regular de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial, uma vez que os riscos aos quais está exposta no seu ativo e passivo, estão relacionados ao curso normal de seus negócios.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia busca gerir seu fluxo de caixa estabelecendo critérios de posições de caixa mínimo. Atua também no gerenciamento de contratos de longo prazo com seus principais fornecedores, evitando eventuais impactos no fluxo de caixa por aumentos de preço.

Os riscos de crédito a que a Companhia e suas controladas estão sujeitas em seu "Contas a Receber" de clientes, estão minimizados pela contratação de seguros de crédito de exportação junto a seguradoras, pela análise criteriosa da concessão do limite e pelo controle eficiente de cobrança

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não contrata operações de derivativos com fins especulativos e geralmente não as liquida antes de seus respectivos vencimentos. A Companhia monitora os riscos cambiais decorrentes do seu endividamento em moedas estrangeiras excedentes ao volume das operações existentes nestas moedas. Este monitoramento considera, ainda, a evolução das taxas de câmbio, especialmente o Dólar e o Euro, para tomada de decisão quanto a contratação de operações de swap. Dessa forma durante o 2º trimestre de 2010 a controlada indireta Rearden G Holdings Eins GmbH contratou operação de swap. Tendo em vista o maior valor da dívida em Dólar frente às operações do Grupo Magnesita nesta moeda, a aquisição desta operação foi no mercado de balcão com o banco Itaú BBA S.A. Além disso, o Grupo Magnesita possui alguns contratos de "NDF" de taxa cambial para proteger o risco cambial de aquisições de matérias-primas.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Consolidado 31/12/2013 em milhares de R$

			Consolidado - Em milhares		
			31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Descrição	Faixas de vencimento Mês / ano	Valor referência (nocional)	Valor justo R$	Valor justo R$	Valor justo R$
Proteção de taxas de câmbio:					
Swap (Alemanha)	30/03/2015				
Posição ativa		**US$ 150.000**			
Posição passiva		**Euro 118.110**	**(29.045)**	**(10.256)**	**5.568**
NDF (Brasil)	03/02/2014				
Posição ativa		**US$ 39.000**			
Posição passiva		**R$ 86.241**	**5.475**	**-**	**-**
NDF (Reino Unido)	29/10/2010 a				
Posição ativa	31/12/2013	**GBP 4.340**			
Posição passiva		**Euro 4.896**	**-**	**(175)**	**374**
NDF (Brasil)	13/03/2012				
Posição ativa		**US$ 15.000**			
Posição passiva		**R$ 26.685**	**-**	**-**	**(1.714)**
NDF (Brasil)	13/03/2012				
Posição ativa		**R$ 26.316**			
Posição passiva		**US$ 15.000**	**-**	**-**	**2.065**

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos
e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (**hedge**) e quais são esses objetivos

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza como parâmetro para o gerenciamento de riscos de moeda o nível de descasamento entre o fluxo de caixa operacional e o fluxo de caixa financeiro em cada moeda. Periodicamente, a Companhia procura restabelecer o balanço entre tais fluxos de caixa a fim de assegurar o bom gerenciamento do risco cambial. Os parâmetros de investimento são:

Condições de Liquidez

Os investimentos financeiros devem ser planejados com base na previsão de caixa de curto e médio prazo das empresas e devem possuir preferencialmente liquidez imediata e não podendo exceder um período de 24 meses.

Gestão de Risco de Crédito

Os investimentos financeiros locais devem ser efetuados exclusivamente em instituições que foram avaliadas por uma agência de *Rating* conceituada (Moody's, S&P, Fitch), e devem observar os seguintes critérios:

Critério I: com relação à concentração, a carteira de investimentos deve obedecer aos seguintes limites:

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Montante Total das Aplicações Financeiras (R$/Milhões)	Exposição máxima por banco
< R$ 50	50%
R$ 50 < > R$ 100	33%
R$ 100 < > R$ 200	25%
> R$ 200	20%

Critério II: aplicação em instituições Brasileiras – Rating >= AA; aplicação em instituições Extrangeiras (Fitch e S&P) - Rating >= AA ou (Moodys) – Rating >= Aa3.

Critério III: os limites de exposição por instituição (lastro da operação), assim como as instituições financeiras autorizadas a receberem investimentos da Magnesita Refratários S.A., são previamente definidos em sua Política de Riscos. Nenhuma aplicação poderá ter prazo superior a 720 dias. Apenas através de aprovação específica do Conselho de Administração poderão ser feitas operações que não satisfaçam às exigências formalizadas acima.

O Conselho de Administração deverá rever a tabela acima a cada 6 meses ou sempre que julgar necessário.

Instrumentos Financeiros Autorizados

Os instrumentos de curto e médio prazo autorizados para investimentos são:

- Certificado de Depósito Bancário;
- Operações Compromissadas (o lastro das operações compromissadas somente poderá ser de emissores listados acima e respeitando os limites estabelecidos);
- Time Deposits; e
- Fundos Exclusivos, mediante a prévia aprovação do Conselho de Administração.

Apenas mediante aprovação específica do Conselho de Administração é que serão admitidas operações que não satisfaçam às exigências descritas acima.

Uso de Instrumentos Derivativos

Qualquer operação que envolva instrumentos derivativos, tanto na ponta passiva quanto na ponta ativa, será analisada caso a caso e somente será autorizada com o aval do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S/A.

e) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia não efetua operações com derivativos para fins especulativos ou outros fins que não o de promover a proteção patrimonial.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos
g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O monitoramento de riscos é feito através de sua Tesouraria, ligada diretamente à Diretoria Financeira, avaliando se as ações praticadas estão sendo feitas de acordo com as políticas adotadas para o gerenciamento de risco. A Tesouraria comunica a Diretoria Financeira caso identifique a necessidade de utilização de instrumentos derivativos. A Diretoria Financeira, por sua vez, de acordo com a Política de Riscos, analisa a proposta da Tesouraria e, quando julga necessário, submete à aprovação do Conselho de Administração.

Um dos meios para a Tesouraria acompanhar a eficácia de suas ações no gerenciamento dos riscos financeiros é o estabelecimento da meta de endividamento líquido máximo no exercício social findo, além de verificação do fluxo de caixa operacional gerado e do fluxo de caixa financeiro consumido em cada moeda. A Tesouraria monitora continuamente a eficácia de suas políticas de gerenciamento de riscos, utilizando modelos financeiros para realizar simulações e análises de estresse. Os resultados financeiros da Companhia são comparados com as previsões dos modelos financeiros, a fim de verificar a efetividade da política adotada.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura organizacional e os controles internos da Companhia estão adequados para a verificação da efetividade da Política de Risco, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita devido ao seu posicionamento no mercado.

Conforme mencionado anteriormente, o monitoramento desses riscos é feito através da Tesouraria da Companhia, ligada diretamente à Diretoria Financeira, a qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de acordo com as políticas adotadas para o gerenciamento de risco. A Tesouraria comunica a Diretoria Financeira caso identifique a necessidade de utilização de instrumentos derivativos, que, por sua vez, de acordo com a Política de Riscos, analisa a proposta da Tesouraria e, quando julga necessário, submete à aprovação do Conselho de Administração.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	11/12/2006
Forma de Constituição do Emissor	A Companhia foi Constituida em 11 de dezembro de 2006 na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil, sob a aforma de sociedade por ações de capital fechado.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	02/07/2007

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico da Companhia

A Companhia foi constituída, em 11 de dezembro de 2006, sob a denominação Sibaúma Participações S.A., a qual foi posteriormente alterada, em 06 de agosto de 2007, para RPAR Holding S.A. e, em 17 de março de 2008, para Magnesita Refratários S.A.

Entre 11 de dezembro de 2006 e 26 de setembro de 2007, a Companhia não gerou resultados decorrentes de sua atividade social.

Em 27 de setembro de 2007, Alumina Holdings, LLC, GPCP4 - Fundo de Investimentos em Participações, e Gávea Investimentos, adquiriram, através da Companhia, o controle de Magnesita S.A. A referida operação foi feita mediante a aquisição, pela Companhia, de ações representativas, direta e indiretamente, de 70,7% do capital votante da Magnesita S.A. e 3,1% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 38,6% do capital social total da referida companhia.

Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia adquiriu em bolsa, por meio de oferta pública voluntária de ações, novas ações preferenciais classe A e classe C da Magnesita S.A., correspondentes a 16,83% das ações preferenciais em circulação, representando um aumento na participação no capital total de 7,98%.

Entre 3 e 31 de janeiro de 2008, a Companhia adquiriu, via Bolsa de Valores, 955.392.390 ações ordinárias e 2.951.731.751 ações preferenciais classe A de emissão de Magnesita S.A., aumentando sua participação em 9,18% do capital total.

Em 31 de janeiro de 2008, a Companhia realizou leilão, na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, de oferta pública para aquisição de ações ordinárias de emissão da Magnesita S.A., tendo adquirido 4.512.220.813 ações ordinárias, representativas de 10,61% do capital total da referida companhia.

Em 21 de fevereiro de 2008, a Companhia realizou a incorporação das controladas Magnesita S.A. e Partimag S.A., tendo os acionistas detentores de ações da Magnesita S.A. recebido ações da Companhia. No caso da Partimag S.A., subsidiária integral da Companhia cujo principal ativo referia-se a sua participação na Magnesita S.A., a incorporação não gerou emissão de ações.

Em 02 de abril de 2008, a Companhia ingressou no Novo Mercado, segmento que exige maior transparência da Companhia para com seus stakeholders e o cumprimento de diversas práticas de governança corporativa. Desde então, todas as ações da Companhia passaram a ser ordinárias.

Em 25 de abril de 2008, a Companhia celebrou contrato para a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Insider - Insumos Refratários para Siderurgia Ltda. (“Insider”), empresa produtora de refratários monolíticos e prémoldados de alta tecnologia com sede na Cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais. A operação pactuada com preço de aquisição de R$ 55 milhões foi concluída em 30 de outubro de 2008 pelo valor atualizado total de R$ 57,4 milhões.

Posteriormente, a Insider foi incorporada pela Magnesita Insider Refratários Ltda. (atual

6.3 - Breve histórico

denominação de MAG-Sé Participações Ltda.), sociedade controlada da Companhia.

Em 7 de setembro de 2008, a Companhia celebrou com a Rearden L. Holdings 2 S.A.R.L., sociedade do Grupo Rhône, instrumentos tendo por objeto a participação na totalidade das ações do Grupo LWB ("LWB"), líder no segmento de refratários dolomíticos, com operações industriais na América do Norte, Europa e Ásia.

A operação foi concluída em 5 de novembro de 2008 com a incorporação, pela Companhia, da Purus Participações Ltda., sociedade da LWB. Foi celebrado um aditamento ao acordo de acionistas da Companhia proporcionando a adesão do Grupo Rhône, com 9,14% das ações de emissão da Companhia, ao referido acordo e a sua participação com um membro do Conselho de Administração.

Em 28 de junho de 2013, a Magnesita concluiu a aquisição da Reframec Manutenção e Montagens de Refratários Ltda, líder de em instalação e serviços de reparos em refratários utilizados para a produção de cimento. A Reframec obteve R$24 milhões de faturamento em 2012 e foi fundada em 2005. Inicialmente, foram adquiridos 51% da Reframec por R$12 milhões, e os 49% restantes serão adquiridos em parcelas anuais baseadas em múltiplos fixos de EBIT nos próximos quatro anos.

Em 05 de agosto de 2013, a Companhia concluiu a aquisição da Dalian Mayerton Refractories Co. Limited, unidade produção de refratários localizada na China com capacidade instalada de produção de 50.000 toneladas por ano de tijolos refratários a base de magnésia carbono. A Magnesita pagou US$22 milhões pela DMR, posteriormente renomeada Magnesita Refractories (Dalian) Co. Ltd.

Assim, a Companhia, companhia aberta listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, tornou-se, juntamente com suas controladas, uma produtora de refratários magnesianos, dolomíticos e aluminosos com plantas localizadas na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5.Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando:
a. Evento
b. principais condições do negócio
c. sociedades envolvidas
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor
e. quadro societário antes e depois da operação

- Aquisição de Ações da Magnesita S.A. (27 de setembro de 2007).

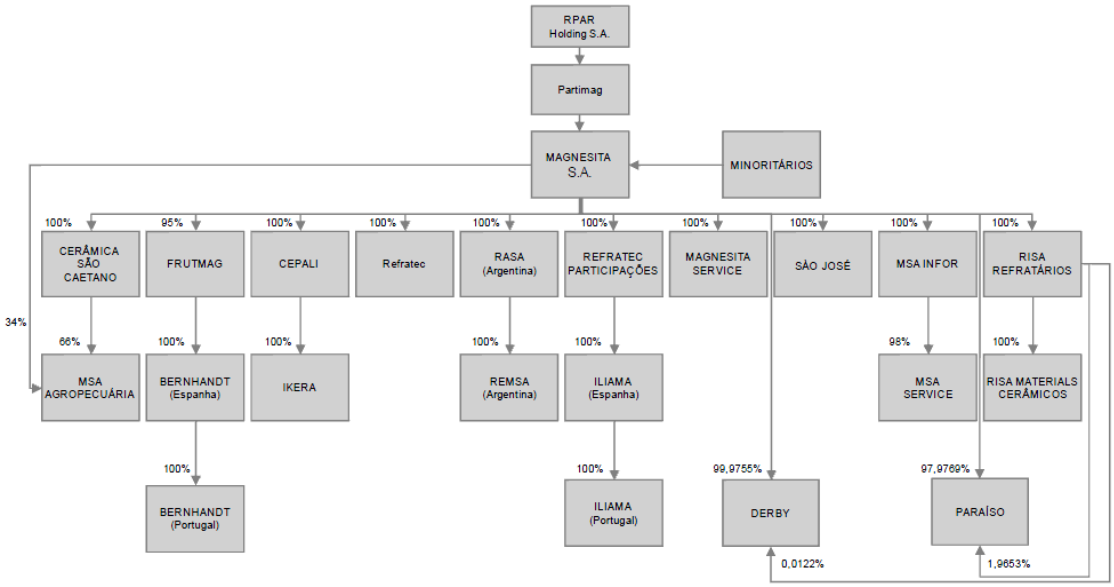
Em 12 de agosto de 2007, foi celebrado instrumento denominado Share Purchase Agreement, tendo por objeto a aquisição, pela Companhia, do controle da Magnesita S.A., mediante aquisição direta e indireta de ações representativas de 70,7% do capital votante da Magnesita S.A. e 3,1% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 38,6% do capital social total, sendo certo que, conforme previsto no Share and Purchase Agreement, tais ações foram transferidas para a Companhia no dia 27 de setembro de 2007.

A aquisição do controle da Magnesita S.A. foi contratada sob condições usuais em negócios desta natureza, sendo certo que o preço de aquisição das ações representativas do capital social da Magnesita S.A. foi de R$77,00 por lote de mil ações ordinárias e R$34,00 por lote de mil ações preferenciais das Classes A e C. O preço total da operação foi de R$1,24 bilhão, cujo pagamento foi feito à vista, em moeda corrente nacional, sendo certo que 55% do total do preço de aquisição fora pago mediante utilização de recursos próprios e o saldo de 45%, mediante financiamento obtido pela Companhia junto ao Banco ABN AMRO Real S.A. Após a aquisição do controle da Magnesita S.A., a Companhia adquiriu novas ações ordinárias e preferenciais de emissão da Magnesita S.A., sendo: (i) 3.295.045.842 ações preferenciais em leilão realizado na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros em 11/12/2007 no âmbito de oferta voluntária para aquisição de ações preferenciais; (ii) 4.512.220.813 ações ordinárias no leilão realizado na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros em 31/01/2008 no âmbito de oferta obrigatória para aquisição de ações ordinárias; e (iii) 955.392.390 ações ordinárias e 2.985.331.751 ações preferenciais adquiridas no mercado aberto até 31/01/2008.

Como resultado das mencionadas aquisições, a Companhia passou a deter, somadas suas participações direta e indireta, 66,07% do capital social da Magnesita S.A., representada por 21.224.760.711 ações ordinárias, correspondentes a 94,90% do capital votante, e 6.883.532.055 ações preferenciais, representativas de 34,11% do capital representado por ações preferenciais.
Não obstante o acima exposto, as referidas operações de aquisição não resultaram em qualquer modificação no quadro acionário da Companhia.

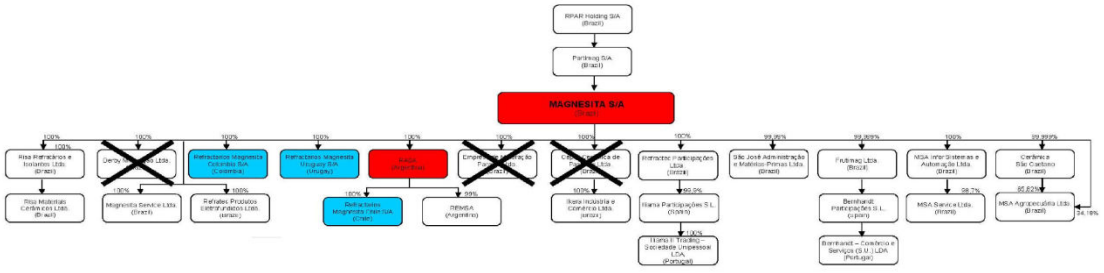
Abaixo segue um quadro societário da Companhia após as referidas aquisições:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



- Incorporação de Controladas (30 de janeiro de 2008)
Em 30 de janeiro de 2008, as sociedades Cepali - Cerâmica de Pastilhas Ltda, Mineração Paraíso Ltda. e Derby Mineração Ltda. foram incorporadas pela Ikera Indústria e Comércio Ltda., subsidiária da Magnesita S.A. As referidas incorporações foram realizadas com base em laudos de avaliação devidamente aprovados e de acordo com condições usuais em negócios desta natureza, sendo certo que a operação teve como objetivo simplificar a estrutura societária da Companhia. Adicionalmente, a referida operação não resultou em qualquer modificação no quadro acionário da Companhia.

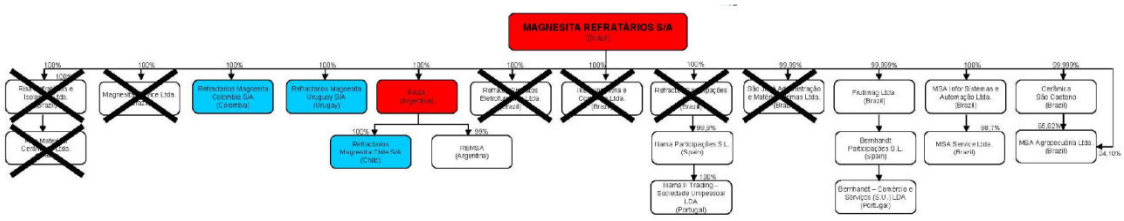
Abaixo segue um quadro societário da Companhia demonstrando o impacto das referidas incorporações no quadro de sociedades do grupo.



- Incorporação da Magnesita S.A. e da Partimag S.A. (21 de fevereiro de 2008)
Em 21 de fevereiro de 2008, a Companhia realizou a incorporação das controladas Magnesita S.A. e Partimag S.A. As referidas incorporações foram realizadas com base em laudos de avaliação devidamente aprovados pelas Assembleias Gerais das sociedades envolvidas, sendo certo que os acionistas detentores de ações da Magnesita S.A. receberam ações de emissão da Companhia, na seguinte proporção (i) 1 ação ordinária da Magnesita S.A.
foi substituída por 64,48102 ações ordinárias de emissão da Companhia; (b) 1 ação preferencial classe A da Magnesita S.A. foi substituída por 50,10692 ações ordinárias de emissão da Companhia; e (c) 1 ação preferencial classe C da Magnesita S.A. foi substituída por 50,10692 ações ordinárias de emissão da Companhia. Por sua vez, no

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

caso da Partimag S.A., subsidiária integral da Companhia cujo principal ativo referia-se a sua participação na Magnesita S.A., a incorporação não gerou emissão de ações da Companhia.
As incorporações resultaram em um aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 288.175.542,29 e tiveram como objetivo (i) simplificar a estrutura societária da Companhia; e (ii) introduzir melhores práticas de governança corporativa, com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Abaixo segue um quadro societário da Companhia demonstrando o impacto das referidas incorporações no quadro de sociedades do grupo.

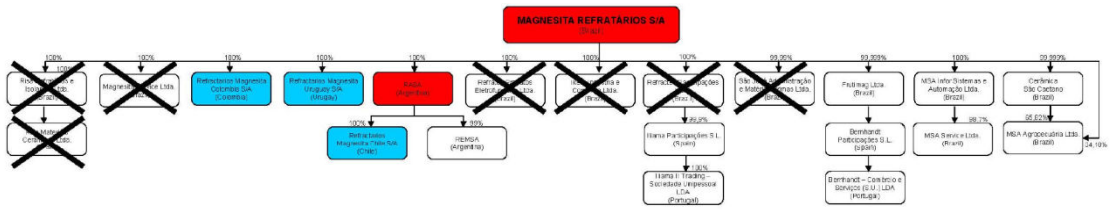


- Incorporação de Controladas (30 de abril de 2008)

Em 30 de abril de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação, pela Companhia, das seguintes subsidiárias: Magnesita Service Ltda; Risa Refratários e Isolantes Ltda; Risa Materiais Cerâmicos Ltda; Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda; Ikera Indústria e Comércio Ltda; Refratec Participações Ltda; e São José Administração de Matérias Primas Ltda.

As referidas incorporações foram realizadas devidamente aprovados e de acordo com sendo certo que a operação teve como objetivo simplificar a estrutura societária da Companhia.

Adicionalmente, no quadro acionário da Companhia. Abaixo segue um quadro societário da Companhia referidas incorporações no quadro de sociedades do grupo.

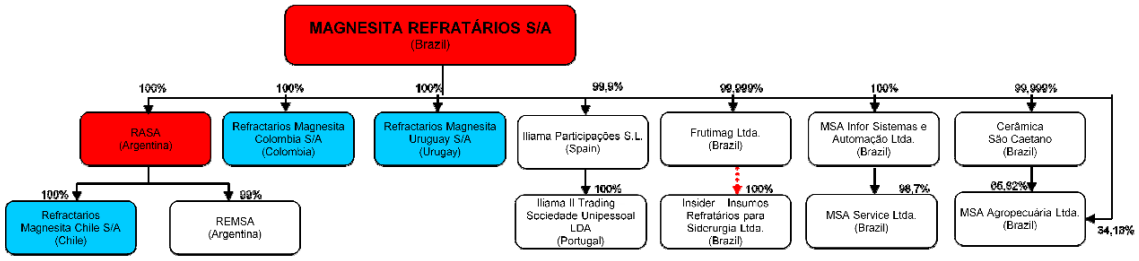


- Aquisição da Insider – Insumos Refratários para Siderurgia Ltda. 2008)
Em 25 de abril de 2008, a Companhia celebrou contrato para a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Insider Siderurgia Ltda. (“Insider”), empresa produtora de refratários monolíticos e pré moldados de alta tecnologia com sede na Cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais. A operação pactuada com preço de aquisição de R$ 55 concluída em 30 de outubro de 2008 pelo valor atualizado total de R$ 57,4 milhões. A aquisição da Insider teve por objetivo em refratários e o crescimento estruturado e rentável dos negócios da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Adicionalmente, a referida aquisição ocorreu natureza e não resultou em qualquer modificação no quadro acionário da Companhia.

Abaixo segue um quadro societário da Companhia após a referida aquisição:



- Aquisição do Grupo LWB
Em 7 de setembro de 2008, a Companhia celebrou com a Rearden L. Holdings 2 S.A.R.L., sociedade do Grupo Rhône, instrumentos tendo por objeto a participação na totalidade das ações do Grupo LWB (“LWB”), líder no segmento de refratários dolomíticos, com operações industriais na América do Norte, Europa e Ásia.

A operação foi concluída em 5 de novembro de 2008 com a incorporação, pela Companhia, da Purus Participações Ltda., sociedade Mukden Participações Ltda. (“Mukden”) e indiretamente da LWB. Os acionistas da LWB receberam da Companhia o valor de R$ 785,4 milhões, sendo R$ 297,8 milhões em dinheiro, e o restante, correspondente a R$ 487,6 milhões, através da entrega de 3.457.778 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a 10,97% do seu capital social total. Foi considerado o valor de R$ 17,60 por ação da Companhia fins do cálculo do valor da transação.

Foi celebrado um aditamento ao acordo de acionistas da Companhia proporcionando a adesão do Grupo Rhône, com 9,14% acordo e a sua participação com um membro do Conselho de Administração.

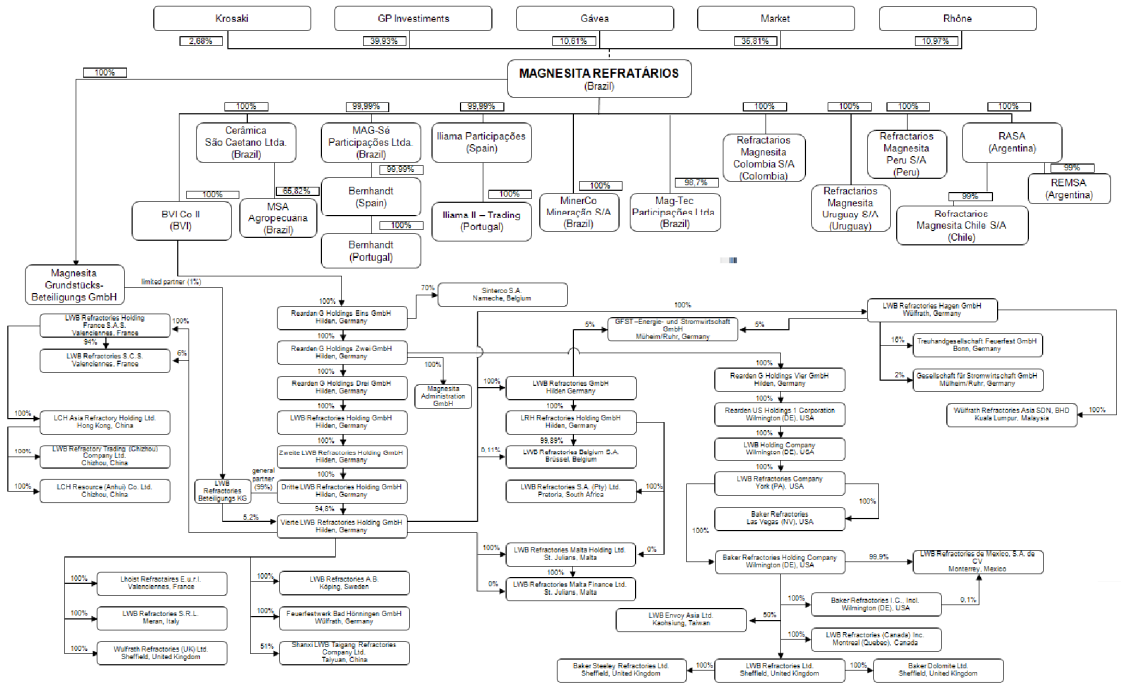
A aquisição da LWB teve como objetivo aumentar a participação da Companhia no mercado mundial de refratários, proporcionando maior poder de negociação e geração de receitas e, consequentemente, aumento das perspectivas de lucratividade para seus acionistas. Além disso, proporcionou o aproveitamento de sinergias existentes, ampliando a perspectiva de expansão dos negócios atualmente desenvolvidos pela Companhia.
Adicionalmente, em 19 de dezembro de 2008, foi aprovada pela Companhia a incorporação das sociedades EDRJ91 Participações Ltda. (“EDRJ91”), indiretamente controlada pela Companhia, e Mukden, sociedade do Grupo LWB detentora de 10,97% do capital social da Companhia. A EDRJ91 havia incorporado, anteriormente, a Caribbean Refractories Holdings, Ltd., sociedade da qual a Magnesita detinha 100% do capital social.
As referidas incorporações foram realizadas com base em laudos de avaliação devidamente aprovados e, por se tratar de incorporação de companhia investida por sua investidora, no caso da EDRJ91, e de companhia investidora por sua investida, no caso da Mukden, não ocorreu cancelamento ou emissão de novas ações na Companhia,

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

tampouco houve alteração no valor do capital social da Companhia, de forma que o capital social da Companhia permaneceu inalterado.

Adicionalmente, em consequência da incorporação da Mukden, as 23.457.778 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 10,97% do capital social desta última, anteriormente detidas pela Mukden, foram distribuídas, no mesmo ato da incorporação da Mukden, aos quotistas da Mukden, proporcionalmente à participação destes no capital social da Mukden.

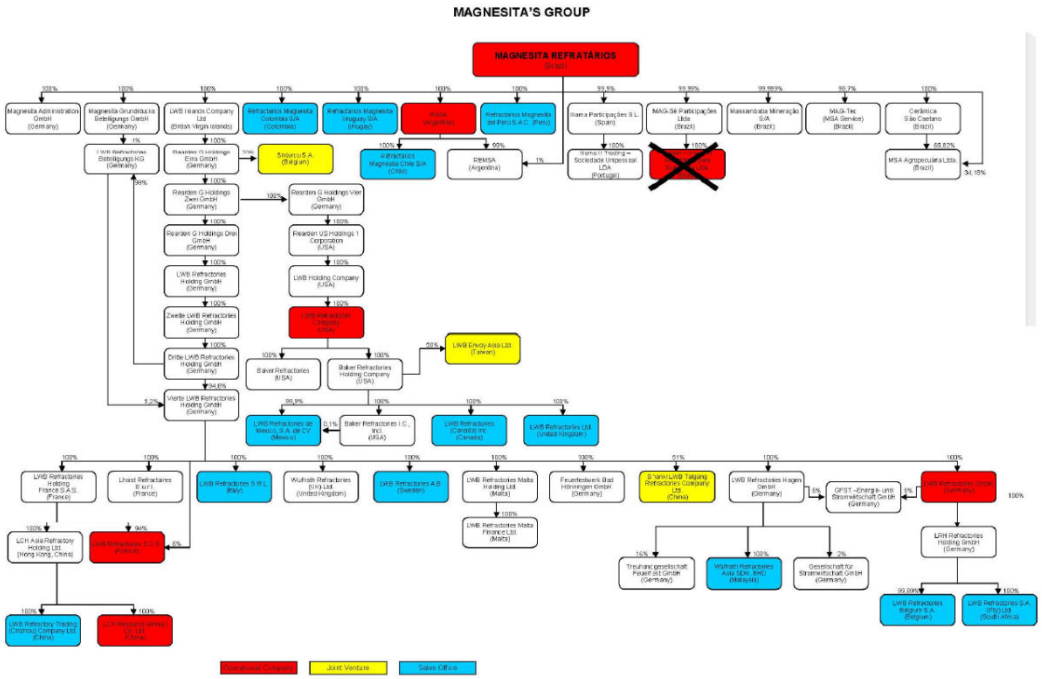
Abaixo segue um quadro societário da Companhia após a aquisição da LWB:



- Incorporação da Insider (30 de dezembro de 2008).
Em 30 de dezembro de 2008, a Insider foi incorporada pela Magnesita Insider Refratários Ltda. (atual denominação da MAG-Sé Participações Ltda.), ambas subsidiárias da Companhia. As referidas incorporações foram realizadas com base em laudos de avaliação devidamente aprovados e de acordo com condições usuais em negócios desta natureza, sendo certo que a operação teve como objetivo simplificar a estrutura societária da Companhia.
Adicionalmente, a referida operação não resultou em qualquer modificação no quadro acionário da Companhia.

Abaixo segue um quadro societário da Companhia demonstrando o impacto da incorporação da Insider no quadro de sociedades do grupo.

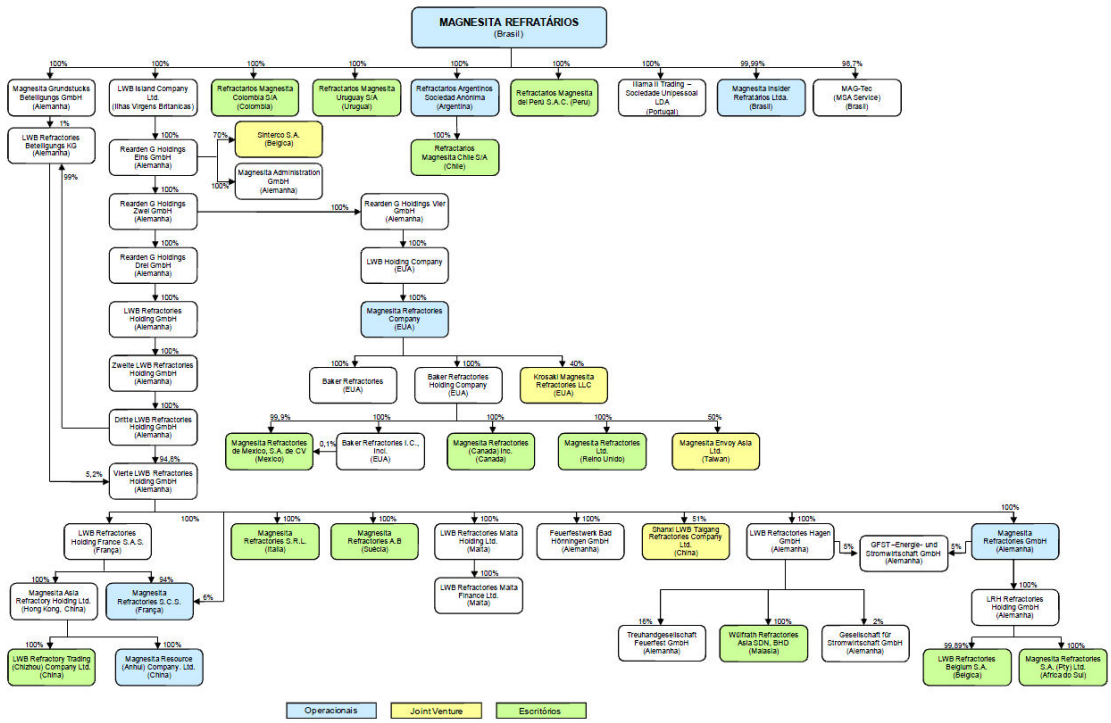
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



- Incorporação de Controladas (27 de abril de 2010)

Em 27 de abril de 2010, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação, pela Companhia, das subsidiárias MSA Agropecuária Ltda., Cerâmica São Caetano Ltda. E Massambaba Mineração S.A. a fim de simplificar sua estrutura societária, não implicando em alteração do capital social da Companhia ou em sua posição patrimonial. Uma vez que esta era detentora da totalidade das quotas/ações representativas do capital social das sociedades incorporadas.

Abaixo segue um quadro societário da Companhia após as referidas incorporações:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

- Incorporação de Controladas (junho e julho de 2010)

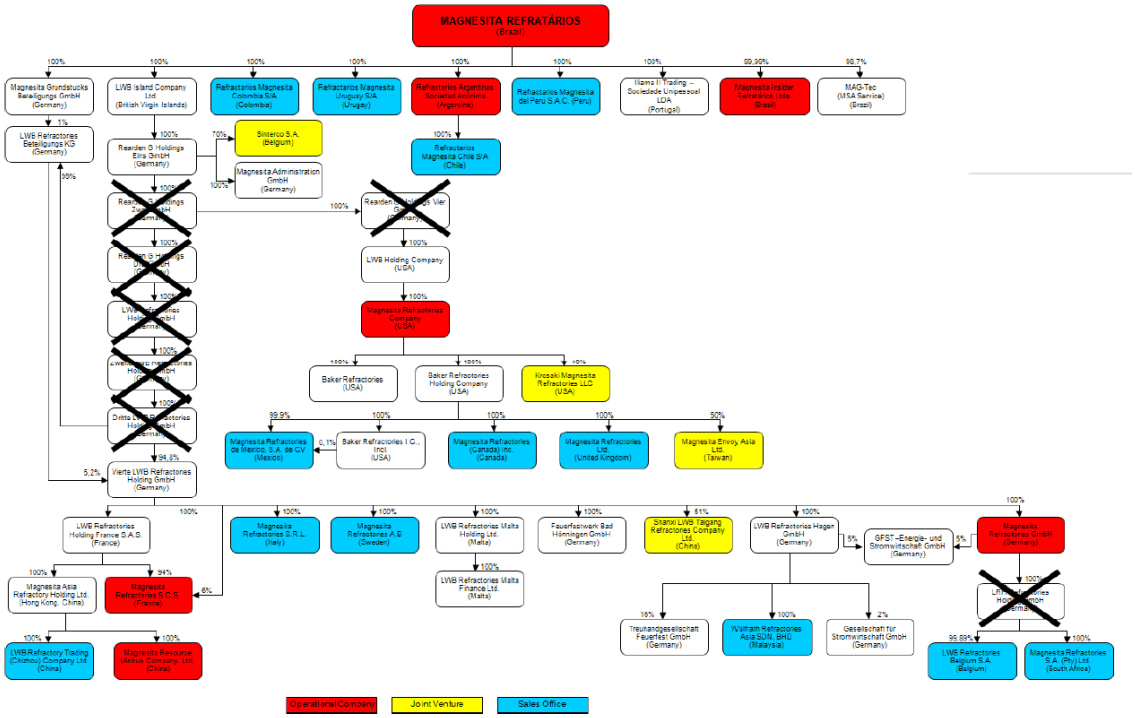
No ano de 2010, uma série de sociedades (holdings) do grupo foram extintas através de operações de incorporação, de forma a enxugar ainda mais o quadro de empresas controladas do Grupo Magnesita. Todas as sociedades incorporadas eram 100% controladas, indiretamente, pela Magnesita Refratários S/A. As operações foram as seguintes:

1. Dritte LWB Refractories Holding GMBH foi incorporada pela Zweite LWB Refractories Holding GMBH em 17 de junho de 2010;
2. Rearden G Holdings Vier GMBH foi incorporada pela Rearden G Holdings Zwei GMBH em 17 de junho 2010;
3. Zweite Refractories Holding GMBH foi incorporada pela LWB Refractories Holding GMBH em 17 de junho 2010;
4. LWB Refractories Holding GMBH foi incorporada pela Rearden G Holdings Drei GMBH em 17 de junho de 2010;
5. Rearden G Holdings Drei GMBH foi incorporada pela Rearden G Holdings Zwei GMBH em 17 de junho de 2010;
6. Rearden G Holdings Zwei GMBH foi incorporada pela Rearden G Holdings Eins GMBH em 17 de junho de 2010.
7. LRH Refractories Holding GMBH foi incorporada pela Magnesita Refractories em 12 de julho de 2010.

As referidas incorporações foram realizadas de acordo com condições usuais negócios desta natureza, não implicando em alteração do capital social da Companhia ou em sua posição patrimonial. Adicionalmente, a referida operação não resultou em qualquer modificação no quadro acionário da Companhia.

Abaixo segue um quadro societário demonstrando o impacto das incorporações das sociedades europeias em 2010 no quadro de empresas do grupo.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas



- Investimento Araçuaí.
Em 22 de outubro de 2012 a Magnesita Refratários S.A. realizou um investimento através da MMD Araçuaí Holding Ltda. que por sua vez detém o controle da Araçuaí Holding S.A. e essa o controle da Araçuaí Mineração S.A.

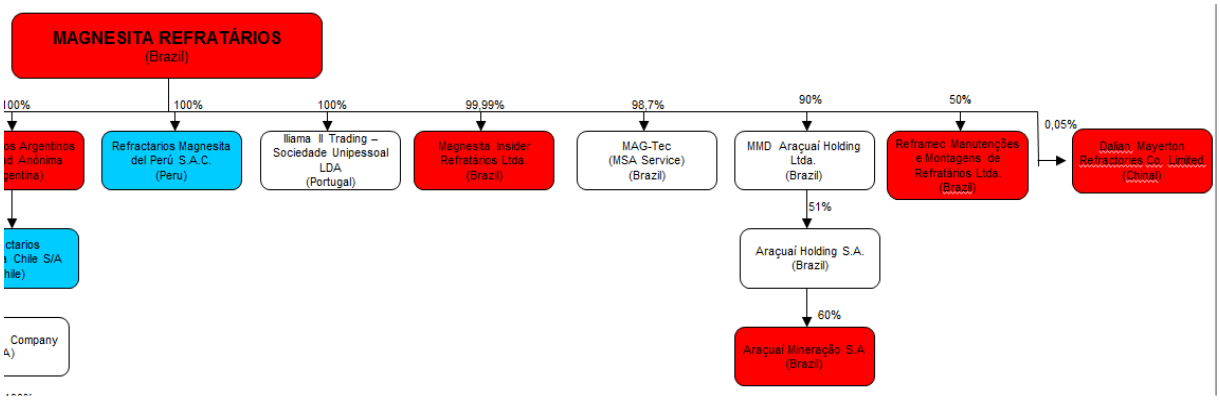
- Aquisição da Reframec Manutenção e Montagens de Refratários Ltda.
Em 29 de abril de 2013, a Magnesita Refratários S.A. firmou acordo definitivo para adquirir a Reframec Manutenções e Montagens de Refratários Ltda. (“Reframec”). A Magnesita pagou aproximadamente R$ 12 milhões para adquirir 51% do capital social da Reframec. Os 49% restantes serão adquiridos em parcelas anuais baseadas em múltiplos fixos de EBIT nos próximos quatro anos, para uma média de múltiplos EBIT de aproximadamente 5x.

A Reframec, que em 2012 obteve faturamento de R$24 milhões, foi fundada em 2005 e é líder em instalação e serviços de reparos em refratários utilizados na produção de cimento. A aquisição da Reframec teve o intuito de fortalecer a liderança da Magnesita em um dos seus mercados principais, soluções refratárias para segmentos industriais na América do Sul, com a extensão da sua oferta de serviços fora da indústria de aço. Após o fechamento, a Reframec continuou a operar de forma independente.

- Aquisição da Dalian Mayerton Refractories Co. Limited
Em 22 de abril de 2013, a Magnesita Refratários S.A. assinou acordo definitivo para adquirir a Dalian Mayerton Refractories Co. Limited (“DMR”), unidade de produção de refratários localizada na cidade de Dalian (Província de Liaoning, República Popular da China), com capacidade instalada de produção de até 50.000 tons/ano de tijolos refratários a base de magnésia carbono. A DMR pertencia ao Mayerton Group, produtor e comercializador de refratários. O valor da transação foi de aproximadamente US$ 22 milhões (incluindo passivos da DMR) e incluiu todos os ativos e atuais funcionários da

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

DRM. Depois do closing, a companhia será renomeada Magnesita Refractories (Dalian) Co., Ltd.



6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6. Pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve, até a data de publicação deste Formulário, pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7.Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

- Histórico da Magnesita S.A. (sociedade incorporada pela Companhia, em 21 de fevereiro de 2008).

As atividades industriais da Magnesita S.A. tiveram início em 1940, logo em seguida ao descobrimento, em 1939, de depósitos de magnesita localizados na cidade de Brumado, Estado da Bahia. Em 1940, a Magnesita S.A. recebeu autorização do governo brasileiro para operar como mineradora, começando, em 1944, suas operações industriais na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, com a produção de refratários aluminosos e sílico-aluminosos, vindo a produzir, a partir de 1948, também os magnesianos e cromo-magnesianos.

Desde 1966, passou a investir em pesquisa e desenvolvimento, procurando adequar tecnicamente suas unidades fabris com o objetivo de atender às necessidades de seus clientes. Em 16 de março de 1967, a Magnesita S.A. se tornou companhia aberta e, em 04 de junho de 1973, foi listada na Bolsa de Valores de São Paulo. Desde a década de 60, desenvolve e investe em suas operações, através (i) de investimentos na expansão de sua produção em Brumado, (ii) da constituição, em 1962, da Refractários Argentinos S.A.I.C. y M., na Argentina, e (iii) da aquisição, entre 1973 a 1984, da Cerâmica São Caetano Ltda., RISA – Refratários e Isolantes Ltda., Ikera Indústria e Comércio Ltda. e Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda. Na década de 90, realizou uma reorganização interna. O departamento comercial foi estruturado, com o intuito de atingir a indústria do cimento. Foi iniciado um novo modelo de negócios, focado particularmente no setor siderúrgico, transformando a Magnesita S.A. em um fornecedor de soluções que atua bem próximo ao cliente, com produtos e serviços personalizados. Com o objetivo de aperfeiçoar seus serviços e reduzir tanto o consumo dos refratários quanto aperfeiçoar o tempo de produção dos clientes, passou a oferecer serviços de especificação de refratários e design de projeto, logística de refratários e controle de inventário, montagem e manutenção de refratários, administração de resíduos, engenharia e serviço de tecnologia para siderurgia. Na área comercial, um conceito de vendas diretas foi substituído por um sistema de gerenciamento de contas de clientes chaves e, com objetivo de aperfeiçoar os serviços de assistência técnica aos clientes, instalou uma diversificada rede de parcerias na área tecnológica. Além disso, passou a concentrar os esforços de exportação em produtos de características únicas e com a qualidade que atrairia o interesse dos principais players da indústria cimentera internacional. Em 2002, renovou por um período adicional de 25 anos a concessão para uso do terminal marítimo situado em Aratu, Bahia, de onde exporta o sínter de magnesita.

Na última década, a Magnesita Service Ltda., subsidiária dedicada à prestação e serviços de manutenção mecânica e de produtos refratários, foi reestruturada e melhor integrada com os clientes da indústria siderúrgica. A Risa Materiais Cerâmicos Ltda. Foi constituída com o propósito de reciclar materiais refratários usados para os principais players do mercado siderúrgico. Nos últimos anos, consolidou os esforços de marketing global na indústria siderúrgica objetivando atingir uma base de consumidores com uma maior amplitude geográfica e, em 2006, passou a fornecer uma linha completa de serviços de gerenciamento de refratários ao Grupo Gerdau na America do Sul, incluindo Colômbia, Chile e Uruguai, no nosso primeiro contrato de "custo por tonelada de aço" fora do Brasil e da Argentina.

- Valor estratégico das ações do Grupo LWB.

O valor estratégico da aquisição do Grupo LWB ("LWB") baseou-se nas sinergias decorrentes da combinação das extensas reservas de dolomita da LWB e no nosso acesso a sínter de alta qualidade, tornando a Companhia autossuficiente em termos de muitas das suas principais matérias-primas, bem como na inexistência de sobreposição entre as operações da Companhia e da LWB (com a Companhia em grande parte dedicada ao mercado brasileiro e LWB com vendas significativas na Europa, os Estados Unidos e Ásia). A aquisição da LWB resultou na

6.7 - Outras informações relevantes

nossa capacidade de oferecer um portfólio completo de produtos que abrange todas as aplicações relacionadas com
refratários, tanto nos mercados de magnesita, quanto nos de dolomita, com a exposição geográfica equilibrada e diversificação de clientes. A integração dos produtos de magnesita e dolomita reforçou a nossa disponibilidade de matérias-primas e de proteção de custo.
Sinergias adicionais foram obtidas a partir da unificação da Companhia e dos serviços de pesquisa e desenvolvimento da LWB, da nossa redução nos pagamentos de comissões a agentes de vendas e na diminuição dos custos das matérias-primas, bem como economias de escala e redução de custos trabalhistas, redução estratégica do preço das matérias-primas devido ao nosso maior poder de barganha e a eliminação de intermediários nos canais de distribuição.

- Programa de ADR da Companhia.

Em agosto de 2010, a Companhia lançou seu Programa de American Depositary Receipts (“ADR”) nível 1, tendo, como agente depositário, o Deutsche Bank Trust Company Americas e, como agente custodiante, o Banco Itaú-Unibanco S.A. Nos termos do Programa de ADR da Companhia, cada ADR emitido representa 2 (duas) ações ordinárias de emissão da Companhia. O objetivo do nosso Programa de ADR é facilitar a aquisição de ações da Companhia no exterior por investidores não residentes, propiciando maior visibilidade e liquidez à Companhia, bem como permitindo que administradores da Companhia residentes no exterior possam adquirirações da Companhia, inclusive dentro do Plano de Opção de Compra de Ações.

No âmbito do Programa de ADR, as ações ordinárias da Companhia não foram e não serão registradas sob o U.S. Securities Act de 1933 ("Securities Act") ou sob quaisquer leis estaduais referentes a valores mobiliários e, a menos que sejam registradas, não poderão ser objeto de oferta ou venda nos Estados Unidos, exceto nos termos de isenção aplicáveis pelos requisitos de registro do Securities Act e pelas leis estaduais que regulamentam valores mobiliários.

- Sociedades constituídas

Recentemente, as sociedades abaixo foram constituídas, principalmente, como veículos para a expansão das operações de vendas e distribuição de produtos e soluções em serviços refratários, ofertados pela Companhia em vários países.

Refractarios Magnesita del Peru S.A.C, em 19/03/2008;
Magnesita Refractories Corporation (Miami), em 03/02/2009
Refractários Magnesita Colômbia S/A (Sogamoso), em 05/06/2007;
Refratários Magnesita Uruguay (Montevidéu), em 24/06/2007;
Minerco Mineração S/A, em 20/03/2007;
Magnesita Administration, em 28/10/2008;
Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH, em 27/10/2008;
Mukdem Participações Ltda., em 11/04/2007
EDRJ91 Participações Ltda., em 11/04/2007;
LWB Island Company (BVI), em 05/10/2008;
Krosaki Magnesita Refractories LLC, em 28/04/2010;
Magnesita Australia PTY Ltd., em 14/07/2010.

A sociedade Krosaki Magnesita Refractories LLC é uma joint-venture constituída nos Estados Unidos da América entre a Magnesita Refractories Company, subsidiária norteamericana da Companhia, e a Krosaki USA Inc, subsidiária norte-americana da Krosak Harima Corporation, para desenvolvimento de negócios conjuntos e vendas, nos Estados Unidos da América, Canadá e México, de produtos de controle de fluxo de produção de aço (flow-control).

Em 14 de julho de 2010, foi constituída a Magnesita Australia PTY Ltd., uma

6.7 - Outras informações relevantes

subsidiária integral da Companhia sediada na Austrália, cujo objetivo é atuar como escritório local de vendas e distribuição no mercado da Oceania.

- Sociedades alienadas ou extintas

As sociedades abaixo foram alienadas ou extintas com o objetivo de simplificar a estrutura societária da Companhia. Cepali - Cerâmica de Pastilhas Ltda. (incorporada), em 30/01/2008;

Mineração Paraíso Ltda. (incorporada), em 30/01/2008;
Derby Mineração Ltda. (incorporada), em 30/01/2008;
Magnesita S.A. (incorporada), em 21/02/2008;
Partimag S.A. (incorporada), em 21/02/2008;
Insider – Insumos Refratários para Siderurgia Ltda. (incorporada), em 25/04/2008;
Magnesita Service Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
Risa Refratários e Isolantes Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
Risa Materiais Cerâmicos Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
Refratec Produtos Eletrofundidos Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
Ikera Indústria e Comércio Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
Refratec Participações Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
São José Administração de Matérias Primas Ltda. (incorporada), em 30/04/2008;
MSA Infor Ltda. (alienada), em 26/07/2008;
Purus Participações Ltda. (incorporada), em 05/11/2008;
EDRJ91 Participações Ltda. (incorporada), em 19/12/2008;
Mukden Participações Ltda. (incorporada), em 19/12/2008;
Insider - Insumos Refratários para Siderurgia Ltda. (incorporada), em 9/12/2008;
REMSA – em processo de dissolução iniciado em 07/04/2009;
Bernhandt Participações S.L - Espanha (extinta), em 19/06/2009;
Bernhandt – Comércio e Serviços Sociedade Unipessoal Ltda - Portugal (extinta), em 29/08/2008;
Wulfrath Refractories (UK) Ltd. (extinta), em 14/11/2008;
Lhoist Refractaires E.u.r.l. (incorporada), em 03/02/2010;
MSA Agropecuária Ltda. (incorporada), em 27/04/2010;
Cerâmica São Caetano Ltda. (incorporada), em 27/04/2010;
Massambaba Mineração S.A. (incorporada), em 27/04/2010;
Dritte LWB Refractories Holding (incorporada), em 17/06/2010;
Rearden G Holdings Vier GMBH (incorporada), em 17/06/2010;
Zweite Refractories Holding GMBH (incorporada), em 17/06/2010;
LWB Refractories Holding GMBH (incorporada), em 17/06/2010;
Rearden G Holdings Drei GMBH (incorporada), em 17/06/2010;
Rearden G Holdings Zwei GMBH (incorporada), em 17/06/2010; e
LRH Refractories Holding GMBH (incorporada), em 17/06/2010.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

O objeto social da Companhia compreende (i) realização de pesquisa, lavra, beneficiamento, aproveitamento industrial e comercial de minérios, especialmente magnesita e associados, para fins de fabricação de materiais refratários; (ii) fabricação, reaproveitamento, reciclagem e comercialização de materiais refratários, isolantes, produtos eletrofundidos e cerâmicos; (iii) exploração, fabricação e comercialização dos derivados e associados de magnesita, inclusive magnesita calcinada na forma e/ou nomenclatura de óxido de magnésio destinada a utilização agro-pecuária como insumo, fertilizante, corretivo de solo ou como produto para nutrição animal, entre outras aplicações a segmentos industriais diversos; (iv) promoção e exploração da indústria e do comércio de minérios, bem como dos metais respectivos; (v) construção e exploração de estradas de ferro e de rodagem, terminais marítimos, empreender a construção de usinas para aproveitamento de energia elétrica e realizar serviços de arborização, florestamento e reflorestamento; (vi) prestação de serviços nos diversos setores e atividades de engenharia em geral, inclusive nos relativos à aplicação e utilização de materiais refratários, montagem de conjuntos industriais, administração e execução de serviços e obras de construção civil, fabricação de estruturas metálicas, fabricação, reparação e manutenção de equipamentos mecânicos e outros produtos correlatos, além de setores contábeis e administrativos; (vii) a realização de operações de exportação e importação; e (viii) a representação comercial pertinente às suas atividades, bem como a participação em outras sociedades.

A Companhia, através da incorporação da Magnesita S.A. em 21 de fevereiro de 2008, deu plena continuidade às atividades da empresa incorporada, dentre as quais a fabricação de refratários, produto essencial nos processos que utilizam temperaturas elevadas, como nas indústrias siderúrgica, de cimento, metais, ferroligas, dentre outras. Os refratários apresentam-se nas mais variadas formas, sendo as principais: tijolos, massas, argamassas e concretos. Também são encontrados em diversas composições, sendo que a maioria dos produtos da Companhia é de natureza básica (magnesianos e dolomíticos). O ciclo operacional do minério de magnesita utilizado na produção de refratários iniciase em Brumado - Bahia, onde estão localizadas as principais jazidas e usinas de produção de sínter de magnesita da Companhia. De Brumado, o sínter é remetido, principalmente, ao parque fabril da Companhia localizado em Contagem - Minas Gerais (também é destinado a outros locais de operações da própria Companhia e suas subsidiárias, como Argentina, Estados Unidos e Europa), onde é utilizado como matéria prima para a produção de refratários. O sínter é, também, exportado para diversos países, tais como Argentina, Alemanha, Colômbia, EUA e Espanha.

A Companhia possui também minas e unidades de processamento de sínter de dolomita localizadas nos Estados Unidos, China e Bélgica, sendo essa última uma *joint-venture* onde a companhia não detém direitos minerários, somente a unidade de manufatura. O sínter produzido nessas localidades é utilizado como matéria-prima para a produção de refratários dolomíticos nas fábricas da Companhia no exterior.

CPP – *Cost per Performance*
A Companhia oferece a seus clientes um modelo de negócio baseado em soluções denominado “Cost per Performance”, ou “CPP”. Por meio deste modelo a Companhia

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

oferece contratos de soluções refratárias integradas principalmente para a indústria siderúrgica nos quais a remuneração é vinculada diretamente à performance do cliente e não especificamente ao volume em toneladas de refratários vendidos. Neste tipo de contrato, que também pode ser denominado R$/t (Real por tonelada efetivamente produzida), as receitas da fornecedora de refratários são baseadas no volume de produção das siderúrgicas. Desta forma, no sentido de ampliar seus rendimentos, é interessante para a fornecedora disponibilizar toda uma estrutura de serviços de assistência técnica. Em seus contratos de CPP, a Companhia oferece oferece equipamentos mecânicos de apoio à aplicação de refratários e presta serviços de manutenção mecânica e refratária em equipamentos siderúrgicos, além de oferecer serviços de gerenciamento de refratários para siderúrgicas, geralmente a um custo por tonelada de aço vazado. Através de um aumento da participação em todo o processo industrial siderúrgico que busca a otimização dos resultados de produção e a redução de custos totais, a ideia destes contratos é se utilizar da expertise da Companhia no ramo para ampliar suas margens de lucro e fortalecer a relação com a clientela.

Investimentos em Controladas
Unidades Operacionais:
Magnesita Insider Refratários Ltda. - Após a incorporação da Insider ao final de 2008, a Magnesita Insider passou a ter como atividade principal a produção de produtos refratários tais como, lanças, “snorkels”, “impellers” e concretos, utilizados, em sua grande maioria, no processo produtivo de usinas siderúrgicas integradas e de grande porte. A planta industrial está estrategicamente localizada no Vale do Aço, com capacidade atual de produção de 13.200 t/ano.

Refractarios Argentinos S.A.I.C. y M. - Subsidiária integral, localizada em San Nicolás, Argentina, é responsável pela produção de produtos refratários, dentre eles, tijolos, massas, concretos, argamassas, blocos e peças refratárias pré-moldadas, com capacidade instalada de 59.400 t/ano.

Magnesita Refractories S.C.S. – Com sede em Valenciennes, na França, possui 2 fábricas de refratários dolomíticos e monolíticos (Valenciennes, 65 mil t/ano, e Flaumont, 60 mil t/ano). O abastecimento de dolomita para essas duas fábricas é feito a partir da associação com a Sinterco, uma empresa belga que possui uma mina localizada a 70 km das fábricas. É 100% controlada pela Magnesita Refratários S.A..

Magnesita Resource (Anhui) Company Ltd. – Essa unidade localizada na cidade de Chizhou, na China, produz até 85 mil t/ano de tijolos e produtos monolíticos à base de dolomita queimada e temperada. A Magnesita Resource, integralmente controlada pela Magnesita Refratários S.A., possui também uma mina de dolomita localizada a apenas 25 km da fábrica de refratários, em Qingyang, com vida útil estimada em 50 anos e capacidade instalada para produção de até 65 mil t/ano de sínter..

Magnesita Refractories GmbH - Com sede em Hilden na Alemanha, possui 3 fábricas de refratários, com capacidade instalada de 315 mil t/ano, sendo uma em Hagen-Halden voltada para a produção de tijolos e monolíticos de dolomita queimada e temperada, magnesita queimada e temperada, bem como de tijolos espinelizados queimados. A segunda fábrica está localizada em Oberhausen (Alemanha) e produz tijolos e monolíticos magnesianos Também na cidade alemã de Kruft, podem ser produzidos

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

refratários aluminosos e outras especialidades não básicas. A Magnesita Refratários S.A. detém, indiretamente, 100% do capital social da MagnesitaRefractories GmbH.

Magnesita Refractories Company – Localizada em York, nos Estados Unidos, possui uma mina com vida útil estimada em 50 anos e capacidade de sinterização de 250.000 t/ano de doloma utilizadas na produção de mais de 250 mil t/ano de refratários básicos e monolíticos em fábrica própria instalada no mesmo local. A Magnesita Refratários S.A. detém, indiretamente, 100% do capital social da Magnesita Refractories Company.

Empreendimentos Conjuntos (joint-venture)

Sinterco S.A. – Localizada na Bélgica, a Sinterco é responsável pela exploração e sinterização de dolomita. Sua mina tem vida útil estimada em 30 anos e capacidade instalada de 180 mil t/ano. A Magnesita Refratários S.A. detém, indiretamente, 70 do seu capital social e a Carrières et fours à chaux Dumont-Wautier S.A. (Lhoist Group) os outros 30%.

Magnesita Envoy Ásia Ltd. – Resultado da associação com a Envoy, em que a Magnesita Refratários é detentora de 50% do capital total, a Magnesita Envoy é responsável pela fabricação de tijolos e produtos monolíticos dolomíticos em Taiwan. A fábrica tem capacidade instalada de 33 mil t/ano.

Shanxi LWB Taigang Refractories Company Ltd. – A partir do 3º trimestre de 2013, a Magnesita deixou de exercer controle sobre a LTR (JV na China). Desse modo, cessou-se a consolidação, bem como o reconhecimento da equivalência patrimonial já naquele trimestre.

Krosaki Magnesita Refractories LLC. – Localizada em York, Pennsylvania, Estados Unidos, e com produção voltada para produtos de *flow control* como válvulas longas, válvulas submersas e válvulas gaveta, a Krosaki Magnesita surgiu de uma parceria com a Krosaki Harima Refractories,uma subsidiária integral da Krosaki Harima Corporation, e um dos maiores produtores de refratários no Japão. A Magnesita Refratários S.A. detém, indiretamente, 40% do seu capital social.

Magnesita Refractories (Dalian) Co. Ltd - Em 22 de abril de 2013, a Magnesita Refratários S.A. assinou acordo definitivo para adquirir a Dalian Mayerton Refractories Co. Limited (“DMR”), unidade de produção de refratários localizada na cidade de Dalian (Província de Liaoning, República Popular da China), com capacidade instalada de produção de até 50.000 tons/ano de tijolos refratários a base de magnésia carbono. A DMR pertencia ao Mayerton Group, produtor e comercializador de refratários. O valor da transação foi de aproximadamente US$ 22 milhões (incluindo passivos da DMR) e incluiu todos os ativos e atuais funcionários da DRM. Depois do closing, a companhia foi renomeada.

Reframec Manutenção e Montagens de Refratários Ltda. - Em 29 de abril de 2013, a Magnesita Refratários S.A. firmou acordo definitivo para adquirir a Reframec Manutenções e Montagens de Refratários Ltda. (“Reframec”). A Magnesita pagou aproximadamente R$ 12 milhões para adquirir 51% do capital social da Reframec. Os 49% restantes serão adquiridos em parcelas anuais baseadas em múltiplos fixos de

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

EBIT nos próximos quatro anos, para uma média de múltiplos EBIT de aproximadamente 5x. A Reframec, que em 2012 obteve faturamento de R$24 milhões, foi fundada em 2005 e é líder em instalação e serviços de reparos em refratários utilizados na produção de cimento. A aquisição da Reframec teve o intuito de fortalecer a liderança da Magnesita em um dos seus mercados principais, soluções refratárias para segmentos industriais na América do Sul, com a extensão da sua oferta de serviços fora da indústria de aço. Após o fechamento, a Reframec continuou a operar de forma independente.

Rede de Comercialização/Distribuição:
Refractarios Magnesita Colombia S/A.
Refractarios Magnesita Uruguay S/A.
Refractarios Magnesita Del Peru S.A.C.
Refractarios Magnesita Chile S/A.
Magnesita Refractories de México S.A. de CV
Magnesita Refractories (Canada) Inc. – Canadá
Magnesita Refractories Ltd – Reino Unido
Magnesita Refractories S.R.L. – Itália
Magnesita Refractories A.B. - Suécia
Wulfrath Refractories Ásia SDN, BHD - Malásia
LWB Refractories Belgium S.A.
Magnesita Refractories SA. (Pty) Ltd. – África do Sul
LWB Refractory Trading (Chizhou) Company Ltd. – China
Magnesita Australia PTY Ltd.

As demais empresas são, em grande parte, sociedades com atividades bastante restritas, normalmente holdings utilizadas em operações financeiras estruturadas, comerciais e tributárias.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2.Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:
a. produtos e serviços comercializados

As informações por segmento operacional apresentadas nos itens 7.2 e 7.3 consideram como "segmento operacional" os diferentes tipos de produtos e serviços que a companhia comercializa, embora não tenham sido divulgados quaisquer informações sobre segmentos operacionais da companhia nas demonstrações financeiras dos últimos três exercícios sociais. Portanto, os critérios de apresentação destas informações e de definição dos segmentos operacionais não foram, necessariamente, aqueles previstos no CPC 33. Consequentemente, a apresentação das informações por segmentos operacionais requeridas para as demonstrações financeiras, no contexto das novas práticas contábeis brasileiras, conforme comentado no item 10.4, poderá apresentar diferenças significativas em relação às informações aqui apresentadas.

As receitas da Companhia, nos três últimos exercícios sociais, decorrem, principalmente, da produção e comercialização de três linhas de produtos: refratários, minerais industriais (sínter de magnesita e dolomita, cromita, talco, magnésia cáustica) e serviços. Abaixo, incluímos breve descrição dos produtos e serviços comercializados pela Companhia e as respectivas receitas.

Refratários

Os refratários são produtos utilizados por uma infinidade de indústrias que operam com temperaturas elevadas, destacando-se, no consumo global, a siderurgia e a indústria de cimento. Os refratários apresentam-se nas mais variadas formas, sendo as principais: tijolos, massas, argamassas e concretos. Também são encontrados em diversas composições tais como, os magnesianos, dolomíticos e aluminosos. A empresa comercializa esses produtos através de vendas diretas ou por meio de contratos de performance onde ocorre um envolvimento maior da companhia com a operação do seu cliente.

Minerais Industriais

A companhia produz minerais industriais para consumo próprio e também comercialização dois tipos de sinteres de magnesita, utilizados como matérias-primas na produção de refratários: (i) sinter M10 - magnésia sinterizada produzida a partir de magnesita natural, pelo processo de monoqueima em fornos verticais, a temperaturas superiores a 1700 ºC . O produto possui garantia mínima de 94% de MgO e densidade aparente mínima de 2,98 g/cm3; e (ii) sínter M-30 – a produção do sínter M-30 (magnésia sinterizada) é feita a partir da magnesita natural pelo processo de dupla queima, em fornos verticais a temperaturas superiores a 2200ºC. O produto possui uma garantia mínima de 98% de MgO e densidade aparente de 3,30g/cm3. O produto possui processos intermediários de concentração e pureza e briquetagem.

A companhia também produz para consumo próprio e comercialização o sinter de dolomita, utilizados como matérias-primas na produção de refratários. O processo de produção do sinter de dolomita é similar ao de sinter de magnesita M-10, acima descrito.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Outros minerais compreendem basicamente a magnésia cáustica, talco e cromita. Produtos decorrentes da atividade minerarias da companhia. A magnésia cáustica é um produto 100% natural, obtido através da calcinação do minério de magnesita (carbonato de magnésio).

O talco é um mineral de ocorrência conjunta ao minério de magnesita, razão pela qual a empresa desenvolveu produtos e mercados para este mineral. Não é utilizado na produção de refratários.

A cromita é um mineral extraído para consumo próprio e comercialização para terceiros, no caso de ocorrências não apropriadas à produção de refratários.

Os demais produtos minerais são, basicamente, subprodutos da atividade de produção de refratários e de sinter de dolomita.

Serviços

Com a comercialização de materiais refratários na siderurgia, em especial na modalidade de vendas com garantias de desempenho, surgiu a oportunidade de agregar serviços de manutenção eletromecânica para os principais clientes siderúrgicos brasileiros. A companhia desenvolveu uma unidade preparada para o atendimento a grandes manutenções, bem como serviços de montagem e aplicação de materiais refratários.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Linha de produtos	2013		2012	
	R$ milhões	%	R$ milhões	%
Soluções Refratárias	2.367,3	89,1%	2.143,4	87,3%
Minerais	167,6	6,3%	140,5	5,7%
Serviços	121,1	4,6%	170,6	7,0%
Total	**2.656,0**	**100,0%**	**2.454,5**	**100,0%**

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Conforme descrito no item “a”, a Companhia não divulgou em suas Demonstrações Financeiras quebra de lucro ou prejuízo líquido por segmento.

Lucro Bruto por Linha de Produto	2013		2012	
	R$ milhões	%	R$ milhões	%
Soluções Refratárias	784,8	90,8%	686,9	90,3%
Minerais	62,2	7,2%	63,3	8,3%
Serviços	17,0	2,0%	10,8	1,4%
Total	**864,0**	**100,0%**	**761,0**	**100,0%**

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:
a. características do processo de produção

Refratários são produtos resistentes a altas temperaturas destinados a aplicações industriais onde os processos produtivos se desenvolvam nessas condições. As unidades produtivas da Companhia, suas instalações e geografias (América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia) permitem a produção e distribuição de produtos e serviços de forma global, atendendo os clientes de forma otimizada.

Podemos separar as linhas de produção em 4 categorias:
a) Produtos moldados aluminosos e sílico-aluminosos;
b) Produtos moldados básicos (produtos a base de sínter de magnesita e de dolomita);
c) Produtos isostáticos (Válvulas Longas, Submersas e Tampões); e
d) Produtos monolíticos (não-moldados) e pré-moldados.

O sequenciamento produtivo está abaixo descrito:

Produtos moldados aluminosos e sílico-aluminosos: Inicialmente as matérias-primas são calcinadas a temperaturas superiores a 1000 ºC, em seguida são moídas em diversas granulometrias e ensiladas. O processo de fabricação do refratário inicia-se com a dosagem e mistura das diversas granulometrias de matérias-primas e continua com a conformação, que pode ser em prensas de até 2500 t. Os produtos são em seguida colocados em carros de queima, onde são levados a fornos com temperatura de até 1700 ºC.

Produtos moldados básicos, magnesianos e dolomíticos: O processo é análogo ao anterior, exceto pela primeira fase de calcinação, não efetuada nesta linha, pois a matéria-prima de maior consumo, o sínter magnesiano, é calcinado e sinterizado em Brumado. A partir da moagem, o processo é idêntico, ou seja, dosagem, mistura, prensagem e queima. No caso dos produtos dolomíticos, a dolomita é calcinada e sinterizada em fornos verticais. Em seguida é feita a moagem, a classificação, a mistura, a moldagem e a cura.

Produtos isostáticos (Válvulas Longas, Submersas e Tampões): as principais matériasprimas são aluminas, zircônias e grafitas, em especificações e granulometrias diversas. As matérias-primas são dosadas, misturadas, prensadas e então queimadas em torno de 1000 ºC. Após a queima, já na fase final, as peças passam por inúmeros processos de acabamento, como usinagem, corte, pinturas e solda de componentes metálicos, que as adequarão ao uso específico de cada cliente.

Produtos monolíticos (não-moldados) e pré-moldados: os produtos dessa linha só possuem os processos de moagem, dosagem e mistura. No caso dos pré-moldados, há uma moldagem manual e secagem em estufas.

Descrição sumária dos processos de obtenção de sinter de magnesita em Brumado (Bahia – Brasil):

O objetivo das unidades de Catiboaba e Pedra Preta, município de Brumado-BA, é a obtenção da magnesita calcinada à morte, matéria-prima para a fabricação de tijolos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

refratários. A calcinação de magnesita se processa em alta temperatura, ou por mono-queima ou dupla-queima. O processo de mono-queima é aquele proporcionado por um só forno vertical: alimenta-se o minério graúdo no forno, sendo que o mesmo é calcinado e sinterizado à medida que vai descendo no interior do forno. Neste processo obtém-se o sínter M-10, teor de MgO entre 93 e 96%. Denominase processo de dupla-queima aquele que utiliza dois fornos, um para calcinar e outro para sinterizar o minério. Este processo exige uma prensagem (briquetagem) do material, intermediária aos 2 fornos. O sínter M-30 com teor de MgO superior a 98% é o produto desta etapa. A especificação do sinter M-10 ou M-30 é obtida a partir de minérios oriundos de minas e tratamentos diferentes, sendo que o segundo exige, além de temperaturas mais elevadas para a sua sinterização, processo de concentração do minério.

b. características do processo de distribuição

A Companhia administra sua própria logística para a recepção e distribuição de matérias-primas e produtos acabados, assim como para o transporte interno de materiais. A Companhia gere os níveis de estoque com base na demanda do mercado e nos planos de produção da planta de cada cliente. A cadeia logística é monitorada pela Companhia através de sistemas de informação altamente desenvolvidos. Transportamos os nossos produtos para diversas cidades do Brasil, assim como da Argentina, Paraguai e Uruguai, por transporte rodoviário, com exceção de minérios extraídos de Brumado, que são transportados por via férrea. As exportações a partir do Brasil para os outros países são realizadas, principalmente, através do Porto de Aratu, na cidade de Candeias, no Estado da Bahia, Brasil. O transporte de minerais da mina da Europa para as plantas europeias e da mina da China para suas respectivas plantas é via rodoviária. Nos Estados Unidos, em York, a mina e a fábrica estão no mesmo local.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

1. participação em cada um dos mercados

O principal mercado consumidor dos produtos refratários é a indústria siderúrgica. Segundo levantamento da Freedonia de 2013 os maiores consumidores de refratários são: indústria de aço e ferro 58,5%, não metálicos (cimento, vidro, cal) 16%, não ferrosos (alumínio, cobre, níquel, prata, zinco) 14,8% e outros 10,7%.

No ano de 2013, a Companhia realizou vendas líquidas de R$2.656,0 milhões. Desse valor, 89,1% foram oriundos de vendas de produtos refratários. Dessas vendas, 81,8% das vendas de produtos refratários da Companhia destinaram-se à siderurgia e 18,2% ao setor industrial, que inclui cimentos, cal, metais não-ferrosos e outros. Revela-se nesses dados que a Companhia é altamente dependente da performance da indústria de aço – quanto maior a produção de aço, maior serão as vendas de refratários destinados a este setor.

A Companhia estima sua participação nos mercados em 2013, em volume, da seguinte forma:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

	Aço
América do Norte	16%
Europa	9,6%
Ásia ex-China	1%
América Central e Sul	65%
Oriente Médio e Ásia	2,1%
CIS	0,3%

	Cimento
América do Norte	25%
Europa	<5%
Ásia	<1%
América Central e Sul	60%
Oriente Médio e Ásia	-
CIS	<1%

2. condições de competição nos mercados

Tanto o mercado de aço, quanto o mercado de industriais, especificamente o mercado de cimento, são caracterizados por serem mercados consolidados, ou seja, com a atuação de poucos produtores que representam a maior parte do *market share*. Em contrapartida, o mercado de produtores de refratários é segmentado, e a Companhia estima que o líder desse mercado, RHI, possui cerca de 9% de *market share*, em termos de receita líquida. Por este fato, ainda há espaço para uma maior consolidação na indústria. Mesmo sendo parte indispensável nos processos de produção onde são aplicados, os refratários ainda representam uma pequena parcela no custo total de produção deseus clientes.

Até a aquisição da companhia alemã LWB Refractories Holding GmbH ("LWB"), ocorrida em novembro de 2008, a Companhia era focada no fornecimento de refratários para o mercado brasileiro e sul americano. Com a aquisição da LWB, a Companhia acredita que se tornou a terceira maior produtora de refratários do mundo em termos de receita líquida, ficando com cerca de 5% do *market share*. A Companhia passou a atuar mais fortemente nos mercados norte-americano, europeu e asiático, sem perder sua liderança na América do Sul.

d. eventual sazonalidade

Nossa exposição a flutuações sazonais na demanda por cimento e, em grau ainda menor, por aço é mínima. Muito embora o impacto global sobre nosso negócio de sazonalidade nas indústrias de aço e cimento não seja significativo, a demanda por materiais refratários é afetada durante os períodos de menor demanda por cimento, tais como períodos chuvosos, e paradas programadas na indústria siderúrgica, que tendem a ocorrer durante períodos de menor utilização, como os meses de dezembro e julho.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

1. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

O sínter de magnesita é a principal matéria-prima utilizada na produção de refratários, devido à sua extrema resistência a altas temperaturas (até 2.000º C). De acordo com a Industrial Minerals Magazine, a Companhia possui alguns dos maiores depósitos de magnesita do mundo, localizados em Brumado, com um total de reservas medidas e indicadas de 830 milhões de toneladas. Essas minas poderiam suprir nossas necessidades por mais de 185 anos, se mantivéssemos os níveis de produção de refratários atuais. A qualidade das reservas também é elevada, com um grau de pureza superior a 98%, uma marca igualada por poucas minas de todo o mundo. O sínter de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

dolomita, também umas das principais matérias-primas, é utilizado na produção de refratários para a indústria de aços especiais devido à sua extrema resistência a altas temperaturas (até 1.800° C) e às suas propriedades que otimizam a produção desses aços. A Companhia possui suas próprias minas de dolomita no Brasil e nos Estados Unidos e possui o direito de explorar a mina de dolomita da China. A mina de dolomita da Europa é uma joint venture na qual a Companhia possui 70% de participação, cabendo os 30% restantes à Carrières et fours à chaux Dumont-Wautier S.A. (Lhoist Group). Juntas, essas minas de dolomita poderiam suprir nossas necessidades de dolomita por mais de 59 anos, tendo por base os níveis de produção normais.

No período de 2013, aproximadamente 80% das necessidades de matéria-prima, em termos de volume, do grupo, foram atendidas pelas próprias minas da Companhia. A Companhia produziu 100% da magnesita, dolomita, cromita, argilas, cianita e pirofilita necessárias para suas operações na América do Sul e parcela do consumo de magnesita pelas demais unidades.

Ademais, apresentamos abaixo tabela indicando nossos principais fornecedores em 2013, bem como o produto fornecido e o valor dos negócios:

Esclarecemos que a companhia, no curso normal de suas atividades, adquire algumas matérias-primas denominadas genericamente, consoante a legislação aplicável, "produtos controlados". Para aquisição e manipulação de referidos produtos em sua atividade produtiva a Companhia está sujeita à fiscalização do Exército brasileiro e da Polícia Federal que emitem, respectivamente, Certificado de Registro e Certificado de Licença de Funcionamento sem os quais a companhia estaria impossibilitada de utilizar tais produtos. A Companhia, em suas unidades que utilizam produtos controlados, possui os devidos Certificados de Registros e Certificados de Licença de Funcionamento, que a habilita a adquirir (compra), armazenar (depósito), importar, utilizar industrialmente, utilizar laboratorialmente, consumir e utilizar para demolição, conforme aplicável em cada caso, os seguintes produtos: ácido fluorídrico (fluoreto de hidrogênio), ácido perclórico; mangésio e suas ligas em pó, nitrato de amônio, nitrato de potássio, trietantolamina (Tri(2-Hidroxietil) Amina), cordel detonante, espoleta pirotécnica, estopim, explosivos, dinamite, acessório iniciador, pó de alumínio, ácido nítrico, ácido perclórico, nitrato de amônia, nitrato de potássio, álcool etílico, ácido clorídrico, éter de petróleo, ácido sulfúrico, iodo, hidróxido de amônio, tolueno, hidróxido de sódio, cloreto de cálcio anidro, carbonato de sódico, dicromato de potássio, peróxido de hidrogênio, clorofórmio, álcool isopropílico, éter etílico, rtotoluidina, acetona, bicarbonato de sódio, ácido bórico natural, carbonato de sódico, dicromato de sódio, ácido ortofosfórico.

2. eventual dependência de poucos fornecedores

Outra matéria-prima de importância para a produção de refratários, e que é comprada de terceiros, é a alumina, responsável pela fabricação dos refratários aluminosos que são em grande parte utilizados na indústria de cimento. A zircônia também representa uma importante matéria-prima comprada de terceiros que é usada na fabricação de algumas classes de refratários mais nobres – conhecidos como isostáticos. Dentro os demais insumos, podemos destacar o combustível como o mais relevante. Os combustíveis podem ser o óleo ou o gás natural, dependendo da matriz energética de cada forno, usados nas unidades de produção de sínter e de fabricação de refratários. Compramos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

cerca de 20% das nossas matérias-primas, consistindo principalmente de matérias-primas com alto teor de alumina, tais como bauxita e andaluzita originárias principalmente do Brasil, China, Alemanha e África do Sul, a partir de terceiros. Dependemos de um número limitado de fornecedores para oferece essas matérias primas em volumes necessários e com qualidade adequada e níveis de confiabilidade.

3. eventual volatilidade em seus preços

O preço dos refratários não tem correlação com o preço dos produtos de nossos principais clientes – aço e cimento. Historicamente, os refratários representam cerca de 3% do custo de produção desses clientes e a política de aumento de preço dos refratários segue a inflação de cada país onde temos operações. A Companhia não sofre, significativamente, com as variações dos preços de matérias primas, uma vez que 80% de suas necessidades são atendidas por unidades operacionais do próprio grupo.

A China domina o fornecimento de todas as matérias-primas chave para o setor de refratários. De acordo com a U.S. Geological Survey - USGS, a China é responsável por 60% do fornecimento de magnesita e 80% do fornecimento de grafita no mundo. Dessa forma, os preços praticados no mercado mundial são fortemente impactados pelo volume de matérias-primas ofertadas pela China.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

No ano de 2013, um cliente individualmente representou mais de 10% da receita total da Magnesita. A Gerdau representou 12% da receita da Companhia, montante no valor de R$ 327,7 milhões de reais.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Soluções Refratárias e Serviços.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Nossas atividades de exploração minerária, bem como as de industrialização, o que incluem nossas instalações, atividade refratária e as operações de mineração seguem a regulamentos e legislações. Essas leis e regulamentos dispõem sobre prazos e procedimentos específicos a serem observados nas atividades de prospecção e pesquisa mineraria, lavra, transporte, entre outros fatores, as emissões na atmosfera (incluindo controle de poeira), o descarte de água, saúde e segurança ocupacional, o uso, armazenamento e eliminação de resíduos, preservação de áreas protegidas, recuperação ou restauração do meio ambiente em áreas minadas e da limpeza de propriedades contaminadas. Temos tomado medidas para limitar as emissões de poluentes de acordo com as leis ambientais e as nossas licenças, e acreditamos que estamos atualmente em conformidade com todos os requisitos de emissões aplicáveis às nossas operações.

No que tange às atividades de prospecção, pesquisa e lavra, faz-se importante destacar que embora envidemos sempre os melhores esforços para observância de todas as leis e regulamentos aplicáveis, em razão da multiplicidade de dispositivos regulatórios e, considerando o elevado número de ativos minerários que possuímos, há casos em que não conseguimos ainda atualizar o status de todos os direitos minerários junto ao DNPM no que tangem aos ajustes contratuais às regras de arrendamento minerário vigentes (Portaria DNPM 269/2008) e atualização de titularidade de direitos minerários adquiridos em razão das recentes incorporações de empresas como a Massambaba Mineração S.A.

As nossas operações, incluindo as que estão em nossas plantas industriais, exigem licenças para instalação e operação dos equipamentos e são regulamentados pelo Ministério Público Federal e Estadual, órgãos ambientais e agências estaduais de meio ambiente dos Estados de São Paulo (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, ou CETESB), Espírito Santo (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ou IEMA), Minas Gerais (Fundação Estadual do Meio Ambiente, ou FEAM), Bahia (Instituto do Meio Ambiente, ou IMA), Rio de Janeiro (Instituto Estadual do Meio Ambiente, ou INEA), Ceará (Superintendência Estadual do Meio Ambiente, ou SEMACE)e Rio Grande do Sul (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, ou Fepam). Em geral, nossas operações são licenciadas pelas agências estaduais de meio ambiente, que estabelecem condições e restrições específicas em nossas licenças ambientais. Segundo a legislação brasileira, pessoas físicas ou jurídicas que violem as leis ambientais estão sujeitas a sanções penais e administrativas.

Na Europa, nossas operações estão sujeitas a limites obrigatórios em emissões de dióxido de carbono impostas pelos Estados-Membros da União Europeia. Nos termos desta diretiva, instalações industriais recebem licenças de emissão de dióxido de carbono e devem entregar um subsídio por cada tonelada de dióxido de carbono emitido. As empresas que emitem menos dióxido de carbono do que o limite estabelecido em suas licenças podem vender as licenças em excesso, enquanto as que emitem mais, devem comprar licenças adicionais através do Emissions Trading Scheme

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- ETS da União Europeia (“ETS”), que é um sistema internacional de comércio para as emissões industriais de dióxido de carbono. Com base nos subsídios concedidos à Companhia, em conexão com os planos de atribuição para o período corrente do comércio de emissões 2008-2012 e, na nossa estimativa de emissões de dióxido de carbono para esse período, acreditamos que as nossas fábricas europeias sujeitas ao ETS (Hagen e Kruft, Alemanha; Valenciennes, França e Namêche, na Bélgica, que é operada como uma joint venture) têm subsídios suficientes para as suas operações em curso até 2012 e, de fato, pode ter excesso de emissões que podem ser vendidos no mercado aberto. No 3º período (2013-2020) do ETS, cada participante terá um fator de redução de emissões (em %). Em cada ano, o nível de CO2 que poderá ser emitido será reduzido por este fator. A situação atual da nossa operações de refratários está adequada (dependendo do nível de produção), mas é possível que ao final deste período precisemos comprar direitos de emissão.

A Diretiva da União Europeia sobre a Gestão Integrada de Prevenção da Poluição e Controle, ou o IPPC, estabelece licenças para descarte de poluentes no ar e na água, atividades de gestão de resíduos, eficiência energética e outros assuntos relacionados que tenham impacto sobre o meio ambiente e, através dessas licenças, estabelece limites de emissão com base no conceito de melhores técnicas disponíveis, ou BAT. O objetivo dessas regulamentações é a melhoria da qualidade do ar e redução de poluentes por certas atividades industriais, através do estabelecimento de limites de emissões. Acreditamos que estamos cumprindo com os requisitos estabelecidos no âmbito destas diretivas, bem como atendendo a requisitos específicos da legislação ambiental da Alemanha e da França. Os responsáveis da Magnesita continuamente comparecem às conferências oficiais referentes a Cimento e Refratários, e monitoram de perto a legislação vigente. Tais conferêncais são relevantes, pois são os momentos onde é possível iniciar uma intervenção contra novas restrições.

O regulamento REACH (Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Substâncias Químicas) aumenta o controle do uso de produtos químicos na União Europeia, impondo a todos os setores afetados a responsabilidade de assegurar e demonstrar a segurança da fabricação, utilização e eliminação de produtos químicos. O REACH, que entrou em vigor em 2007, exigiu o pré-registro de todas as substâncias químicas fabricadas ou importadas pelos países da União Europeia em quantidades superiores a uma tonelada por ano até o final de novembro de 2008. O registro, que irá ocorrer entre 2010 e 2018, dependendo do volume da substância identificada, requer documentação formal dos dados relevantes para a avaliação dos riscos para cada substância registrada, bem como o desenvolvimento de avaliações de risco para a sua utilização social. Com algumas exceções, o REACH aplica-se às substâncias que produzimos, bem como às matérias-primas e aos insumos adquiridos junto a fornecedores. Acreditamos que as medidas tomadas até agora sejam suficientes para assegurar a conformidade relevante com os requisitos aplicáveis.

A Diretiva de Responsabilidade Ambiental do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu estabeleceu a responsabilidade global de empresas cujas operações causam danos ambientais. Baseado no "princípio do poluidor-pagador", a diretiva exige que as empresas devam reverter ou minimizar os danos ambientais causados à água e ao solo, bem como em espécies protegidas e habitats naturais.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Nos Estados Unidos, o *Clean Air Act*, ou CAA, regula e monitora as emissões atmosféricas de poluentes provenientes de empresas. O CAA também impõe limites rigorosos de emissão de poluente ao ar e exige certificações para o cumprimento das condições de funcionamento da atividade comercial. Adicionalmente, órgãos federais e estaduais estabelecem o controle da emissão de ozônio, monóxido de carbono, benzeno, dióxido de enxofre e óxido de nitrogênio. O cumprimento dos requerimentos impostos por esses órgãos podem aumentar os nossos custos de operação nos Estados Unidos.

Nossas operações de mineração localizadas em York, no estado da Pensilvânia, EUA, também estão sujeitas a uma extensa regulamentação estabelecida pelo governo estadual e federal, e autoridades ambientais. Somos obrigados a obter e manter licenças de mineração na superfície terrestre, e estas licenças requerem uma preparação de um plano de recuperação que aborda os impactos ambientais causados pelas operações de mineração. Preveem também a restauração do solo e vegetação impactados pela atividade de mineração.

Nossas operações na China são regulamentadas nos termos da Lei de Proteção Ambiental da República Popular da China e de outras leis nacionais e locais relativas ao ambiente e à saúde ocupacional e questões de segurança do trabalho. Nossos produtos não são considerados materiais ambientalmente perigosos, no entanto, a poeira e os resíduos produzidos durante o processo de produção são classificados como poluentes ambientais sob as leis do governo e regulamentações aplicáveis. Somos obrigados a obter determinadas licenças e autorizações para produzir nossos produtos na China. Além disso, nossas atividades de mineração na China estão sujeitas a uma extensa regulamentação, políticas e controles, inclusive os relacionados com o direito de extrair minerais do subsolo e as relativas à segurança dos nossos trabalhadores.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Como líder em soluções integradas em refratários e detentora de significativas reservas minerais no Brasil, China, Estados Unidos e Bélgica, a Magnesita acredita que a preservação do meio ambiente e a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis são garantias da manutenção dos negócios da Companhia. Toda a matéria-prima para a produção do sínter de magnesita e de dolomita utilizados na sua produção de refratários é extraída dessas minas. A exploração é planejada com vistas a proteger todo o entorno.

A Companhia utiliza filtros para evitar e/ou reduzir a emissão de resíduos na atmosfera, bem como reabilita suas áreas mineradas, realiza monitoramento atmosféricos e hídricos, mantendo assim suas emissões abaixo dos limites legais, e mantém programas de educação ambiental junto não só ao público interno, como também às comunidades circunvizinhas. Buscamos preservar áreas de preservação permanente e demais áreas protegidas em nossas unidades e constituir áreas de reserva legal, em cumprimento à legislação ambiental vigente.

Adicionalmente, estamos empenhados em implementar, manter e melhorar os nossos sistemas de gestão ambiental em conformidade com a legislação aplicável, inclusive, nas nossas instalações fora do Brasil. Essas ações fazem parte dos requisitos da ISO 14001.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A série ISO 14000 é um instrumento de gestão ambiental, de cunho internacional, que dita normas de gerenciamento, de auditoria, de análises de ciclo de vida de produtos, de conceitos de melhoria contínua, de estudo de impacto ambiental, dentre outros. A ISO – "*International Organization for Standardization*" (Organização Internacional de Padronização) – constitui uma federação internacional de organizações de normatizações e está sediada em Genebra, na Suíça. O SGA está em fase de implantação em outras unidades da Companhia.

Em 2012, a Magnesita obteve duas novas certificações em acordo com a norma internacional ISO 14001 no que se refere à gestão ambiental: Magnesita RISA/Ecobusiness, em Contagem, e Magnesita Insider, em Coronel Fabriciano. Outras 3 unidades e o Terminal Marítimo de Aratu mantiveram o mesmo certificado em 2012.

Além disso, a Companhia manteve todos os certificados ISO 9001 para gestão do sistema de qualidade já obtidos anteriormente em 11 unidades, além das unidades da Europa, Ásia e Estados Unidos que também tiveram este mesmo certificado mantido. Os certificados OHSAS 18001 para os sistemas de gestão em saúde e segurança do trabalho nas unidades da Regional Vitória e Serviços - Usiminas Cubatão também foram conservados.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

A Companhia possui diversas marcas entre os 13 mil produtos refratários que comercializa. Essas marcas encontram-se devidamente registradas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI e são fundamentais para o desenvolvimento dos negócios da Companhia.

A Companhia e suas subsidiárias detêm centenas de registros e pedidos de registro de marcas no Brasil e no exterior, dos quais os mais relevantes foram destacados no item 9.1.b deste formulário, todas protegendo produtos e serviços relativos às atividades da Companhia e de suas subsidiárias. A Companhia e suas subsidiárias também detêm diversos registros de nomes de domínio no Brasil e no exterior incorporando suas principais marcas.

No Brasil, um registro de marca tem vigência de 10 (dez) anos contados da data de concessão, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos. Os registros de nome de domínio no Brasil podem ser prorrogados sucessivamente por período igual ou superior a um ano, mediante o pagamento das taxas aplicáveis. O prazo de vigência e os requisitos para a prorrogação dos registros de marcas e nomes de domínio no exterior são determinados de acordo com as normas do país em que os nomes de domínio se encontram registrados.

Os registros de marca no Brasil asseguram ao seu titular a proteção da marca e uso exclusivo em todo o território nacional. Os registros de marca no exterior têm a

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

extensão de sua proteção determinada de acordo com as normas do país ou região em que a marca se encontra registrada.

No âmbito administrativo (junto ao INPI), os pedidos de registro de marca que estão sob análise do INPI podem ser indeferidos. Mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem contestar os registros, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada na forma como foi registrada, ou deixar de assinalar todos os produtos ou serviços constantes de seu certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia e suas subsidiárias sejam titulares de registro de marca, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia ou alguma subsidiária está violando seus direitos de propriedade intelectual em relação a essas marcas. A manutenção de registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a conseqüente cessação dos direitos do titular.

A perda dos direitos sobre as marcas implica na impossibilidade de o titular utilizar exclusivamente a marca no Brasil e, ainda, impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos concorrentes. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros em relação a marcas, podendo ser impedida de utilizar essas marcas.

Patentes

A Companhia e suas subsidiárias detêm diversas patentes concedidas e também pedidos de patentes no Brasil e no exterior incorporando suas principais tecnologias, das quais as mais relevantes foram destacadas nos itens 9.1.b deste formulário. As patentes são importantes e garantem que a Magnesita Refratários ofereça produtos diferenciados e de alto desempenho.

No Brasil, de acordo com a atual Lei de Propriedade Industrial, as patentes de invenção (PI) são válidas por 20 anos e as patentes de modelo de utilidade (MU) são válidas por 15 anos, contados a partir da data de depósito. Os prazos de vigência das patentes no exterior também são determinados de acordo com as normas do país em que a patente encontra-se depositada. O prazo de vigência da patente não pode ser prorrogado e sua manutenção está sujeita ao pagamento periódico de retribuições ao INPI ou a autoridades equivalentes no exterior, de acordo com as normas do país.

No Brasil, durante a vigência das patentes concedidas, está assegurado o direito de seu titular de impedir terceiros de explorar o objeto ou processo patenteado, e ainda obter indenização por tal exploração indevida, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a publicação do pedido de patente e a concessão da patente, em todo o território nacional. Para patentes concedidas no exterior, o titular conta com proteção semelhante, mas determinada pela legislação do país onde a patente foi concedida.

No âmbito administrativo, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, os pedidos de patente sob exame podem ser negados, caso não se consiga comprovar

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

perante o quadro de examinadores o atendimento aos requisitos de patenteabilidade. Patentes também estão sujeitas a contestação por terceiros (ou pelo próprio INPI), por meio de processos de nulidade, na hipótese de terem sido concedidas em desacordo com a Lei 9.279/96. Em caso de abuso, desuso, emergência nacional ou interesse público, a patente também estará sujeita a ser licenciada compulsoriamente e, finalmente, a processos de caducidade.

No âmbito judicial, apesar da Companhia e suas subsidiárias serem titulares de diversas patentes, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia ou alguma subsidiária está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia e suas subsidiárias não têm nenhuma demanda judicial dessa natureza. A patente se extingue após o término do seu prazo de vigência. Sua manutenção está sujeita ao pagamento de taxas anuais, o qual é imprescindível para evitar o arquivamento dos pedidos ou a extinção das patentes e a consequente cessação dos direitos do titular.

A perda dos direitos sobre as patentes implica na impossibilidade de o titular ter o privilégio sobre a exploração do objeto ou processo patenteado e impedir terceiros de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar produto patenteado ou produto ou processo obtido diretamente por processo patenteado. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por exploração indevida em caso de violação de direitos de terceiros em relação a patentes, podendo ser impedida de utilizar essas patentes.

Licenças dos Empreendimentos

A Companhia tem contratos para exploração de seus ativos minerais, que são regulamentados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. A Companhia emprega seus melhores esforços sempre buscando atender a todas as normas e procedimentos exigidos pelo órgão para a exploração de suas reservas minerais.

Franquias

Não há.

Contratos de Royalties

A Companhia celebrou contratos de transferência de know-how e de licença de patentes com importantes empresas internacionais, como a Krosaki Harima (Japão), Intocast (Alemanha) e Comat (EUA). Essas parcerias foram constituídas em áreas tecnológicas estratégicas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia.

Neste sentido, a Companhia e suas subsidiárias são partes adquirentes em 6 contratos de transferência de tecnologia atualmente em vigor, incluindo fornecimento de *know-how*, licença de patente e assistência técnica, todos averbados perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e o Banco Central do Brasil (BACEN).

A vigência dos contratos de transferência de tecnologia é especificada nos respectivos certificados de averbação emitidos pelo INPI, refletindo os termos contratuais. A

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

averbação dos contratos de transferência de tecnologia perante o INPI garante a oponibilidade destes contratos perante terceiros em todo o território nacional e possibilita a remessa de royalties para o exterior, através do BACEN, assim como a dedutibilidade fiscal dentro dos limites estabelecidos na legislação em vigor.

Os direitos decorrentes de contratos de licença de marca ou patente extinguem-se mediante o término do contrato, por qualquer razão, ou através da perda do objeto contratual, quais sejam: a extinção ou expiração da marca ou patente licenciada. Com relação aos contratos de serviços técnicos, os direitos decorrentes extinguem-se mediante o término do contrato, por qualquer razão, ou após o término da prestação de serviços. Com relação aos contratos de fornecimento de know-how averbados perante o INPI, a empresa adquirente poderá fazer uso do know-how adquirido mesmo após a expiração do contrato.

O término de um contrato de licença de patente ou de marca fará com que o licenciado não possa mais explorar a patente ou marca licenciada, exceto na hipótese em que a patente caia em domínio público ou o registro da marca seja extinto.

Com relação aos contratos de fornecimento de tecnologia e *know-how* averbados perante o INPI, considera-se que a tecnologia foi absorvida pelo adquirente após o cumprimento do contrato e o adquirente poderá utilizar esse *know-how* sem que qualquer valor adicional seja devido, respeitando eventuais termos adicionais do contrato que possam envolver confidencialidade.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6.Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:
a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Receita Líquida (em R$ mil)	**2013**	**Participação (%)**
Brasil	**946.241**	**35,6%**
Estrangeiros	**1.709.716**	**64,4%**
América do Sul	1.239.324	46,7%
Europa	496.966	18,7%
América do Norte	576.106	21,7%
Asia	260.168	9,8%
Outros	84.394	3,2%
TOTAL	2.655.957	100,0%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7.Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

China

Alterações adversas de natureza política e econômica por parte do governo chinês poderiam ter um efeito sobre o crescimento econômico da China, o que poderia afetar as nossas operações na região. Assim, o nosso negócio, situação financeira e resultados operacionais, particularmente aqueles de nossas operações na China, são afetados por condições econômicas, políticas e jurídicas da China. A economia chinesa é diferente das economias dos países mais desenvolvidos, em muitos aspectos, incluindo:

- O grau de envolvimento do governo;
- O nível de desenvolvimento;
- A taxa de crescimento;
- O controle de câmbio;
- A alocação de recursos; e
- Um sistema de regulamentação instável e pouco transparente.

EUA e Alemanha

Com relação aos EUA e Alemanha, não há restrições específicas à produção de refratários, estando a Companhia sujeita às regulamentações dos respectivos países, principalmente de natureza ambiental e de saúde pública, as quais a Companhia deve atender para que suas operações não sofram impactos negativos por irregularidades junto aos órgãos reguladores.

Outros países estrangeiros

A Companhia mantém relações comerciais com países que, individualmente considerados, não possuem participação significativa na receita líquida total da Companhia, quais sejam: África do Sul, Argélia, Argentina, Austrália, Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Croácia, Equador, Egito, Emirados Árabes, Espanha, Etiópia, França, Filipinas, Finlândia, Guatemala, Grécia, Holanda, Honduras, Hungria, Índia, Indonésia, Israel, Itália, Líbano, Líbia, Luxemburgo, Macedônia, Malásia, México, Marrocos, Noruega, Nova Zelândia, Nicarágua, Nigéria, Omã, Paquistão, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Quênia, República Tcheca, Reino Unido, Romênia, Rússia, Sri Lanka, Sérvia, Suécia, Suíça, Tailândia, Tanzânia, Tunísia, Ucrânia, Uruguai, Venezuela, Vietnã, Zâmbia e Zimbábue.

Em todos estes países, não existem restrições específicas à produção de refratários, estando a Companhia sujeita, principalmente, às regulamentações de natureza ambiental e trabalhista de cada país. A Companhia deve atender tais regulamentações para que suas operações não sofram impactos negativos por irregularidades junto aos órgãos reguladores.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8.Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário

Meio Ambiente

A Magnesita é pioneira em logística reversa de resíduos refratários. Há cerca de dez anos, antes da lei que obriga a adoção de tal processo ser aprovada no Brasil, a área de pesquisa e desenvolvimento da Companhia vem aprimorando seus métodos para reaproveitamento quase integral dos refratários inutilizados. Uma equipe técnica e operacional totalmente dedicada à destinação dos resíduos refratários avalia o material enviado pelo cliente antes de encaminhá-lo para as plantas de reciclagem, sendo que o processo é executado em parceria com os clientes. A reciclagem gera novos produtos (refratários de baixa solicitação) e matérias-primas para novos refratários, pavimentação e construção.

Como líder em soluções integradas em refratários e detentora de significativas reservas minerais no Brasil, China, Estados Unidos e Bélgica, a Magnesita acredita que a preservação do meio ambiente é uma garantia da manutenção dos negócios da Companhia. Toda a matéria-prima para a produção do sínter de magnesita e de dolomita utilizados na sua produção de refratários é extraída dessas minas. A exploração é planejada com vistas a proteger todo o entorno. Em 2011, tivemos uma área revegetada de 26.349 m², além de 26.339 m² para o ano de 2012, totalizando 52.688 m² no período. Em 2013 a Companhia iniciou projetos de restauração florestal na Bahia e São Paulo para um total de 55.334 m^2. Para o ano de 2014 estão previstos aproximadamente de 41.835 m^2 de área a ser revegetada nas unidades de Ponte Alta (MG) e Mina Lagoa dos Algodões (BA).

Em 2012, a Magnesita obteve duas novas certificações em acordo com a norma internacional ISO 14001 no que se refere à gestão ambiental: Magnesita RISA/Ecobusiness, em Contagem, e Magnesita Insider, em Coronel Fabriciano. Outras 3 unidades e o Terminal Marítimo de Aratu mantiveram o mesmo certificado em 2012.

Além disso, a Companhia manteve todos os certificados ISO 9001 para gestão do sistema de qualidade já obtidos anteriormente em 11 unidades, além das unidades da Europa, Ásia e Estados Unidos que também tiveram este mesmo certificado mantido. Os certificados OHSAS 18001 para os sistemas de gestão em saúde e segurança do trabalho nas unidades da Regional Vitória e Serviços - Usiminas Cubatão também foram conservados.

Responsabilidade Social

A cada ano, o crescimento da Magnesita supera suas funções como geradora de empregos e pagadora de impostos, dentre outras distribuições mandatórias dos valores adicionados pelas suas atividades. O seu compromisso com o desenvolvimento das comunidades e com a proteção do meio ambiente ao seu entorno é valor vital e conta com o apoio da administração na implementação de projetos e estabelecimento de parcerias.

Um exemplo é o patrocínio ao Projeto SINPARC (39ª Campanha de Popularização do Teatro e da Dança) e Projeto Fred, realizados no estado de Minas Gerais. O Projeto SINPARC além de possibilitar as atividades artísticas de grupos teatrais e de dança, levou a oportunidade aos colaboradores de Contagem de frequentar o teatro por meio da disponibilização de ingressos para peças. O Projeto Fred pôde capacitar pessoas para que tenham uma nova fonte de renda, além de contribuir para a formação de novos cidadãos por meio de oficinas de tapeçaria e dança de rua.

Apesar da companhia não ter um Relatório Anual de Sustentabilidade, mantemos projetos e esforços focados no desenvolvimento sustentável de seu negócio e em sua responsabilidade

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

social nas comunidades em que atua. A companhia tem a intenção de no futuro, implementar relatórios com este viés para reportar as nossas ações e projetos.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há mais informações que a companhia julgue relevantes.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

a. controladores diretos e indiretos

A Companhia tem como controladores diretos a Alumina Holdings, LLC ("Alumina"), o GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações ("GPCP4") e a Mag Fundo de Investimentos em Participações ("MAG-FIP"), sendo que os três são fundos de *private equity* administrados por subsidiárias integrais de GP Investments, Ltd. Além destes, a Magnesita possui como controlador o Rearden L Holdings 3 S.À.R.L. ("Rearden"), um veículo de investimento do Grupo Rhône.

- *Alumina*

A Alumina, LLC ("Alumina"), sociedade constituída de acordo com as leis do Estado de Delaware, EUA, detém 31,30% do capital social total da Companhia e é controlada, indiretamente, por GP Capital Partners III, L.P. ("GPCPIII") e GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV"), fundos que têm como objetivo realizar investimentos de private equity, ou relacionados a private equity, em empresas localizadas no Brasil ou com atividade comercial expressiva no Brasil e, em menor extensão, em outros países da América Latina, buscando o controle ou o controle compartilhado, ou uma participação minoritária influente nas empresas-alvo.

O GPCPIII e o GPCPIV são respectivamente geridos pelo GP Investments (Cayman) III, Ltd. e GP Investments IV, Ltd., sendo ambas empresas subsidiárias integrais da GP Investments, Ltd., companhia aberta com sede em Bermudas, que por sua vez é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas, que por sua vez não possui qualquer controlador com participação relevante acima de 5% na Companhia.

A GP Investments é uma companhia aberta, listada na Bolsa de Luxemburgo e tem seus papéis negociados na BM&FBovespa por meio de Certificados de Depósito de Ações (BDRs).

- *GPCP4*

O GPCP4 detém 0,40% do capital social da Companhia e está registrado junto a CVM como administrador de fundos de investimento. O GPCP4 é constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução nº 391 da CVM, cuja administradora é a GP Investimentos Ltda., a qual possui total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo e orienta o voto do GPCP4 nas assembleias gerais da Companhia. O Controlador informa ainda que não há nenhum quotista que possui controle no fundo GPCP4.

- *MAG-FIP*

O MAG-FIP detém 3,37% do capital social da Companhia, sendo um fundo de investimento em participações gerido pela sociedade BRZ Investimentos Ltda, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução nº 391 da CVM e tem como finalidade exclusiva a realização de investimentos na Companhia. O Controlador informa ainda que não

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

há nenhum quotista que possui controle no fundo MAG-FIP. A BRZ Investimentos Ltda., como gestora do MAG-FIP, possui total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo e orienta o voto do MAG-FIP nas assembleias gerais da Companhia.

- *Rearden*

A Rearden tem sede no Grão-Ducado do Luxemburgo e detém 7,42% das ações ordinárias da Magnesita. As participações acionárias na Rearden são detidas por Rhône Onshore Partners III, LP, uma sociedade limitada constituída sob as leis do Estado de Delaware, ("RP III"), Rhône Offshore Partners III, LP, uma sociedade limitada constituída segundo as leis das Ilhas Cayman ("ROP III"), e Rhône Coinvestment III LP, uma sociedade limitada constituída sob as leis do Estado de Delaware (“RC III” e, em conjunto com RP III e ROPIII, os “Fundos Rhône III”).

Os Fundos Rhône III são fundos com foco em oportunidades de investimento em middle-market com perspectivas de crescimento nos mercados pan-europeu e transatlântico. Geralmente, os Fundos Rhône III procuram as empresas onde podem obter uma posição de controle e, de acordo com sua filosofia de investimento, esforçar-se por estabelecer relações estratégicas com outros investidores. O sócio gestor dos Fundos Rhône III é a Rhône Capital III LP, uma sociedade limitada constituída sob as leis do Estado de Delaware ("General Partner").

O Partnership Agreement de cada um dos Fundos Rhône III delega todos os poderes de gestão relacionados aos fundos, incluindo a discricionariedade pelas decisões de investimento, ao General Partner. O sócio gestor do General Partner é Rhône Holdings III L.L.C., uma sociedade limitada constituida sob as leis do Estado de Delaware, que, por sua vez, é controlada pela Rhône Capital L.L.C., uma sociedade limitada constituida sob as leis do Estado de Delaware. A Rhône Capital L.L.C. é controlada por Robert F. Agostinelli e Steven Langman.

Os Limited Partners do RP III e do ROP III incluem investidores institucionais como fundos de pensão, seguradoras, instituições financeiras e universidades, e em menor medida, os investidores individuais. Os Limited Partners do RC III são os funcionários de algumas filiais da General Partner. Nenhum parceiro dos Fundos Rhône III (incluindo o General Partner) detém indiretamente 5% ou mais da Companhia.

b. controladas e coligadas

- Controladas Diretas

Denominação social	Sede	Participação da Companhia (%)		
		2013	2012	2011
Iliama II Trading - Sociedade Unipessoal LDA	Portugal	100	100	100
Magnesita Finance Ltd.	Ilhas Virgens/Inglaterra	100	100	100
Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH	Hilden/ Alemanha	100	100	100
Magnesita Insider Refratários Ltda.	Contagem/MG	100	100	100
Mag-Tec Ltda.	Contagem/MG	100	100	100

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Rasa - Refractarios Argentinos S.A.	San Nicolás/Argentina	100	100	100
Refractários Magnesita Colombia S.A.	Sogomoso/Colombia	100	100	100
Refractários Magnesita del Peru S.A.C.	Chimbote/Peru	100	100	100
Refractários Magnesita Uruguay S.A.	Montevideo/Uruguai	100	100	100
Metal Data S.A. - Mineração e Metalurgia	Rio de Janeiro/RJ	50	50	50
MMD Araçuaí Holding Ltda.	São Paulo/SP	90	90	-
Reframec Manutenções e Montagens de Refratários Ltda.	Matosinhos/MG	51	---	-
Dalian Magnesita Refractories Co. Limited	Dalian / China	100	-	-

- Controladas Indiretas

Denominação social	Sede	Participação da Companhia (%)		
		2013	2012	2011
Magnesita Refractories Company	Estados Unidos	100	100	100
Rearden G Holdings Eins GmbH	Alemanha	100	100	100
Refractarios Magnesita Chile S.A.	Chile	100	100	100
LWB Holding Company	Estados Unidos	100	100	100
LWB Refractories Beteiligungs GmbH Co. KG	Alemanha	100	100	100
Baker Refractories	Estados Unidos	100	100	100
Baker Refractories Holding Company	Estados Unidos	100	100	100
Vierte LWB Refractories Holding GmbH	Alemanha	100	100	100
Magnesita Refractories de Mexico S.A. de C.V.	México	99,9	99,9	100
Baker Refractories I.C., Inc.	Estados Unidos	100	100	99,9
Magnesita Refractories (Canada) Inc.	Canadá	100	100	100
Magnesita Refractories Ltd.	Reino Unido	100	100	100
LWB Refractories Holding France S.A.S	França	100	100	100
Magnesita Refractories S.R.L.	Itália	100	100	100
Magnesita Refractories A.B.	Suécia	100	100	100
Magnesita Malta Holding Ltd.	Malta	100	100	100
Feuerfestwerk Bad Hönningen GmbH	Alemanha	100	100	100
LWB Refractories Hagen GmbH	Alemanha	100	100	100
Magnesita Refractories GmbH	Alemanha	100	100	100
Magnesita Asia Refractory Holding Ltd.	Hong Kong, China	100	100	100
Magnesita Refractories S.C.S.	França	100	100	100
Magnesita Malta Finance Ltd.	Malta	100	100	100
Treuhandgesellschaft Feuerfest GmbH	Alemanha	16	16	16
Wülfrath Refractories Asia SDN, BHD	Malásia	100	100	100
Gesellschaft für Stromwirtschaft GmbH	Alemanha	2	2	2
LWB Refractories Belgium S.A.	Bélgica	99,89	99,89	99,89
Magnesita Refractories S.A. (Pty) Ltd.	África do Sul	100	100	100
LWB Refractory Trading (Chizhou) Company Ltd	China	100	100	100
Magnesita Resource (Anhui) Company Ltd	China	100	100	100
Magnesita Australia PTY Ltd	Austrália	100	100	100
Magnesita Refractories Private Ltd.	Índia	100	---	100
Dalian Mayerton Refractories Co. Limited	China	100	---	100
Araçuaí Holding S.A.	Brasil	51	---	51
Sigma Mineração S.A.	Brasil	60	---	60
Metal Data Participações Ltda.	Brasil	82,8%	---	0,05
Magnesita Refractories NAM Insurance Co.	Estados Unidos	100	---	---
M.E. Refractories Company FZE	Emirados Árabes Unidos	100%	---	---

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

- Joint Ventures

Denominação social	Sede	Participação da Companhia (%)		
		2013	2012	2011
Sinterco S.A.	Bélgica	70	70	70
Krosaki Magnesita Refractories LLC	Estados Unidos	40	40	40
Magnesita Envoy Asia Ltd.	Taiwan	50	50	50
Shanxi LWB Taigang Refractories Company Ltd[1]	China	51	51	51

[1]Durante o 3º trimestre de 2013 foi feita, pelo governo chinês da província de Shanxi, a desapropriação das instalações onde está localizada a fábrica de refratários dolomíticos da Shanxi LWB Taigang Refractories Company Ltd. ("Shanxi"), em decorrência da construção de uma auto-estrada. Em razão desta desapropriação, as atividades da Shanxi deverão ser transferidas para uma nova área, gerando significativos investimentos e elevados gastos futuros. Desta maneira, o Grupo Magnesita decidiu por não aportar recursos nesta nova operação uma vez que, sob a ótica do retorno sobre este investimento, estes gastos não se justificariam.

c. participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia não possui participação em sociedades do grupo, ressalvadas as listadas nos itens acima.

d. participações de sociedades do grupo na Companhia

A sociedade Baker Refractories I.C. Inc., controlada da Companhia com sede nos Estados Unidos da América, detém 48.883 ações de emissão da Companhia, equivalentes a 0,02% de seu capital social, na qualidade de *trustee* de tais ações no âmbito de um programa de remuneração (*the third compensation plan)* realizado pela referida sociedade para seus diretores.

e. sociedades sob controle comum

Não há sociedades sob controle comum.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2.Caso o emissor deseje, inserir organograma do grupo econômico em que se insere o emissor, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1

As informações a respeito do grupo econômico encontram-se no item 8.1 acima.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	**29/04/2013**
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Aquisição da Reframec Manutenção e Montagens de Refratários Ltda. (“Reframec”). A Companhia pagou aproximadamente R$ 12 milhões para adquirir 51% do capital da Reframec. Os 49% restantes serão adquiridos em parcelas anuais baseadas em múltiplos fixos de EBIT nos próximos 4 anos, para uma média de múltiplos EBIT de aproximadamente 5x.
Data da operação	**22/04/2013**
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Aquisição da empresa Dalian Mayerton Refractories Co. Limited (“DMR”), unidade de produção de refratários localizada na cidade de Dalian (Província de Liaoning, República Popular da China), com capacidade instalada de produção de até 50.000 tons/ano de tijolos refratários a base de magnésia carbono. O valor da transação foi de aproximadamente US$ 22 milhões (incluindo passivos da DMR) e incluiu todos os ativos e funcionários da DRM.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a respeito deste tópico foram disponibilizadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1. Outros bens relevantes do ativo não circulante

Direitos Minerários

Atualmente, somos detentores de 78 concessões de lavra ativas, registradas perante o Departamento Nacional de Produção Mineral (Departamento Nacional de Produção Mineral, ou DNPM). Destas 78, cinco concessões de lavra são arrendadas e, portanto, estão sujeitas aos termos dos seus respectivos contratos de arrendamento, devendo ser devolvidas aos seus respectivos titulares após o término dos respectivos contratos com vencimento para retornar aos seus proprietários.

As concessões de lavra ativas da Companhia estão registradas perante o Departamento Nacional de Produção Mineral sob os seguintes números de processos:

- Concessões de lavra próprias:

003.898/40; 001.407/41; 009.283/43; 001.772/44; 006.606/49; 006.305/65; 007.876/66; 008.699/67; 813.728/73; 808.409/74; 813.113/74; 830.064/83; 002.953/39; 003.110/40; 003.724/41; 005.253/41; 004.829/43; 005.494/43; 001.773/44; 006.254/44; 006.928/60; 007.308/60; 008.208/61; 004.813/62; 009.603/67; 014.235/67; 819.041/69; 819.482/69; 812.235/70; 812.236/70; 813.079/70; 809.389/71; 823.215/71; 803.857/72; 804.142/73; 804.366/73; 804.367/73; 804.368/73; 804.457/73; 804.458/73; 804.603/73; 814.804/73; 817.343/73; 803.122/74; 803.716/74; 803.718/74; 803.719/74; 803.720/74; 804.392/74; 808.982/74; 808.983/74; 808.985/74; 808.986/74; 809.401/74; 811.926/75; 811.927/75; 803.622/77; 803.747/78; 830.203/78; 831.127/81; 830.500/82; 002.886/62; 000.545/66; 001.531/66; 808.024/75; 808.007/76; 005.152/41; 002.540/53; 815.122/73; 002.844/43; 007.337/51; 004.950/35; 801.645/69

- Concessões de lavra arrendadas:

830.113/86; 830.136/86; 830.133/86; 830.112/86; 830.082/86.

Além disso, temos 33 requerimentos de concessões de lavra. Onze deles foram arrendados em 2006, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, antes, portanto, da publicação da Portaria DNPM 269/2008. Em caso de aditamento dos contratos de arrendamento firmados com a CODEMIG após a publicação da referida Portaria DNPM, deverão ser observadas as limitações nela previstas, inclusive em relação à obrigatoriedade de averbação junto ao DNPM.

Também somos detentores de 103 alvarás de pesquisa que, mediante a apresentação de relatório final de pesquisa, bem como relatório de viabilidade econômica, podem vir a se tornar concessões de lavra. Essas autorizações de pesquisa são concedidas por um período que varia de um a três anos, podendo ser renovado, mediante anuência do DNPM.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

A tabela abaixo descreve nossas minas mais importantes, com a indicação de seus nomes, localização, principal minério e, quando aplicável, a estimativa das reservas de minério relacionadas.

Mina	Localização	Principal Minério	* Reserva Medida e Estimada (em milhões de toneladas)	Produção Anual no período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de 2013 (em toneladas)
Pedra Preta	Brumado, Bahia	Magnesita	496	459.789
Pomba	Brumado, Bahia	Magnesita		623.368
Cabeceiras	Brumado, Bahia	Talco	11	229.550
Pedras Petras	Santa Luz, Bahia	Cromita	1	0
Gameleira Produção de dolomita bruta	Sento Sé, Bahia	Magnesita Dolomita	51 10	0 0
Fazenda Tijuco Mina	Uberaba, Minas Gerais	Argila Gibsítica	12	10.161
Caraço-Paraíso (Fazenda Paraíso) Mina	Uberaba, Minas Gerais	Argila Gibsítica	10	91.452
Acaba Mundo	Belo Horizonte, Minas Gerais	Dolomita refratária	2	57.611
Serra dos Ferreiras	Pitangui, Minas Gerais	Pirofillita	5	3.147
Iguatu	Iguatu, Ceará	Magnesita	89	500
Itamarandiba	Itamarandiba, Minas Gerais	Cianita	1	146
Espongilito	João Pinheiro, Minas Gerais	Argila	3	3.130
Esmeraldas	Esmeraldas, Minas Gerais	Argila	0,2	0
Pedra Azul[1] (licença de pesquisa)	Cachoeira de Pajeú, Pedra Azul, Minas Gerais	Grafita	-	-
Qingyang	China	Dolomita	4,4	176.838
York	Pennsylvania	Dolomita	33	525.979

[1] A mina de Pedra Azul encontra-se em fase de sondagem e pesquisas geológicas para comprovação das reservas.

*** Reserva Medida+ Reserva Indicada (em milhões de toneladas)**

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Lote7 Quadra 36, Cardeal Eugênio Pacelli, 2218 área de 3.500,00m2 - Fábrica RISA	Brasil	MG	Contagem	Própria
Lotes 5,6,parte 8,9, área15.050m2 de terreno e 2.700m2 benfeitorias Ecobusiness	Brasil	MG	Contagem	Própria
Lotes 1,2 e 9, Q 21, área 10.500m2 terreno 845,40m2 benfeitorias - Ecobusiness	Brasil	MG	Contagem	Própria
Quarteirão 26(parte), área 22.400m2 terreno e 4.719 benfeitorias - Un.Metalicos	Brasil	MG	MG	Própria
Lotes 5 a 7 e 9 Q.27,área 14.193m2 terreno e 2.284m2 benfeitorias - Eletrofusão	Brasil	MG	Contagem	Própria
Lote 8, Quadra 27 - R Osorio de Moraes – com área de 4.927,04m2 - Eletrofusão	Brasil	MG	Contagem	Própria
Lote 02-A da quadra 04, Distrito de Coronel Fabriciano área1.680,60m2 -INSIDER	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 04-A da quadra 04, Distrito de Coronel Fabriciano área 2.100,40m2 -INSIDER	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 10 da quadra 03, Distrito Industrial, com área de 3.478,00m2 - INSIDER	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 03 da quadra 04, Distrito Industrial, com área de 2.386,00m2 - INSIDER	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 05 da quadra 04, Distrito Industrial, com área de 1.746,00m2 - INSIDER	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 06 da quadra 04, Distrito Industrial, com área de 2.282,00m2 - INSIDER	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 07 da quadra 04, Distrito Industrial, com área de 2.203,00m2 - INSIDER	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Lote 08 da quadra 04, Distrito Industrial, com área de 4.802,00m2 - INSIDER	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Alterosa Armazéns, com área de 17.424,29m2 - Tangará	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Alterosa Armazéns, com área de 1.815,00m2 - Tangará	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Ponte Alta, com área de 1.493,00 hectares	Brasil	MG	Uberaba	Alugada
Instalação Portuária - 1.440 m2 - Terminal Marítmo de Aratú	Brasil	BA	Salvador	Arrendada
Escritório administrativo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Área de 298,23m2 de terreno e 881,16m2 de benfeitorias - Vestiário Central	Brasil	MG	Contagem	Própria
Acaba Mundo - área total de 302.100 m²	Brasil	MG	Belo Horizonte	Própria
Área fabril - Contagem - Pça.Louis Ensch 240 - (área ocup.=203.000m2)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Área fabril -Catiboaba- área de 320.000m2 de terreno e 50.494m2 de benfeitorias	Brasil	BA	Brumado	Própria
São João Pedro Nolasco (Ponte Correia), com área de 28,00 hectares	Brasil	MG	Pitangui	Própria
Vargem das Paneleiras, com 77,21hectares	Brasil	MG	Conceição do Pará	Própria
Fazenda Serra Manga-Alencar-S.Pereiros, com área de 219,82 hectares	Brasil	CE	Iguatú	Própria
Fazenda Pedras Pretas,com área de 211 hectares	Brasil	BA	Santa Luz	Própria
Fazenda Castela, com área de 8.524,15 hectares	Brasil	BA	Sento Sé	Própria
Fazendas em Almenara totalizando 993 hectares	Brasil	MG	Almenara	Própria
Fazenda Barra da Salina/Aeroporto, com área de 85,40 hectares	Brasil	BA	Brumado	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fazenda Formosa/Aeroporto-Radio Farol, com área de 1 hectare	Brasil	BA	Brumado	Própria
Fazenda Serra das Éguas, com área de 8.826,50 hectares Brasil BA Brumado Própria	Brasil	BA	Brumado	Própria
Lotes 5,6,8, Quadra 36, Cardeal Eugênio Pacelli, 2218 área 10.500m2 -Fab. RISA	Brasil	MG	Contagem	Própria
Lotes 1,2,3 e 9, Quadra 36(36A), Cardeal Eugênio Pacelli área14.927,50m-Fab.RISA	Brasil	MG	Contagem	Própria
Lote 4, Quadra 36, Cardeal Eugênio Pacelli, 2218área 4.418,00m2 - Fáb. RISA	Brasil	MG	Contagem	Própria
Av. Dr. Armando Salles Oliveira - Área fabril CSC - área 91.800m2	Brasil	SP	Suzano	Própria
Parque Industrial San Nicolas-Ramalho Pcia - 104.600m2 - RASA	Argentina	BA	San Nicolas	Própria
Lotes 9 a 24, 25, 27, 29 - Q.18 Av.Amazonas, 2148 Brasiléa - 12.432m²	Brasil	MG	Betim	Própria
Rua Nestor Moreira 120 - Vila dos Engenheiros - 13.616,71 m2	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Própria
Água Limpa - 1a a 4a áreas - 95,83 hectáres	Brasil	MG	Nova Lima/Itabirito	Própria
Água Limpa - 52 hectáres	Brasil	MG	Nova Lima	Própria
Fazenda Rodeio de Baixo - 72 hectáres	Brasil	MG	Ouro Branco	Própria
Av. Cardeal Eugênio Pacelli 815-Cid.Indl. - Centro de Pesquisa	Brasil	MG	Contagem	Própria
Sistemas HW, forno Herreshoff, briquetagem e sinterização - HW1, HW2, HW3 e HW4	Brasil	MG	Brumado	Própria
Usina de geração de energia elétrica "dual fuel" (diesel e gas) - 19,2 MW	Brasil	MG	Brumado	Própria
Briquetador - 3 unidades	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Própria
Subestação elétrica (10 unidades - potencia instalada de 32,7 MVA)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos de calcinação e sinterização(15 unidades)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Prensas p/ produtos isostáticos (2 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores p/ produtos isostáticos (13 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos p/ produtos isostáticos (2 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras para produtos isostaticos (7 unidades)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Micronizadores (3 unidades)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Moinhos de bolas (3 unidades)	Brasil	BA	Brumado	Própria
Moinho de ultra micronização (1 unidade)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Moinhos de pendulos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras p/ tijolos aluminosos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Robos p/ produção de tijolos aluminosos (3 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fornos p/ queima de tijolos aluminosos (10 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Prensas p/ tijolos aluminosos (19 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Briquetadores p/ tijolos aluminosos (2 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos p/ queima de tijolos básicos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	
Misturadores p/ tijolos aluminosos (32 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Moinhos p/ tijolos aluminosos (3 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Compressores a ar p/ produtos eletrofundidos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Briquetadores p/ produtos eletrofundidos (4 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos de eletrofusão (10 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores p/ produtos eletrofundidos (2 uinidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Raio X para produtos isostaticos (2 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras p/ tijolos basicos (4 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras para produtos monoliticos e pre-moldados (13 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores para produtos monoloticos e pre-moldados (15 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Moinhos de bolas p/ produtos eletrofundidos (7 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores p/ tijolos básicos (21 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Moinhos p/ produtos basicos (18 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Robôs p/ produção de tijolos basicos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Prensas para tijolos básicos (17 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Transformadores p/ fornos de eletrofusão (11 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Peneiras vibratorias p/ produtos eletronfundidos (6 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Briquetadores p/ produtos basicos (8 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Misturadores p/ massas básicas (4 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos p/ queima de tijolos básicos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Prensas para tijolos básicos (17 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras p/ tijolos basicos (4 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras p/ tijolos aluminosos (5 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos p/ queima de tijolos aluminosos (10 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos p/ produtos isostáticos (2 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Estufas secadoras para produtos monoliticos e pre-moldados (13 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Estufas secadoras para produtos isostaticos (7 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria
Fornos de eletrofusão (10 unidades)	Brasil	MG	Contagem	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	US Patent 6,586,355 Slagline Sleeve for Submerged Entry Nozzle and Composition	Estados Unidos	08/07/2017	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.
Patentes	US Patent 6,410,469 Slagline Sleeve for Submerged Entry Nozzle and Composition	Estados Unidos	08/07/2017	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	European Patent EP0958259 Slagline Sleeve for Submerged Entry Nozzle and Composition	Austria, Bélgica, França, Reino Unidos, Itália	08/07/2017	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	European Patent 69729581.8-08 Slagline Sleeve for Submerged Entry Nozzle and Composition	Alemanha	08/07/2017	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Polish Patent 189510 Slagline Sleeve for Submerged Entry Nozzle and Composition	Polônia	08/07/2017	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Japanese Patent 4094672 Slagline Sleeve for Submerged Entry Nozzle and Composition	Japão	08/07/2017	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Mexico Patent 245596 Slagline Sleeve for Submerged Entry Nozzle and Composition	México	08/07/2017	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Brazil Patent PI971086-7-7 Slagline Sleeve for Submerged Entry Nozzle and Composition	Brazil	08/07/2017	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	India Patent 202086 Slagline Sleeve for Submerged Entry Nozzle and Composition	Índia	08/07/2017	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	US Patent 6,261,983 Magnesia Spinel Refractory	Estados Unidos	12/01/2020	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	US Patent 5,885,520 Apparatus for Discharging Molten Metal in a Casting Device and Method of Use	Estados Unidos	24/10/2017	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Mexico Patent 211354 Apparatus for Discharging Molten Metal in a Casting Device and Method of Use	México	26/04/2016	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Brazil Patent PI9608219-4 Apparatus for Discharging Molten Metal in a Casting Device and Method of U	Brasil	26/04/2016	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Poland Patent P323158 Apparatus for Discharging Molten Metal in a Casting Device and Method of Use	Polônia	26/04/2016	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	European Patent EP0824509 Apparatus for Discharging Molten Metal in a Casting Device and Method of U	Austria, Bélgica, França, Reino Unido, Itália	26/04/2016	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	European Patent 69633276.0-08 Apparatus for Discharging Molten Metal in a Casting Device and Method	Alemanha	26/04/2016	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	India Patent 193074 Apparatus for Discharging Molten Metal in a Casting Device and Method of Use	Índia	26/04/2016	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Japan Patent 4234789 Apparatus for Discharging Molten Metal in a Casting Device and Method of Use	Japão	26/04/2016	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	US Patent 6,257,878 Preformed Modular Trefoil and Installation Method	Estados Unidos	08/02/2020	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	US Patent 6,672,256 Preformed Modular Trefoil and Installation Method	Estados Unidos	05/06/2021	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	European Patent 1255956 Preformed Modular Trefoil and Installation Method	AUT, BEL, FRA, ESP, SWE, TUR, GBR,ITA	01/02/2021	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legilação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	European Patent 60104654.4-08 Preformed Modular Trefoil and Installation Method	Alemanha	01/02/2021	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a legislação vigente, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.
Marcas	Produto: 1,040,128 Dola B	Estados Unidos	25/05/2016	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca/patente será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores
Marcas	Produto: 1,040,130 Jebco Gun	Estados Unidos	25/05/2016	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca/patente será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Produto: 346,738 Dolomax	México	17/11/2022	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca/patente será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores
Marcas	Produto: 884,002 Dolomax (Stylized)	Estados Unidos	13/01/2020	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca/patente será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores
Marcas	Produto: 1,220,925 Jebco Shogun	Estados Unidos	21/12/2022	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca/patente será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores
Marcas	Produto: 943,538 Dolo Ram (Stylized)	Estados Unidos	26/09/2022	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca/patente será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores
Marcas	Produto: 347,957 Doloram (Mexico)	México	17/11/2022	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca/patente será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Produto: 3,116,855 Pyro-Gate	Estados Unidos	18/07/2016	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca/patente será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores
Marcas	Produto: 2,517,312 Trifoil Heat Exchanger	Europa	7/11/2021	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca/patente será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores
Marcas	Produto: 1,097,033 Trifoil Heat Exchanger	Canadá	26/04/2019	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca/patente será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores
Contrato de transferência de tecnologia	Válvulas gaveta - acorde de patente de tecnologia e sublicença com UEC Technologies LLC	Irrestrito	16/08/2014	Insolvência, pedido de falência, dissolução, quebra de obrigações de acordo	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know -how transferido em função do contrato supramencionado.
Contrato de transferência de tecnologia	Assitencia Técnica para produtos de Flow Control com Krosaki	Estado Unidos, México e Canadá	Perpétuo	Insolvência, pedido de falência, dissolução, quebra de obrigações de acordo	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know -how transferido em função do contrato supramencionado.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Proc. enchimento do furo de equipamento aux. para a tranferência de metais fundidos PI9905104-4	Brasil	21/10/2019	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Dispositivo mec. para enchimento aut. do furo de válvula gaveta - PI0104415-0	Brasil	03/10/2021	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Conjunto redutor de turbulência para um distribuidor de lingotamento contínuo de aço - PI 0305975-8	Brasil	23/12/2023	Os registros já concedidos à Companhia podem ser contestados por terceiros, na hipótese de tais registros estarem em desacordo com a Lei 9.279/96, ou na hipótese de terceiros contestarem requerimento de caducidade. No âmbito judicial, apesar da Companhia ser titular de diversos registros e marcas, a mesma não pode assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e obtenham eventualmente alguma vitória nesses processos. Atualmente, a Companhia não é ré de nenhum processo dessa natureza. Adicionalmente, o não pagamento da anuidade pode resultar na perda de direitos.	A perda dos direitos sobre as marcas e patentes implica na impossibilidade de impedir que concorrentes utilizem marcas idênticas ou semelhantes na produção de produtos refratários similares aos da Magnesita Refratários S.A. Existe ainda a possibilidade da Companhia sofrer perdas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direito de terceiros, apesar da Companhia entender que não esteja infringindo nenhum direito de terceiros.
Contrato de transferência de tecnologia	Tecnologia da Krosaki Harima para produção de válvulas refratários	Brasil	13/12/2015	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know -how transferido em função do contrato supramencionado.
Contrato de transferência de tecnologia	Fabricação de tijolos de MAgO-C para fornos BOF	Brasil	13/03/2016	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know -how transferido em função do contrato supramencionado.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Contrato de transferência de tecnologia	Pré moldados, impeller, lanças, snorkel e sedes	Brasil	07/03/2015	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know -how transferido em função do contrato supramencionado.
Contrato de transferência de tecnologia	Massas básicas para distribuidores	Brasil	22/01/2015	A Companhia pode perder os direitos objetos desse contrato caso entre em estado de insolvência, falência, recuperação judicial ou caso haja mudança no grupo controlador da empresa.	A Companhia seria obrigada a cessar todos os processos de produção e comercialização dos produtos industrializados a partir do know -how transferido em função do contrato supramencionado.
Marcas	'BASIMAG	Américas	01/12/2015	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores
Marcas	GRAFITAP	América do Sul	25/08/2019	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores
Marcas	'GRAINBOND	Américas	06/11/2020	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores
Marcas	'GUN-MAG	América do Sul	14/02/2014	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	'TAFKAST	América do Sul	06/11/2020	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores
Marcas	'ZIRKOR	Américas	27/03/2020	Não renovação do direito de uso da marca em tempo e não acompanhamento/cumprimento da legislação pertinente. Informamos que a marca será tempestivamente renovada.	Uso da marca por parte dos competidores

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Iliama II Trading (Sociedade Unipessoal) Lda.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Portugal			Trading	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	-53.693.932,98
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Viabilizar exportações da Companhia

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Mag-Tec Ltda	02.497.342/0001-94	-	Controlada	Brasil	MG	Coronel Fabriciano	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e consultoria em tecnologia da informação	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	245.000,00
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Esta subsidiária teve suas atividades operacionais descontinuadas em 2008. No entanto, tal sociedade ainda não foi devidamente extinta devido à existência de certas pendências residuais, já devidamente endereçadas para conclusão.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Magnesita Finance Ltd.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Ilhas Virgens (Inglaterra)			Holding	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	834.764.080,61
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	10,800000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Veículos societários para participação em sociedade do grupo.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Alemanha			Holding	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	415.206,94

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	10,700000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Veiculos societários para participação em sociedades do grupo.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Magnesita Insider Refratários Ltda.	00.592.603/0001-20	-	Controlada	Brasil	MG	Contagem	Produção de produtos refratarios tais como lanças, "snorkels", "impellers" e concretos utilizados, em sua grande maioria, no processo produtivo de usinas siderurgicas integradas e de grande porte.	100,000000

				Valor mercado			
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2013	64.144.706,92	
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2011	9,100000	0,000000	0,00				

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.
atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Metal Data S.A. - Mineração e Metalurgia	13.266.833/0001-40	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Empresa de consultoria em geologia e mineração, siderurgia e metalurgia, logística e infraestrutura, indústrias em geral e inteligência de mercado.	50,000000

				Valor mercado			
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2013	2.060.472,50	
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2011	241,900000	0,000000	0,00				

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Dado as atuais atividades e a nova visão estratégica da Companhia, a Metal Data S.A. contribui com serviços para a Companhia.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
MMD Araçuaí Holding Ltda.	12.299.308/0001-69	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding	90,000000

				Valor mercado			
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2013	7.611.093,00	

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Veículos societários para participação em sociedade do grupo.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Rasa - Refractarios Argentinos S.A.I.C. y M.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Produção, importação, exportação e venda de refratários, exploração de minerios e distribuiução e representação de outras empresas similares ou afins	100,000000

				Valor mercado			
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2013	1.781.000,00	
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2011	-17,600000	0,000000	0,00				

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Refractarios Magnesita Colombia S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Colômbia	DC	Bogotá	Distribuição e comercialização, por conta própria ou de terceiros, na Colômbia ou no exterior, de materiais e produtos refratários, de minerais em geral e seus complementos ou derivados, nacionais ou importados; assistência técnica e montagem para sua instalação e funcionamento.	100,000000

				Valor mercado			
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2013	28.380.281,76	
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00				

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Refractarios Magnesita Del Peru S.A.C.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Peru			Comercialização de materiais e artigos refratários, prestação de serviços de instalação, manutenção, assistência técnica e consultoria e qualquer outro serviço relacionado com os materiais refratários comercializados.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	9.974.063,49
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	24,500000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Comercialização de materiais e artigos refratários, prestação de serviços de instalação, manutenção, assistência técnica e consultoria e qualquer outro serviço relacionado com os materiais refratários comercializados.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Refractarios Magnesita Uruguay S.A.	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Uruguai			Distribuição e comercialização, por conta própria ou de terceiros, no Uruguai ou no exterior, de materiais e produtos refratários, de minerais em geral e seus complementos ou derivados, nacionais ou importados; assistência técnica e montagem para sua instalação e funcionamento.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	610.122,67
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2011	88,100000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A participação na controlada se deve a estratégia da Companhia de atuar como fornecedora de soluções em refratários em diversos países. A Companhia tem como meta se tornar a maior e mais rentável Companhia de refratários do mundo, atendendo aos principais consumidores de refratários em todos os continentes, e uma das premissas para a busca dessa meta é manter unidades operacionais e comerciais em diversos locais estratégicos e próximos aos seus clientes em mercados nacionais e internacionais.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações relevantes – Ativos relevantes

Não há outras informações relevantes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Magnesita Refratários S.A. é umas das líderes globais na produção e comercialização de soluções refratárias e minerais industriais, e se diferencia por suas operações verticalmente integradas, oferecendo soluções completas através de uma extensa linha de materiais refratários, minerais industriais e serviços.

A Companhia mantém relacionamento comercial de longo prazo com os produtores líderes globais de aço e cimento. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía mais de 850 clientes ao redor do mundo, distribuídos em todos os continentes. A Companhia estima que, em 2013, tinha cerca de 5% do mercado global de refratários e, aproximadamente, 65% do mercado brasileiro de refratários para indústria siderúrgica e 75% do mercado brasileiro de refratários para a indústria cimenteira com base em receita.

De acordo com apurações internas, a Companhia é a produtora mais verticalizada do mundo em produtos refratários à base de magnesita e dolomita. A Companhia conta com 28 unidades industriais e de mineração, localizadas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, França, Taiwan e China, totalizando uma capacidade de produção de refratários superior a 1,6 milhão de toneladas/ano. Além disso, conta com diversas reservas minerais próprias ao redor do mundo, que suprem aproximadamente 80% de suas necessidades de matéria-prima para a produção de refratários, o que garante o maior nível de verticalização do mundo na indústria de refratários. Dona de uma grande variedade de recursos naturais a serem explorados e um investimento forte em pesquisa, desenvolvimento e inovação para exploração, tratamento e melhoria desses recursos, a Magnesita espera nos próximos anos elevar seu nível de verticalização em matéria-prima. Por entender que as minas são recursos não-renováveis, a Companhia vem realizando investimentos em processos de reaproveitamento, prolongando o seu ciclo de vida. Atualmente, seus ativos minerais abrangem insumos importantes na produção de refratários tais como: magnesita, dolomita, argilas, grafita e também comercializa outros minerais como o talco e magnésia cáustica.

A capacidade de produção total destas unidades em 31 de dezembro de 2013 era de aproximadamente 1,6 milhão de toneladas de refratários/ano. Seu portfólio de produtos inclui produtos não moldados como materiais monolíticos, produtos moldados como tijolos refratários, e refratários especificamente moldados para finalidades siderúrgicas e industriais em geral. Ademais, a Companhia oferece equipamentos mecânicos de apoio à aplicação de refratários e presta serviços de manutenção mecânica e refratária em equipamentos siderúrgicos, além de oferecer serviços de gerenciamento de refratários para siderúrgicas, geralmente a um custo por tonelada de aço vazado, num modelo de negócio denominado CPP – *Cost per Performance*. A Companhia ainda comercializa um portfólio de minerais industriais como sínter de magnesita, talco e magnésia caustica.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

De acordo com a publicação especializada Industrial Minerals, edição de maio de 2010, as minas exploradas pela Companhia compreendem algumas das maiores reservas mundiais conhecidas de magnesita e dolomita de alta qualidade. A mina de magnesita localizada na cidade de Brumado, no sul do estado da Bahia, é uma das maiores reservas de magnesita do mundo, sendo também uma das reservas de maior qualidade. A Companhia também explora outros minerais, tais como cromita, argila, talco e possui direitos de exploração sobre uma grande reserva de grafita.
Os resultados operacionais da Companhia foram significativamente influenciados pelos efeitos da aquisição da LWB Refractories Holding GmbH ("LWB"), uma empresa alemã, produtora de refratários e com unidades operacionais em outras regiões da Europa, Estados Unidos e China, que levou à consolidação dos resultados da LWB em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de novembro de 2008.

Seus resultados operacionais também foram influenciados no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, e continuarão a ser influenciados por diversos fatores, dentre eles:

- O volume de produção de aço e cimento, principalmente em seus principais mercados: América do Sul (aço e cimento), Europa (aço), América do Norte (aço) e Ásia;
- A oferta e demanda mundial por minerais como sinter de magnesita, talco e magnésia cáustica;
- A capacidade da Companhia em reter clientes;
- A estabilidade dos mercados globais de capitais e o crescimento das economias global e nacional;
- A capacidade da Companhia de realizar os benefícios de aquisições passadas e futuras;
- A capacidade da Companhia de manter uma estrutura de precificação competitiva, acompanhar as mudanças nas demandas dos clientes, antecipar a evolução tecnológica e desenvolver relacionamentos eficazes e competitivos com seus clientes e fornecedores;
- A volatilidade cambial do real (e de outras moedas) frente ao dólar e ao euro;
- Operações de *hedge* em função de oscilações nas taxas de câmbio e de juros; e
- As condições econômicas e políticas nos países onde a Companhia mantém suas operações.

A condição financeira e a liquidez da Companhia são influenciadas por diversos fatores, dentre eles:

- A capacidade de geração de caixa de seus negócios;
- As taxas de juros praticadas no Brasil e no exterior e movimentações nas taxas de câmbio, as quais influenciam sua cobertura do serviço da dívida;
- As cláusulas restritivas de alguns contratos de financiamento (incluindo a escritura de emissão das *Senior notes* com vencimento em 2020, e das *Perpetual notes*), as quais poderão restringir sua flexibilidade financeira e operacional;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Sua capacidade de obter outros financiamentos de instituições financeiras brasileiras e internacionais e de vender seus títulos de dívida nos mercados nacional e internacional de valores mobiliários, com taxas aceitáveis;
- Suas necessidades de dispêndios em projetos de investimento (Capex), que consistem basicamente de gastos na manutenção das suas unidades industriais, expansão de sua capacidade de produção e tecnologia da informação; e
- A obrigatoriedade, de acordo com a legislação brasileira e em nosso estatuto social, do pagamento de dividendos em valor igual ou superior a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

É opinião dos diretores que as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia são positivas, principalmente, por contar com um alto grau de verticalização e um modelo diferenciado de negócio, o que tem lhe permitido manter o melhor nível de margem operacional do seu setor, em sua visão. A estratégia de crescimento da Companhia tem sido pautada na análise criteriosa da sua capacidade de geração de caixa, crescimento potencial dos setores em que atua, capacidade produtiva *vis-à-vis* os riscos inerentes ao seu negócio. Portanto, é opinião dos diretores que, seja pela capacidade de geração de caixa ou de negociar boas condições de prazo e custo para suas dívidas, que a Companhia possui plenas condições de honrar seus compromissos operacionais e financeiros e de buscar seu crescimento de forma sustentável.

É opinião dos diretores também que os principais fatores externos que podem afetar a Companhia nos próximos anos são: a deterioração dos cenários macroeconômicos nas principais regiões onde a Companhia atua, em reflexo na produção de aço nestas regiões; uma valorização do real em relação a outras moedas, influenciando direta ou indiretamente as importações no mercado siderúrgico sul-americano; as importações de produtos refratários para o mercado sul-americano; as exportações de nossos produtos para mercados fora da América do Sul e; a consolidação das nossas operações na América do Norte, Europa e Ásia.

Especificamente em relação ao mercado mundial de refratários, pelo entendimento dos diretores esse é um mercado fragmentado, com mais de 50% do mercado pertencente a empresas com menos de 1% de participação total. Por esse motivo, é opinião dos diretores que haverá uma continuação do movimento de consolidação nesse setor.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

A tabela a seguir resume a estrutura de capital da Companhia:

	31/12/13	31/12/12	31/12/11
Capital Próprio	46,7%	49,6%	49,7%
Capital de Terceiros	53,3%	50,4%	50,3%

Não há hipótese de resgate de ações prevista no estatuto social da Companhia. A Companhia possui somente ações ordinárias em sua estrutura de capital.

Na estrutura de capital apresentada, Capital Próprio é o patrimônio líquido da Companhia, conforme apresentado nas demonstrações financeiras: R$3.023,9 milhões em 31 de dezembro de 2013, R$2.810,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R$2.653,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. Capital de terceiros é o passivo total menos o Capital Próprio: R$3.450,0 milhões em 31 de dezembro de 2013, R$2.853,6 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R$2.619,2 milhões em 31 de dezembro de 2011.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Somos parte em diversos contratos financeiros que nos exigem observar determinadas obrigações e quocientes financeiros, dentre os quais se inclui:

- Manutenção de um quociente máximo entre endividamento líquido consolidado e LAJIDA[1]; e
- Manutenção de quociente mínimo entre LAJIDA e despesa financeira líquida consolidada.

Um inadimplemento de nossos contratos financeiros que não seja tolerado ou renunciado formalmente pelo respectivo credor pode resultar em uma decisão de tal credor em declarar o vencimento antecipado da dívida, o que, por sua vez, poderia ensejar o vencimento antecipado de outras dívidas em razão de previsão contratual nesse sentido (*cross default*).

[1] "LAJIDA" compreende, de acordo com o Ofício Circular CVM n.º 1/2005, os lucros antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização e das participações de acionistas minoritários, participações dos administradores e despesas não operacionais, líquidas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossos ativos e fluxo de caixa podem ser insuficientes para pagamento da totalidade da dívida da Companhia decorrente de contratos financeiros, seja nas datas de pagamento originalmente contratadas, mas também em caso de vencimento antecipado e cobrança integral da dívida financeira, o que afetaria nossa posição financeira materialmente.

Em 2011, a Companhia realizou um aumento de capital onde foram emitidas e integralizadas 33.770.000 ações ordinárias, gerando um aumento de capital de R$278,6 milhões. Com o montante levantado, a Companhia pré-pagou parte da Nota de Crédito de Exportação, no montante de R$340,0 milhões, junto ao Itaú-Unibanco S.A..

No 1º semestre de 2012, a Companhia emitiu US$250 milhões em títulos de renda fixa e de longo prazo (bonds) perpétuos, que possuem juros anuais de 8,625%, pagos trimestralmente. Referidos títulos de dívidas perpétuos foram utilizados principalmente para pagamento antecipado de 100% (aproximadamente R$400 milhões) da dívida da Companhia de que trata a Nota de Crédito à Exportação celebrada com o Banco Itaú Unibanco S.A. em 20 de março de 2008.

Em 2013, a Companhia captou R$500 milhões, sendo R$100 milhões provenientes da linha BNDES Revitaliza, realizada em novembro de 2013, e R$400 milhões provenientes da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, realizada em dezembro de 2013.

A Companhia encerrou o ano de 2013 com saldo em caixa de R$960,7 milhões. A Companhia possui ainda o perpetual notes de USD250 milhões (saldo em reais de R$578,1 milhões no final de 2013), que representava 24,0% da dívida bruta e 39,5% da dívida líquida. As demais dívidas que compõem a estrutura de capital tem vencimento médio em torno de 5 anos.

No encerramento de 2013, a parcela da dívida com vencimento no curto prazo correspondia a 3,7% do total da dívida.

A Companhia encerrou o ano de 2013 com um endividamento líquido de R$1.453,0 milhões, o caixa mais aplicações somavam R$960,7 milhões, aumento de R$141,3 milhões em relação ao saldo na posição de 31 de dezembro de 2012. O nível de alavancagem, medido pela Dívida Líquida/EBITDA, ficou em 3,3x, contra 2,9x no final de 2012. Excluindo as outras receitas e despesas operacionais, o nível de alavancagem ficou em 3,7x no final de 2013, contra 2,8x no final de 2012.

Com esses eventos, é opinião dos diretores que as linhas de financiamentos da Companhia estão mais adequadas à sua capacidade de pagamento, principalmente, pela sua capacidade de geração de caixa, reduzindo assim o seu risco e proporcionando melhores condições para implementar sua estratégia de crescimento. Também é opinião dos diretores que a Companhia permanece com uma posição de liquidez muito confortável, com saldo em caixa que é superior às necessidades de amortização de dívidas nos próximos 6 anos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes da Companhia é a sua própria geração de caixa operacional, a qual é suficiente para suportar as necessidades de capital de giro.

Atualmente, a Companhia também utiliza operações de mercado de capitais como alternativa de financiamento de seus investimentos. Por exemplo, a Companhia realizou um aumento de capital em 2010. Também emitiu um bônus 10 anos em 2010 e um *perpetual notes* em 2012, o que comprovam a capacidade da Companhia de acessar o mercado de capitais para financiar seus investimentos.

As características do endividamento estão descritos no item “10.1.f”

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em bases históricas, temos acomodado nossa necessidade de caixa (incluindo recursos necessários para pagamentos de parcelas de principal e juros no respectivo vencimento, refinanciamento de dívida, e recursos para capital de giro e os dispêndios em projetos de investimento (Capex) planejados) a partir do fluxo de caixa operacional, empréstimos, ofertas de ações ou dívidas, bem como de recursos provenientes da venda de ativos.

Para cobrir eventuais deficiências de liquidez, a Companhia pode contratar para capital de giro linhas de Pré-pagamentos de Exportação (PPEs) e Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio. Para investimentos em ativos não-circulantes, a Companhia pode realizar emissões de dívida similares as *Senior notes* e *Perpetual notes*, emissões de ações, captação de NCEs, linhas de financiamento de importação, linhas de financiamento de plantas, propriedades e equipamentos, linhas de arrendamento financeiro, e outros tipos de endividamento que a Companhia julgar adequados.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O disposto a seguir é um resumo dos nossos instrumentos de dívida relevantes. As informações constantes deste quadro referem-se aos três últimos exercícios sociais. A descrição é apenas um resumo e não se destina a descrever todos os termos de nossos acordos de crédito considerados importantes.

1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia
Conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 18 de dezembro de 2013, a Companhia aprovou emissão, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comissão de Valores Mobiliários n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, de 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Companhia, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R$ 10.000 (dez mil reais) cada, totalizando um valor de R$ 400 milhões.

As debêntures serão remuneradas por taxa equivalente à 112% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente.

As debêntures foram emitidas em 20 de dezembro de 2013, com dois anos de carência do principal, e possuem vencimento final em 20 de dezembro de 2018, com a primeira amortização a ser paga em 20 de dezembro de 2017. A escala de pagamentos futuros é apresentada a seguir:

	Consolidado e Controladora
2014	0,495 milhões
2015	-
2016	-
2017	200 milhões
2018	200 milhões
	400,49 milhões

BNDES Revitaliza Exportação

No dia 22/10/2013 o BNDES liberou para a Companhia o valor de R$ 100 milhões referente a desembolso da linha BNDES Revitaliza Exportação, tendo o Banco Bradesco S.A. como agente financeiro, com um prazo total de 24 meses e juros de 8% ao ano.

Perpetual notes

Durante o 2º. trimestre de 2012, a Companhia emitiu US$ 250 milhões em títulos de dívida perpétuos denominados em dólares norte-americanos por meio de sua subsidiária integral Magnesita Finance Ltd. (“Magnesita BVI”). Tais títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Magnesita BVI e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, bem como pela sua subsidiária Magnesita Insider Refratários Ltda. e por outras subsidiárias sediadas no exterior.

Estes títulos de dívida perpétuos possuem as seguintes características:

- Prazo: perpétuo
- Juros anuais: 8,625%, pagos trimestralmente

Em 31 de dezembro de 2013, o total dos títulos de dívida perpétuos no longo prazo é R$ 578,1 milhões e de curto prazo, referente aos juros, é R$ 12,6 milhões. Os referidos títulos de dívida perpétuos foram utilizados principalmente para pagamento antecipado de 100% (aproximadamente R$ 400 milhões) da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dívida da Companhia de que trata a Nota de Crédito à Exportação celebrada com o Banco Itaú BBA S.A. em 20 de março de 2008.

Senior notes com vencimento em 2020

Em março de 2010, realizamos uma emissão de *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875%, de um valor total de US$400 milhões, pagos semestralmente. Os recursos captados foram aplicados na liquidação de uma *senior export facility* de US$300 milhões com JPMorgan Chase Bank, N.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A.

Notas de Crédito a Exportação (NCE) – Banco do Brasil S.A.

Em 5 de agosto de 2010, a Magnesita e o Banco do Brasil SA, celebraram Nota de Crédito à Exportação para o financiamento das exportações e capital de giro no valor de R$200 milhões, a uma taxa média anual equivalente à CDI + 1,5%. O pagamento do principal deve ser efetuado em três parcelas iguais e anuais de aproximadamente R$66,6 milhões, a serem pagas entre 2013 e 2015.

Magnesita aplicou R$46,3 milhões dos recursos captados através dessa note na liquidação de duas notas de crédito a exportação celebradas com Banco do Brasil S.A. em fevereiro de 2010, e outros R$150 milhões na liquidação parcial da nota de crédito a exportação celebrada com o Banco Itaú BBA S.A. em março de 2008. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor nos termos deste contrato era de R$208,1 milhões.

Em todos os contratos de endividamento apresentados neste quadro, as eventuais cláusulas restritivas impostas à Companhia estão sendo cumpridas.

Notas de Crédito à Exportação — Itaú BBA S.A.

Em 20 de março de 2008, a Magnesita e o Unibanco-União de Bancos Brasileiros S.A. (sucedido pelo Banco Itaú BBA S.A.), celebraram Nota de Crédito à Exportação (posteriormente alterada em 11 de agosto de 2009, 5 de novembro de 2009, 8 de abril de 2010 e 10 de maio de 2010) para o financiamento das exportações, no montante de R$800 milhões, com juros anuais equivalentes à taxa média diária dos Certificados de Depósito Interbancário (“CDI”) acrescida de 2,75%. Em agosto de 2010, a Magnesita pagou R$150 milhões, incluindo principal e juros. Após tal pagamento, o pagamento do principal deve ser efetuado em três parcelas anuais, sendo a primeira de aproximadamente R$157,7 milhões a ser paga em fevereiro de 2013, e as duas parcelas subsequentes de aproximadamente R$266,7 milhões, a serem pagas em março de 2014 e 2015. Em março de 2011, a Companhia amortizou parte da Nota de Crédito à Exportação no montante de R$340,0 milhões, em favor do Itaú-Unibanco S.A..

Em março de 2012 a Companhia pré-pagou 100% da dívida (aproximadamente R$400 milhões), de que trata a Nota de Crédito à Exportação celebrada com o Itaú BBA S.A. em março de 2008. A fonte principal dos recursos aplicados no pagamento foi a emissão, no valor de US$250 milhões, do perpetual notes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Notas de Crédito à Exportação — Banco Bradesco S.A.

Em 22 de abril de 2008, a Magnesita e o Banco Bradesco S.A. celebraram Nota de Crédito à Exportação para financiar a compra de matéria-prima utilizada em exportações (posteriormente alterada em 13 de agosto de 2009, em 23 de outubro de 2009, 10 de fevereiro de 2010, 3 de maio de 2010 e 7 de dezembro de 2010), no valor de R$166,9 milhões, com juros anuais equivalentes à taxa CDI, acrescidos de 1,35%.

Uma parcela inicial do principal, no montante de R$33,4 milhões, foi paga em 2009. No primeiro trimestre de 2013, a Companhia pré-pagou 100% da dívida, de que trata a Nota de Crédito à Exportação celebrada com o Banco Bradesco S.A.. A fonte principal dos recursos aplicados no pagamento foi o caixa da Companhia.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além dos instrumentos de dívida acima descritos, a Magnesita também é parte em vários contratos de crédito, contratos de pagamento antecipado de exportação, contratos de arrendamento mercantil, contratos de linha de crédito e cédulas de crédito bancário, conforme a Companhia apresenta em suas Demonstrações Financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2013, R$5,4 milhões da dívida consolidada da Companhia contava com garantia real. Trata-se de financiamentos para aquisição de bens os quais foram dados em garantia da própria dívida contraída para financiar sua aquisição. Os termos e condições inerentes a cada financiamento e garantia variam de acordo com a transação.

Além dessas obrigações com garantia real, as demais principais dívidas da Companhia descritas no item 10.1(f)(i) acima são obrigações sem garantia real e não subordinadas da Companhia, conforme o caso, e têm o mesmo nível de preferência, em termos de direito de pagamento, entre si.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Algumas das nossas dívidas de longo prazo, incluindo nossos contratos de financiamento, as "*senior notes*" e as "*perpetual notes*", estabelecem obrigações que limitam a nossa habilidade e a de nossas subsidiárias de praticar determinados atos, incluindo restrições a: celebração de dívidas adicionais, pagamento de dividendos ou outras distribuições, realização de investimentos, oneração de ativos, certas transações com partes relacionadas, realização de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

certos pagamentos, venda de ativos, implementação de reorganizações societárias, dentre outras. A violação das obrigações relativas ao nosso endividamento de longo prazo constituiria um evento de default que, por sua vez, poderá implicar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos.

A escritura de emissão das *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875% impõe limites à faculdade de Magnesita e determinadas subsidiárias de:

- assumir endividamento adicional se a dívida líquida ajustada sobre o EBITDA exceder a taxa de 3,75x na data e depois de exercido efeito;
- pagar dividendos ou fazer quaisquer outros pagamentos restritos;
- fazer determinados investimentos;
- consumar determinadas vendas de ativos;
- incorrer em garantias;
- efetuar a fusão, incorporação, venda ou outra alienação de todos nossos ativos ou de uma parte substancial dos nossos ativos; e
- celebrar determinadas operações com afiliadas.

Ressalvadas determinadas exceções, a escritura de emissão das *senior notes* com vencimento em 2020 e juros de 7,875% faculta a assunção de endividamento adicional pela Companhia e pelas nossas subsidiárias restritas.

A escritura de emissão das *perpetual notes* com juros de 8,625% impõe limites à faculdade de Magnesita e determinadas subsidiárias de:

- Limitar a capacidade da Magnesita de criar certas garantias sem assegurar as notas;
- Prevenir que certas subsidiárias da Magnesita de garantir certos endividamentos da Magnesita;
- Limitar a capacidade da Magnesita e algumas de suas subsidiárias para entrar em determinadas transações com suas afiliadas;
- Limitar a capacidade da Magnesita para consolidar com ou fundir-se com ou em, ou transmitir, vender ou alugar todos ou substancialmente todos os seus ativos para outra pessoa, a menos que a Magnesita esteja em conformidade com certos requisitos especificados, e
- Exigir que a Magnesita forneça determinados relatórios para o administrador (trustee).

O Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, estabelece o limite de 3,75x para o quociente entre o endividamento consolidado líquido, excluindo o perpetual notes do cálculo, e o LAJIDA nos últimos 12 meses, e simultaneamente a Companhia sofrer downgrade em dois níveis ou mais por duas agências classificadoras.

O Contrato referente à Nota de Crédito de Exportação com o Banco do Brasil prevê, além dos eventos usuais de vencimento antecipado, a seguinte obrigação financeira:

- O quociente entre o endividamento consolidado líquido e o LAJIDA nos últimos 12 meses não deverá ser maior que 4,75 no período findos em 31 de dezembro de 2010,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

4,00 no período findos em 31 de dezembro de 2011, e 3,75 no período findos em 31 de dezembro de 2012 em períodos subsequentes.

Todas as cláusulas restritivas vêm sendo atendidas pela Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Atualmente, não há financiamentos com limite de utilização dos recursos contratados pela Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magnesita foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM ("BR GAAP") e a Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 e reapresentação das demonstrações financeiras

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações que exigem a reapresentação dos valores correspondentes. Essas incluem o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas), o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (IFRS 11 - Acordos em Conjunto), o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19 - Benefícios a Empregados), o CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades), o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo) e as alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Contábeis (IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Contábeis). Os pronunciamentos novos ou revisados que tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, e consequentemente, resultaram na reapresentação dos valores correspondentes como seguem:

(a) Negócios em conjunto e Investimento em coligada, em controlada e em empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia aplicou, a partir do exercício de 2013, o IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011, e incluído como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". Desta forma, como o método de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

consolidação proporcional não é mais permitido, a Companhia deixou de consolidar a controlada em conjunto Krosaki Magnesita Refractories LLC (Estados Unidos). Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2013, as participações na Krosaki Magnesita Refractories LLC (40%) estão sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Para fins de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012 foram ajustados considerando a referida mudança de prática contábil. A adoção do CPC 19 (R2) não gerou impacto nas demonstrações financeiras da controladora.

(b) CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados

A Companhia adotou o IAS 19 - "Benefícios a Empregados" (CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados), aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013.

Em decorrência da aplicação desta norma, o cálculo do custo de juros e o retorno esperado sobre os ativos dos planos de benefício definido foram alterados, e os efeitos estão refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para o exercício de 2012, os valores correspondentes estão sendo reapresentados para refletir esses efeitos retrospectivos.

(c) Outras reclassificações

A Companhia reavaliou a forma de apresentação do frete internacional, que antes era deduzido diretamente da receita líquida e agora está sendo reapresentado em despesas de vendas, e a participação nos resultados, que antes era integralmente classificada em despesas gerais e administrativas e agora está sendo realocada entre custo dos produtos e serviços vendidos, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas.

Nas demonstrações financeiras individuais, o único impacto decorrente da aplicação de novos pronunciamentos foi relativo ao CPC 33 (R1). Este impacto foi refletido na Demonstração de resultados abrangentes e na Demonstração do resultado do exercício.

Para fins de comparabilidade, a Nota Explicativa 3.21 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 demonstram os efeitos dos ajustes nos saldos individuais e consolidados de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012.

Comparativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 com o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Receita Líquida

A receita líquida é calculada deduzindo-se da receita bruta os impostos sobre receita e serviços. A receita líquida consolidada da Companhia totalizou R$2.656,0 milhões em 2013, crescimento de 8,2% em relação a 2012. Em 2013, a América do Sul representou 41% da receita consolidada da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Companhia, sendo que a América do Norte se manteve como a segunda maior região nas vendas consolidadas.

Soluções Refratárias

A receita advinda do segmento de refratários atingiu R$2.369,6 milhões, crescimento de 10,6% em relação a 2012. As vendas para a siderurgia representaram 82% da receita de refratários. As vendas para os setores industriais, incluindo cimento, não ferrosos, vidro e outros, tiveram bom desempenho em 2012 e atingiram 18% da receita total de refratários.

Soluções Refratárias - Siderurgia

Apesar dos desafios enfrentados pela siderurgia ao longo de 2013, com excesso de capacidade instalada no mundo e queda na produção de aço, as vendas de soluções refratárias para a siderurgia cresceram 9,3% no ano, atingindo R$1.939,4 milhões, contra R$1.774,5 milhões em 2012.

A melhor performance ocorreu no OM&A (Oriente Médio e África), onde houve crescimento de 25% nas vendas. Destaque também para o crescimento de 4% no Brasil, apesar da queda de 1% na produção de aço, e na América do Norte, onde o volume vendido cresceu 4%, ante uma queda de 2% na produção de aço.

Soluções Refratárias - Indústria

Em 2013, o volume vendido para o segmento industrial atingiu 167,9 mil toneladas, crescimento de 8,2% em relação a 2012. Esse crescimento reflete o esforço continuo da Magnesita na busca pela maior diversificação de suas vendas fora da siderurgia. As vendas para este segmento representaram 18,2% das vendas totais de refratários, contra 17,0% em 2012 e 13,7% em 2011. Os destaques no ano foram o crescimento de 60% no volume de vendas na América do Sul ex-Brasil; expansão de 25% no OM&A e de 174% na Ásia ex-China. Vale destacar também a maior diversificação geográfica das vendas, onde a América do Sul representou 52% das vendas, ante 60% em 2012 e 67% em 2011. A receita no ano atingiu R$430,3 milhões, 16,7% superior a 2012, também com impacto positivo do câmbio na tradução das vendas em moedas estrangeiras.

Minerais Industriais

A receita de vendas de minerais industriais em 2013 foi de R$168,0 milhões, 19,6% superior à receita obtida em 2012. O crescimento é explicado principalmente pelo crescimento de 11,4% no volume, com destaque para as vendas de sinter de magnesita, cromita e outros produtos de menor valor agregado, além do impacto cambial na venda de produtos negociados em dólar.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Serviços

A receita de serviços foi de R$118,3 milhões em 2013, inferior em 30,7% em relação a 2012. Essa queda reflete a mudança estratégica conforme comunicada ao longo do ano, onde a Companhia deixou gradativamente de atuar em contratos de serviços de baixo valor agregado e passou a focar em serviços diretamente ligados à instalação e manutenção de refratários.

Custos, Lucro Bruto e Margem Bruta

Lucro Bruto e Margem Bruta

O lucro bruto encerrou o ano de 2013 em R$863,9 milhões e margem bruta de 32,5%, contra R$761,0 milhões em 2012, com uma margem bruta de 31,0%. A margem bruta teve expansão em função do maior nível de verticalização em matérias-primas em 2013, após a conclusão da expansão em Brumado.

Despesas gerais, comerciais e administrativas (SG&A)

Despesas Gerais e Administrativas: As despesas atingiram R$235,0 milhões no ano, representando 8,9% da receita líquida, comparado a R$ 202,6 milhões em 2012, 8,3% da receita líquida. O aumento em relação ao ano anterior reflete os investimentos na nova estrutura da Companhia, necessária para suportar a estratégia de longo prazo, além do impacto cambial na tradução das despesas geradas em outras moedas para o real.

Despesas comerciais: Além da mudança de contabilização da PRV no 4T13, que também aumentou as despesas comerciais em função do ajuste retroativo, no mesmo trimestre a Companhia reavaliou a forma de apresentação do frete internacional, que antes era parcialmente deduzido diretamente da receita líquida e agora está sendo contabilizado em despesas de vendas. Esta despesa também foi ajustada retroativamente com impacto do ano sendo contabilizado no 4T13. As despesas comerciais somaram R$359,9 milhões no ano, superior em 20,3% em relação ao ano anterior. Esse aumento é explicado pelos investimentos na estrutura comercial, com reforço nos times de vendas e assistência técnica, além de abertura de novos escritórios comerciais, conforme a Companhia vem anunciando desde o anúncio da nova visão estratégica em novembro/2012. Além dos investimentos, parte do aumento também é explicada pelo impacto cambial nas despesas em moedas estrangeiras e pelo maior volume de produtos vendidos fora das respectivas regiões de produção.

EBITDA e margem EBITDA

O EBITDA em 2013 somou R$438,7 milhões com margem de 16,5% contra R$354,7 milhões em 2012, margem de 14,4%. Excluindo-se outras despesas/receitas operacionais, o EBITDA em 2013 foi de R$395,1 milhões, margem de R$14,9%. O resultado operacional de 2013 reflete uma melhora na

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

margem bruta, mas um aumento das despesas comerciais e administrativas, em linha com a estratégia de longo prazo da Companhia.

Resultado Financeiro

No ano, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R$197,3 milhões contra R$ 110,1 milhões em 2012. O aumento na despesa é explicado principalmente pela maior variação cambial passiva em 2013, além de uma queda nas receitas sobre aplicações financeiras, em função da decisão da Companhia de transferir parte de seu caixa para dólar com o objetivo de reduzir riscos cambiais.

Resultado líquido

O resultado líquido do ano de 2013 foi um lucro de R$58,5 milhões, margem líquida de 2,2% comparado a R$64,5 milhões em 2012, margem líquida de 2,6%. A queda em 2013 é explicada principalmente pela maior despesa financeira no ano, conforme acima.

Balanço Patrimonial referente ao período de 31 de dezembro de 2013 comparado com o Balanço Patrimonial referente ao período de 31 de dezembro de 2012

Ativo Circulante

Disponibilidades
Em 31 de dezembro de 2013, as disponibilidades da Companhia totalizaram R$960,7 milhões, que comparado a R$819,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, aumento de R$149,2 milhões.

Clientes
Em 31 de dezembro de 2013, o total de créditos a receber de clientes no ativo circulante da Companhia era de R$605,1 milhões, que comparado com R$510,7 milhões em 31 de dezembro de 2012, corresponde a aumento de R$94,4 milhões. A Companhia mantém o esforço continuo em reduzir o prazo do recebimento de vendas com foco na redução da necessidade de capital de giro.

Estoque
Em 31 de dezembro de 2013, o total de estoque era de R$758,6 milhões, maior do que o valor apresentado em 31 de dezembro de 2012 que foi de R$638,4 milhões. Esta variação decorreu principalmente do aumento de estoques de matérias-primas em função das mudanças estruturais implementadas na Magnesita durante o ano de 2013.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o ativo imobilizado da Companhia totalizava R$1.248,9 milhões, comparado a R$1.082,5 milhões em 31 de dezembro de 2012. A variação de R$166,4 milhões deve-se, principalmente, à construção e instalações e equipamentos, ambos advindos, principalmente, da obra de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

expansão de Brumado – BA, além da consolidação das duas aquisições realizadas no ano de 2013 (fábrica de refratários em Dalian-China; e Reframec, empresa especializada em serviços de instalação e manutenção refratária, no Brasil).

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos
Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R$88,1 milhões, maior do que o montante de R$121,0 milhões em relação ao período de 31 de dezembro de 2012. A Companhia realiza operações buscando a redução no custo do seu endividamento, além de alongar o prazo médio de amortização.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos e emissão de títulos de dívida
Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo, que incluem os valores de emissão de títulos de dívida, totalizavam R$2.325,6 milhões, aumento de R$575,9 milhões em relação ao montante de R$ 1.749,7 milhões em 31 de dezembro de 2012. O aumento é decorrente da captação da linha BNDES Revitaliza (Nov/2013) no montante de R$100 milhões e da emissão das debêntures (Dez/2013) no montante de R$400 milhões.

Em 2012, a subsidiária integral Magnesita Finance Ltd. (“Magnesite BVI”) emitiu US$250 milhões em títulos de dívida perpétuos. Tais títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Magnesite BVI e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por meio da subsidiária Magnesita Insider Refratários Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Através destes títulos a Companhia liquidou a Nota de Crédito à Exportação celebrada com o Itaú BBA S.A. em março de 2008.

Em 2010, a subsidiária integral Rearden G Holdings Eins GmbH (“Rearden”). emitiu US$400 milhões em títulos de dívida. Tais títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por meio da subsidiária Magnesita Insider Refratários Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Através destes títulos a Companhia liquidou dívidas de curto e longo prazo.

Contingências
A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2013 um saldo de R$38,5 milhões, R$28,1 milhões menor que o valor apresentado em 31 de dezembro de 2012, que foi de R$66,6 milhões.

Obrigações pós emprego
Em 31 de dezembro de 2013 tinha um saldo de R$222,0 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2012 de R$305,9 milhões, ocasionado pela descontinuação

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

da JV na China (“LTR”), e pelo aumento na taxa básica de juros (“SELIC”), que é base para cálculo do valor presente da obrigação.

Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2013 o total do Patrimônio Líquido da Companhia foi de R$3.023,9 milhões, registrando aumento de R$213,1 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012, ao qual foi de R$2.810,9 milhões.

Comparativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Receita Líquida

A receita líquida é calculada deduzindo-se da receita bruta os impostos sobre receita e serviços. A receita líquida consolidada da Companhia totalizou R$ 2.463,7 milhões em 2012, o que representa um crescimento de 6,2% em relação a 2011. Em 2012, a América do Norte se tornou a segunda maior região nas vendas consolidadas, em função da expansão das vendas tanto para a siderurgia, quanto para setores industriais.

Soluções Refratárias

A receita advinda do segmento de refratários atingiu R$ 2.186,4 milhões, crescimento de 7,5 % em relação a 2011. As vendas para a siderurgia representaram 84,1% da receita de refratários. As vendas para os setores industriais, incluindo cimento, não ferrosos, vidro e outros, tiveram bom desempenho em 2012 e atingiram 15,9% da receita total de refratários.

Soluções Refratárias - Siderurgia

Apesar dos desafios enfrentados pela siderurgia ao longo de 2012, com excesso de capacidade instalada no mundo e queda na produção de aço, as vendas de soluções refratárias para a siderurgia cresceram 4,8% no ano, atingindo R$ 1.839,8 milhões, contra R$ 1.756,1 milhões em 2011.

A melhor performance ocorreu na América do Sul, onde houve crescimento de 5,8% no volume, com ganhos de market share. Na América do Norte, houve crescimento de 4,6% nas vendas em moeda local, apesar da queda de 4,3% no volume, explicado pelo melhor mix e ganhos de produtividade em contratos CPP. Na Europa, o volume vendido recuou 12,5% no ano, reflexo da queda na produção de aço na região.

Soluções Refratárias - Indústria

A receita de vendas para o setor industrial alcançou R$346,6 milhões em 2012, superior em 24,6% comparado a R$278,1 milhões obtidos em 2011. O crescimento é resultado da expansão de 9,3% no volume, com destaque para as vendas na América do Sul, onde o volume cresceu 18,3%, e na América do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Norte, com o volume crescendo 7,6%. Contribuiu também para o crescimento na receita o efeito cambial e o mix de vendas. Nas outras regiões, o volume recuou principalmente devido à queda na produção industrial no Europa. Com o crescimento em 2012, as vendas para este segmento passaram a representar 15,9% das vendas de refratários, comparado a 13,7% em 2011, em linha com a estratégia de diversificação em setores industriais.

Minerais Industriais

As vendas de minerais atingiram R$129,7 milhões, comparado a R$132,2 milhões em 2011. Apesar da expansão no volume de minerais vendido no ano, a receita ficou 1,9% abaixo de 2011, explicado principalmente pelo mix de vendas, com menor volume de vendas de sínter de magnesita. O menor volume de sínter decorreu da decisão da Companhia de manter o mineral em estoque, aproximadamente 30 mil toneladas, em função dos preços inferiores praticados durante o 4T12. Por outro lado, as vendas de talco atingiram R$40,0 milhões no ano, com crescimento de 20,8% em relação a 2011. Esse crescimento refletiu principalmente a maior demanda da indústria de plástico, com destaque para peças automobilísticas. As vendas de magnésia cáustica permaneceram estáveis em 2012.

Serviços

A queda de 3,2% na receita de serviços em 2012 reflete o redirecionamento estratégico da Magnesita, que passou a ter uma atuação em serviços de maior valor agregado, com atividades diretamente ligadas à instalação e manutenção de refratários e gradativamente deixando de atuar em contratos de manutenção industrial onde as margens são menores e mais voláteis. Além disso, a Companhia está buscando novos contratos fora da América do Sul. No final de 2012, a Magnesita fechou o primeiro contrato de serviços na América do Norte.

Custos, Lucro Bruto e Margem Bruta

Lucro Bruto e Margem Bruta

O lucro bruto encerrou o ano de 2012 em R$ 749,2 milhões e margem bruta de 30,4%. Em 2012, houve reclassificação de centros de custo de overhead de produção, antes classificados como despesas gerais e administrativas, para o custo de produção. Reproduzindo este ajuste em 2011, o lucro bruto seria de R$695,1 milhões, com margem de 30,0%, crescendo em 2012 0,4pp em relação a 2011.

Despesas gerais e administrativas (G&A)

O G&A de 2012 ficou 9,1% abaixo do ano anterior, R$ 210,0 milhões contra R$ 231,0 milhões em 2011, devido às mudanças de critérios de alocação de centros de custo de overhead de produção, antes classificados como G&A, para custo de produção, conforme explicado. Excluindo este efeito, houve aumento no G&A em 2012, principalmente, em função dos gastos relacionados

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ao plano de reestruturação estratégica, de aproximadamente R$11 milhões, e maior despesa relacionada ao novo plano de opção de compra de ações de aproximadamente R$6 milhões acima da despesa contabilizada em 2011. Contribuíram também para o aumento no G&A o aumento do custo de mão de obra no Brasil, além do impacto cambial das despesas administrativas nas operações fora do Brasil.

EBITDA e margem EBITDA

O EBITDA em 2012 foi 15,8% inferior ao obtido em 2011, R$ 359,7 milhões contra R$ 427,4 milhões em 2011, devido aos resultados não recorrentes obtidos no ano anterior, incluindo reversões de provisões fiscais e venda de imobilizado. Já o EBITDA em 2012 foi influenciado pelos gastos com reestruturação, incluindo despesas com consultoria, como parte do projeto de planejamento estratégico realizado. Desconsiderando os itens não recorrentes de cada ano, o EBITDA seria de R$373,0 milhões (margem de 15,1%) em 2012, comparado a R$336,9 milhões (14,5% de margem) em 2011, gerando um crescimento de 10,7%.

Resultado Financeiro

No ano, o resultado financeiro foi uma despesa 14,4% inferior à despesa obtida em 2011, R$ 103,9 milhões. Este resultado decorre principalmente da maior receita de variações cambiais em 2012, além das despesas de juros 9,4% abaixo do ano anterior.

Resultado líquido

O lucro líquido no ano somou R$75,8 milhões, comparado a R$98,6 milhões em 2011. A redução é explicada principalmente pelo efeito dos itens não recorrentes que impactaram positivamente o lucro em 2011, além dos gastos não recorrentes realizados em 2012.

Balanço Patrimonial referente ao período de 31 de dezembro de 2012 comparado com o Balanço Patrimonial referente ao período de 31 de dezembro de 2011

Ativo Circulante

Disponibilidades
Em 31 de dezembro de 2012, as disponibilidades da Companhia totalizaram R$ 819,9 milhões, que comparado a R$ 770,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumento de R$ 49,5 milhões, ou de 6,4%.

Clientes
Em 31 de dezembro de 2012, o total de créditos a receber de clientes no ativo circulante da Companhia era de R$ 516,2 milhões, que comparado com R$ 505,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, aumento de R$ 10,7 milhões. A Companhia mantém o esforço continuo em reduzir o prazo do recebimento de vendas com foco na redução da necessidade de capital de giro.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Estoque
Em 31 de dezembro de 2012, o total de estoque era de R$ 654,3 milhões, maior do que o valor apresentado em 31 de dezembro de 2011 que foi de R$ 601,7 milhões. Esta variação de R$ 52,6 milhões, ou 8,7%, decorreu principalmente do maior estoque de sinter de magnesita no enceramento de 2012, em função da decisão da Companhia de manter o mineral na expectativa de melhores preços em 2013.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2012, o ativo imobilizado da Companhia totalizava R$ 1.083,2 milhões, comparado a R$ 898,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. A variação de R$ 185,2 milhões deve-se, principalmente, à construção e instalações e equipamentos, ambos advindos, principalmente, da obra de expansão de Brumado – BA finalizada neste ano.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos
Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R$ 128,4 milhões, 2,9% maior do que o montante de R$ 124,8 milhões em relação ao período de 31 de dezembro de 2011. A Companhia realiza operações buscando a redução no custo do seu endividamento, além de alongar o prazo médio de amortização.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos e emissão de títulos de dívida
Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo, que incluem os valores de emissão de títulos de dívida, totalizavam R$ 1.749,7 milhões, aumento de R$ 146,8 milhões, em relação ao montante de R$ 1.602,9 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Em 2012, a subsidiária integral Magnesita Finance Ltd. (“Magnesite BVI”) emitiu US$ 250 milhões em títulos de dívida perpétuos. Tais títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Magnesite BVI e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por meio da subsidiária Magnesita Insider Refratários Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Através destes títulos a Companhia liquidou a Nota de Crédito à Exportação celebrada com o Itaú BBA S.A. em março de 2008.

Em 2010, a subsidiária integral Rearden G Holdings Eins GmbH (“Rearden”). emitiu US$ 400 milhões em títulos de dívida. Tais títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por meio da subsidiária Magnesita Insider Refratários Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia sediadas no exterior. Através destes títulos a Companhia liquidou dívidas de curto e longo prazo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contingências
A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2012 um saldo de R$ 66,6 milhões, quase em linha com o valor apresentado em 31 de dezembro de 2010, que foi de R$ 63,9 milhões.

Obrigações pós emprego
Em 31 de dezembro de 2012 tinha um saldo de R$ 305,9 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2011 de R$ 222,9 milhões, ocasionado por mudança nas premissas de cálculo conforme nota explicativa das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2012 o total do Patrimônio Líquido da Companhia foi de R$ 2.810,9 milhões, registrando aumento de 5,9% em relação a 31 dezembro de 2011, ao qual foi de R$ 2.653,2 milhões.

Comparativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Receita Líquida

A receita líquida é calculada deduzindo-se da receita bruta os impostos sobre receita e serviços. A receita líquida consolidada da Companhia totalizou R$2.318,9 milhões em 2011, o que representa um crescimento de 1,9% em relação a 2010. O ano de 2011 foi marcado por um primeiro semestre mais forte, seguido de um desaquecimento verificado a partir de junho, quando a crise econômica na região da zona do euro começou a exercer impacto na demanda mundial. No último trimestre do ano, observamos uma queda forte da produção de aço do Brasil, nosso maior mercado. No ano de 2011, as operações na América do Norte e Europa obtiveram ganhos de market share, apresentando crescimento acima do nível da indústria. Com isso, essas operações aumentaram suas participações da receita consolidada do Grupo.

Soluções refratárias

A receita advinda do segmento de refratários atingiu R$2.035,3 milhões, crescimento de 3,9% em relação a 2010. O volume de vendas cresceu 6,8%, principalmente na América do Norte e Europa, onde a Magnesita cresceu por meio de ganhos de market share. As vendas para a siderurgia representaram 85,4% da receita de refratários, com o setor industrial representando 14,6% das vendas. No setor industrial, o destaque para a indústria cimenteira, responsável por 67,2% das vendas para esse setor.

Soluções Refratárias - Siderurgia

As vendas para a siderurgia cresceram 5,4% frente ao ano de 2010 e atingiram R$1.762,0 milhões. Destaca-se o crescimento das vendas nas operações da Europa, América do Norte e Ásia, onde a Companhia continua obtendo ganhos de *market share*. A receita dos contratos CPP atingiu R$572,9 milhões e representou 32,9% das vendas para o setor de siderurgia. Fora da América do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Sul, as vendas no modelo CPP cresceram 70,0%, em linha com a estratégia da Companhia de replicar esse modelo para outras regiões. No ano de 2011, foram firmados quatro novos contratos CPP, sendo um na América do Norte, um na América do Sul, um na Europa e um na Ásia, atingindo um total de 60 contratos ao redor do mundo.

Soluções Refratárias - Indústria

As vendas para o setor industrial atingiram R$296,3 milhões, crescimento de 2,8% em relação a 2010, explicado pelo forte crescimento das vendas no quarto trimestre, em todas as regiões onde a Magnesita atua. Nesse segmento, destaca-se a indústria cimenteira, que alcançou uma receita de R$199,2 milhões, representando 67,2% da receita de vendas de refratários para a indústria, contra 63,5% em 2010. Nos últimos anos, a Companhia vem buscando explorar nichos de mercado em que, historicamente, manteve pequena participação, o que reduz sua exposição e dependência a um único setor. Os outros setores industriais destacados são vidros, metais não-ferrosos e petroquímicos que atingiram uma receita de R$97,0 milhões em 2011.

Minerais

As vendas no segmento de minerais somaram R$131,1 milhões, recuo de 17,0% em relação a 2010. A queda está relacionada ao menor excedente de sínter disponível para venda a terceiros, sobretudo em função do aumento no volume de refratários na Europa e América do Norte. Além disso, as obras de recuperação no porto de Aratu no início de 2011 impactaram o volume de exportação.

Serviços

Em 2011, a receita líquida de serviços atingiu R$152,6 milhões, queda de 4,1% na comparação com o ano anterior. Em 2010, a receita foi impactada positivamente pela obra spot realizada no quarto trimestre.

Custos, Lucro Bruto e Margem Bruta

O custo dos produtos vendidos (CPV) em 2011 somou R$1.588,8 milhões, o que representa aumento de 6,0% em relação a 2010, quando atingiu R$1.498,6 milhões. O lucro bruto alcançou R$730,1 milhões, com margem de 31,5%, contra uma margem de 34,2% em 2010.
O setor de refratários passa por mudanças estruturais desde 2010, quando a China, maior detentora das reservas de matérias-primas para a produção de refratários, começou a impor barreiras às exportações, provocando aumentos relevantes nos preços. O ano de 2011 foi marcado por aumentos significativos nos preços de matérias-primas, além da pressão nos custos de combustíveis e fretes.

Diante desse cenário, vale ressaltar a importância da verticalização na indústria de refratários. A Magnesita é atualmente a empresa mais verticalizada do mundo no seu segmento, o que garante uma menor

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

volatilidade nas suas margens, além de ser a empresa com a maior rentabilidade do setor. A tendência é que os preços de algumas matérias-primas continuem subindo, principalmente dos materiais eletrofundidos e grafita. A Magnesita segue otimista com seus projetos de Brumado e Almenara, por meio dos quais busca atingir 90% de verticalização em 2013, o que garantirá um importante diferencial estratégico no setor mundial de refratários.

A Magnesita tem adotado algumas iniciativas para melhorar sua rentabilidade. Dentre as medidas, vale destacar:

- O projeto de expansão em Brumado, onde o forno HW4 entrará em operação em abril de 2012, adicionando uma capacidade de 60 mil toneladas de sínter M-30 (>98% MgO). Essa medida tornará a Magnesita auto-suficiente nesse mineral, proporcionando redução de custos com a compra do mineral no mercado;

- A Companhia busca ativamente oportunidades de redução de custos de conversão e ganhos de eficiência operacional, principalmente, por meio de projetos de automação;

- O *know how* adquirido pela Companhia ao longo de mais de 30 anos desenvolvendo intensas pesquisas e experimentos em seu Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, permite oferecer aos seus clientes, refratários com maior durabilidade, proporcionando redução de custo por meio do modelo CPP (contrato onde a Magnesita recebe pelo volume de aço vazado e não pelo volume de refratário vendido);

Despesas Operacionais (vendas, gerais e administrativas)

Em 2011, as despesas operacionais, que incluem despesas com vendas, gerais e administrativas somaram R$482,9 milhões, crescimento de 1,5% em relação ao ano de 2010. O aumento foi praticamente em linha com o crescimento da receita líquida (+1,9%). As despesas operacionais representaram 20,8% das vendas líquidas no ano de 2011, comparado a 20,9% em 2010, em linha com a estratégia da Companhia de buscar oportunidades de redução de custos e despesas operacionais.

Em relação à rubrica “outras receitas/despesas operacionais”, a Companhia obteve um saldo líquido positivo de R$77,0 milhões no ano, referentes à reversão de provisões fiscais, reversão de plano de saúde, ganhos líquidos em empreendimento imobiliário, além de outros itens que compuseram este saldo. Para detalhamento desta rubrica, favor consultar a Nota Explicativa 30 das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2011.

EBITDA e margem EBITDA

No ano, o EBITDA atingiu R$427,4 milhões com margem de 18,4%, contra um EBITDA de R$463,3 milhões e margem de 20,4% em 2010. A queda na margem decorre da redução da margem bruta e do aumento nos preços das matérias-primas, fretes e combustíveis em um ambiente pouco propício para o repasse destes aumentos de custos. Também contribuiu para a redução o

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

crescimento relativo das operações da América do Norte, Europa e Ásia, que operam com margens menores.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido em 2011 foi uma despesa de R$121,4 milhões, representando uma queda de 36,9% em relação a 2010 (R$192,3 milhões). A menor despesa financeira líquida se deve à redução da dívida líquida durante o ano de 2011, com forte geração de caixa operacional, redução do capital de giro e o aumento de capital realizado no começo do ano.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Magnesita possui créditos tributários gerados em decorrência de prejuízos fiscais em exercícios anteriores e da amortização dos ágios fundamentados na rentabilidade futura (“goodwill”) decorrentes de aquisições de controladas. Em 2011, a Companhia provisionou o montante de R$71,5 milhões para o pagamento de imposto de renda e contribuição social, porém, em decorrência destes créditos, o desembolso de caixa foi de R$30,9 milhões.

Resultado Líquido
No ano, o lucro líquido atingiu R$98,6, com margem líquida de 4,2%. O resultado é 6,7% superior ao obtido em 2010, de R$92,3 milhões e margem líquida de 4,1%.

Balanço Patrimonial referente ao período de 31 de dezembro de 2011 comparado com o Balanço Patrimonial referente ao período de 31 de Dezembro de 2010

Ativo Circulante

Disponibilidades
Em 31 de dezembro de 2011, as disponibilidades da Companhia totalizaram R$770,5 milhões, que comparado a R$669,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, geraram um aumento de R$101,0 milhões, ou de 15,1%, principalmente devido ao caixa gerado nas operações de R$565,4 milhões.

Clientes
Em 31 de dezembro de 2011, o total de créditos a receber de clientes no ativo circulante da Companhia era de R$485,6 milhões, que comparado com R$497,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representou uma redução de R$12,2 milhões. Esta variação deve-se, principalmente, ao esforço da Companhia em reduzir o prazo do recebimento de vendas com foco na redução da necessidade de capital de giro.

Estoque
Em 31 de dezembro de 2011, o total de estoque era de R$601,7 milhões, maior do que o valor apresentado em 31 de dezembro de 2010 que foi de R$530,9 milhões. Esta variação de R$70,9 milhões, ou 13,3%, ocorreu principalmente em virtude da recuperação do volume de produção e vendas de refratários. Os estoques de matéria-prima própria também tiveram aumento em virtude do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

maior ritmo de produção. Verifica-se no ano de 2011 um aumento no custo de matéria-prima, em especial as adquiridas de terceiros, decorrente de menor disponibilidade destes insumos por parte de produtores mundiais, em especial a China.

Créditos por vendas de imóveis
Em 31 de dezembro de 2011 o total de créditos por venda de imóveis era de R$13,0 milhões comparado com o período encerrado em 31 de dezembro de 2010 no montante de R$0,6 milhão. Esse aumento se deu principalmente à venda de empreendimento imobiliário no ano de 2011, como parte da estratégia da Companhia de identificar e alienar ativos não operacionais, com vistas a reinvestir os recursos provenientes destes processos em atividades relacionadas ao seu "core business.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo realizável a longo prazo da Companhia totalizava R$149,2 milhões, comparado ao saldo de R$213,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. A variação ocorre principalmente devido à diminuição de créditos com a venda de imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2011, o ativo imobilizado da Companhia totalizava R$898,0 milhões, comparado a R$783,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. A variação de R$114,9 milhões deve-se, principalmente, à construções em andamento e instalações e equipamentos, ambos advindos, principalmente, da obra de expansão de Brumado – BA.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos
Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos e financiamentos do passivo circulante totalizavam R$124,8 milhões, em linha com o montante de R$124,9 milhões em relação ao período de 31 de dezembro de 2010. Em 2010 e 2011 a Companhia realizou operações buscando a redução no custo do seu endividamento, além de alongar o prazo médio de amortização.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos e emissão de títulos de dívida
Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo, que incluem os valores de emissão de títulos de dívida, totalizavam R$1.602,9 milhões, redução de R$244,3 milhões, em relação ao montante de R$1.847,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. A Companhia refinanciou dívidas de longo prazo com a emissão de títulos de dívida.

Em 2010 a subsidiária integral Rearden G Holdings Eins GmbH ("Rearden"). emitiu US$400 milhões em títulos de dívida. Tais títulos constituem obrigações sem garantia real e não subordinadas da Rearden e são total e incondicionalmente garantidos pela Companhia, por meio da subsidiária Magnesita Insider Refratários Ltda. e por outras subsidiárias da Companhia

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

sediadas no exterior. Através destes títulos a Companhia liquidou dívidas de curto e longo prazo.

Contingências
A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2011 um saldo de R$30,2 milhões, que foi 32,1% menor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2010, que foi de R$94,1 milhões. Esta variação ocorreu principalmente pela solução judicial de processos fiscais e trabalhistas.

Obrigações pós emprego
Em 31 de dezembro de 2011 tinha um saldo de R$222,9 milhões, que foi 7,8% menor do que o apresentado em 31 de dezembro de 2010 de R$241,8 milhões, ocasionado principalmente por efeitos de variação cambial sobre passivos atuariais de controladas no exterior.

Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2011 o total do Patrimônio Líquido da Companhia foi de R$2.653,2 milhões, registrando aumento de 19,7% em relação a 31 dezembro de 2010, ao qual foi de R$2.215,6 milhões. Esta variação foi provocada principalmente pelo aumento de capital realizado no início de 2011, além das reservas e ajustes de avaliação patrimonial.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Magnesita advém da comercialização de suas 3 linhas de produtos: refratários, minerais e serviços. A linha de refratários envolve uma infinidade de indústrias que operam com temperaturas acima dos 1.200º C, com destaque para os setores de siderurgia, cimento, não-ferrosos, níquel, dentre outros. O segmento de minerais engloba série de minerais extraídos de minas próprias, incluindo sínter de magnesita, talco e magnésia cáustica. A linha de serviços compreende a manutenção refratária e metal-mecânica nos equipamentos, sendo essencial para fortalecer o relacionamento com os clientes.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Condições econômicas globais e internas

Nossos resultados operacionais dependem em grande escala das condições econômicas globais e internas, especialmente do seu efeito sobre a produção global e nacional de aço e cimento, que tem uma correlação significativa com a demanda por nossos produtos e serviços. Nos últimos anos, com a crise global desencadeada nos Estados Unidos em 2008, e posteriormente, a crise da dívida na Europa impactaram a produção de aço e cimento, e consequentemente afetou também nossas operações.
O ano de 2013 foi marcado pelo enfraquecimento de economias emergentes, enquanto que as economias desenvolvidas ainda enfrentam estagnação. O PIB brasileiro cresceu 2,3%, muito abaixo das projeções iniciais acima de 3,5%. O ano também foi marcado pelo aumento constante da taxa básica de juros (SELIC) e pela desvalorização da moeda frente ao dólar, que fecharam o ano nos níveis de 10% a.a. e R$2,3426, respectivamente. Para o ano de 2014, as projeções mais recentes do Banco Central indicam inflação na casa dos 6%, com uma desaceleração do crescimento do PIB para 1,68%, com expectativa de fechamento do ano com uma SELIC de 11%.

Em relação ao contexto internacional, o ano passou por alterações constantes das expectativas dos mercados, muitas vezes em razão da dificuldade de interpretação da situação da economia norte-americana e das incertezas geradas pelo tapering do FED. A atividade econômica global manteve ritmo lento durante todo o ano, mas mostrou tendência de melhora no final de 2013, gerando expectativas mais animadoras para 2014. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta crescimento de 3,7% para 2014, ante os 3% de 2013.

2013 também foi marcado pela preocupação com uma desaceleração da economia chinesa e impactos nas demais economias, principalmente aquelas exportadoras de commodities. Na Zona do Euro, após uma queda de 0,4% no PIB de 2013, há expectativa de que a região esteja saindo de recessão e

10.2 - Resultado operacional e financeiro

iniciando um ciclo de recuperação, com um crescimento projetado de 1% neste ano, de acordo com o FMI. Já os EUA, que cresceram 1,9% em 2013, tem previsão de crescer 2,8% em 2014, também de acordo com o FMI, crescimento este sustentado pelas condições financeiras do país, demanda doméstica, confiança dos consumidores e empresários e pela desalavancagem do setor privado.

Produção de aço e cimento

De acordo com a World Steel Association (WSA), a produção mundial de aço bruto cresceu 3,5% ante 2012, somando 1,6 bilhão de toneladas, sendo a China responsável por 48,5% do total, avançando 7,5% no ano. Para 2014, a WSA estima que o consumo mundial de aço tenha um crescimento de 3,9%, chegando perto das 1,7 bilhões de toneladas. Ainda de acordo com a WSA, o uso da capacidade das siderúrgicas cresceu 2,2 pontos percentuais em 2013, fechando o ano em 74,1%.

No Brasil, o setor siderúrgico registrou resultados abaixo das expectativas. A produção de aço bruto apresentou queda de 1% na comparação com 2012. De acordo com o Instituto Aço Brasil (IABr), foram produzidas 34,177 milhões de toneladas em 2013, contra 34,523 milhões de toneladas no ano anterior. O consumo aparente, resultado das vendas internas mais importações, cresceu 4,8% em 2013 ante 2012, para 26,4 milhões de toneladas. Contudo, a projeção apontava para alta de 5,7% no ano. Pra 2014, o Instituto projeta crescimento de 3,2% no consumo aparente, atingindo 27,5 milhões de toneladas.

Nos EUA houve retração de 2%, encerrando o ano com uma produção de 87,0 milhões de toneladas, ante 88,7 milhões em 2012. Na Europa, também houve contração de 2%, sendo que na Ásia houve crescimento de 6% na produção de aço bruto em 2013, impulsionado pela China.

Concorrência

Temos concorrentes para todos os nossos produtos, tanto no mercado brasileiro quanto no internacional. Nossos maiores concorrentes globais são: RHI e Vesuvius. Também enfretamos concorrência de outras empresas em mercados e segmentos específicos como a Shinagawa Refractories, Refratechnik, Krosaki Harima; Saint-Gobain; Calderys Refractories, ANH Refractories e Morgan Crucible. Além disso, concorremos também com uma série de *players* regionais em cada um dos mercados em que vendemos nossos produtos. Acreditamos, baseados em nossas estimativas internas, que somos atualmente responsáveis por cerca de 70% dos refratários vendidos no Brasil, com base em receitas. Enfrentamos concorrência significativa em nossos esforços de expansão internacional e nosso sucesso no mercado depende da nossa capacidade de competir efetivamente com nossos concorrentes e fornecer produtos, serviços e preços que nos diferenciem.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Medidas de redução de capital de giro

Desde o último trimestre de 2010, a Companhia vem obtendo resultados significativos de seu esforço de redução de capital de giro, principalmente focado na redução de estoques e prazo com fornecedores. Em 2013 a Magnesita passou por mudanças importantes em sua estrutura, tendo impacto negativo na gestão de seu capital de giro, Esse esforço continua sendo foco em 2014 fazendo parte das metas de desempenho de diversos profissionais do time da Magnesita.
Além disso, nós operamos um sistema de gerenciamento de redução de custos contínuo e agressivo e dispomos de ferramentas modernas de gestão da produtividade, a fim de reduzir nossos custos e despesas, com foco na redução de nossa mão-de-obra, consumo de matérias-primas e custos com energia. Nosso sistema de gerenciamento de redução de custos inclui delegar aos nossos diretores operacionais e financeiros a responsabilidade de gerenciar uma ampla variedade de despesas, desde custos com matérias-primas até os administrativos, passando pelos custos de gerenciamento de estoque.

Suprimento de matérias-primas

A Companhia é detentora de uma variedade de reservas minerais incluindo magnesita, dolomita, cromita, argilas, entre outros, que supriram aproximadamente 80% de suas necessidades em volume no ano de 2013. O restante das necessidades em matéria-prima é comprado de terceiros. A Companhia estima que a China seja responsável por 50% a 80% do suprimento mundial das principais matérias-primas da indústria de refratários. Em 2010, o governo chinês impôs quotas de exportação, entre outra medidas, diminuindo gradualmente a oferta dessas matérias-primas no mercado mundial. Essa restrição no suprimento em um momento de recuperação de demanda resultou em aumento dos preços praticados no mercado global. A Companhia espera que os projetos de verticalização como é o caso do HW4 que entrou em operação em 2012 aumentando a nossa capacidade de produção de sínter de magnesita (M-30), e o projeto da grafita (exploração das reservas) que está em desenvolvimento, atenuem significativamente o impacto dessa nova dinâmica.

Sazonalidade

Nossa exposição a flutuações sazonais na demanda por cimento e, em grau ainda menor, por aço, é mínima. Muito embora o impacto global sobre nosso negócio de sazonalidade nas indústrias de aço e cimento não seja significativo, a demanda por materiais refratários é afetada durante os períodos de menor demanda por cimento, tais como períodos chuvosos, e paradas programadas na indústria siderúrgica, que tendem a ocorrer durante períodos de menor utilização, como os meses de dezembro e julho.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No período de findo em 31 de dezembro de 2013, o volume total de refratários ficou estável em relação ao volume comercializado no período de findo em 31 de dezembro de 2012, enquanto que a receita líquida cresceu 10,6%. O câmbio exerce impacto na operação da Companhia. Em 2013, depreciação cambial de +15,5%, dólar contra real, contribuiu para o crescimento de receitas da Companhia. A desvalorização do real contra o dólar impacta positivamente as operações da Magnesita, uma vez que a Companhia detém uma parcela da sua receita em dólar desproporcionalmente maior que seus custos em dólar.

As operações de Contagem (MG) e Brumado (BA) no Brasil representam uma parcela importante da operação global da Magnesita. Portanto, uma parcela importante da estrutura de custos da Magnesita está atrelada à inflação no Brasil, que impacta seus principais insumos como mão de obra e energia. As matérias-primas que não são produzidas internamente também representam um insumo importante. Boa parte destas matérias-primas é negociada ou atrelada ao dólar, portanto, a desvalorização do real contra o dólar impacta negativamente no custo.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

É opinião dos diretores que estamos expostos a riscos de mercado diferentes, incluindo alterações nas taxas de câmbio e taxas de juros. Risco de mercado vem a ser a perda em potencial decorrente de mudanças adversas nas taxas e nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo Magnesita decorre de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos adquiridos às taxas fixas expõem o Grupo Magnesita ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A política financeira do Grupo Magnesita destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir o risco por meio da substituição de taxas de juros flutuante por taxas de juros fixa ou substituir as taxas de juros baseadas em índices internacionais por índices em moeda local.

No ano, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R$197,3 milhões contra R$ 110,1 milhões em 2012. O aumento na despesa é explicado principalmente pela maior variação cambial passiva em 2013, além de uma queda nas receitas sobre aplicações financeiras, em função da decisão da Companhia de transferir parte de seu caixa para dólar com o objetivo de reduzir riscos cambiais.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Efeitos das flutuações nas taxas de câmbio entre o real, o dólar dos EUA e o euro

O Grupo Magnesita atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A política financeira do Grupo Magnesita destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir custos, diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, proteger-se da exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas.

É opinião dos diretores que nossos resultados operacionais e condição financeira têm sido e continuarão a ser afetados pela taxa de depreciação ou apreciação do real frente ao dólar dos EUA e ao euro porque:

- uma parcela significativa da nossa receita líquida é denominada em dólares ou em euros ou é atrelada a estas moedas;
- nossos custos para algumas de nossas matérias-primas são contraídos em dólares ou em euros ou estão atrelados a estas moedas;
- temos determinadas despesas operacionais, e efetuamos alguns outros investimentos, que são cotados em dólares ou em euros ou estão atreladas a estas moedas, e
- possuímos um número considerável do passivo em dólares que nos obriga a fazer pagamentos de principal e juros nesta moeda.

Uma parcela substancial de nossas vendas de refratários é efetuada no mercado externo a preços que tomam por base preços do mercado internacional. Quando o real se desvaloriza frente ao dólar dos EUA ou ao euro, nossas vendas líquidas oriundas de mercados externos aumentam. Inversamente, quando o real se valoriza frente ao dólar ou ao euro, nossas vendas líquidas provenientes desses mercados diminuem.

As vendas no mercado externo, que nos permitem gerar recebíveis em moeda estrangeira, tendem a fornecer um hedge natural contra nossas obrigações do serviço da dívida em dólar, porém estas não coincidem totalmente com tais vendas. Assim, muitas vezes, realizamos hedges para atenuar as flutuações da taxa de câmbio de nossa dívida denominada em dólar. É opinião dos diretores que uma parcela significativa de nossa dívida está vinculada às vendas no mercado externo, que lhe servem como o principal meio de pagamento. Esta dívida está denominada em dólares dos EUA e geralmente está disponível a um custo menor do que outros tipos de financiamento disponíveis no Brasil.

A administração procura mitigar os riscos de exposição cambial relacionados aos empréstimos através de transações realizadas nos Estados Unidos e Europa. Adicionalmente contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de forma a reduzir essa exposição.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

É opinião dos diretores que um real valorizado contra outras moedas torna atrativas as importações de aço, o que representaria menor produção de aço no Brasil, prejudicando o nosso resultado operacional.

A Magnesita busca manter sua dívida líquida na mesma proporção de sua geração de caixa operacional, dessa forma mitigando riscos cambiais. Em 2013 a Companhia transferiu parte de seu caixa para dólar com o objetivo de atingir esse balanceamento.

Durante o ano de 2013, nossas variações cambiais/monetárias ativas totalizaram R$87,8 milhões, impactando positivamente o resultado financeiro. Já nossas variações cambiais/monetárias passivas totalizaram R$132,7 milhões no mesmo período, impactando negativamente o resultado financeiro.

Derivativos

Não efetuamos operações com derivativos para fins especulativos conforme determina a política interna da Companhia, nem costumamos liquidar operações com derivativos antes do vencimento. A Companhia monitora os riscos cambiais decorrentes do seu endividamento em moedas estrangeiras excedentes ao volume das operações existentes nestas moedas. Este monitoramento considera, ainda, a evolução das taxas de câmbio, especialmente o Dólar e o Euro, para tomada de decisão quanto a contratação de operações de swap.

Efeitos das flutuações nos preços de matérias-primas e combustíveis

Devido ao fato de possuirmos em torno de 78 concessões de mineração ativas com extensas reservas minerais, temos acesso a matérias-primas de alta qualidade a custos mais baixos do que os nossos concorrentes, o que diminui significadamente a nossa exposição à volatilidade dos preços das matérias-primas. No ano de 2013, alcançamos aproximadamente 80% de autossuficiência do total das nossas necessidades de matérias-primas, em termos de volume.

É opinião dos diretores que a China continuará dominando o fornecimento de todas as matérias-primas chave para o setor de refratários, e que os preços dessas matérias-primas permanecerão em patamares elevados devido às crescentes restrições da China sobre as exportações, o que causa fornecimento instável ao mercado mundial. Os preços destas matérias-primas têm aumentado desde o final de 2009, em função da retomada do crescimento da economia global e, mais recentemente, a partir do segundo trimestre de 2010, em função da redução, pelo governo Chinês, das cotas de exportação de matérias-primas intensivas em energia. Essas medidas continuarão impactando diretamente os preços de magnésia eletrofundida, sínter de magnesita, grafita e alumina. Como a Companhia é consumidora de tais produtos, o nosso resultado operacional poderá sofrer algum impacto. Entretanto, como somos autossuficientes em aproximadamente 80% do total das nossas necessidades de matérias-primas, é opinião dos diretores que tal impacto seria relativizado.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nossas operações dependem em grande parte de fontes de combustível. Por sua vez, eletricidade representa cerca de 3,5% do custo dos produtos vendidos , enquanto as matérias-primas adquiridas de terceiros representaram em torno de 40% do custo dos produtos vendidos.

As operações de Contagem (MG) e Brumado (BA) no Brasil representam uma parcela importante da operação global da Magnesita. Portanto, uma parcela importante da estrutura de custos da Magnesita está atrelada à inflação no Brasil, que impacta seus principais insumos como mão de obra e energia. As matérias-primas que não são produzidas internamente também representam um insumo importante. Boa parte destas matérias-primas é negociada ou atrelada ao dólar, portanto, a desvalorização do real contra o dólar impacta negativamente no custo.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades durante o exercício sociai encerrado em 31 de dezembro de 2013 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

Além da atividade de produção de refratários, temos outras atividades, principalmente de mineração, que eventualmente podem ser expandidas e monetizadas. Continuaremos a explorar oportunidades de efetuar aquisições e parcerias com outras empresas no intuito de expandir nossos negócios. Quaisquer aquisições ou acordos de parceria dessa natureza podem ser significativos e ter um impacto notável sobre nossos negócios e os resultados das operações.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, 2011 e 2011, houve duas aquisições, conforme abaixo:

Aquisição da Reframec Manutenção e Montagens de Refratários Ltda

Em 28 de junho de 2013, concluímos a aquisição da Reframec Manutenção e Montagens de Refratários Ltda, empresa fundada em 2005 e líder em instalação e serviços de reparos em refratários utilizados na produção de cimento. A Reframec obteve um faturamento de R$24 milhões em 2012.

A Companhia pagou aproximadamente R$ 12 milhões para adquirir 51% do capital da Reframec. Os 49% restantes serão adquiridos em parcelas anuais baseadas em múltiplos fixos de EBIT nos próximos 4 anos, para uma média de múltiplos EBIT de aproximadamente 5x.

A aquisição está em linha com o novo plano estratégico da Magnesita e fortalece a liderança da Companhia em um dos seus mercados principais, soluções refratárias para segmentos industriais na América do Sul, com a extensão da sua oferta de serviços fora da indústria de aço.

Aquisição de capacidade produtiva na China

Em 05 de agosto de 2013, concluímos a aquisição de uma unidade de produção de refratários localizada na cidade de Dalian (Província de Liaoning, República Popular da China), com capacidade instalada de produção de até 50.000 tons/ano de tijolos refratários a base de magnésia carbono. A unidade adquirida foi nomeada *Dalian Magnesita Refractories ("DMR").* O valor da transação é de

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

aproximadamente US$ 22 milhões (incluindo passivos da DMR) e inclui todos os ativos e atuais funcionários da DRM.

A Companhia espera integrar a unidade e atingir capacidade máxima de 50.000 toneladas de refratários a base de magnésia-carbono em dois anos, com possibilidade de expansão futura. Com a DMR, a Magnesita aumentará sua capacidade de produção de tijolos refratários à base de magnésia carbono, com o objetivo de melhor suprir algumas geografias e segmentos onde a Companhia tem presença marginal hoje. A aquisição irá auxiliar dois pilares estratégicos da Companhia: crescer agressivamente, mas seletivamente e manter uma base global de custos competitivos. A China detém aproximadamente 25% das reservas mundiais de magnesita, sendo um local estratégico para produção de refratários.

c. eventos ou operações não usuais

A Companhia possui ativos imobilizados não relativos ao seu *core business*. Desde 2011, a Companhia vem procurando alienar os empreendimentos imobiliários como parte da estratégia da Companhia de identificar e alienar ativos não operacionais, com vistas a reinvestir os recursos provenientes destes processos em atividades relacionadas ao seu “core business”. O resultado de 2013 foi impactado positivamente pela venda de um terreno em São Caetano do Sul, no valor líquido de R$21,5 milhões.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4.	Os diretores devem comentar:
	a. ***mudanças significativas nas práticas contábeis***
	b. ***efeitos significativos das alterações em práticas contábeis***

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 e reapresentação das demonstrações financeiras

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações que exigem a reapresentação dos valores correspondentes. Essas incluem o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas), o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (IFRS 11 - Acordos em Conjunto), o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19 - Benefícios a Empregados), o CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades), o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo) e as alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Contábeis (IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Contábeis). Os pronunciamentos novos ou revisados que tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, e consequentemente, resultaram na reapresentação dos valores correspondentes como seguem:

(a) Negócios em conjunto e Investimento em coligada, em controlada e em empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia aplicou, a partir do exercício de 2013, o IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011, e incluído como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". Desta forma, como o método de consolidação proporcional não é mais permitido, a Companhia deixou de consolidar a controlada em conjunto Krosaki Magnesita Refractories LLC (Estados Unidos). Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2013, as participações na Krosaki Magnesita Refractories LLC (40%) estão sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Para fins de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012 foram ajustados considerando a referida mudança de prática contábil. A adoção do CPC 19 (R2) não gerou impacto nas demonstrações financeiras da controladora.

(b) CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados

A Companhia adotou o IAS 19 - “Benefícios a Empregados” (CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados), aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013.

Em decorrência da aplicação desta norma, o cálculo do custo de juros e o retorno esperado sobre os ativos dos planos de benefício definido foram alterados, e os efeitos estão refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para o exercício de 2012, os valores correspondentes estão sendo reapresentados para refletir esses efeitos retrospectivos.

(c) Outras reclassificações

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A Companhia reavaliou a forma de apresentação do frete internacional, que antes era deduzido diretamente da receita líquida e agora está sendo reapresentado em despesas de vendas, e a participação nos resultados, que antes era integralmente classificada em despesas gerais e administrativas e agora está sendo realocada entre custo dos produtos e serviços vendidos, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas.

Nas demonstrações financeiras individuais, o único impacto decorrente da aplicação de novos pronunciamentos foi relativo ao CPC 33 (R1). Este impacto foi refletido na Demonstração de resultados abrangentes e na Demonstração do resultado do exercício.

Para fins de comparabilidade, os saldos individuais e consolidados de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012 foram ajustados conforme a seguir:

(i) Balanço patrimonial

						Consolidado
			31/12/2012			01/01/2012
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2) (a)	Saldos reapresen-tados	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2) (a)	Saldos reapresen-tados
Ativo						
Circulante	2.150.851	(21.907)	2.128.944	2.063.992	(17.321)	2.046.671
Não circulante	3.532.614	2.982	3.535.596	3.270.177	2.187	3.272.364
Realizável a longo prazo	53.870	-	53.870	149.213	-	149.213
Investimento	68.118	3.698	71.816	1.179	2.781	3.960
Imobilizado	1.083.211	(716)	1.082.495	898.017	(594)	897.423
Intangível	2.327.415	-	2.327.415	2.221.768	-	2.221.768
Total do ativo	5.683.465	(18.925)	5.664.540	5.334.169	(15.134)	5.319.035
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	708.867	(18.925)	689.942	689.198	(12.883)	676.315
Não circulante	2.163.739	-	2.163.739	1.991.810	(2.251)	1.989.559
Patrimônio líquido	2.810.859	-	2.810.859	2.653.161	-	2.653.161
Total do passivo e patrimônio líquido	5.683.465	(18.925)	5.664.540	5.334.169	(15.134)	5.319.035

(ii) Demonstração do resultado

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

	Controladora 31/12/2012			
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 33 (R1) (b)	Outras reclassificações (c)	Saldos reapresentados
Receita líquida de vendas e serviços	1.215.442	-	22.165	1.237.607
Custo dos produtos e serviços vendidos	(815.639)	-	(4.817)	(820.456)
Receitas (despesas) operacionais	(291.354)	(5.111)	(17.348)	(313.813)
Resultado financeiro	(25.530)	-	-	(25.530)
Resultado de equivalência patrimonial	19.964	(6.213)	-	13.751
Provisão IR e CSLL	(32.155)	-	-	(32.155)
Lucro líquido do período	70.728	(11.324)	-	59.404

	Consolidado 31/12/2012				
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2) (a)	Alterações do CPC 33 (R1) (b)	Outras reclassificações (c)	Saldos reapresentados
Receita líquida de vendas e serviços	2.463.719	(31.384)	-	22.165	2.454.500
Custo dos produtos e serviços vendidos	(1.714.518)	25.888	-	(4.817)	(1.693.447)
Receitas (despesas) operacionais	(499.996)	3.763	(5.111)	(17.348)	(518.692)
Resultado financeiro	(103.930)	82	(6.213)	-	(110.061)
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.648	-	-	1.648
Provisão IR e CSLL	(69.494)	3	-	-	(69.491)
Lucro líquido do período	75.781	-	(11.324)	-	64.457

(iii) Demonstração do fluxo de caixa e Demonstração do valor adicionado

Os impactos nas demonstrações de fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado nas demonstrações financeiras não foram materiais.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) – Impostos Diferidos – Recuperação de Ativos Subjacentes

A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão)

O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre o Grupo.

IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação — Exigências Maiores para Divulgação de desreconhecimentos

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desreconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia entenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Com relação ao parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não há ressalvas, porém, foi relacionado o seguinte parágrafo de ênfase:

Demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na nota explicativa no 3.1(a), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Magnesita Refratários S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.21, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2013, os valores correspondentes referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Com relação ao parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não há ressalvas, porém, foi relacionado o seguinte parágrafo de ênfase:

Conforme descrito na nota explicativa no 3.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Magnesita Refratários S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com relação ao parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Magnesita Refratários S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não há ressalvas, porém, foi relacionado o seguinte parágrafo de ênfase:

Conforme descrito na Nota 3.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Magnesita Refratários S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial (Nota 3.12), uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magnesita foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM ("BR GAAP") e a Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 4.

Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 incluem as da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação no capital %		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Iliama II Trading (Sociedade Unipessoal) Lda.	100	100	100
Magnesita Finance Ltd., controladas e controladas em	100	100	

10.5 - Políticas contábeis críticas

conjunto (*)			100
Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH	100	100	100
MMD Araçuaí Holding Ltda.	90	90	-
Magnesita Insider Refratários Ltda.	100	100	100
MAG-Tec Ltda.	100	100	100
Metal Data S.A. - Metalurgia e Mineração	50	50	50
RASA - Refractarios Argentinos S.A.I.CyM e controlada	100	100	100
Refractarios Magnesita Colombia S.A.	100	100	100
Refractarios Magnesita Peru S.A.C.	100	100	100
Refractarios Magnesita Uruguay S.A.	100	100	100
Reframec Manutenções e Montagens de Refratários Ltda.	51	-	-
Dalian Magnesita Refractories Co. Limited	100	-	-

(*) A Companhia possui indiretamente investimento em empresa controlada em conjunto, 40% na Krosaki Magnesita Refractories LLC (Estados Unidos).

Os exercícios sociais das controladas diretas e indiretas são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma padronizada nas empresas consolidadas.

O processo de consolidação das controladas diretas e indiretas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

i. das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas;

ii. dos saldos de contas correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas, inclusive resultados não realizados; e

iii. identificação da participação dos acionistas não controladores.

Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração - Grupo de Controle responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada e controlada em conjunto, incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas usando a moeda funcional de cada entidade. As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Magnesita.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto com operações no exterior são convertidas para Reais (R$) de acordo com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, da seguinte forma:

i. Ativos e passivos pela taxa de fechamento na data do balanço;

ii. As mutações do patrimônio líquido no exercício pelas taxas vigentes nas datas em que ocorreram, sendo o patrimônio líquido inicial de cada balanço representado pelo patrimônio líquido do final do exercício anterior, conforme convertido naquela data;

iii. As receitas e despesas da demonstração do resultado pelas taxas médias do período; e

iv. As variações cambiais decorrentes dos itens (i), (ii) e (iii) acima são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão, dentro do grupo “Outros resultados abrangentes”.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

A variação cambial do investimento em controladas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia, é registrada em “outros resultados abrangentes”, e somente são registrados no resultado do exercício na proporção de eventual venda ou baixa por perda ou perecimento.

Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos e ativos não financeiros, como propriedades para investimento, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Outrossim, os valores justos de instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado são divulgados na Nota 7.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:
• No mercado principal para o ativo ou passivo; ou

10.5 - Políticas contábeis críticas

• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

• Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
• Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
• Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

O comitê de avaliação do Grupo determina as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados e disponíveis para venda, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para distribuição em operação descontinuada. O comitê de avaliação compreende a liderança do segmento de propriedades para investimento, a liderança da equipe interna de fusões e aquisições do Grupo, a liderança do departamento de administração de risco, diretores financeiros e gerentes de cada propriedade.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pelo comitê de avaliação, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

Em cada data de divulgação, o comitê de avaliação analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis do Grupo. Para fins desta análise, o comitê de avaliação confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com resgate em até 90 (noventa) dias, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor justo.

Ativos e passivos financeiros

Classificação e mensuração de ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

b. Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto

10.5 - Políticas contábeis críticas

aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a controladas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

c. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos circulantes, a menos que a administração não pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.
Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

(i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem

O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma

10.5 - Políticas contábeis críticas

queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Classificação e mensuração de passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a. *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

b. *Empréstimos e financiamentos*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem.

As variações cambiais no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no resultado.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo Magnesita avalia na data do balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos

10.5 - Políticas contábeis críticas

fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.

Instrumentos derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado. Apesar de utilizar os derivativos para fins de proteção, o Grupo Magnesita não faz uso da metodologia de contabilidade de cobertura.

As variações no valor justo desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, como resultado financeiro.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais aplicáveis. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de projeto, matérias primas, mão-de-obra direta e indireta, outros custos diretos e indiretos e as respectivas despesas diretas e indiretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, onde são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países onde se situam essas controladas, o Imposto sobre a Renda - Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculados com base no resultado, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação, inclusive pelas determinações do Regime Tributário de Transição (“RTT”), e são calculados às alíquotas vigentes (25% e 9%, respectivamente), conforme descrito na Nota 13. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Os passivos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos são integralmente reconhecidos enquanto que o ativo depende da probabilidade de sua realização.

10.5 - Políticas contábeis críticas

O reconhecimento dos créditos tributários é baseado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros elaborado e fundamentado em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O referido estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração.

Com a incorporação, pela Companhia, de empresa detentora de 10,97% do seu capital social, o ágio decorrente da aquisição destas ações, registrado no ativo intangível da incorporada, foi reduzido por provisão nos termos da Instrução CVM no 349/01, tendo sido constituída uma reserva especial em contrapartida do valor líquido incorporado. Quando utilizada para aumento de capital, a reserva beneficiará a todos os acionistas. O saldo líquido desse ágio representa o valor do benefício fiscal esperado quando da sua amortização e está classificado juntamente com os outros créditos tributários diferidos.

Investimentos

Investimentos em empresas controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados na controladora pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa ou receita operacional. As variações cambiais de investimentos em controladas no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, são registradas na conta “Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Investimentos em empresas controladas em conjunto

A Companhia mantém participação em *joint ventures*, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto de várias atividades da Companhia.

Os investimentos em sociedades controladas em conjunto são registrados e avaliados no consolidado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa ou receita operacional.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, o Grupo passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na

10.5 - Políticas contábeis críticas

demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil da antiga *joint venture* e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda da *joint venture*. Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, o Grupo contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição, ao custo histórico ajustado pelos efeitos da hiperinflação, uma vez que o Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente, enquanto o componente substituído é baixado. Os custos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos.

10.5 - Políticas contábeis críticas

O Grupo Magnesita agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e, quando aplicável, a variação cambial incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização; (c) os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. A exaustão das jazidas é calculada de acordo com o volume de minério extraído.
A vida útil e o valor residual dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados prospectivamente, quando for o caso. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Os ágios registrados no Grupo Magnesita são decorrentes de expectativa de rentabilidade futura e, conforme isenção prevista no IFRS 1, foram registrados como “ativo intangível”. Os ágios são expressos na moeda funcional da empresa que adquiriu o investimento, os quais geram variações cambiais que são registradas no Patrimônio Líquido, conforme definido no CPC 02.

O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional. As premissas utilizadas no teste de *impairment* estão demonstradas na Nota 19.

10.5 - Políticas contábeis críticas

(b) Softwares

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

(b) Softwares--Continuação

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis aos projetos e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo Magnesita, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para usá-lo;
- a administração pretende concluir o software e usá-lo;
- o software pode ser usado;
- o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e
- o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subseqüente.

Os custos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na Nota 18.

Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que tem vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do

10.5 - Políticas contábeis críticas

impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não-financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Provisões para demandas judiciais e ativos contingentes

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios (Nota 22):

- Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando obtido o trânsito em julgado favorável, sobre o qual não cabe mais recursos, caracterizando o ganho como certo.

- Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e previdenciárias - são constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

- Os passivos contingentes tributários e previdenciários classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras e aqueles classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

- Provisão para riscos trabalhistas - considera as ações em aberto e a média histórica de perdas

Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia e algumas de suas controladas participam de planos de pensão, administrados por entidades fechadas de previdência privada, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego.

O passivo apurado pelos atuários independentes relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.
Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada a benefício definido, representada pelos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, após efetuadas as contribuições, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Os critérios de reconhecimento e mensuração, bem como as premissas atuariais, estão apresentadas na Nota 23.

(b) Remuneração com base em ações

Funcionários (inclusive executivos sênior) do Grupo recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, o Grupo utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de

10.5 - Políticas contábeis críticas

desvalorização apropriado. O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.
Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações do Grupo), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em "despesas de pessoal" corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo Magnesita. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre entidades do Grupo Magnesita (consolidado).

O Grupo Magnesita reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo, e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo Magnesita, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo Magnesita baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

10.5 - Políticas contábeis críticas

a. Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

b. Venda de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

d. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

• quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
• quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
• quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Combinação de negócios

Combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2009

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação

10.5 - Políticas contábeis críticas

transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Demonstração do valor adicionado - DVA

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013 e reapresentação das demonstrações financeiras

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações que exigem a reapresentação dos valores correspondentes. Essas incluem o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas), o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (IFRS 11 - Acordos em Conjunto), o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19 - Benefícios a Empregados), o CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades), o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo) e as alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Contábeis (IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Contábeis). Os pronunciamentos novos ou revisados que tiveram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, e consequentemente, resultaram na reapresentação dos valores correspondentes como seguem:

(a) Negócios em conjunto e Investimento em coligada, em controlada e em empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia aplicou, a partir do exercício de 2013, o IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011, e incluído como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". Desta forma, como o método de consolidação proporcional não é mais permitido, a Companhia deixou de consolidar a controlada em conjunto Krosaki Magnesita Refractories LLC (Estados Unidos). Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2013, as participações na Krosaki

10.5 - Políticas contábeis críticas

Magnesita Refractories LLC (40%) estão sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Para fins de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012 foram ajustados considerando a referida mudança de prática contábil. A adoção do CPC 19 (R2) não gerou impacto nas demonstrações financeiras da controladora.

(b) CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados

A Companhia adotou o IAS 19 - “Benefícios a Empregados” (CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados), aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013.

Em decorrência da aplicação desta norma, o cálculo do custo de juros e o retorno esperado sobre os ativos dos planos de benefício definido foram alterados, e os efeitos estão refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para o exercício de 2012, os valores correspondentes estão sendo reapresentados para refletir esses efeitos retrospectivos.

(c) Outras reclassificações

A Companhia reavaliou a forma de apresentação do frete internacional, que antes era deduzido diretamente da receita líquida e agora está sendo reapresentado em despesas de vendas, e a participação nos resultados, que antes era integralmente classificada em despesas gerais e administrativas e agora está sendo realocada entre custo dos produtos e serviços vendidos, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas.

Nas demonstrações financeiras individuais, o único impacto decorrente da aplicação de novos pronunciamentos foi relativo ao CPC 33 (R1). Este impacto foi refletido na Demonstração de resultados abrangentes e na Demonstração do resultado do exercício.

Para fins de comparabilidade, os saldos individuais e consolidados de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012 foram ajustados conforme a seguir:

10.5 - Políticas contábeis críticas

(i) Balanço patrimonial

	Consolidado					
	31/12/2012					01/01/2012
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2) (a)	Saldos reapresentados	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2) (a)	Saldos reapresentados
Ativo						
Circulante	2.150.851	-21.907	2.128.944	2.063.992	-17.321	2.046.671
Não circulante	3.532.614	2.982	3.535.596	3.270.177	2.187	3.272.364
Realizável a longo prazo	53.870	-	53.870	149.213	-	149.213
Investimento	68.118	3.698	71.816	1.179	2.781	3.960
Imobilizado	1.083.211	-716	1.082.495	898.017	-594	897.423
Intangível	2.327.415	-	2.327.415	2.221.768	-	2.221.768
Total do ativo	5.683.465	-18.925	5.664.540	5.334.169	-15.134	5.319.035
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	708.867	-18.925	689.942	689.198	-12.883	676.315
Não circulante	2.163.739	-	2.163.739	1.991.810	-2.251	1.989.559
Patrimônio líquido	2.810.859	-	2.810.859	2.653.161	-	2.653.161
Total do passivo e patrimônio líquido	5.683.465	-18.925	5.664.540	5.334.169	-15.134	5.319.035

10.5 - Políticas contábeis críticas

(ii) Demonstração do resultado

	Controladora			
	31/12/2012			
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 33 (R1) (b)	Outras reclassificações (c)	Saldos reapresentados
Receita líquida de vendas e serviços	1.215.442	-	22.165	1.237.607
Custo dos produtos e serviços vendidos	-815.639	-	-4.817	-820.456
Receitas (despesas) operacionais	-291.354	-5.111	-17.348	-313.813
Resultado financeiro	-25.530	-	-	-25.530
Resultado de equivalência patrimonial	19.964	-6.213	-	13.751
Provisão IR e CSLL	-32.155	-	-	-32.155
Lucro líquido do período	70.728	-11.324	-	59.404

	Consolidado				
	31/12/2012				
	Saldos originais publicados	Alterações do CPC 19 (R2) (a)	Alterações do CPC 33 (R1) (b)	Outras reclassificações (c)	Saldos reapresentados
Receita líquida de vendas e serviços	2.463.719	-31.384	-	22.165	2.454.500
Custo dos produtos e serviços vendidos	-1.714.518	25.888	-	-4.817	-1.693.447
Receitas (despesas) operacionais	-499.996	3.763	-5.111	-17.348	-518.692
Resultado financeiro	-103.930	82	-6.213	-	-110.061
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.648	-	-	1.648
Provisão IR e CSLL	-69.494	3	-	-	-69.491
Lucro líquido do período	75.781	-	-11.324	-	64.457

(iii) Demonstração do fluxo de caixa e Demonstração do valor adicionado

Os impactos nas demonstrações de fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado nas demonstrações financeiras não foram materiais.

Pronunciamentos novos, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

10.5 - Políticas contábeis críticas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 - Tributos, a interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar tributos de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 poderá ter impactos imateriais na classificação e avaliação dos ativos financeiros do Grupo Magnesita, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

- IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32 - Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exeqüível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O Grupo não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

- IAS 39 - Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão da IAS 39 - Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O Grupo não renovou seus derivativos durante o exercício corrente. Contudo, essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia não espera que essas mudanças tenham impactos materiais em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas, revisões de normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo Magnesita.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo Magnesita faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimativa de ativos não financeiros

Anualmente, o Grupo Magnesita testa eventuais perdas (*impairment*) de ativos não financeiros tais como o ágio ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC), de acordo com a prática contábil apresentada na Nota 3.14 e premissas descritas na Nota 19. Os valores recuperáveis dos grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(b) Tributos sobre o lucro correntes e diferidos

O Grupo Magnesita está sujeito ao tributo sobre o lucro em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para tributos sobre o lucro nesses diversos países.

O Grupo Magnesita reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. O Grupo Magnesita revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo Magnesita utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando uma variação provável com base em índices do mercado e deterioração de 25% e 50% sobre o cenário provável, estão demonstradas na Nota 5.1.

(d) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo Magnesita determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo Magnesita considera as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 23.

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo relacionado com a dívida contratada para cobertura da insuficiência de reservas.

(e) Provisões para demandas judiciais

Como descrito na Nota 22, o Grupo Magnesita é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, ao Grupo Magnesita. A Administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(f) Mensuração a valor justo de propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2013. Para propriedades para investimento o avaliador utilizou técnica de avaliação com base no Método Evolutivo, no qual o valor do terreno foi obtido através da utilização do Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das benfeitorias através do Método da Quantificação do Custo de Benfeitorias.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As premissas adotadas para determinar o valor justo da propriedade para investimento são detalhadas na nota 16.

(g) Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento controlado em Conjunto, pelo CPC 36 (R3) Demonstrações consolidadas e pelo CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

(h) Transações com pagamentos baseados em ações

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 26.

(i) Mensuração ao Valor Justo da Contraprestação Contingente

Contraprestação contingente, proveniente de uma combinação de negócios, é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios. Se a contraprestação contingente for classificada como um derivativo, e, portanto, um passivo financeiro, deve ser subsequentemente remensurada ao valor justo na data do balanço. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. ***Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:***

a. ***grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las***

Na opinião dos diretores, a Companhia mantém controles internos administrativos e contábeis que asseguram um adequado domínio das operações e conseqüentes registros contábeis tempestivos e corretos, evitando, também fraudes e desperdícios. Além da estrutura administrativa e sistemas informatizados adequados, a Companhia conta com serviços de consultores especializados em cada área de atuação. A diretoria se envolve nas operações rotineiramente, sempre atentando para a conciliação das operações com as informações contábeis oficiais. Nenhum relatório oficial para a tomada de decisão é gerado fora do ambiente oficial da contabilidade, de forma a assegurar decisões fundamentadas sempre nos números oficiais, desenvolvendo a cultura de unicidade de informação para tomada de decisão. Quaisquer pontos de fragilidade de controle ou de erro de conciliação ou de contabilização apontados pelos auditores internos e/ou externos são estudados pela diretoria, que recomenda.

A Companhia busca continuamente melhorias e automatizações dos processos de controles internos geridos pela área financeira. Dentre as iniciativas em andamento, merece destaque o novo projeto de implantação e atualização de um sistema ERP (Enterprise Resource Planning), utilizando a solução integrada da SAP. A Companhia já possui a ferramenta em algumas de suas operações, porém está trabalhando no desenvolvimento de uma solução global, que trará maior agilidade nos processos, maior controle e gestão do orçamento de despesas e investimentos; políticas internas de pagamento e contratação de materiais e serviços.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A avaliação dos sistemas contábeis e de controles internos da Magnesita, conduzida pelos auditores independentes em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras, não foi efetuada para expressar uma opinião sobre a eficiência dos controles internos da Companhia e sim determinar a extensão da aplicação dos procedimentos de Auditoria.

A partir deste estudo, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. No entanto, na avaliação da Diretoria da Companhia, nenhuma das sugestões feitas pela auditoria externa foi considerada uma deficiência significativa dos sistemas contábeis e dos controles internos da Magnesita.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em 14 de fevereiro de 2011, a Magnesita Refratários S.A. (“Companhia”) realizou oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de sua emissão, tendo captado R$253.275.000,00 (“Oferta”), sendo que R$126.637.500,00 foram alocados à conta capital e R$126.637.500,00 foram alocados à conta reserva de capital. Adicionalmente, em 22 de fevereiro de 2010, nos termos do artigo 24 da Inst. CVM 400, a quantidade de ações ofertadas no âmbito da oferta (sem considerações adicionais) foi acrescida em 10%, ou seja, em 3.070.000 ações nas mesmas condições, totalizando R$25.327.500,00 sendo R$ 12.663.750,00 alocados à conta capital e R$12.663.750,00 alocados à conta reserva de capital. Os recursos líquidos da Oferta, deduzidas as comissões e despesas relacionadas, considerando as ações suplementares, totalizaram R$278.602.500,00

Buscando a adequação de sua estrutura de capital, a Companhia destinou 100% dos recursos líquidos provenientes da Oferta para a redução de seu endividamento bancário, por meio da liquidação parcial da Nota de Crédito à Exportação celebrada com o Itaú Unibanco em 20 de março de 2008, com saldo aberto em 31 de janeiro de 2011 de R$735.108.357,44 e a uma taxa de juros de CDI+2,75% (“NCE”), e renegociação do seu saldo em termos e condições mais adequadas e favoráveis para a Companhia. Com a quitação parcial da NCE, a Companhia visa acelerar a realização de investimentos e aumentar sua autossuficiência e verticalização em matérias-primas, através da expansão de suas atividades de mineração e produção de matérias-primas estratégicas.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:
a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
iv. contratos de construção não terminada
v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Na data-base de 31 de dezembro de 2013, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:
a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
b. natureza e o propósito da operação
c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Na data-base de 31 de dezembro de 2013, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. fontes de financiamento dos investimentos

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A tabela abaixo mostra nossos investimentos técnicos para o período encerrado em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

	Ano findo em 31 de dezembro de		
	2011	2012	2013
	Realizado		
(em milhões de reais)			
Manutenção	92,3	112,3	131,0
Expansão e Ganhos de Produtividade	73,5	126,4	37,9
Projetos de Mineração	5,1	18,6	35,6
Total	170,9	257,3	204,5

Para 2014, o investimento previsto é de aproximadamente R$ 170 milhões, sendo 75% em Manutenção em geral, Risco Operacional e Meio Ambiente e Segurança; por volta de 10% em Expansão e Ganhos de Produtividade e; em torno de 15% em Mineração.

Nossos dispêndios em projetos de investimento (Capex) podem ser classificados da seguinte forma:

Expansão e Ganhos de Produtividade. Estes investimentos incluem aqueles ligados a Expansão do Negócio, Ganhos de Produtividade e Receita. Ganhos de produtividade são aqueles investimentos relacionados com redução de custos de produção e despesas, e aumento de produtividade. Expansão são aqueles relacionados a aumento de nossas operações, tanto em nossos mercados chaves como em novos mercados, conforme traçado em nossa nova visão estratégica. Receita são investimentos feitos para aumentar nossa capacidade de produção, desenvolver novos produtos e aumentar a nossa fatia de mercado.

Manutenção. Os investimentos em manutenção incluem investimentos em Manutenção em geral, Risco Operacional e Meio Ambiente e Segurança.

10.10 - Plano de negócios

Manutenção em geral incluem os investimentos administrativos, renovação de nossas instalações, mobiliário, equipamentos de escritório, e também investimentos em tecnologia da informação, como equipamentos eletrônicos e softwares. Risco operacional são aquelas efetuadas para evitar a diminuição da capacidade de produção e garantir a continuidade da mesma, substituindo equipamentos obsoletos ou esgotados. Meio Ambiente e Segurança são tanto as despesas obrigatórias, relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis e despesas preventivas, e despesas preventivas, relacionadas às melhorias ergonômicas e investimentos em equipamentos para a suspensão de materiais pesados.

Projetos de mineração. Seguindo nossa estratégia em aumentar nosso portfólio de minerais industriais, esta linha esta relacionada a estudos, pesquisas e desenvolvimento destes projetos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia têm sido financiados através da geração de caixa operacional, além de linhas de crédito, conforme divulgado em suas Demonstrações Financeiras. Em 2012, a companhia investiu cerca de R$92,0 milhões no projeto de expansão em sua mina de Brumado (BA), aumentando sua capacidade produtiva de sinter de magnesita de alta pureza de 180 mil toneladas/ano, para 240 toneladas/ano. Parte do projeto foi financiada com linha subsidiada por banco de desenvolvimento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Apesar de não ser relevante, durante o 3º trimestre de 2013, o governo chinês da província de Shanxi, desapropriou as instalações onde está localizada a fábrica de refratários dolomíticos da Shanxi LWB Taigang Refractories Company Ltd. (“Shanxi”), em decorrência da construção de uma auto-estrada. Em razão desta desapropriação, as atividades da Shanxi possivelmente serão transferidas para uma nova área, gerando significativos investimentos e elevados gastos futuros. Desta maneira, o Grupo Magnesita decidiu por não aportar recursos nesta nova operação uma vez que, sob a ótica do retorno sobre este investimento, estes gastos não se justificariam.

Em acordo com o definido no CPC 36(R3) - Demonstrações Consolidadas, a Companhia revisou a relação entre poder e retorno sobre este investimento e concluiu não exercer mais controle sobre a Shanxi. Deste modo, durante o 3º trimestre de 2013, cessou-se a consolidação, bem como o reconhecimento da equivalência patrimonial. O valor justo deste investimento, avaliado na data como zero, foi reclassificado para o grupo de instrumentos financeiros destinados à venda e o impairment do investimento foi reconhecido no resultado financeiro do período no montante de R$ 14.200. No organograma do Grupo Magnesita a Shanxi pertence à Magnesita Finance Ltd., assim sendo, todo reflexo desta reclassificação afetou apenas as demonstrações financeiras consolidadas.

10.10 - Plano de negócios

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Aquisição da Reframec Manutenção e Montagens de Refratários Ltda

Em 28 de junho de 2013, concluímos a aquisição da Reframec Manutenção e Montagens de Refratários Ltda, empresa fundada em 2005 e líder em instalação e serviços de reparos em refratários utilizados na produção de cimento. A Reframec obteve um faturamento de R$24 milhões em 2012.

A Companhia pagou aproximadamente R$ 12 milhões para adquirir 51% do capital da Reframec. Os 49% restantes serão adquiridos em parcelas anuais baseadas em múltiplos fixos de EBIT nos próximos 4 anos, para uma média de múltiplos EBIT de aproximadamente 5x.

A aquisição está em linha com o novo plano estratégico da Magnesita e fortalece a liderança da Companhia em um dos seus mercados principais, soluções refratárias para segmentos industriais na América do Sul, com a extensão da sua oferta de serviços fora da indústria de aço.

Aquisição de capacidade produtiva na China

Em 05 de agosto de 2013, concluímos a aquisição de uma unidade de produção de refratários localizada na cidade de Dalian (Província de Liaoning, República Popular da China), com capacidade instalada de produção de até 50.000 tons/ano de tijolos refratários a base de magnésia carbono. A unidade adquirida foi nomeada *Dalian Magnesita Refractories ("DMR")*. O valor da transação é de aproximadamente US$ 22 milhões (incluindo passivos da DMR) e inclui todos os ativos e atuais funcionários da DRM.

A Companhia espera integrar a unidade e atingir capacidade máxima de 50.000 toneladas de refratários a base de magnésia-carbono em dois anos, com possibilidade de expansão futura. Com a DMR, a Magnesita aumentará sua capacidade de produção de tijolos refratários à base de magnésia carbono, com o objetivo de melhor suprir algumas geografias e segmentos onde a Companhia tem presença marginal hoje. A aquisição irá auxiliar dois pilares estratégicos da Companhia: crescer agressivamente, mas seletivamente e manter uma base global de custos competitivos. A China detém aproximadamente 25% das reservas mundiais de magnesita, sendo um local estratégico para produção de refratários.

10.10 - Plano de negócios

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Magnesita utiliza a mais avançada tecnologia em seus produtos e processos produtivos, e mantém significativos investimentos em tecnologia e eficiência operacional. A Companhia mantém modernas instalações para produção de produtos refratários, matérias primas, reciclagem de resíduos refratários utilizados por nossos clientes e treinamento intensivo de nossa força de trabalho, que permitem a produção de produtos tecnológicos e customizados para nossos clientes. Atualmente a Companhia mantém 3 Centros de Pesquisas e Desenvolvimento – um no Brasil, um nos Estados Unidos e um na Alemanha – que promovem o contínuo desenvolvimento de nossa tecnologia. O objetivo de cada Centro é desenvolver tecnologia em linhas específicas de produtos, além de trabalhar juntamente com a assistência técnica com o objetivo de desenvolver tecnologias ou adaptações de tecnologias para novos usos. Os Centros de Pesquisa juntamente com o intercâmbio de tecnologia de parceiros, como a Krosaki Harima Corporation, uma empresa japonesa líder na produção de refratários, nos permite aprimorar tecnologia, “know-how” e assistência técnica. A Companhia ainda mantém um treinamento intensivo para os pesquisadores, incluindo pós-graduações em grandes universidades no mundo, além de parcerias com centros técnicos em universidades para oferecer treinamento específico para nossos colaboradores. Anualmente, a Companhia gasta cerca de 1% de seu faturamento em pesquisas e desenvolvimento de novos produtos para melhorar a performance dos seus produtos.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional além dos citados nos outros itens desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 As projeções devem identificar:
a. objeto da projeção
b. período projetado e o prazo de validade da projeção
c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não realizou projeções nos 3 últimos exercícios sociais.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:
a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário
b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções
c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia não divulgou projeções nos 3 últimos exercícios sociais.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno.

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Os membros do Conselho de Administração possuem mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição, já os diretores possuem mandato de 3 anos, com o mesmo direito de serem reeleitos.

A Companhia possui, ainda, um Conselho Fiscal instalado em caráter permanente. Os membros do Conselho Fiscal possuem mandato até a primeira assembleia geral ordinária da Companhia que se realizar após a sua respectiva eleição, podendo ser reeleitos.

O Estatuto Social da Companhia permite a criação, pelo Conselho de Administração, de comitês que visam auxiliar o Conselho de Administração com atribuições específicas definidas pelo próprio Conselho de Administração. A Companhia possui o Comitê do Plano de Opção com o objetivo de implementar e administrar o plano de outorga de opção de compra de ação, como forma de recompensar executivos, empregados e prestadores de serviços pelo resultado e alcance de metas de longo prazo.

a. Atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 8 (oito) membros e igual número de suplentes, todos acionistas, eleitos pela assembleia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração serão Conselheiros Independentes, os quais devem ser expressamente declarados como tal na assembléia geral que os eleger.

O Conselho de Administração poderá, para seu assessoramento, determinar a formação de comitês técnicos ou consultivos, com objetivos e funções definidos e que poderão ser integrados por membros do Conselho de Administração ou terceiros indicados pelo Conselho de Administração.

Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, inclusive quanto à sua composição, funcionamento e, no caso de terceiros indicados pelo Conselho de Administração, sua eventual remuneração.

Além das demais matérias previstas em lei e no estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

a) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios;
b) eleger e destituir os diretores, fixar suas remunerações dentro do montante global fixado pela assembléia geral, bem como estabelecer-lhes atribuições eresponsabilidades específicas, observado o disposto no estatuto social da Companhia;
c) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, livros e papéis,

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
d) fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores e dos funcionários de escalão superior;
e) convocar a assembléia geral;
f) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
g) autorizar a emissão de novas ações ordinárias e bônus de subscrição, até o limite do capital autorizado, bem como deliberar sobre a aquisição de ações de sua emissão, seja para cancelamento ou permanência em tesouraria, e sua venda ou colocação no mercado, observadas as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e demais legislação aplicável;
h) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, ou em outro balanço intermediário, bem como determinar o pagamento de juros sobre capital próprio;
i) aprovar o Plano de Negócios e Orçamento Anual, qualquer revisão, alteração ou atualização do mesmo, bem como todos e quaisquer investimentos de capital ou despesas operacionais cujo valor exceder em 10% os montantes previamente aprovados no Plano de Negócios e Orçamento Anual para o respectivo exercício social;
j) aprovar a assunção de dívida ou a contratação ou concessão de empréstimos ou financiamentos (inclusive por meio de contratos de abertura de crédito, mútuos, arrendamento mercantil, compror e vendor e desconto ou cessão de recebíveis ou créditos) cujo valor seja igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por operação;
k) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato, por si ou por suas controladas, cujo valor seja igual ou superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
l) deliberar sobre a emissão, resgate antecipado e todas as demais condições de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, commercial papers, bônus e demais títulos destinados a distribuição pública ou privada, primária ou secundária;
m) aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza, por si ou por suas controladas, com os acionistas ou qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum de acionistas ("Afiliada"), bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza com qualquer administrador da Companhia ou seus respectivos cônjuges, parentes até segundo grau ou Afiliadas;
n) aprovar qualquer licenciamento, aquisição, alienação ou oneração de qualquer marca, patente, direito autoral, segredo de negócio, know-how ou outra propriedade intelectual, por si ou por suas controladas;
o) aprovar o ingresso, por si ou por suas controladas, em qualquer joint venture ou associação, incluindo a constituição de sociedades com terceiros;
p) aprovar a criação e extinção de controladas e a aquisição, alienação ou oneração, por si ou por suas controladas, de quaisquer participações, diretas ou indiretas, em quaisquer sociedades ou em consórcios;
q) aprovar a aquisição ou alienação, por si ou por suas controladas, de qualquer outro bem ou direito em valor igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), exceto se especificamente previsto no Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovados;
r) aprovar a constituição de qualquer ônus sobre qualquer bem ou ativo, bem como a concessão de qualquer garantia, real ou pessoal, inclusive aval, por si ou por suas controladas, em valor igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

s) aprovar a propositura de qualquer ação judicial (exceto ações tributárias) ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio, por si ou por suas controladas, envolvendo valor igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
t) aprovar a propositura de qualquer ação tributária ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio tributário, por si ou por suas controladas, envolvendo valor igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
u) definir e instruir o voto nas assembléias gerais, assembléias ou reuniões de sócio ou reuniões de órgãos de administração de qualquer controlada ou outra sociedade ou consórcio no qual a Companhia detenha, direta ou indiretamente, qualquer participação;
v) aprovar planos de participação nos lucros, inclusive qualquer plano de participação nos lucros exigido por lei;
w) selecionar e destituir os auditores independentes;
x) aprovar a implementação, alteração ou extinção de políticas contábeis, políticas de divulgação de informações e negociação de valores mobiliários, exceto conforme exigido por lei;
y) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e de qualquer comitê, conselho ou comissão estatutária, se houver; ez) deliberar sobre qualquer matéria submetida à apreciação do Conselho de Administração pela Diretoria.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é composta por um mínimo de 2 (dois) e um máximo de 15 (quinze) diretores, sendo um o Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e os demais diretores sem designação específica. Um dos diretores deverá ser eleito ou cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores, devendo tal circunstância constar da respectiva ata do Conselho de Administração que deliberar sobre a eleição dos membros da Diretoria.

Os diretores terão todos os poderes para gerir e administrar a Companhia, competindolhes:

a) a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele;
b) o cumprimento das atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e aquelas estabelecidas pelo Conselho de Administração; e
c) a execução do Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado.
As seguintes matérias também serão de competência da Diretoria da Companhia, como colegiado:
a) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
b) definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
c) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
d) aprovar o plano de cargos e salários da Companhia e seu regulamento, observada a competência do Conselho de Administração para fixar os critérios de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores e dos funcionários de escalão superior;
e) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

f) propor ao Conselho de Administração a criação, fixação da remuneração e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia;
g) aprovar a abertura ou encerramento de filiais e escritórios no Brasil (não sendo necessária a referida autorização no que se refere à abertura de filiais e escritórios no exterior); eh) decidir sobre os assuntos que não sejam de competência da assembléia geral ou do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia é composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, que funcionará em caráter permanente. Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira assembléia geral ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.
Compete ao Conselho Fiscal:
a) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
b) expor sua visão sobre o relatório da administração;
c) expor sua visão sobre as propostas dos órgãos da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis da assembleia geral;
d) denunciar aos órgãos de administração e à assembleia geral os erros, fraudes e crimes que descobrirem;
e) convocar a assembleia geral ordinária e extraordinária, se os órgãos de administração retardarem por mais de 30 dias essa convocação, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes que julgarem pertinentes;
f) analisar o balancete e as demais demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia

Comitê do Plano de Opção

O plano de opção de compra de ação é administrado pelo Conselho de Administração ou, a critério deste, por um Comitê formado por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo pelo menos um destes membro do Conselho de Administração. Os membros do Comitê não poderão se habilitar às opções de compra objeto do Plano.

Compete ao Comitê:

a) estabelecer os termos e as condições de cada opção do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, dentre eles: os beneficiários, o número de ações da Companhia objeto de outorga, o preço de exercício, o prazo inicial de carência o qual a opção não poderá ser exercida e a data limite para o exercício total ou parcial;
b) organizar e administrar o Plano de Compras de Ações e das outorgas de opções; c) alterar ou extinguir o Plano de Compras de Ações;
d) estabelecer regulamentação aplicável aos casos omissos do Plano de Compra de Ações;
e) prorrogar o prazo final para o exercício das opções vigentes;
f) estabelecer um percentual de acréscimo ou decréscimo do número base de opções outorgadas a cada beneficiário.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês
O Conselho Fiscal funciona em caráter permanente.
O Comitê do Plano de Opção foi criado em 24/03/2008, data em que também foram eleitos seus membros.
c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê
Os membros do Conselho Fiscal e do Comitê do Plano de Opção não são avaliados por um organismo formal.
d. Atribuições e poderes dos membros da diretoria

Compete ao Diretor Presidente:

a) convocar e presidir as reuniões de Diretoria;
b) coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria;
c) elaborar, em conjunto com o Diretor Financeiro, o Plano de Negócios e Orçamento Anual, para revisão e aprovação do Conselho de Administração;
d) fixar atribuições aos demais diretores não previstas no estatuto social da Companhia ou em resoluções do Conselho de Administração;
e) definir, juntamente com o Diretor Financeiro, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado, a estrutura de capital mais apropriada à Companhia, incluindo a seleção de instrumentos de dívida de curto e longo prazo e proposta de emissão de valores mobiliários;
f) submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requeiram exame e aprovação do Conselho de Administração;
g) se não tiver sido eleito o Diretor Financeiro e na falta de deliberação diversa do Conselho de Administração, cumular as funções do Diretor Financeiro ou atribuílas, no todo ou em parte, aos demais diretores;
h) exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Financeiro:

a) elaborar, juntamente com o Diretor Presidente, o Plano de Negócios e Orçamento Anual, para revisão e aprovação do Conselho de Administração;
b) coordenar e controlar o Plano de Negócios e Orçamento Anual;
c) administrar e controlar as reservas financeiras;
d) responder pela contabilidade e controladoria e pela contratação de auditores externos, observada a competência do Conselho de Administração para indicação dos auditores independentes;
e) preparar balancetes e demonstrativos de lucros e perdas, bem como o relatório anual e as demonstrações financeiras, anuais ou semestrais, os quais serão submetidos à Diretoria;
f) definir, juntamente com o Diretor Presidente, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado, a estrutura de capital mais apropriada à Companhia, incluindo a seleção de instrumentos de dívida de curto e longo prazo e a proposta de emissão de valores mobiliários;
g) substituir o Diretor Presidente em suas ausências;
h) exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Conselho de Administração.

Compete ao diretor que exercer ou cumular o cargo de Diretor de Relação com Investidores, representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais.

Compete aos demais Diretores:

Exercer as atribuições que lhes sejam cometidas pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da diretoria

Os diretores da Companhia são avaliados anualmente pelo Diretor Presidente. Essa avaliação identifica se as metas estabelecidas para o ano vigente foram cumpridas. O Diretor Presidente, por sua vez, é avaliado anualmente pelo Conselho de Administração de acordo com os resultados obtidos pela Companhia e que foram pré-estabelecidos no início do ano de avaliação. Os membros do Conselho de Administração e dos comitês não são avaliados por um organismo formal.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembléias gerais

a. Prazos de convocação

As assembleias gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, ou 8 (oito) dias, em segunda convocação.

b. Competências

Compete à assembleia geral, além das demais competências fixadas pela Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias:

a) aprovar o plano de outorga de opção de compra ou substituição de ações em favor dos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia;
b) aprovar a saída da Companhia do Novo Mercado;
c) escolher a instituição responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas no estatuto social, dentre as instituições indicadas pelo Conselho de Administração;

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os endereços aos quais os documentos da assembleia geral estão disponíveis são os seguintes:

• Endereço eletrônico: http://www.magnesita.com; http://www.cvm.gov.br; http://www.bmfbovespa.com.br.
• Endereço físico: Praça Louis Ensch, 240, Bairro Cidade Industrial, CEP 32210-050, cidade Contagem, Estado de Minas Gerais, Brasil.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos da lei, no caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, este não poderá proferir seu voto. Assim, a Companhia aplica o disposto na legislação, não admitindo, em regra, o voto de acionistas que tenham conflito de interesse.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Administração da Companhia não adota a prática de solicitar procurações aos acionistas da Companhia para o exercício do direito de voto em assembleias gerais.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

O acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador dos fundos de investimento representar os condôminos. Para tomar parte na assembleia geral, o acionista que for representado

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

por procurador deverá depositar na sede da Companhia, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores, o instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma do Artigo 126 da Lei da Sociedade por Ações. O acionista, seu representante legal ou procurador deverá comparecer à assembleia geral munido de documentos que comprovem sua identidade e seus poderes. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e áudio das assembleias.

i. *Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas*

Não há mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formulados por acionistas. A Companhia poderá atender tais solicitações, caso apresentadas e observadas as disposições legais e regulamentares.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	22/03/2014
		Hoje em Dia - MG	21/03/2014
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	11/04/2014
			12/04/2014
			15/04/2014
		Hoje em Dia - MG	10/04/2014
			11/04/2014
			12/04/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	16/03/2013
		Hoje em Dia - MG	16/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	04/04/2013
			05/04/2013
			06/04/2013
		Hoje em Dia - MG	04/04/2013
			05/04/2013
			06/04/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	11/12/2013
		Hoje em Dia - MG	11/12/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	O Tempo - MG	24/03/2012
		Valor Econômico - SP	24/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	03/05/2012
		Diário Oficial de Minas Gerais - SP	13/04/2012
		O Tempo - MG	13/04/2012
		Valor Econômico - SP	13/04/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial de Minas Gerais - MG	03/05/2012
		Diário Oficial de Minas Gerais - SP	30/04/2012
		O Tempo - MG	30/04/2012

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. frequência das reuniões

O Conselho de Administração se reúne sempre que necessário e, pelo menos, trimestralmente.

b. disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

No acordo de acionistas vigente, celebrado em 30 de agosto de 2007, aditado em 24 de janeiro de 2008 e 5 de novembro de 2008 ("Acordo de Acionistas"), há cláusulas que estabelecem restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto dos membros do Conselho de Administração.

O Acordo de Acionistas dispõe que os membros do Conselho de Administração nomeados pelos acionistas controladores devem exercer o seu direito de voto de forma a cumprir integralmente os termos do Acordo de Acionistas, inclusive no que se refere ao quorum qualificado para aprovação de determinadas matérias, conforme detalhado no item 15.5.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia observa o disposto na Lei nº 6.404/76 em relação ao conflito de interesses, sendo vedado a qualquer membro do Conselho de Administração votar ou atuar em operações nas quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Não há procedimento especial para identificação e administração de conflitos de interesses.

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5. **Descrição da cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem**

Conforme o artigo 42 de seu estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal devem resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Octavio Cortes Pereira Lopes	40	Pertence apenas à Diretoria	09/08/2012	09/08/2015
149.224.538-06	Empresário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	09/08/2012	Sim
Sr. Octávio foi eleito Diretor de Relações com Investidores em RCA realizada em 19 de outubro de 2012 até RCA de 08 de agosto de 2013, quando deixou de acumular o cargo.				
Otto Alexandre Levy Reis	45	Pertence apenas à Diretoria	09/08/2012	09/08/2015
870.903.097-20	Engenheiro	Diretor sem designação específica	09/08/2012	Não
Gilmar Fava Carrara	54	Pertence apenas à Diretoria	09/08/2012	09/08/2015
236.560.936-87	Administrador de Empresas	Diretor sem designação específica	09/08/2015	Não
Luis Rodolfo Mariani Bittencourt	47	Pertence apenas à Diretoria	09/08/2012	09/08/2015
642.154.076-72	Engenheiro	Diretor sem designação específica	09/08/2012	Não
Eduardo Guardiano Leme Gotilla	33	Pertence apenas à Diretoria	08/08/2013	09/08/2015
016.697.767-51	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	09/08/2013	Não
Desde 1º de abril de 2015, Eduardo acumula também o cargo de Diretor Financeiro da Magnesita.				
Luiz Gustavo Perrotti Rossato	34	Pertence apenas à Diretoria	15/10/2013	09/08/2015
294.971.098-06	Advogado	Diretor sem designação específica.	15/10/2013	Não
José André de Castro Alves	49	Pertence apenas à Diretoria	19/02/2014	09/08/2015
481.347.406-34	Geólogo	Diretor sem designação específica	19/02/2014	Não
Otávio Augusto Castro Lustosa Nogueira	35	Pertence apenas à Diretoria	19/02/2014	09/08/2015
719.280.903-97	Administrador de Empresas	Diretor sem designação específica	19/02/2014	Não
Rubens Mário Marques de Freitas	36	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
026.718.456-50	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2015	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Fersen Lamas Lambranho	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
667.308.057-49	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2015	Sim
Thiago Emanuel Rodrigues	33	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
730.653.826-87	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2015	Sim
Membro do Comitê de Stock Option.				
Danilo Gamboa	37	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
267.513.588-73	Empresário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2015	Sim
João Henrique Braga Junqueira	32	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
041.249.236-94	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2015	Sim
Eduardo Alcalay	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
148.080.298-04	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2015	Sim
Membro do Comitê de Stock Option.				
Santos de Araújo Fagundes	72	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
006.995.516-68	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2015	Sim
Nelson Rozental	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
346.167.137-15	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2015	Sim
Ricardo Propheta Marques	32	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
223.372.048-20	Empresário	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2015	Sim
Robert Frank Agostinelli	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
000.000.000-00	Banqueiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2015	Sim
Membro do Comitê de Stock Option				
Franz-Ferdinand Buerstedde	46	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
000.000.000-00	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2015	Sim
Alexandre Grzybowski	37	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
157.636.518-20	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2015	Não
Rodrigo Boscolo	30	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
224.588.358-64	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2015	Sim
Bernardo Guimarães Rodarte	36	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
030.562.756-28	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2015	Não

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Adilson Serrano Silva	66	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
044.926.418-15	Administrador	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	30/04/2015	Não
Álvaro Schocair de Souza Filho	36	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
264.406.358-24	Administrador	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	30/04/2015	Não
Leandro Marques de Oliveira Giachetto Millano	31	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
317.654.808-76	Analista	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	30/04/2015	Não
Ronaldo de Carvalho Caselli	40	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
251.194.798-63	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2015	Não
Alexei Ribeiro Nunes	46	Conselho Fiscal	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
848.478.327-87	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2015	Sim
Flávio Barretta Jr	54	Conselho Fiscal	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
317.960.609-68	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2015	Sim
Pedro Wagner Pereira Coelho	63	Conselho Fiscal	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
258.318.957-34	Administrador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/04/2015	Sim
Sergio Antonio Cordeiro de Oliveira	67	Conselho Fiscal	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
114.486.289-20	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2015	Sim
Jose Abramovicz	65	Conselho Fiscal	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
005.636.178-53	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2015	Sim
Ricardo Scalzo	59	Conselho Fiscal	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
370.933.557-49	Físico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2015	Sim
Rafael Ferraz Dias de Moraes	29	Conselho Fiscal	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2016.
348.306.208-46	Administrador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2015	Sim
Roberto de Magalhães Esteves	32	Conselho Fiscal	30/04/2015	Até a AGO que deliberar sobre as contas do exercício social
297.702.848-07	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2015	Sim

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Octavio Cortes Pereira Lopes - 149.224.538-06

Sr. Pereira Lopes é CEO da Magnesita desde Junho de 2012. É membro do conselho da GP Investments, onde já teve diversas posições, como managing director e sócio desde 1997. Entre 2004 e 2007, Sr. Pereira Lopes foi CEO da Equatorial Energia. Previamente ele foi membro do Conselho da Administração de diversas Companhias como Magnesita, BHG, San Antonio, Tempo, Equatorial, CEMAR, Allis, Gafisa e Submarino. Sr. Pereira Lopes é graduado em Economia pela Universidade de São Paulo e tem um MBA pela Wharton School at the University of Pennsylvania, do qual ele é membro do Conselho Executivo da América Latina.

O Sr. Lopes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Otto Alexandre Levy Reis - 870.903.097-20

Graduado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990). Seis anos de experiência na indústria de siderurgia e metalurgia. Treze anos de experiência como consultor do INDG no Brasil e exterior (EUA, Canadá, América Latina, Europa e Rússia) em vários segmentos da indústria: aço, alimentos, bebidas , automobilístico e setor financeiro. Diversos cursos de Management em instituiçoes tais como: Kellog, JUSE (Union of Japanese Scientists and Engineers), ASQ (American Society for Quality) e missões ao Japão em visitas a grandes empresas.

O Sr. REIS declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Gilmar Fava Carrara - 236.560.936-87

O Sr. CARRARA ingressou como Gerente de Vendas em 1997, tendo, posteriormente, exercido os cargos de Gerente de Conta, Gerente de Marketing e Superintendente Comercial, até Maio de 2010, quando se desligou da empresa. Ao voltar à Magnesita em Janeiro de 2011, reassumiu o cargo de Superintendente Comercial, o qual ocupou até a sua eleição para o cargo de Diretor sem designação específica, em 09 de Novembro de 2011. De 1º de junho de 2010 a 15 de Janeiro de 2011 ocupou o cargo de Diretor Comercial e Novos Negócios da empresa Santa Bárbara Engenharia S.A, sendo responsável pela prospecção de novos negócios, gerenciamento da carteira existente. Retornou como Superintendente Comercial e de Projetos Especiais, sendo responsável pela gestão da carteira de clientes existente da Magnesita, bem como da busca de novos negócios no Brasil e América Latina, sendo que estas atividades eram as mesmas do cargo de Superintendente Comercial, ocupado pelo Sr. CARRARA até Maio de 2010.

O Sr. CARRARA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luis Rodolfo Mariani Bittencourt - 642.154.076-72

Juntou-se a nós em 1986 como pesquisador de matérias-primas. Nos últimos 05 anos atuou na Magnesita Refratários S.A. como (i) gerente geral de tecnologia e minerais, (ii) superintendente geral de pesquisas em minerais e refratários, (iii) superintendente técnico e de matérias-primas, (iv) diretor técnico e de matérias-primas e (v) atualmente é responsável pelo departamento técnico global (minerais e qualidade) da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários), incluindo a gestão de pesquisa e desenvolvimento. Tem mais de 20 anos de experiência nas áreas de mineração e refratário, tendo trabalhado na Magnesita durante toda sua carreira. É bacharel em Engenharia de Minas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Engenharia Metalúrgica pela Universidade de Utah e doutor em Engenharia Cerâmica pela Universidade de Missouri.

O Sr. BITTENCOURT declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Eduardo Guardiano Leme Gotilla - 016.697.767-51

Eduardo Gotilla é Diretor Financeiro da Magnesita desde abril de 2015, e Diretor de Relações com Investidores desde agosto de 2013. Atua desde 2007 em empresas do grupo GP nvestments (San Antonio Internacional e GP Investimentos S.A.) em funções dedicadas a finanças corporativas e tesouraria. Anteriormente trabalhou na Opus Gestão de Recursos, Banco Pactual e Merrill Lynch. Graduado em Ciências Econômicas pela IBMEC-RJ.

O Sr. GOTILLA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luiz Gustavo Perrotti Rossato - 294.971.098-06

Formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, o Sr. Rossato é advogado com mais de 10 anos de experiência. O Sr. Rossato trabalhou em renomados escritórios de advocacia no Brasil, dentre os quais Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga advogados, onde participou de importantes operações em M&A, Mercado de Capitais e Direito Societário em geral, alem de experiências em escritórios internacionais (Nova Iorque e Milão). Foi também advogado da Abyara Planejamento Imobiliário até o início de 2008, quando ingressou na Magnesita Refratários. Na Companhia, o Sr Rossato é Diretor Global Jurídico e de Relações Institucionais, além de responsável pela área de Comunicação. Em 2012, recebeu o prêmio de "General Counsel of the Year - Latin America" pela International Law Office e pela Association of Corporate Counsel. Recentemente, participou do Advanced Management Program na Universidade de Wharton, nos Estados Unidos. O Sr. Rossato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José André de Castro Alves - 481.347.406-34

José André assumiu a Vice Presidente de Minerais a partir de Fevereiro de 2014. Geólogo pela Universidade Federal de Ouro Preto – Brasil, com mestrado em Geologia e Geoestatística, também em Ouro Preto, além de ter cursado MBA em Engenharia Econômica e Gerenciamento de Projetos na Fundação Dom Cabral, ele conta com mais de 25 anos de experiência em mineração, com passagem por importantes empresas do ramo, como MBR, Anglo American, Vale e, por fim, como Diretor de Minério de Ferro na B&A Mineração. José André é responsável por todas as atividades de mineração da América do Sul, incluindo a Diretoria de Operações de Matérias-Primas. O Sr. Alves declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Otávio Augusto Castro Lustosa Nogueira - 719.280.903-97

O Sr. Nogueira ingressou na Magnesita como Diretor Global de Gestão em Dezembro de 2013. Tem mais de 12 anos de experiência nas áreas de Operações, Gestão de Negócios e de Pessoas em diferentes setores como Telecomunicações, Logística, Consultoria de Recursos Humanos e Outsorcing em companhias como BCP Telecomunicações (atual Claro), ALL, Michael Page e Allis. Anteriormente, trabalhou como COO na Allis, uma investida da GP, entre 2009 e 2013, sendo responsável por um contingente de 15.000 funcionários e as áreas Comercial e de Operações. Otávio Nogueira é graduado em Administração de Empresas na Universidade Católica de Pernambuco e tem um MBA em Marketing pela FGV-RJ. O Sr. Nogueira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Rubens Mário Marques de Freitas - 026.718.456-50

Graduado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica, Rubens trabalhou como Diretor Comercial em 2009 e 2010 na Leitbom, uma das maiores companhias do setor lácteo no Brasil, pertencente a um fundo gerido pela GP Investimentos. Em 2010 e 2011, exerceu a função de Diretor Administrativo-Financeiro, sendo responsável pela Tesouraria, Controladoria, Planejamento Financeiro, TI e Jurídico, assumindo a função de responsável por novos investimentos e monitoramento de empresas do portfolio dos fundos geridos pela GP, de 2011 até o momento.

O Sr. Marques declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Fersen Lamas Lambranho - 667.308.057-49

Ingressou na GP Investments, Ltd. em 1998. É Co-Presidente do Conselho e Co-CEO da GP Investments, Ltd.. É atualmente membro do conselho de administração da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários), BR Malls Participações S.A. (gestão de shopping center), Allis Participações S.A. , San Antonio Internacional, Ltd. (serviços de petróleo e gás), Leitbom S.A. (laticínios), Estácio Participações S.A. (educação), BHG S.A. Brazil Hospitality Group (hotelaria) e BRZ Investimentos S.A. (investimentos). Anteriormente, atuou como membro do conselho de administração da Tele Norte Leste Participações S.A. (telecomuniações), Gafisa S.A. (construção civil), São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. (imobiliária), ABC Supermercados S.A. (supermercados), Playcenter S.A. (entretenimento), Shoptime S.A. (comércio), Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. – Farmasa (laboratório), BR Properties S.A. (imobiliária) e Americanas.com S.A. (comércio online). Ainda, foi CEO e membro do conselho de administração das Lojas Americanas S.A. (comércio).

Sr. LAMBRANHO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Thiago Emanuel Rodrigues - 730.653.826-87

Ingressou na GP Investments, Ltd. (gestão de investimentos) em 2006. Nos últimos 05 anos, atuou como (i) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários); e (ii) Diretor da GP Investments, Ltd. (gestão de investimentos). Atualmente, é membro do conselho de administração da Allis Participações S.A., Tempo Participações S.A. (serviços de saúde), e Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários). Atuou como membro do conselho de BR Properties S.A. (imobiliária). Trabalhou durante seis anos como associate na AIG Capital Partners (financeiro), filial do American International Group, Inc.

O Sr. RODRIGUES declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Danilo Gamboa - 267.513.588-73

Ingressou na GP Investments, Ltd. (gestão de investimentos) em 2004. Nos últimos 05 anos, atuou na GP Investments, Ltd. (gestão de investimentos), sendo que, desde 2006, é Diretor da GP Investments, Ltd. (gestão de investimentos). Atualmente, é membro do conselho de administração da Allis Participações S.A., LeitBom S.A., BRZ Investimentos S.A. (investimentos) e Fogo de Chão Churrascaria (Holding) LLC (alimentação). Atuou como membro do conselho de administração da Submarino S.A. (comércio online), Imbra S.A. (odontologia), LAHotels S.A. (hotelaria), ALL - América Latina Logística S.A. (logística), Tempo Participações S.A. (serviços de saúde), Hypermarcas S.A. e Gafisa S.A. (construção civil) O Sr. Gamboa é bacharel em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo, concluiu seu MBA no MIT Sloan School of Management.

Sr. GAMBOA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

João Henrique Braga Junqueira - 041.249.236-94

Ingressou na GP em 2008. Nos últimos 05 anos, exerceu o cargo de (i) consultor do time de estratégia da Accenture (consultoria), e (ii) associado da GP Investments. Ltd. (gestão de investimentos). Desde setembro de 2010, atua como Diretor Financeiro da GP. Atualmente, é membro do conselho de administração da BHG – Brazilian Hospitality Group (hotelaria). João Junqueira é bacharel em Engenharia de Materiais pela Universidade de São Paulo e concluiu o seu MBA na Wharton School of the University of Pennsylvania onde se graduou com honras.

Sr.JUNQUEIRA declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Eduardo Alcalay - 148.080.298-04

Ingressou como Diretor na GP Investments, Ltd. em 2005. Foi CEO da Estácio Participações S.A.. Atuou como membro do conselho de administração da Equatorial Energia S.A., LAHotels S.A., Magnesita Refratários S.A., Hopi Hari S.A., Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e Estácio Participações S.A.. O Sr. Alcalay nunca sofreu qualquer condenação ou processo administrativo da CVM e não tem grau parentesco com administradores da Companhia.

O Sr. Alcalay declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Santos de Araújo Fagundes - 006.995.516-68

Ingressou nas Empresas Brasif (importação, exportação, varejo, investimentos, imobiliário, sucroalcoleiro, entre outros) em 1965. Em 1980 assumiu o cargo de vice presidente o qual ocupou até 2010. Atualmente é diretor não executivo das Empresas Brasif e representa os interesses desta na diretoria de empresas nos setores sucroalcoleiro e imobiliário.

O Sr. SANTOS declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nelson Rozental - 346.167.137-15

É sócio da GP Investments Ltd (investimentos). É membro do conselho de administração da Magnesita Refratários S.A (refratários), ALL – América Latina Logística (transportes) e BRZ Investimentos S.A (investimentos). Atuou como membro dos conselhos de administração da Gafisa S.A (construção civil), Bahia Sul Celulose (papel e celulose), Light S.A (energia), Telemar Participações S.A (telecomunicações). Atualmente, é sócio da GP Investments, Ltd. e, antes de ingressar na GP, foi diretor do BNDES Participações S.A. (banco de fomento) e membro do conselho de administração da Fundição Tupy (industria de fundição), Bahia Sul Celulose (papel e celulose), Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (bolsa de valores), Iochpe Maxion e INSPR. Ele também foi membro da diretoria da Empresa Brasileira de Equity Partners Fund e do Brasil Private Equity Mutual Fund, além de ser um membro suplente do Conselho de Administração da Light e da Tele Norte Leste Participações S.A. É bacharel em Engenharia de Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-graduação na mesma universidade (COPPEAD-UFRJ).

O Sr. ROZENTAL declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Ricardo Propheta Marques - 223.372.048-20

Ingressou na GP Investments Ltd (investimentos) em 2002, onde trabalhou como analista e associado nos fundos de private equity. Nos últimos 05 anos, atuou como associado na área de longo prazo da BRZ Investimentos (investimentos), onde exerce funções de prospecção, execução e monitoramento de companhias e projetos. Foi membro do comitê de investimento e do conselho de administração da Magnesita Automatos International Ltd. (automações diversas), Lupatech S.A (bens industriais), Cia. Energética do Maranhão - Cemar (energia) dentre outros. Atualmente é membro de conselho de administração da Poit Energia (energia). Antes de ingressar na GP Investments Ltd, trabalhou como consultor na Booz Allen & Hamilton do Brasil (consultoria).

O Sr. MARQUES declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

Robert Frank Agostinelli - 000.000.000-00

Fundou o Rhône Group LLC, ou Rhône, em 1996. Nos últimos 5 anos, atuou como membro do conselho de administração da Magnesita Refratários S.A. e diretor da Venice Holdings s.r.l (holding). Antes de ingressar na Rhône, trabalhou no grupo bancário Lazard Frères & Co., LLC (financeiro), e, antes disso, no Goldman, Sachs & Co. (financeiro), e no Jacob Rothschild (financeiro). É bacharel pela St. John Fisher College e fez MBA na Columbia Business School.

O Sr. AGOSTINELLI declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processoadministrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Franz-Ferdinand Buerstedde - 000.000.000-00

Atualmente, é diretor da Industrial Sealing Solutions LLC (holding da UTEX Industries Inc.) e membro suplente do Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A. (produtos refratários). Nos últimos 5 anos, atuou na monitoração de diversos investimentos do Grupo Rhône em diversas indústrias, incluindo Almatis (produtos refratários) e LWB Refractories (produtos refratários). Antes de ingressar no Grupo Rhône, trabalhou no departamento de fusões e aquisições do Citigroup (financeiro). É mestre em Administração pela ESCP-EAP em Paris e mestre em Finanças pela London Business School.

O Sr. FRANZ declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Após a eleição como membro suplente do Conselho de Administração na AGE realizada em 10/11/2010, o Sr. Franz tem até 30 dias para tomar posse do cargo.

Alexandre Grzybowski - 157.636.518-20

Sócio, diretor de análise e membro do conselho de administração da Guepardo Investimentos. Anteriormente, Alexandre Grzybowski foi CIO e sócio fundador da Sunset Administradora de Recursos, integrou a equipe de gestão da Tarpon Investimentos e foi co-gestor na área de renda variável da GP Investimentos. Antes disso, foi analista de investimentos na Skopos e trader de derivativos no Banco Itaú BBA. É graduado em Engenharia Elétrica pela Poli–USP, com MBA em Derivativos pela BMF-FEA.

O Sr. Grzybowski declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Rodrigo Boscolo - 224.588.358-64

Rodrigo Boscolo se formou em administração pela Universidade de São Paulo com especialização pela Euromed Management, Marselha, França, e pela Wharton School, Universidade da Pensilvânia, Filadélfia, Estados Unidos. É associado da GP Investments desde 2010, tendo passado um período (2013-2014) em São Francisco, Califórnia, como Co-CEO da Tripeese, site de descontos, empresa que ajudou a fundar. De 2008 a 2010 foi consultor do The Boston Consulting Group em Nova York. O Sr. BOSCOLO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Bernardo Guimarães Rodarte - 030.562.756-28

Nos últimos 05 anos, trabalhou para SITA Corretora S/A (financeiro) como um gerente de operação. É bacharel em Administração de Empresas pela UNA (União de Negócios e Administração) e fez estudos especializados em mercados de capitais na London Business School.

O Sr. RODARTE declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Adilson Serrano Silva - 044.926.418-15

Cargo exercido em companhia fechada nos últimos 5 anos – Conselheiro da Total Alimentos, com funções típicas de conselho; tais como definição das diretrizes estratégicas, aprovação da estratégia e dos planos operacionais – avaliação e aprovação dos investimentos – Avaliação mensal dos resultados- fluxo de caixa, capital empregado etc – avaliação e aprovação dos projetos de melhoria – avalição e decisão das necessidades de empréstimos - bancários apreciação dos relatórios de auditoria e do processo de gestão de riscos. O Sr. SERRANO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Álvaro Schocair de Souza Filho - 264.406.358-24

Alvaro Schocair é um dos sócios fundadores da Bravia Capital e membro do comitê de investimentos. Bacharelado em Administração de Empresas pela FGV, possui 15 anos de experiência em investimentos como Administração de Portfólio e Analista. Além de participar na fundação de companhias como Tarpon Investimentos, Reebok Fitness Equipment e Chemhunter, Alvaro fez parte do Conselho de Administração da Springs Global, Coteminas e Tarpon Investment Group. Atualmente Alvaro é membro do Conselho de Administração da Odontoclinic SA. O Sr. SCHOCAIR declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Leandro Marques de Oliveira Giachetto Millano - 317.654.808-76

O Sr. Millano ingressou na Una Capital em março 2013 como analista de renda variável. Exerceu a mesma função em 2007 na Cox Capital, em 2008 na Dec Investimentos e em 2011 na Perfin Investimentos. Além disso atuou como coordenador de M&A e project finance na Glep Energias Renováveis. Graduado em engenharia metalúrgica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. O Sr. GIACHETTO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ronaldo de Carvalho Caselli - 251.194.798-63

Sócio e diretor de gestão da Consenso Investimentos desde 2008. Formado em Administração de Empresas pela FGV-SP e pós-graduação em Finanças e Cálculo Atuarial pela FEA-USP. Foi responsável pela gestão de fundos exclusivos do Banco Santander entre 2003 e 2007. Antes trabalhou na Sul America Investimentos e Brasilpar. O Sr. CASELLI declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Alexei Ribeiro Nunes - 848.478.327-87

Atua na área de consultoria tributária há mais de vinte anos, sendo atualmente sócio-diretor da Advalorem Consultoria Empresarial Ltda (consultoria). Antes de juntar-se a Advalorem Consultoria Empresarial Ltda,trabalhou na Coopers & Lybrand e Arthur Andersen (consultoria), onde atuou como diretor da área de tributos. No período de 1999 a 2001, ocupou a posição de Gerente Geral de tributos do Grupo Telemar Participações S.A (telecomunicações) e atuou como membro de Conselhos Fiscais de Empresas do Grupo.

O Sr. NUNES declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Flávio Barretta Jr - 317.960.609-68

Flávio Barretta Jr Iniciou sua carreira na PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes (auditoria) transferindo-se depois para Coopers & Lybrand (consultoria). Posteriormente foi Diretor Financeiro Adjunto do grupo francês Technip (óleo e gás) e, atualmente, é Diretor da Nexia Auditores e Consultores (consultoria).

O Sr. BARRETTA JR. declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Pedro Wagner Pereira Coelho - 258.318.957-34

Atuou na área de auditoria externa na Empresa PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes (auditoria), de outubro de 1978 a abril de 1981. É presidente do conselho fiscal da Magnesita Refratários S.A (refratários). Também foi presidente do conselho fiscal das Lojas Americanas S.A (comércio e varejo), Tele Norte Leste Participações S.A (telecomunicação), Telemar Participações S.A (telecomunicações), Tam S.A (transportes), e Enersul – Energética do Matogrosso do Sul (energia). Nos últimos 5 anos, atuou como sócio da Carpe Diem – Consultoria, Planejamento e Assessoria Empresarial Ltda. (empresa no ramo de atividade de Consultoria Fiscal e Contábil, Planejamento e Assessoria Empresarial, Empreendimentos e Participações).

O Sr. COELHO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Sergio Antonio Cordeiro de Oliveira - 114.486.289-20

No período de 1970 a 1997 atuou como Gerente de Contabilidade da Artex S.A. (têxtil), onde ocupou também a posição de Diretor no período de 1997 a 2000. A partir de 2000 atuou como Diretor Superintendente da Kuala S.A. (investimentos) e Diretor Presidente da Fundação Teófilo B. Zadrozny. Nos últimos 5 anos, atuou como Diretor Presidente da CDMA Participações S/A (diversões) e Diretor Presidente da LPS Participações S/A (investimentos). Também foi presidente do Conselho de Administração do Hopi Hari S.A (entretenimento).

O Sr. Oliveira não esteve, nos últimos 05 anos, sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Jose Abramovicz - 005.636.178-53

Foi Presidente / CEO de empresas nos setores de bens de consumo, serviços e produtos industriais, dentre as quais a Cia Fiat Lux de Fósforos de Segurança (bens de consumo), a Incepa Revestimentos Cerâmicos S.A (cerâmica), o Estaleiro Mauá S.A (logística) e Supertintas Litoverti (tintas em pó e vernizes industriais).

O Sr. ABRAMOVICZ, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Ricardo Scalzo - 370.933.557-49

Nos últimos 5 anos, atuou como consultor independente. Anteriormente, foi Gerente de Consultoria Financeira e Auditoria da Arthur Andersen (atual Accenture do Brasil Ltda.) (empresa de auditoria) de 1974 a 1982; Gerente de Controle Corporativo do Banco de Investimentos Garantia S.A (empresa de consultoria empresarial) desde 1982 até 1998; gerente geral da Varbra S.A (controladora da Lojas Americanas S.A) e Braco S.A (controladora da Companhia de Bebidas das Américas - AmBev) de 1998 a 2002; Atualmente é membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Lojas Americanas S.A (setor de varejo); All-America Latina Logística S.A (setor de logística); Tecnisa S.A (construção civil); Beneficência Médica Brasileira S.A; – Hospital e Maternidade São Luiz (setor hospitalar); foi, ainda, membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: Companhia de Bebidas das Américas – Ambev (setor de bebidas e distribuição); Contax S.A (serviços de telemarketing); Hopi Hari S.A. (entretenimento); Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (energia); e Equatorial Energia S.A (energia). É licenciado em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Sr. Ricardo não foi membro da administração (conselho de administração ou diretoria) de qualquer sociedade anônima de capital aberto. É membro certificado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (instituto sem fins lucrativos) desde outubro de 2009.

O Sr. SCALZO declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo
perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Rafael Ferraz Dias de Moraes - 348.306.208-46

Juntou-se à Guepardo Investimentos como Analista de Equities em abril de 2012. Antes disso, trabalhou como analista buy side na Funcesp, Gas Investimentos e Pátria Investimentos. É Graduado em Administração Pública pela FGV EAESP - SP. O Sr. MORAES declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Roberto de Magalhães Esteves - 297.702.848-07

Entrou na Guepardo Investimentos como sócio em 2009, tornando-se Diretor Operacional em 2011 e mantendo-se no cargo até o presente momento. O Sr. ESTEVES, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Idade**	**Data posse**	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		**Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações**			
Eduardo Alcalay	Outros Comitês	Outros	Administrador	29/04/2011	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2012
148.080.298-04	Comitê de Stock Option	Secretário	41	29/04/2011	
Membro do Conselho da Administração					
Eduardo Alcalay	Outros Comitês	Outros	Administrador	30/10/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2010.
148.080.298-04	Comitê de Stock Option	Secretário	41	30/10/2009	
Não se aplica.					
Eduardo Alcalay	Outros Comitês	Outros	Administrador	09/05/2013	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2014.
148.080.298-04	Comitê de Stock Option	Sem designação específica.	41	09/05/2013	
Membro do Conselho da Administração					
Fersen Lamas Lambranho	Outros Comitês	Outros	Empresário	29/04/2011	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2012.
667.308.057-49	Comitê de Stock Option	Coordenador	49	29/04/2011	
Presidente do Conselho					

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Idade**	**Data posse**	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		**Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações**			
Fersen Lamas Lambranho	Outros Comitês	Outros	Empresário	30/10/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2010.
667.308.057-49	Comitê de Stock Option	Coordenador	48	30/10/2009	
Presidente do Conselho da Administração					
Piero Paolo Picchioni Minardi	Outros Comitês	Outros	Engenheiro	29/04/2011	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2012.
051.575.478-11	Comitê de Stock Option	Membro efetivo	49	29/04/2011	
Não se aplica.					
Piero Paolo Picchioni Minardi	Outros Comitês	Outros	Engenheiro	30/10/2009	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2010.
051.575.478-11	Comitê de Stock Option	Membro Efetivo	49	30/10/2009	
Não se aplica.					
Robert Frank Agostinelli	Outros Comitês	Outros	Banqueiro	09/05/2013	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2014.
000.000.000-00	Comitê de Stock Option	Sem designação específica.	56	09/05/2013	
Membro do Conselho da Administração					

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Idade**	**Data posse**	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		**Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações**			
Thiago Emanuel Rodrigues	Outros Comitês	Outros	Coordenador	09/05/2013	Até a AGO da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício social findo em 31/12/2014.
730.653.826-87	Comitê de Stock Option	Coordenador	32	09/05/2013	
Membro do Conselho da Administração					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há qualquer relação conjungal, união estável ou parentesco entre (i) os administradores da Companhia; (ii) os administradores da Companhia e administradores de controladas, diretos e indiretos, da Companhia; (iii) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos e indiretos da Companhia; ou (iv) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladas e indiretas da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2012

Administrador do Emissor

Fersen Lamas Lambranho Presidente do Conselho da Adminsitração	667.308.057-49	Controle	Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc. Administrador	08.996.583/0001-64		

Observação

Administrador do Emissor

Thiago Emanuel Rodrigues Membro efetivo do Conselho da Administração	730.653.826-87	Controle	Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc. Administrador	08.996.583/0001-64		

Observação

Administrador do Emissor

Gustavo Abramides Bassetti Membro efetivo do Conselho da Administração	314.407.248-65	Controle	Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc. Associate	08.996.583/0001-64		

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Sergio Carvalho Dias Carneiro	095.389.967-55	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Associate			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eduardo Alcalay	148.080.298-04	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Nelson Rozental	346.167.137-15	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Robert Frank Agostinelli		Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Rearden L Holdings 3 A.S.R.L.	10.400.939/0001-05		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano	086.323.078-43	Controle	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Danilo Gamboa	267.513.588-73	Controle	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Henrique Braga Junqueira	041.249.236-94	Controle	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Ricardo Propheta Marques	223.372.048-20	Controle	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
BRZ Investimentos Ltda	02.888.152/0001-06		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Franz-Ferdinand Buerstedde		Controle	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
Rearden L Holdings 3 A.S.R.L.	10.400.939/0001-05		
Administrador			
Observação			

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do Emissor			
Fersen Lamas Lambranho	667.308.057-49	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Danilo Gamboa	267.513.588-73	Controle	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thiago Emanuel Rodrigues	730.653.826-87	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eduardo Alcalay	148.080.298-04	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano	086.323.078-43	Controle	Controlador Indireto
Membro efeitivo do Conselho da Administração			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Henrique Braga Junqueira	041.249.236-94	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Nelson Rozental	346.167.137-15	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Ricardo Propheta Marques	223.372.048-20	Subordinação	Controlador Indireto
Membro suplente do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
BRZ Investimentos Ltda	02.888.152/0001-06		
Diretor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Robert Frank Agostinelli		Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
Rearden L Holdings 3 A.S.R.L.	10.400.939/0001-05		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Franz-Ferdinand Buerstedde		Controle	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
Rearden L Holdings 3 A.S.R.L.	10.400.939/0001-05		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Octavio Cortes Pereira Lopes	149.224.538-06	Controle	Controlador Indireto
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Gustavo Abramides Bassetti	314.407.248-65	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho da Administração			
Pessoa Relacionada			
GP Capital Partners III, L.P., GP Capital Partners IV, L.P. e Grafita Holdings, Inc.	08.996.583/0001-64		
Associate			
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. ***Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.***

A Companhia contrata regularmente seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir o pagamento aos administradores da Companhia de indenização - até o limite da importância segurada - decorrente de perdas e danos impostos ao administrador por conta de reclamações – iniciadas em qualquer parte do mundo - decorrentes única e exclusivamente de sua condição de administrador da Companhia. A cobertura securitária se estende automaticamente aos administradores de qualquer subsidiária ou controlada nos termos da apólice de seguro, cobrindo custos de defesa em caso de um eventual processo judicial.

O valor total segurado por nosso atual seguro de Responsabilidade Civil de Administradores é de US$50.000.000,00, sendo que este valor é dividido em duas apólices celebradas com a Ace Seguros, cujo valor segurado é de US$25.000.000,00 a 1º risco, e com a Itaú Seguros, cujo valor segurado é de US$25.000.000,00, a 2º risco.

As apólices são emitidas em reais e os valores dos prêmios pagos para cada uma dessas apólices são os seguintes: (i) R$ 165.807,00 (já incluído o IOF) para o seguro contratado com a Ace Seguros; e (ii) R$ 96.298,00 (já incluído o IOF) para o seguro contratado com a Itaú Seguros, sendo certo que tais valores já foram integralmente quitados pela Companhia. As apólices vencem em 01 de julho de 2.014.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Nossas Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (accountability); e (iv) responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas no "Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa", adotamos as seguintes: (i) capital social dividido somente em ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os nossos acionistas; (ii) em caso de transferência de controle, deve ser feita oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista controlador alienante; (iii) contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros; (iv)· previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal; (v) pelo menos 20% (vinte por cento) dos membros do nosso Conselho de Administração serão conselheiros independentes; (vi) possuímos, por deliberação do nosso Conselho de Administração, uma política de negociação de nossos valores mobiliários, bem como uma política de divulgação de informações; e (vii) resolução de conflitos que possam surgir entre nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros do conselho fiscal, por meio de arbitragem.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração da Companhia é compensar seus administradores adequadamente pelo atingimento do desafio proposto a cada cargo e suas respectivas responsabilidades, visando sempre atrair e reter os melhores profissionais disponíveis no mercado. Para definição da Política de Remuneração da Companhia, foi utilizada como base a metodologia de pontos Hay, anualmente atualizada de acordo com a movimentação do mercado. Nossa política baseia-se em mantermos na média do mercado o valor da remuneração fixa, o pacote de benefícios oferecidos e na possibilidade de trabalharmos o diferencial na Remuneração Variável. O foco em Remuneração Variável está diretamente relacionado a um dos valores da Companhia que é a meritocracia através do compartilhamento do risco e do resultado da Companhia, além da existência de uma política de remuneração transparente e clara, através da qual os esforços dos profissionais são justamente recompensados.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus a apenas uma remuneração fixa mensal, cujos parâmetros são definidos em Assembléia Geral Ordinária, não havendo outros elementos, sejam eles da remuneração variável, benefícios ou incentivos de longo prazo.

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a apenas uma remuneração fixa trimestral, cujos parâmetros são definidos pela Assembleia Geral Ordinária, não havendo outros elementos, sejam eles da remuneração variável, benefícios ou incentivos de longo prazo.

A remuneração dos Diretores é composta por:

- **Remuneração Mensal Fixa** – estabelece o valor mensal a ser pago de acordo com a média praticada pelo mercado (Tabela Hay);

- **Remuneração Variável** – estabelece a recompensa por resultados alcançados durante o exercício. O valor é calculado sobre múltiplos salariais estabelecidos de acordo com a prática de mercado.

- **Pacote de Benefícios** – o pacote de benefícios busca atender, principalmente, as necessidades básicas oferecidas pelo mercado tais como: plano médico, dental, previdência privada, alimentação e seguro de vida. O objetivo é trabalhar na média do mercado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- **Incentivo de Longo Prazo** – através de um programa de *stock option*, a Companhia visa incentivar seus executivos a buscar resultados e objetivos no longo prazo, através da concessão da oportunidade de se tornarem acionistas, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses da Companhia e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

Na presente data, o único comitê instalado na Companhia é o Comitê do Plano de Opção, cujos membros não fazem jus a qualquer tipo de remuneração em virtude da participação no referido comitê.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Para o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, a remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total.

Para a Diretoria, no último ano, a proporção foi de[1]:

- Remuneração mensal fixa – 35% da remuneração total;
- Remuneração Variável Curto Prazo – 23% da remuneração total;
- Pacote de Benefícios – 7% da remuneração total; e,
- Incentivo de Longo Prazo – 35% da remuneração total.

Esses percentuais podem variar em função de mudanças nos resultados obtidos pela Companhia no período, dado o componente de compartilhamento de riscos e resultados existente na remuneração variável.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

- Remuneração mensal fixa – valores atualizados anualmente de acordo com a tabela Hay, que é elaborada pela Consultoria Hay Group, baseando-se em metodologia própria de coleta de dados e analise de mercado. A Consultoria Hay Group elabora anualmente uma escala salarial para todas as posições equivalentes comparadas ao mercado inserido, chegando, por meio de pesquisa salarial em empresas do mesmo setor e localizadas em uma mesma região, na variação percentual da remuneração de um dado cargo (tais como, gerentes, coordenadores, analistas, diretores, dentre outros).
- Remuneração Variável – valores estipulados e alterados pela média de mercado, de acordo com a tabela Hay mencionada acima. Adicionalmente, a situação econômica do mercado em que estamos inseridos também é avaliada anualmente ao início de cada exercício fiscal para fins de cálculo da remuneração variável;

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- Pacote de Benefícios – valores atualizados de acordo com (i) os indicadores econômicos do mercado, como o Índice Geral de Preços – Mercado ("IGPM"); e (ii) a tabela Hay mencionada acima, meio pelo qual a Companhia acompanha a média de pacote de benefícios utilizado pelo mercado; e,
- Incentivo de longo prazo – o programa de distribuição de ações é avaliado e aprovado por Comitê específico que aprova e define as regras para o programa bem como o preço ao qual a ação será oferecida. Os critérios de definição de número de ações a serem distribuídos são definidos pelo nível hierárquico, como diretores, gerentes e coordenadores e todo o programa está vinculado a permanência na empresa, sendo que a cada ano o beneficiário do plano de incentivo de longo prazo passa a ter direito a 20% do total de ações distribuídos para cada grupo.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

O alinhamento aos valores da Companhia e à cultura de seu acionista controlador (meritocracia) é o principal fator que define a estratégia de remuneração. Adicionalmente, é observada a prática de mercado e a metodologia Hay descrita acima. Toda composição da remuneração é vinculada a uma comparação com a prática de mercado buscando fortalecer a cultura e filosofia da empresa que premia o desempenho individual que mais contribui para elevar os resultados da empresa.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a determinação de todos os itens de remuneração, é levada em consideração a performance individual, a qual é mensurada a partir do cumprimento de metas anuais que deverão ser acompanhadas e avaliadas mensalmente. Essas metas devem ter cunho quantitativo, qualitativo e projetos, que visam alavancar o negócio e o desempenho da Companhia.

As metas são estipuladas através da definição estratégica do negócio buscando garantir (i) o cumprimento da rentabilidade através do Ebitda, (ii) a receita liquida atrelada a sustentabilidade do negócio, bem como (iii) controles de todo custo e gastos da empresa. Estas metas são refletidas e desdobradas para todos os níveis da organização.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Toda e qualquer mudança nos itens que compõem a remuneração estão diretamente vinculadas ao desempenho individual e aos resultados obtidos pela Companhia. Como

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

exemplo, podemos citar a remuneração variável que, por meio de metas estipuladas, é definida uma curva de premiação que varia de acordo com o resultado obtido no conjunto das metas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração fixa e variável busca reter os melhores profissionais da Companhia e estimula a melhoria dos resultados, sendo que a remuneração fixa, pela sua característica imediatista, premia o desempenho a curto prazo, já a remuneração variável através de sua vinculação a metas especificas da organização visa premiar os objetivos a curto e médio prazo. A política de compra de ações (*stock option*) visa alinhar a remuneração dos executivos à melhor *performance* das ações de emissão da Companhia a longo prazo

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração aos administradores da Companhia que seja suportada por suas subsidiárias e controladas ou por seus controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	10,00	5,00	23,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	461.865,30	6.319.000,00	236.700,00	7.017.565,30
Benefícios direto e indireto	0,00	1.200.185,00	0,00	1.200.185,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.594.000,00	0,00	9.594.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	3.838.053,04	0,00	3.838.053,04
Observação				
Total da remuneração	461.865,30	20.951.238,04	236.700,00	21.649.803,34

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	12,08	5,00	25,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	417.678,16	6.962.000,00	178.028,40	7.557.706,56
Benefícios direto e indireto	0,00	1.422.011,35	0,00	1.422.011,35
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.470.403,82	0,00	4.470.403,82
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	6.757.634,27	0,00	6.757.634,27
Observação				
Total da remuneração	417.678,16	19.612.049,44	178.028,40	20.207.756,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	15,00	5,00	28,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	405.161,55	7.098.833,33	180.995,54	7.684.990,42
Benefícios direto e indireto	53.415,83	1.231.944,95	0,00	1.285.360,78
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.157.260,50	0,00	5.157.260,50
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	6.583.132,88	0,00	6.583.132,88
Observação				
Total da remuneração	458.577,38	20.071.171,66	180.995,54	20.710.744,58

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	12,00	5,00	24,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	462.684,07	6.960.039,16	178.028,40	7.600.751,63
Benefícios direto e indireto	0,00	1.197.459,92	0,00	1.197.459,92
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	1.631.013,06	0,00	1.631.013,06
Observação				
Total da remuneração	462.684,07	9.788.512,14	178.028,40	10.429.224,61

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
a. Órgão
b. número de membros
c. em relação ao bônus:
1. valor mínimo previsto no plano de remuneração
2. valor máximo previsto no plano de remuneração
3. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
4. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
d. em relação à participação no resultado:
1. valor mínimo previsto no plano de remuneração
2. valor máximo previsto no plano de remuneração
3. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
4. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Remuneração variável prevista para o exercício social a se encerrar em 31/12/2014				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8	13	5	26
Bônus				0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	6.715.800,00	0	6.715.800,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	14.391.000,00	[0,00]	14.391.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0	9.594.000,00	[0,00]	9.594.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	9.594.000,00	0	9.594.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável exercício social encerrado em 31/12/2013				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8	12,08	5	25,08
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	6.407.100,00	0	6.407.100,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	13.729.500,00	[0,00]	13.729.500,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0	9.594.000,00	[0,00]	9.153.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	4.470.403,82	0	9.153.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social a se encerrar em 31/12/2012				
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	8	5	15	28
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	3.610.082,35	3.610.082,35
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	7.735.890.75	7.735.890.75
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	5.157.260,50	5.157.260,50
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	5.157.260,50	5.157.260,50
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2011				
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	7	5	12	24
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	5.028.382,00	5.028.382,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	[0,00]	10.775.104,00	10.775.104,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	[0,00]	7.743.403,00	7.743.403,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	[N/A]	[N/A]	[N/A]	[N/A]
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

[Obs.: Tendo em vista que, nos termos da política interna da Companhia, o pagamento da Remuneração Variável com relação a um exercício social é feito somente no mês de maio do ano subsequente, os valores acima relacionados referem-se a provisão e, não necessariamente aos valores efetivamente pagos.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

A Companhia conta com um Plano de Opção de Compra de Ações (o "Plano de Opções"), pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia os seus administradores, empregados e prestadores de serviços, bem como aqueles das sociedades controladas pela Companhia (os "Beneficiários"). Atualmente, 47 pessoas, dentre administradores e empregados, detêm opções de compra de ações da Companhia.

O Plano de Opção foi aprovado em Assembleia Geral realizada em 24 de março de 2008. O Conselho de Administração é responsável por administrar o Plano, com amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do Plano. O Conselho de Administração pode ainda optar por delegar suas funções a um Comitê específico, composto por 3 membros, os quais não serão elegíveis a receber opções. Atualmente, o Comitê do Plano de Opções encontra-se instalado e cumprindo as funções e competências que são previstas pelo Plano de Opções e que foram delegadas pelo Conselho de Administração.
Sendo assim, o Comitê do Plano de Opções é responsável por realizar as outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações ("Programas"), onde são definidos os Beneficiários, o número total de ações objeto de outorga, a divisão das opções em lotes, o preço e o prazo de exercício, eventuais restrições às ações adquiridas e disposições sobre as penalidades aplicáveis.

Os Beneficiários contemplados pelas outorgas devem celebrar Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contratos") com a Companhia, por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do Plano e do Programa correspondente.

Cada uma das opções outorgadas pela Companhia dá o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Foram aprovados pelo Comitê do Plano de Opções, oito programas para outorga de opções, lançados respectivamente nas seguintes datas: 28 de março 2008 ("1º programa"), 02 de março de 2009 ("2º programa"), 1º de outubro de 2009 ("3º programa"), 20 de abril de 2011 ("4º programa"), 22 de junho de 2012, às 18h30

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

("5º programa") e às 19h30 ("6º programa"), 25 de fevereiro de 2013 ("7º programa") e 24 de outubro de 2013 "8° programa") .

Atualmente estão em vigor os 1º, 2º, 5º, 6º, 7º e 8º Programas. Desses, compõe a remuneração da Diretoria Estatutária apenas os Programas 5º, 6º e 7º. Vale destacar que em 2012 os beneficiários dos 1º, 2º, 3º, e 4º Programas foram convidados a substituir suas respectivas opções por opções do 5º Programa (ou seja, seguindo as regras deste último). Isso explica o fato de não haverem mais Diretores Estatutários nos quatro primeiros programas da Companhia

As condições dos Programas aprovados pelo Comitê do Plano de Opções são substancialmente similares e encontram-se descritas em maior detalhe nos subitens abaixo. As condições das outorgas individuais realizadas nos Contratos celebrados com cada Beneficiário são também substancialmente similares, podendo, contudo variar ou incluir certas condições específicas, especialmente com relação à possibilidade de exercício das opções, tendo em vista as particularidades das funções específicas desempenhadas por determinados Beneficiários e a necessidade de alinhamento de incentivos necessários ao desempenho de tais funções específicas.

Com relação ao exercício social corrente, não há expectativa de aprovação de novos Programas. Da mesma forma, não se espera que as condições das atuais outorgas ou de eventuais outorgas futuras de opções venham a diferir substancialmente daquelas que são descritas neste Formulário de Referência.

a. principais objetivos do plano

O principal objetivo do plano é conceder aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, a oportunidade de se tornarem acionistas, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos demais acionistas e da Companhia no longo prazo.

b. forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem acionistas da Companhia, em condições potencialmente diferenciadas, cria-se um ambiente favorável a um maior comprometimento com a criação de valor, com incentivos para que o exercício da função e atividades do pessoal-chave da Companhia seja mais efetivo e direcionado ao atendimento dos interesses dos acionistas e da Companhia. Assim, é possibilitada a criação de maiores sinergias entre o grupo

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

de colaboradores e o grupo de acionistas da Companhia, podendo propiciar a maximização dos resultados da Companhia no longo prazo.

Adicionalmente, a Companhia entende que o Plano de Opção cumpre importante função como mecanismo de retenção de administradores e colaboradores, diante dos incentivos ao compartilhamento da valorização das ações da Companhia e à possibilidade de obtenção de ganhos condicionados à permanência do vínculo com a Companhia no longo prazo.

c. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opções insere-se na política da Companhia de criar incentivos para a criação de valor no longo prazo, fazendo com que a remuneração seja composta, em parte substancial, por elementos que a vinculem ao desempenho da Companhia. A Companhia entende que a remuneração dos administradores deve representar um pacote atrativo, mas que também estimule a retenção de talentos no longo prazo e que crie incentivos para que os ganhos mais relevantes sejam compartilhados com os acionistas da Companhia.

Para determinar aqueles Beneficiários que farão jus à outorga de opções, os principais fatores que são levados em consideração resumem-se à análise em dois focos, a saber: o cargo ocupado e a pessoa do beneficiário. A análise do cargo ocupado considera se a posição do Beneficiário é estratégica para a Companhia enquanto organização, a medida em que tal posição implica responsabilidade pelos resultados da Companhia e a abrangência das competências inerentes a tal posição, bem como a medida em que elas impactam o desempenho financeiro da Companhia. Para a avaliação dos Beneficiários enquanto indivíduos, são considerados o alinhamento da pessoa com a cultura e os valores da Companhia, a medida em que tal pessoa contribuiu para os resultados da Companhia e teve desempenho satisfatório, sua importância diante da política de retenção de talentos e a opinião da Diretoria sobre tal pessoa, que deverá representar um consenso no sentido de que àquela pessoa devem ser outorgadas opções.

Com base na análise e avaliação destes critérios, o Comitê do Plano de Opções determina aqueles que receberão opções de compra de ações, bem como o volume das outorgas individuais de cada Beneficiário.

d. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Espera-se que os Beneficiários do Plano de Opções estejam alinhados com os interesses dos acionistas em diferentes horizontes de tempo, porém como foco principal no longo prazo. As outorgas e os Programas correspondentes foram estruturados de maneira a prever mecanismos de incentivos constantes, para que os ganhos da Companhia sejam maximizados no curto, médio e longo prazos.

Ao instituir a necessidade de destinação de um percentual dos valores pagos a título de variável ou participação nos lucros, bem como dos dividendos, para o exercício de opções e, consequentemente, à aquisição de ações de emissão da Companhia, os administradores são estimulados a comprometer seus recursos imediatamente disponíveis, vinculando-os no curto prazo.

Ao mesmo tempo, essas ações deverão permanecer com os Beneficiários durante o período de restrição à transferência de ações adquiridas pelo Plano (períodos de *lock-up*, conforme explicado no item "l" abaixo). O escalonamento de prazos de carência a partir dos quais as opções se tornam exercíveis também permite que os Beneficiários apenas possam auferir todo o benefício ao longo do tempo, o que se complementa com base nos períodos de *lock-up* aplicáveis às ações adquiridas com base no exercício das opções correspondentes a cada lote.

Outro mecanismo de vinculação que permite o alinhamento de interesses num prazo mais curto é o fato de que o preço de exercício das opções é deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia desde a data de outorga das opções. Desta forma, espera-se que a cada ano os Beneficiários atuem para maximizar o desempenho da Companhia, para que assim possam conseguir uma dedução maior com relação ao preço de aquisição e/ou subscrição das ações correspondentes.
Assim, espera-se que os Beneficiários sejam constantemente e a cada ano estimulados ao exercício das opções, permanecendo assim vinculados enquanto não puderem alienar as correspondentes ações. Portanto, espera-se que os Beneficiários atuem para a maximização de valor desde o curto prazo, mas sempre com vistas ao objetivo maior de valorização das ações no longo prazo, possibilitado pela existência de prazos de carência para o exercício das opções e de períodos de restrição à disponibilidade das ações. Desta forma, os Beneficiários deverão estar alinhados com a construção de resultados sustentáveis e crescentes no médio e longo prazo, para que o valor da Companhia cresça ao longo dos períodos referidos, impactando diretamente o valor das ações de que os Beneficiários são titulares.

e. número máximo de ações abrangidas

A quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções equivale a 6% do capital social da Companhia, já considerado o efeito da

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

diluição decorrente do exercício de todas as opções. Na data desta Proposta, este montante corresponde a 17.440.670 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a quantidade máxima de ações correspondentes às opções que foram outorgadas à Diretoria Estatutária e ainda não exercidas, já descontadas as opções perdidas, sob os Programas em vigor, corresponde, nesta data, a 7.342.199 ações ordinárias de emissão da Companhia.

f. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme informado no subitem "f" acima, a quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opções equivale a 6% do capital social da Companhia, já considerado o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções. Na data desta Proposta, este montante corresponde a 17.440.670 ações ordinárias de emissão da Companhia.

g. condições de aquisição de ações

As opções devem ser adquiridas pelo preço de exercício que venha a ser definido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Plano de Opções em cada Programa, com base nos critérios detalhados no subitem "i" abaixo, devendo tal preço ser liquidado nas condições descritas no subitem "k" abaixo.

Em todos os Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência, as opções outorgadas foram divididas em 5 lotes anuais iguais, cada um deles equivalente a 20% do total das opções outorgadas, sendo o primeiro lote exercível sempre a partir do primeiro aniversário da data de outorga (e assinatura do Contrato correspondente) e os demais a partir dos subsequentes aniversários desta data, devendo o Beneficiário permanecer no desempenho de suas funções para que possa exercer as opções, exceto nos casos indicados no subitem "n" abaixo. O prazo final para exercício das opções componentes de cada lote anual é de 10 anos contados da data em que tal lote tornar-se exercível.

Ainda, o Beneficiário é obrigado a destinar ao menos 50% do valor por ele recebido como variável ou participação nos resultados anual ao exercício de opções, bem como 50% dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia, em ambos os casos sob pena de perder o direito a exercer todas as opções até então disponíveis. Este montante poderá ser reduzido de valor igual ao montante de recursos próprios que o Beneficiário venha a destinar para exercer as opções, no período de até um ano antes do recebimento de seu variável e dos dividendos. Entende-se que a exigência de destinação de variável e dividendos representa mecanismo para que os Beneficiários efetivamente demonstrem comprometimento com a Companhia e disposição em utilizar seus

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

recursos para adquirir ações de sua emissão, caso deseje continuar fazendo jus ao benefício potencial futuro.

O Comitê do Plano de Opções pode eventualmente fixar condições diferenciadas, com base nas competências que lhes são outorgadas pelo Plano de Opções. Além disso, algumas das outorgas já existentes contêm certas condições diferenciadas, que se referem essencialmente à possibilidade de exercício das opções apenas e na medida em que seja verificada não apenas a permanência do Beneficiário no desempenho de suas funções, mas também a permanência em posição ocupada em localidade geográfica específica considerada estratégica aos negócios da Companhia.

Excepcionalmente, no ano de 2009, o Comitê do Plano de Opções, tendo em vista as excepcionais condições de mercado existentes, permitiu que as ações adquiridas no mercado pelos Beneficiários do 1º Programa fossem imputadas à obrigação de destinação mínima de bônus, conforme descrita acima, de forma que as ações correspondentes ficassem sujeitas às condições do 1º Programa e Contratos correspondentes. Foram incluídas nesta permissão as ações adquiridas no mercado desde a data de aprovação do 1º Programa até 90 dias após o pagamento de bônus ao Beneficiário. O Comitê entendeu que esta permissão justificou-se, diante das condições de mercado naquele momento específico, para permitir que os Beneficiários cumprissem com a regra que determina a destinação de bônus, mantendo íntegros os objetivos do Plano de Opções em promover o comprometimento de recursos dos Beneficiários com ações da Companhia.

h. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Como regra geral, o preço de exercício das opções deve ser equivalente ao valor médio das ações da Companhia nos 30 pregões anteriores à outorga das opções, realizados no âmbito da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Valor de Mercado”), sujeito à correção monetária com base na variação de índice de preços a ser definido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Plano de Opções. Poderá ser concedido um desconto de até 10% sobre o Valor de Mercado, na fixação do preço de exercício das opções.

O preço de exercício das opções outorgadas e ainda não exercidas será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia por ação, a partir da data da outorga.

Entende-se que a fixação do preço de exercício equivalente ao Valor de Mercado é necessária para melhor alinhar os interesses dos Beneficiários em gerar valor

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

para os acionistas da Companhia: os seus ganhos serão obtidos na medida em que as ações da Companhia se valorizem no mercado. A possibilidade de correção monetária existe para que o preço de exercício não seja defasado e não passe a representar um valor muito baixo ao Beneficiário.

Já a concessão de descontos possibilita que os Beneficiários possam adquirir ações a um preço mais atrativo e assim efetivamente comprometer seus recursos com o Plano de Opções, de maneira a viabilizar seus objetivos com maior eficácia. A dedução de juros sobre o capital próprio e de dividendos é uma forma de assegurar aos Beneficiários que participem dos resultados obtidos pela Companhia durante o período em que já receberam a outorga de opções, mas em que ainda não se tornaram ainda acionistas. Por outro lado, assegura que os resultados só serão recebidos pelo Beneficiário caso permaneça na Companhia e exerça as opções, tornando-se efetivamente acionista da Companhia.

Excepcionalmente no caso do 1º Programa, considerando que a Companhia não possuía histórico de negociação de suas ações na BM&FBovespa, o Plano de Opções autorizou a fixação do preço de exercício das opções em R$10,00 (dez reais) por ação, equivalente ao valor por ação pago pelos acionistas nos aumentos de capital realizados na Companhia nos anos de 2007 e 2008, e ajustado pelo grupamento de ações aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 17 de março de 2008.

Nos 1º, 2º, 3º e 4º Programas, os critérios gerais indicados acima foram sempre observados, sendo que o índice de correção do preço de exercício determinado pelo Comitê do Plano de Opções foi, para todos os Programas, o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aplicado a partir da data da outorga das opções até a data de seu efetivo exercício e pagamento, calculada *pro-rata temporis*.

Nos 5º, 6º, 7º e 8º Programas, os mesmos critérios gerais indicados acima foram observados, mas o preço passou a ser corrigido pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumido Amplo, calculado pelo IBGE.

i. critérios para fixação do prazo de exercício

Em todos os Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência, as opções outorgadas foram divididas em 5 lotes anuais iguais, cada um deles equivalente a 20% do total das opções outorgadas, sendo o primeiro lote exercível sempre a partir do primeiro aniversário da data de outorga (e assinatura do Contrato correspondente) e os demais a partir dos subsequentes aniversários desta data. No caso do 1º Programa, o primeiro lote de opções tornou-se

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

exercível em 01 de janeiro de 2009 e os demais tornaram-se ou tornar-se-ão exercíveis, conforme o caso, nos demais aniversários desta data.

Espera-se que a divisão das opções em lotes represente um mecanismo de vinculação do Beneficiário ao longo do tempo, de forma que apenas possa adquirir a propriedade das ações (e consequentemente obter os ganhos correspondentes de sua eventual revenda) de forma modulada, assim obtendo-se uma vinculação desde o médio até o longo prazo.

As opções componentes de cada lote poderão ser exercidas total ou parcialmente dentro do prazo extintivo de 10 (dez) anos, contados a partir da data em que tal lote tenha se tornado exercível. Após o término deste prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício da opção com relação à parcela não exercida do lote de ações, sem direito a qualquer indenização. Tal prazo de 10 anos permite que o Beneficiário tenha um maior horizonte de tempo para escolher o momento de exercício, desde que observadas as condições mínimas de destinação de seu variável e dos dividendos, descritas no item "h" acima.

j. forma de liquidação

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários são emitidas e o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, é homologado pelo Conselho de Administração. A Companhia também pode utilizar-se de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções.

Nos Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência, a regra é que o preço de exercício, devidamente corrigido e feitas as deduções previstas em cada Programa, seja pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes. Devem também ser observadas as condições de destinação da remuneração variável e dos dividendos que venham a ser pagos aos Beneficiários, conforme descritas no subitem "h" acima.

k. restrições à transferência das ações

As ações adquiridas no âmbito de todos os Programas aprovados até a data deste Formulário de Referência encontram-se sujeitas a um prazo de indisponibilidade (*lock up*) de 1 (um) ano contado da data da subscrição ou da aquisição das ações.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Este período de indisponibilidade permanecerá em vigor também caso o Beneficiário venha a se desligar da Companhia. Entende-se que a existência do período de *lock up* permite que o Plano de Opções cumpra seu objetivo de exigir o comprometimento de recursos do Beneficiário e o seu alinhamento à geração de valor ao longo do tempo, incentivando-o a manter-se como acionista da Companhia no longo prazo e assim compartilhar os riscos inerentes a tal condição.

Em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário, os períodos de *lock up* não serão aplicáveis, podendo o Beneficiário ou seus herdeiros e sucessores, conforme o caso, alienar livremente as ações a qualquer tempo.

l. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração ou o Comitê poderão, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano, estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos e prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes. No exercício de tais funções, porém, não é permitido aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício de opções outorgadas, nem alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer outorga existente sem consentimento do Beneficiário.
Adicionalmente, em caso de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções poderão ser transferidas para a Companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados para exercício durante prazo determinado.

m. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia em razão de aposentadoria, renúncia ou destituição de cargo de administrador da Companhia sem justa causa ou término do contrato de trabalho ou de contrato de prestação de serviços sem justa causa, a opção cujo direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido pelo Beneficiário caducará imediatamente e a opção cujo direito ao exercício já tenha sido adquirido pelo Beneficiário caducará se não for exercida nos 30 (trinta) dias seguintes à data do evento que originar o término da relação com a Companhia.

Na hipótese de término da relação do Beneficiário com a Companhia por razão que configure justa causa, todas as opções não exercidas caducarão,

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

independentemente de serem exercíveis ou não na data do desligamento do Beneficiário.

Em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário que o impeça de desempenhar suas funções na Companhia, todas as opções que lhe tenham sido outorgadas, sejam elas exercíveis ou não, na data do evento que ocasionar a morte ou invalidez, poderão ser exercidas, no todo ou em parte, pelo Beneficiário ou seus respectivos herdeiros ou sucessores, conforme o caso, no prazo de 3 (três) anos a contar da data do falecimento ou invalidez permanente. Este prazo foi inicialmente fixado em 180 (cento e oitenta) dias no Plano de Opções, sendo alterado pelo Comitê do Plano de Opções, no exercício de suas competências, por ter julgado que o novo prazo mostra-se mais razoável diante das formalidades e atos necessários para exercício dos direitos pelos sucessores ou representantes do Beneficiário.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

		31/12/2013		
Sociedade	**Categoria**	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Magnesita Refratários S.A	Ações ordinárias	61.021	319.153	80.001
	Outros valores mobiliários conversíveis	Não há	Não há	Não há
Participação direta e indireta nos controladores	Ações e outros valores mobiliários conversíveis	839.460*	345.652**	Não há

* 0,28% do capital social total da Companhia
** 0,11% do capital social total da Companhia

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
a. órgão
b. número de membros
c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
1. data de outorga
2. quantidade de opções outorgadas
3. prazo para que as opções se tornem exercíveis
4. prazo máximo para exercício das opções
5. prazo de restrição à transferência das ações
6. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
• em aberto no início do exercício social
• perdidas durante o exercício social
• exercidas durante o exercício social
• expiradas durante o exercício social
d. valor justo das opções na data de outorga
e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Apenas a Diretoria Estatutária recebe Opções de Compra de Ações. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não recebem este tipo de incentivo. Além disso, no dia 1º de Janeiro de 2013 só havia membros da Diretoria Estatutária no 5º Programa e 6º Programa. Ao longo de 2013 também foram outorgadas opções para Diretores Estatutários no 7º Programa.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício Social de 2014 (previsão) – Diretoria Estatutária

Programas	5º	6º	7º
b) Número de Membros	6	9,00	1,00
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações			
Data de outorga	22/07/2012	22/07/2012 01/10/2012 01/11/2012	25/02/2013
Quantidade de opções outorgadas	1.623.394	5.518.805	200.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)
Prazo máximo para exercício das opções	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções			
- em aberto no início do exercício social	R$ 6,76 corrigido pelo IPCA de 31/12/2013 até data de exercício, perda ou expiração	R$ 22/07/2012 - R$ 6,76 01/10/2012 - R$ 6,68 01/11/2012 - R$ 6,64 corrigido pelo IPCA de 31/12/2013 até data de exercício, perda ou expiração	R$ 8,24 corrigido pelo IPCA de 31/12/2013 até data de exercício, perda ou expiração
- perdidas durante o exercício social			
- exercidas durante o exercício social			
- expiradas durante o exercício social			
d) Valor justo das opções na data de outorga	R$ 1,57	Média ponderada por outorga: 22/07/2012 – R$ 2,70 01/10/2012 – R$ 3,92 01/11/2012 – R$ 3,85	R$ 3,58
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,56%	1,89%	0,07%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício Social de 2013 – Diretoria Estatutária

Programas	5º	6º	7º
b) Número de Membros	7,25	9,83	0,42
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações			
Data de outorga	22/07/2012	22/07/2012 01/10/2012 01/11/2012	25/02/2013
Quantidade de opções outorgadas	1.723.394	5.718.805	200.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)
Prazo máximo para exercício das opções	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções			
- em aberto no início do exercício social	R$ 6,76	22/07/2012 - R$ 6,76 01/10/2012 - R$ 6,68 01/11/2012 - R$ 6,64	R$ 8,24
- perdidas durante o exercício social	R$ 6,68	R$ 6,68	Não há
- exercidas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há
- expiradas durante o exercício social	R$ 6,68	R$ 6,68	Não há
d) Valor justo das opções na data de outorga	R$ 1,57	Média ponderada por outorga: 22/07/2012 – R$ 2,70 01/10/2012 – R$ 3,92 01/11/2012 – R$ 3,85	R$ 3,58
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,59%	1,96%	0,07%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício Social de 2012 – Diretoria Estatutária

Programas	1º	3º	5º	6º
b) Número de Membros	1,00	1,00	9,00	10,00
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	04/04/2008	01/10/2009	22/07/2012	22/07/2012 01/10/2012 01/11/2012
Quantidade de opções outorgadas	2.545.910	526.700	1.723.394	5.718.805
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)
Prazo máximo para exercício das opções	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções				
- em aberto no início do exercício social	R$ 13,34	R$ 12,64	R$ 6,59	R$ 6,57
- perdidas durante o exercício social	Não há	R$ 4,90	Não há	Não há
- exercidas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há	Não há
- expiradas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há	Não há
d) Valor justo das opções na data de outorga	R$ 3,64	R$ 4,90	R$ 1,57	Média ponderada por outorga: 22/07/2012 – R$ 2,70 01/10/2012 – R$ 3,92 01/11/2012 – R$ 3,85
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,87%	0,18%	0,59%	1,96%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício Social de 2011 – Diretoria Estatutária

Programas	1º	2º	3º	4º
b) Número de Membros	4,00	2,00	7,00	1,00
c) Em relação a cada outorga de opções de compra de ações				
Data de outorga	04/04/2008	02/03/2009	01/10/2009 31/03/2010 30/11/2010	20/04/2011
Quantidade de opções outorgadas	4.186.203	950.000	1.660.000	350.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)	5 anos (20% a cada ano)
Prazo máximo para exercício das opções	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções				
- em aberto no início do exercício social	R$ 10,61	R$ 10,61	R$ 10,61	R$ 8,45
- perdidas durante o exercício social	R$ 10,61	R$ 10,61	R$ 10,61	Não há
- exercidas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há	Não há
- expiradas durante o exercício social	Não há	Não há	Não há	Não há
d) Valor justo das opções na data de outorga	R$ 3,64	R$ 0,94	Média ponderada por outorga: 01/10/2009 – R$ 4,90 31/03/2010 – R$ 7,35 31/11/2010 – R$5,31	R$ 3,27
e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	1,43%	0,33%	0,57%	0,12%

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
a. órgão
b. número de membros
c. em relação às opções ainda não exercíveis
1. quantidade
2. data em que se tornarão exercíveis
3. prazo máximo para exercício das opções
4. prazo de restrição à transferência das ações
5. preço médio ponderado de exercício
6. valor justo das opções no último dia do exercício social
d. em relação às opções exercíveis
1. quantidade
2. prazo máximo para exercício das opções
3. prazo de restrição à transferência das ações
4. preço médio ponderado de exercício
5. valor justo das opções no último dia do exercício social
6. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

a. Os membros do Conselho de Administração não receberam opções de compra de ações. Diretoria:

Programas	5º	6º	7º
b) Número de Membros	7,25	9,83	0,42
c) Opções ainda não exercíveis			
i) quantidade	1.298.712	4.415.036	200.000
ii) data em que se tornarão exercíveis	324.678 - 22/07/2014 324.678 - 22/07/2015 324.678 - 22/07/2016 324.678 - 22/07/2017	943.759 - 22/07/2014 60.000 - 01/10/2014 100.000 - 01/11/2014 943.759 - 22/07/2015 60.000 - 01/10/2015 100.000 - 01/11/2015 943.759 - 22/07/2016 60.000 - 01/10/2016 100.000 - 01/11/2016 943.759 - 22/07/2017 60.000 - 01/10/2017 100.000 - 01/11/2017	40.000 - 25/02/2014 40.000 - 25/02/2015 40.000 - 25/02/2016 40.000 - 25/02/2017 40.000 - 25/02/2018
iii) prazo máximo para exercício das opções	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis
iv) prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano	1 ano
v) preço médio ponderado de exercício	R$ 6,76	R$ 6,76	R$ 8,24

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

vi) valor justo das opções no último dia do exercício social (calculado utilizando o Modelo Binomial)	R$ 1,85	Média ponderada por outorga: 22/07/2012 – R$1,85 01/10/2012 – R$ 1,92 01/11/2012 – R$1,95	R$ 1,50
d) Opções exercíveis			
i) quantidade	324.682	1.103.769	0
ii) prazo máximo para exercício das opões	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	10 anos contados da data em que se tornarem exercíveis	Não há
iii) prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano	Não há
iv) preço médio ponderado de exercício	R$ 6,76	22/07/2012 - R$ 6,76 01/10/2012 - R$ 6,68 01/11/2012 - R$ 6,64	Não há
v) valor justo das opções no último dia do exercício social (calculado utilizando o Modelo Binomial)	R$ 1,35	Média ponderada por outorga: 22/07/2012 – R$1,35 01/10/2012 – R$ 1,38 01/11/2012 – R$1,39	Não há
vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R$ 438.320,70	R$ 1.523.201,22	Não há

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
a. órgão
b. número de membros
c. em relação às opções exercidas informar:
1. número de ações
2. preço médio ponderado de exercício
3. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
d. em relação às ações entregues informar:
1. número de ações
2. preço médio ponderado de aquisição
3. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não houve o exercício de opções ou a entrega de ações a Diretoria Estatutária, ao Conselho de Administração ou ao Conselho Fiscal nos Exercícios Sociais de 2011, 2012 e 2013.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

O valor justo das opções outorgadas sob o Plano de Opções, até o ano de 2011, foi precificado com base no modelo de precificação de opções de Black-Scholes-Merton, em conformidade com as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações. A partir de 2012, foi alterado para Binomial, em virtude desse modelo refletir melhor as condições de exercício antecipado das opções, conforme considerações do Pronunciamento Técnico CPC - 10 Pagamento Baseado em Ações. As condições de exercício antecipado consideradas no modelo Binomial utilizado foram: exercício antes do vencimento em função de uma possível valorização significativa das ações da companhia e exercício antes do vencimento no caso de desligamento da empresa de beneficiários cujos lotes de opções já estão exercíveis

a. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação**,** incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações de emissão da Companhia considerado para o cálculo do valor das respectivas opções é a cotação de fechamento das ações no mercado, na data da outorga das opções.

Preço de exercício

O preço de exercício é o preço previsto nos Contratos celebrados com os Beneficiários do Plano de Opções. Para o programa I, o preço foi de R$10,00; para o programa II, o preço foi de R$10,71; para o programa III o preço de exercício foi de R$10,00 e para o programa IV, R$8,25. Esses programas, com data de outorga anterior a 2012, tinham seus preços corrigidos pelo índice IGP-M. Para os programas lançados em 2012, o preço de exercício foi de R$6,32, sendo os mesmos, corrigidos pelo IPCA. Já para as outorgas de 2013 preço de exercício na outorga foi de R$ 8,02 para o Programa 7º e R$6,38 para o Programa 8º, sendo os mesmos corrigidos pelo IPCA.
Jeise Lucia

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade foi utilizado o modelo de desvio padrão anualizado dos retornos logarítmicos diários. Neste modelo foram considerados dados desde a incorporação da LWB (05/11/2008) até a data de outorga das opções. O período é considerado o mais adequado para utilizar como base de estimação de volatilidade futura da Magnesita já que esta incorporação globalizou a companhia, alterando seus resultados e panorama financeiro.

Prazo de vida da opção

Para os programas anteriores a 2012, o prazo de vida esperado pela Companhia foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções ao final do período para seu exercício, o que não necessariamente se verifica na realidade. Assim, foi considerado que as opções têm prazo de vida de 10 anos. Para os programas a partir de 2012, o prazo de vida considerado foi o mesmo de vencimento das opções

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

Para os programas anteriores a 2012, a taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Com base no histórico de pagamento de dividendos pela Companhia, foi estimada uma taxa de dividendos esperados em 1,2% sobre o valor de mercado da ação, A partir de 2012, o preço de exercício é corrigido pelo IPCA e descontado do valor de dividendos distribuídos, portanto não há a necessidade de descontar a distribuiição dos dividendos no cálculo do valor justo das opções

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram as taxas de juros projetadas para o período médio de exercício. A melhor Proxy para a taxa de juros nominal livre de risco para 5 anos a partir da outorga (prazo médio de exercício) é o futuro de DI da BMF com vencimento aproximadamente 5 anos após a outorga.

b. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A partir das outorgas de 2012 foram incluídas no modelo binomial premissas relacionadas ao exercício antecipado de opções. A primeira delas está relacionada ao interesse do beneficiário em exercer as opções antecipadamente em função da alta valorização da ação. Neste caso, a premissa utilizada é de que o beneficiário exercerá sua opção caso a ação atinja um valor três vezes maior do que o preço de exercício da opção. A segunda causa de exercício antecipado se deve à saída do beneficiário da

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

companhia após o recebimento das opções (após a data de carência), porém antes do vencimento das opções. Nesse casso, o beneficiário é obrigado a exercer as opções dentro do prazo de 30 dias. Neste contexto, foi considerado, baseado no histórico dos planos da Magnesita, uma taxa de saída de 20% dos beneficiários após o final da carência e antes do vencimento dos lotes de opções.

c. forma de determinação da volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade esperada, foram utilizados no modelo os preços médios ponderados das ações em períodos históricos equivalentes aos períodos para exercício de 10 anos, fixados nos termos das outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opções.

d. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outra característica que não tenha sido mencionada anteriormente.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:
a. Órgão
b. número de membros
c. nome do plano
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
e. condições para se aposentar antecipadamente
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Órgão (a)	No. Membros (b)	Plano (c)	Qt. Adm. Aposentáveis (d)	Condições p/ aposentar antecipadamente (e)	Valor anualizado (f)	Valor atualizado (g)
Diretoria Executiva	12,08	Fundo multipatrocinado administrado pela BB Previdência	---	Idade: ≥ 55 anos e tempo de serviços prestados continuamente à Cia: ≥ 5 anos	R$ 2.201.264,38	R$ 890.930,85

Posição de 31/12/2013

Não foram realizadas contribuições para o plano de previdência com relação aos membros do Conselho de Administração

a. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

- Portabilidade: o Participante ativo que tiver cessado seu vinculo empregatício com Patrocinadora, após completar 3 (três) anos de Vinculação ao Plano e desde que não esteja em gozo de um beneficio do Plano, sendo 100% (cem por cento) do saldo de Conta de Contribuição do Participante, acrescido de percentual determinado do saldo de Conta de Contribuição de Patrocinadora e do Crédito de Transferência, em função do tempo de Serviço Continuo do Participante na data do Término do Vínculo Empregatício;

Resgate: o Participante ativo que não esteja em gozo de um beneficio do Plano poderá, alternativamente, optar pelo Resgate, correspondente 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Contribuição de Participante, acrescido de percentual determinado do saldo de

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Conta de Contribuição de Patrocinadora e do Credito de Transferência, em função do tempo de Serviço Continuo do Participante apurado na data do Término do Vínculo Empregatício.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	12,08	15,00	12,00	8,00	8,00	7,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	4.596.212,70	4.856.881,32	2.425.306,00	71.064,40	77.741,38	78.695,23	35.605,68	35.605,68	35.605,68
Valor da menor remuneração(Reais)	783.442,39	490.467,99	348.827,08	57.768,96	64.445,94	65.399,79	35.605,68	35.605,68	35.605,68
Valor médio da remuneração(Reais)	1.623.514,03	1.338.078,11	815.709,35	52.209,77	57.322,17	66.097,72	35.605,68	35.605,68	35.605,68

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2013	Valores apurados para a menor remuneração com a exclusão dos membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu a maior remuneração do órgão exerceu suas funções por 12 meses.
31/12/2012	Valores apurados para a menor remuneração com a exclusão dos membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu a maior remuneração do órgão exerceu suas funções por 12 meses.
31/12/2011	Valores apurados para a menor remuneração com a exclusão dos membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu a maior remuneração do órgão exerceu suas funções por 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2013	Neste caso, o valor da menor remuneração é superior ao valor médio da remuneração, uma vez que os valores da menor remuneração foram apurados com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu a maior remuneração do órgão exerceu suas funções por 12 meses.
31/12/2012	Neste caso, o valor da menor remuneração é superior ao valor médio da remuneração, uma vez que os valores da menor remuneração foram apurados com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu a maior remuneração do órgão exerceu suas funções por 12 meses.
31/12/2011	Valores apurados para a menor remuneração com a exclusão dos membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu a maior remuneração do órgão exerceu suas funções por 12 meses.

Conselho Fiscal	
31/12/2013	Valores apurados para a menor remuneração com a exclusão dos membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu a maior remuneração do órgão exerceu suas funções por 12 meses.
31/12/2012	Valores apurados para a menor remuneração com a exclusão dos membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu a maior remuneração do órgão exerceu suas funções por 12 meses.
31/12/2011	Valores apurados para a menor remuneração com a exclusão dos membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que recebeu a maior remuneração do órgão exerceu suas funções por 12 meses.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Percentual na Remuneração Total dos Membros do Conselho de Administração Relacionados ao Controlador – 2013	
Membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores	5
(A) Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores em 2013	186.602,32
(B) Total geral da remuneração do Conselho de Administração em 2013	417.678,16
Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionado aos Controladores em 2013 (A) / Total Geral da remuneração do Conselho de Administração em 2013 (B) corresponde a:	45%

Percentual na Remuneração Total dos Membros da Diretoria Estatutária Relacionados ao Controlador – 2013	
Membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores	1
(A) Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores em 2013	4.596.212,70
(B) Total geral da remuneração da Diretoria Estatutária em 2013	19.612.049,44
Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionado aos Controladores em 2013 (A) / Total Geral da remuneração da Diretoria Estatutária em 2013 (B) corresponde a:	23%

Em 2013, não há membros do Conselho Fiscal relacionados aos Controladores.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Percentual na Remuneração Total dos Membros do Conselho de Administração Relacionados ao Controlador – 2012	
Membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores	5
(A) Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores em 2012	207.470,60
(B) Total geral da remuneração do Conselho de Administração em 2012	458.577,38
Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionado aos Controladores em 2012 (A) / Total Geral da remuneração do Conselho de Administração em 2012 (B) corresponde a:	45%

Percentual na Remuneração Total dos Membros da Diretoria Estatutária Relacionados ao Controlador – 2012	
Membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores	1
(A) Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores em 2012	4.856.881,32
(B) Total geral da remuneração da Diretoria Estatutária em 2012	20.071.171,66
Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionado aos Controladores em 2012 (A) / Total Geral da remuneração da Diretoria Estatutária em 2012 (B) corresponde a:	24%

Percentual na Remuneração Total dos Membros do Conselho de Administração Relacionados ao Controlador – 2011	
Membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores	5
(A) Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionados aos Controladores em 2011	330.488,62
(B) Total geral da remuneração do Conselho de Administração em 2011	462.684,07
Total da remuneração dos membros do Conselho de Administração relacionado aos Controladores em 2011 (A) / Total Geral da remuneração do Conselho de Administração em 2011 (B) corresponde a:	71%

Percentual na Remuneração Total dos Membros da Diretoria Estatutária Relacionados ao Controlador – 2011	
Membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores	0
(A) Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionados aos Controladores em 2010	0
(B) Total geral da remuneração da Diretoria Estatutária em 2010	0
Total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária relacionado aos Controladores em 2011 (A) / Total Geral da remuneração da Diretoria Estatutária em 2011 (B) corresponde a:	0

Em 2011, não há membros do Conselho Fiscal relacionados aos Controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos 3 exercícios, não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos 3 exercícios, não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes ao assunto foram disponibilizadas nos itens anteriores.

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:
a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em bases consolidadas, temos empregados distribuídos pelas seguintes regiões:

Número de empregados por região	2011	2012	2013
América do Sul	5.504	5.124	4.860
Europa	488	490	528
América do Norte	462	504	556
Ásia	328	313	314
Total	**6.782**	**6.431**	**6.258**

Ainda no que concerne às informações consolidadas da emissora e de suas controladas nas regiões citadas, as atividades desempenhadas pelos empregados eram divididas, em dezembro de 2013, de acordo com a tabela abaixo:

Região	Área	2011	2012	2013
Europa	Comercial	81	93	112
	Administrativo	55	60	50
	Produção	352	337	366
	Total	488	490	528
Ásia	Comercial	49	51	50
	Administrativo	33	33	17
	Produção	246	229	247
	Total	328	313	314
América do Norte	Comercial	125	120	163
	Administrativo	68	84	35
	Produção	269	300	358
	Total	462	504	556
América do Sul	Comercial	261	331	357
	Administrativo	264	233	178
	Produção	4.979	4.560	4.325
	Total	5.504	5.124	4.860

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

O número de terceirizados, por localização geográfica, divide-se de acordo com a tabela abaixo:

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Região	Área	2011	2012	2013
Europa	Operacional	161	152	183
Ásia	Operacional	76	62	38
América do Norte	Operacional	69	39	05
América do Sul	Operacional	2.838	2.209	2.065

c. índice de rotatividade

A rotatividade dos empregados da Companhia durante os anos de 2013, 2012 e 2011 foram, respectivamente, de 2,73%, 2,84% e 4,0%.

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia figurava como ré em aproximadamente 727 processos judiciais de contingência trabalhista. Os pedidos formulados nesses processos somavam aproximadamente R$ 39,3 milhões. Entretanto, a Companhia provisionava, na data-base de dezembro de 2013, R$ 21,3 milhões levando em consideração as reais chances de êxito dos pedidos formulados em cada caso. Os principais pedidos aduzidos nestes processos judiciais trabalhistas são os seguintes: periculosidade, insalubridade, horas extraordinárias (extras, intervalo e residuais), equiparação salarial, horas in itinere, indenização por acidente/doença ocupacional e PLR.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia figurava como ré em aproximadamente 752 processos judiciais de contingência trabalhista. Esses processos somavam aproximadamente R$ 24 milhões e a Companhia provisionava, R$ 20,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia era ré em aproximadamente 693 processos judiciais de contingência trabalhista. Esses processos somavam aproximadamente R$ 31 milhões e a companhia provisionava R$19,9 milhões.

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Ao final do exercício social de 2013, a Companhia apresentava 6.258 funcionários, uma redução de 173 pessoas em relação ao mesmo período de 2012. Grande parte da redução do quadro funcional ocorreu nas áreas de produção e de serviços, reflexo de projetos de ganhos de produtividade e automação industrial.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3.Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:
a. política de salários e remuneração variável
b. política de benefícios
c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:
1. grupos de beneficiários
2. condições para exercício
3. preços de exercício
4. prazos de exercício
5. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia tem por política remunerar seus funcionários com um salário fixo acrescido de uma remuneração variável, que é estabelecida a todos os funcionários da Magnesita Refratários S.A e é concedida aos mesmos através do cumprimento de metas estabelecidas pelos administradores da Companhia. A remuneração variável reflete a posição da empresa de remunerar àqueles que apresentam um bom rendimento em suas atividades. Além disso, a Magnesita Refratários S.A. oferece os seguintes benefícios aos seus empregados: plano de saúde e dental, cartão farmácia, cartão supermercado, empréstimo consignado, auxilio creche, seguro de vida e plano de previdência privada com objetivo de aposentadoria que pode alcançar até 75% do salário do participante.

Com relação aos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, a Companhia outorga opções de compra de ações àqueles que sejam considerados empregados-chave, nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2008. As condições para exercício das opções, os preços e prazos de exercício aplicáveis, bem como as quantidades de ações comprometidas pelo Plano de Opção de Compra de Ações encontram-se descritos e detalhados no item 13.4 deste Formulário de Referência. Embora o referido item deste Formulário de Referência se destine à descrição da remuneração dos administradores da Companhia, vale notar que, no que se refere especificamente ao Plano de Opção de Compra de Ações, as condições praticadas com relação aos empregados nãoadministradores são idênticas àquelas observadas com relação aos administradores da Companhia.

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

A Magnesita Refratários S.A. negocia todos os anos Acordos e / ou Convenções Coletivas de Trabalho com vários Sindicatos de Trabalhadores. Por isso mantêm com os sindicatos uma relação pautada em procedimentos que objetivam o aprimoramento contínuo dos vínculos existentes entre as partes. Este comportamento valoriza e estreita os relacionamentos e reconhece, respeitosamente, os respectivos interesses e liberdades no cumprimento de suas funções institucionais.

A Magnesita pauta os seus processos sindicais dentro das mais rígidas normas éticas, além de manter elevada adesão nas melhores práticas de governança corporativa do mercado.

No ano de 2013, foram celebrados 27 Acordos Coletivos, 7 Convenções Coletivas e 1 Dissídio Coletivo de Trabalho para as unidades do Brasil, havendo movimento paredista apenas em duas das plantas industriais dos clientes onde atua com o fornecimento de refratários e de serviços, ou seja:

- Vitória / Espírito Santo
A paralisação foi deflagrada por iniciativa coletiva dos trabalhadores das empresas beneficiadas pela Convenção Coletiva de Trabalho em negociação entre o Sindicato Patronal (SINDIFER – Sindicato das Indústrias do Ferro, da Fundição, de Artefatos de Ferro e Metais em Geral, de Serralheria e de Móveis de Metal de Vitória) e o Sindicato Laboral (SINDIMETAL – ES – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico e Eletrônico no Estado do Espírito Santo), dentre eles parte dos colaboradores da Magnesita. A paralisação se deu no período de 28/11/13 a 11/12/13.

- Cubatão / São Paulo
A paralisação foi deflagrada não por iniciativa dos empregados da Magnesita e sim por parte dos empregados de outras empresas também abrangidas pelas negociações sindicais (não houve adesão à greve pelos trabalhadores da Magnesita). Foi instaurado Dissídio Coletivo de Trabalho e a greve durou de 05/08/13 a 21/08/13, tendo sido motivada devido a reivindicações específicas dos trabalhadores não conformes com o cenário econômico-financeiro e os resultados das empresas.

Sem embargo, ao longo do tempo a Magnesita Refratários S.A. tem em suas práticas a realidade de evolução contínua no que se refere ao seu pacote de benefícios, o que tem gerado, juntamente com o respeito incondicional à legislação trabalhista, o crescimento e melhoria das relações da Companhia com os seus trabalhadores, a evolução positiva no clima organizacional e motivacional e melhoria nos seus índices de segurança do trabalho e indicadores de desenvolvimento, de atração e de fixação de pessoal.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Rearden L Holdings 3 A.S.R.L.					
10.400.939/0001-05	Luxemburguesa	Sim	Sim	30/04/2012	
21.019.595	7,420000%	0	0,000000%	21.019.595	7,420000%
Guepardo Investimentos					
07.078.144/0001-00	Brasileira	Não	Não	04/04/2013	
14.710.000	5,190000%	0	0,000000%	14.710.000	5,190000%
The Boston Company Asset Management LLC					
		Não	Não	06/10/2014	
14.367.633	5,070000%	0	0,000000%	14.367.633	5,070000%
Alumina Holdings, LLC					
08.996.583/0001-64	Americana	Sim	Sim	30/04/2012	
88.654.796	31,300000%	0	0,000000%	88.654.796	31,300000%
GPCP4 - Fundo de Investimentos em Participações					
08.954.286/0001-56	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2012	
1.138.301	0,400000%	0	0,000000%	1.138.301	0,400000%
Mag Fundo de Inv. em Participações					
09.253.202/0001-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/04/2012	
9.537.978	3,370000%	0	0,000000%	9.537.978	3,370000%
OUTROS					
133.841.831	47,250000%	0	0,000000%	133.841.831	47,250000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL					
283.270.134	100,000000%	0	0,000000%	283.270.134	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Alumina Holdings, LLC				**08.996.583/0001-64**	
Grafita Holdings, LLC					
	Cayman Islands	Não	Não	30/04/2011	
88.654.796	100,000000	0	0,000000	88.654.796	100,000000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
88.654.796	100,000000	0	0,000000	88.654.796	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Mag Fundo de Inv. em Participações				**09.253.202/0001-10**	

Forluz

16.539.926/0001-90	Brasileira-SP	Não	Não	31/01/2011	
2.384.495	25,000000	0	0,000000	2.384.495	25,000000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

Funcef

00.436.923/0001-90	Brasileira-SP	Não	Não	31/01/2011	
2.384.495	25,000000	0	0,000000	2.384.495	25,000000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

Fundação Atlântico

07.110.214/0001-60	Brasileira-SP	Não	Não	31/01/2011	
1.239.937	13,000000	0	0,000000	1.239.937	13,000000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

OUTROS

1.144.557	12,000000	0	0,000000	1.144.557	12,000000

Petros

34.053.942/0001-50	Brasileira-RJ	Não	Não	31/01/2011	
2.384.495	25,000000	0	0,000000	2.384.495	25,000000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Mag Fundo de Inv. em Participações				**09.253.202/0001-10**	
Petros					
34.053.942/0001-50	Brasileira-RJ	Não	Não	31/01/2011	
2.384.495	25,000000	0	0,000000	2.384.495	25,000000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

TOTAL					
9.537.979	100,000000	0	0,000000	9.537.979	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Rearden L Holdings 3 A.S.R.L.				**10.400.939/0001-05**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Rhone Coinvestment III LP					
	Americana	Não	Não	31/01/2011	
16.815	0,080000	0	0,000000	16.815	0,080000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Rhône Offshore Partners III LP					
	Cayman Islands	Não	Não	31/01/2011	
9.568.120	45,520000	0	0,000000	9.568.120	45,520000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Rhône Onshore Partners III LP					
	Americana	Não	Não	31/01/2011	
11.434.660	54,400000	0	0,000000	11.434.660	54,400000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
21.019.595	100,000000	0	0,000000	21.019.595	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
GPCP4 - Fundo de Investimentos em Participações				**08.954.286/0001-56**	
OUTROS					
1.138.301	100,000000	0	0,000000	1.138.301	100,000000
TOTAL					
1.138.301	100,000000	0	0,000000	1.138.301	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Grafita Holdings, LLC					
GP Capital Partners III, L.P.					
	Cayman Islands	Não	Sim	30/04/2011	
10.088.916	11,380000	0	0,000000	10.088.916	11,380000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
GP Capital Partners IV, L.P.					
	Cayman	Não	Sim	30/04/2011	
45.834.529	51,700000	0	0,000000	45.834.529	51,700000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
32.731.351	36,920000	0	0,000000	32.731.351	36,920000
TOTAL					
88.654.796	100,000000	0	0,000000	88.654.796	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
GP Capital Partners III, L.P.					
OUTROS					
10.088.916	100,000000	0	0,000000	10.088.916	100,000000
TOTAL					
10.088.916	100,000000	0	0,000000	10.088.916	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
GP Capital Partners IV, L.P.					
OUTROS					
45.834.529	100,000000	0	0,000000	45.834.529	100,000000
TOTAL					
45.834.529	100,000000	0	0,000000	45.834.529	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	19/04/2013
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	7.472
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	384
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	572

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	168.093.789	57,828210%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	168.093.789	57,828210%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4 Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações

As informações podem ser visualizadas nos itens 15.1 e 15.2 deste formulário.

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

Acordo de Acionistas Controladores

a) partes e b) data de celebração

Em 30.08.2007 foi celebrado um acordo de acionistas ("Acordo de Acionistas Controladores") entre os acionistas controladores da Companhia, a saber, Alumina Holdings, LLC ("Alumina"), GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações ("GPCP4-FIP"), GIF-II Fundo de Investimento em Participações ("FIP Gávea") e GIF Mining Holdings, LLC ("GIF Holdings"), tendo a Companhia como interveniente. O referido acordo foi aditado em 24.01.2008, para adesão do acionista MAG – Fundo de Investimento em Participações ("FIPMAG"), e novamente em 05.11.2008, data em que (i) o acionista Mukden Participações Ltda. ("Rhône") passou a ser signatário do acordo, sendo posteriormente sucedido pela Rearden L Holdings 3 A.S.R.L., e (ii) a GIF Holdings deixou de ser signatária do mesmo, tendo em vista a transferência de sua participação na Companhia (sendo Alumina, GPCP4-FIP, FIP Gávea, GIF Holdings, FIPMAG e Rhône os "Acionistas Controladores").

c) vigência

O Acordo de Acionistas Controladores permanecerá em vigor até 30 de agosto de 2027.

d) cláusulas relativas ao exercício de voto e poder de controle

Os Acionistas Controladores devem exercer, diretamente ou por meio de seus representantes, bem como a fazer com que a Companhia, suas subsidiárias e todos os seus respectivos representantes exerçam, os seus direitos de voto em qualquer assembleia geral, reunião do Conselho de Administração, da diretoria ou de qualquer outro órgão da administração da Companhia ou de qualquer subsidiária de forma a cumprir integralmente os termos do Acordo de Acionistas Controladores. Os acionistas votarão, e farão com que os seus representantes, a Companhia e as subsidiárias e os seus respectivos representantes votem, sempre em bloco, em todas as reuniões, em toda e qualquer matéria da ordem do dia da reunião, de forma a dar plena validade e eficácia às disposições do Acordo de Acionistas Controladores.

Os Acionistas Controladores deverão se reunir antes de toda e qualquer reunião (e, se possível, antes da respectiva convocação para a reunião), para definir o voto em bloco a ser proferido, na reunião, pelos Acionistas Controladores, pela Companhia, suas subsidiárias ou pelos seus respectivos representantes.

Os Acionistas Controladores definirão e aprovarão o voto em bloco a ser proferido em relação a toda e qualquer matéria, independentemente do nível ou órgão societário ou de administração no qual deva ser discutida, aprovada ou deliberada, seja na Companhia ou em qualquer subsidiária, de acordo com o voto favorável de Acionistas Controladores

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

representando mais da metade das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas Controladores, ressalvadas as seguintes matérias relativas a ou envolvendo a

Companhia ou uma subsidiária, cuja aprovação dependerá da aprovação e voto favorável de todos os blocos:

(a) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência, ou dissolução ou liquidação;
(b) mudança no objeto social;
(c) qualquer investimento que não esteja compreendido no âmbito dos negócios;
(d) alteração na composição, competência e funcionamento do Conselho de Administração, de quaisquer de seus comitês ou de quaisquer órgãos equivalentes;
(e) transferência pela Companhia (ou por quaisquer subsidiárias) de quaisquer participações societárias detidas pela Companhia ou por quaisquer de suas subsidiárias;
(f) transferência de qualquer participação, ativos ou direitos detidos pela Companhia ou por qualquer subsidiária (excetuando-se suas respectivas participações societárias, as quais serão regidas pelo item (e) acima), direta ou indiretamente, em valor igual ou superior a R$15.000.000,00;
(g) qualquer aumento de capital (inclusive dentro do limite do capital autorizado, bem como o aumento ou outra alteração do capital autorizado), capitalização de lucros ou reservas ou adiantamento para futuro aumento de capital;
(h) criação, aquisição (incluindo qualquer aumento na participação societária ou participação), constituição ou extinção de quaisquer subsidiárias, ou aquisição, disposição ou criação de ônus ou oneração de quaisquer participações, diretas ou indiretas, em quaisquer sociedades ou em consórcios;
(i) qualquer transformação, fusão, incorporação, incluindo incorporação de ações, cisão ou qualquer outra forma de reorganização ou reestruturação societária;
(j) qualquer operação ou negócio de qualquer natureza (incluindo qualquer reorganização ou reestruturação ou outra operação societária) entre, de um lado, a Companhia ou qualquer subsidiária e, de outro lado, (i) qualquer Acionista Controlador ou qualquer de suas afiliadas, (ii) qualquer administrador da Companhia ou de qualquer subsidiária ou quaisquer de suas respectivas afiliadas, (iii) qualquer administrador ou pessoa relacionada de qualquer Acionista Controlador, ou, (iv) no caso de qualquer das pessoas acima referidas ser pessoa física, os respectivos cônjuges, parentes até segundo grau e afiliadas;
(k) quaisquer alterações ao estatuto social, contrato social ou instrumento equivalente, incluindo relativas a objeto social, prazo de duração, capital, ações, composição, competência e funcionamento dos órgãos de administração, criação de reservas, política de dividendos e distribuição de resultados, e qualquer alteração decorrente de deliberação, cujo objeto seja uma das matérias ora listadas, sendo que nenhuma deliberação acerca da criação de reservas poderá afetar o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado;
(l) seleção, contratação, destituição ou substituição de auditores independentes;
(m) qualquer alteração das práticas ou políticas contábeis ou de divulgação de informações, exceto conforme exigido por lei;
(n) emissão de ações preferenciais, criação de nova classe de ações, alteração nos direitos, preferências, vantagens ou condições (inclusive resgate e amortização) de ações ou valores mobiliários existentes, ou emissão de ações ou valores mobiliários de classe mais favorecida ou sem guardar proporção com as espécies ou classes existentes;

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(o) registro de companhia aberta, cancelamento do respectivo registro, adesão ou alteração de segmento especial ou nível de governança e fechamento de capital, e qualquer oferta pública de quaisquer valores mobiliários, salvo as ofertas secundárias da Rhône, nos termos do Acordo de Acionistas Controladores;
(p) concessão ou outorga de qualquer garantia, real ou pessoal, inclusive aval, a criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo, assunção de dívidas ou contratação de qualquer empréstimo ou financiamento (inclusive por meio da emissão de commercial papers, títulos ou outros instrumentos, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior, contratos de abertura de crédito, mútuos, arrendamento mercantil, compror e vendor e desconto de recebíveis ou dívidas) pela Companhia ou qualquer subsidiária, em valor superior ao previamente aprovado e previsto no Plano de Negócios e Orçamento Anual;
(q) compra de ações ou outros valores mobiliários de própria emissão, resgate ou amortização de ações, quotas ou outros valores mobiliários, qualquer declaração ou pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou outra distribuição ou pagamento a acionistas ou sócios, inclusive redução de capital;
(r) quaisquer investimentos de capital ou quaisquer despesas operacionais da Companhia e de suas subsidiárias, cujo valor exceder em mais do que 10% os correspondentes montantes previamente aprovados no Plano de Negócios e Orçamento Anual;
(s) qualquer aquisição relevante ou a celebração de qualquer joint venture relevante; e
(t) aprovação das demonstrações financeiras da Companhia.

e) cláusulas relativas à indicação de administradores

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 8 membros e igual número de suplentes, sendo 2 conselheiros independentes. Nos termos do Acordo de Acionistas Controladores, a eleição dos membros do Conselho é feita da seguinte forma:

(i) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de seis membros do Conselho de Administração, quatro membros serão nomeados pelo maior bloco e cada um dos demais blocos nomeará um membro do Conselho de Administração.
(ii) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas cinco membros do Conselho de Administração, três membros serão nomeados pelo maior bloco e cada um dos demais blocos nomeará um membro do Conselho de Administração.
(iii) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas quatro membros do Conselho de Administração, dois membros serão nomeados pelo maior bloco e cada um dos demais blocos nomeará um membro do Conselho de Administração.
(iv) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas três membros do Conselho de Administração, o maior bloco deverá nomear dois membros e os demais blocos deverão nomear, em conjunto, um membro do Conselho de Administração.
(v) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas dois membros do Conselho de Administração, o maior bloco deverá nomear um membro e os demais blocos deverão nomear, em conjunto, um membro do Conselho de Administração.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(vi) Se o número de votos dos Acionistas Controladores for suficiente para permitir a eleição, pelos Acionistas Controladores, de apenas um membro do Conselho de Administração, o maior bloco deverá nomear tal membro e os demais blocos deverão nomear, em conjunto, o suplente para o respectivo membro.

Se o percentual de participação da Alumina, GPCP4-FIP e FIPMAG alcançar, somadas, menos de 50% do percentual de participação inicial de tais entidades, os demais Acionistas Controladores deverão eleger os membros do Conselho de Administração de maneira proporcional.

Cada um dos Acionistas Controladores manterá, nos termos do Acordo de Acionistas Controladores, seu direito a veto com relação a certas matérias e seu direito de nomear membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e de outros comitês, desde que possua, pelo menos, 7,66% do número total de ações sujeitas ao Acordo de Acionistas Controladores da Companhia.

Tendo em vista as recentes vendas realizadas em bolsa de valores, o FIP Gávea passou a deter menos de 7,66% do número total de ações sujeitas ao Acordo de Acionistas Controladores da Companhia. Consequentemente, deixou de possuir alguns dos direitos ali previstos, tais como o direito de veto em relação a determinadas matérias, conforme previstas no Acordo de Acionistas Controladores, e o direito de nomear membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e de outros comitês.

O direito de nomear um membro do Conselho de Administração concederá ao referido acionista o direito de nomear o respectivo suplente, salvo na hipótese de os blocos não chegarem a um acordo para, em conjunto, nomearem o suplente na hipótese do item (vi) acima. Neste caso, o bloco com mais ações deverá nomear o suplente na primeira eleição e o outro bloco deverá nomear o suplente correspondente na eleição subsequente, e tais nomeações serão alternadas assim subsequentemente entre tais blocos.

Na hipótese de renúncia ou vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, cada Acionista Controlador deverá, no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência da renúncia ou vacância, convocar ou fazer com que seja convocada assembleia geral para eleger novo membro do Conselho de Administração para o cargo vago, o qual será indicado pelo mesmo Acionista Controlador que tiver indicado o membro que renunciou ou deixou o respectivo cargo vago. Caso algum membro do Conselho de Administração tenha sido eleito pelo procedimento de voto múltiplo e sendo necessário eleger todos os membros do referido órgão pelo mesmo procedimento, por força do parágrafo 3º do art. 141 da LSA, competirá aos Acionistas Controladores votar, ou fazer com que os representantes votem, na respectiva assembleia geral, em conformidade com o procedimento acima descrito.

O presidente do Conselho de Administração da Companhia será eleito pelo maior bloco e o vice-presidente será eleito pelo segundo maior bloco. O presidente e o vice- presidente não terão direito a voto de desempate.

Os Acionistas Controladores renunciaram ao direito de requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo. Os Acionistas Controladores sempre elegerão o maior número possível de

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

membros do Conselho de Administração da Companhia conforme o procedimento acima descrito, incluindo na hipótese de o procedimento do voto múltiplo vir a ser adotado e qualquer outro acionista vir a ter e efetivamente eleger um ou mais membros do Conselho de Administração da Companhia. Os Acionistas Controladores não deverão utilizar qualquer direito de eleição em separado ou qualquer direito de eleição de qualquer membro do Conselho de Administração que contrarie o Acordo de Acionistas Controladores.

f) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Os Acionistas Controladores somente poderão transferir as ações por eles detidas, total ou parcialmente, por meio de venda, observados o direito de preferência e o tag along (descritos abaixo), ou por meio de uma transferência autorizada (abaixo descrita).

Qualquer Acionista Controlador cujas ações estejam registradas de acordo com as regras previstas na resolução Bacen nº 2.689, não poderá transferir as suas ações, total ou parcialmente, salvo (i) conforme acima disposto, e desde que previamente (a) obtenha autorização prévia da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para a alienação de tais ações fora de bolsa de valores, conforme previsto no art. 8º da Resolução Bacen nº 2.689, ou (b) na falta ou impossibilidade, por qualquer motivo, de obtenção de tal autorização prévia, após a prévia conversão, pelo referido Acionista Controlador, às suas expensas, do investimento correspondente às ações a serem transferidas, para a modalidade de investimento estrangeiro direto, de acordo com a sistemática prevista na Lei nº 4.131/62, sujeito à aprovação prévia do Banco Central do Brasil; em ambos os casos das letras (a) e (b) acima; ou (ii) se previamente aprovado, por escrito, por todos os Acionistas Controladores.

Os Acionistas Controladores não poderão transferir os seus direitos de subscrição, de maneira privada, salvo (i) se para uma afiliada, ou (ii) se aprovado previamente, por escrito, por todos os Acionistas Controladores. Não obstante qualquer disposição do Acordo de Acionistas Controladores em contrário, Alumina e GPCP4-FIP obrigam-se a não transferir, bem como a fazer com que qualquer de suas afiliadas que porventura vierem a deter ações, não transfiram qualquer de suas ações ou direitos de subscrição para o FIPMAG, sem o prévio consentimento, por escrito, do Grupo Gávea.

Direito de Preferência

Na hipótese de qualquer Acionista Controlador desejar transferir quaisquer das ações por ele detidas, total ou parcialmente, referido acionista deverá fazê-lo por meio de venda e deverá primeiramente notificar os demais Acionistas Controladores sobre a quantidade de ações que pretende vender. Os Acionistas Controladores não cedentes terão o direito de fazer uma primeira oferta pelas ações ofertadas e, conforme for o caso, adquiri-las, de acordo com as seguintes condições:

a) O acionista cedente deverá incluir todas as ações ofertadas na notificação por escrito a ser enviada aos acionistas não cedentes, na qual informará aos acionistas não cedentes a sua intenção de vender as ações ofertadas, convidando os acionistas não cedentes a fazerem uma oferta pelas ações ofertadas.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

b) Cada acionista não cedente terá o direito de fazer uma oferta para adquirir a totalidade (e não menos do que a totalidade) das ações ofertadas. Caso mais de um acionista não cedente tenha direito a adquirir as ações ofertadas, cada acionista não cedente que desejar adquirir ações ofertadas deverá adquirir um número de ações ofertadas proporcional ao seu percentual de participação, excluído o percentual de participação do acionista cedente e de qualquer acionista não cedente que não deseje adquirir as ações ofertadas. A oferta do(s) acionista(s) não cedente(s) somente será válida para os fins deste acordo se contemplar a totalidade (e não menos do que a totalidade) das ações ofertadas.

c) Cada um dos acionistas não cedentes terá 20 (vinte) dias, contados do recebimento da notificação de oferta, mediante notificação ao acionista cedente (com cópia para os demais acionistas não cedentes), para (i) abster-se de fazer uma oferta pelas acoes ofertadas (a ausência de resposta no prazo de 20 (vinte) dias será entendida como recusa do acionista não cedente em fazer qualquer oferta), ou (ii) submeter ao acionista cedente uma oferta irrevogável para adquirir todas as ações ofertadas pelo preço de compra por ação, em moeda corrente (desconsiderando-se qualquer pagamento pelas ações ofertadas que não em moeda corrente), a ser especificado em sua oferta.

d) Caso qualquer oferta seja submetida, o acionista cedente terá 15 (quinze) dias contados do término do prazo de 20 (vinte) dias previsto no item (c) acima para responder ao acionista não cedente que submeteu a oferta ou, caso mais de um acionista não cedente tenha submetido uma oferta, para o acionista não cedente que tenha submetido a maior oferta, informando aos acionistas não cedentes de sua rejeição ou aceitação da oferta (a ausência de resposta no referido prazo de 15 (quinze) dias será entendida como recusa do acionista cedente em aceitar qualquer oferta).

e) Na hipótese de o acionista cedente aceitar uma oferta, qualquer acionista não cedente que tenha submetido uma oferta, desde que por um preço por ação não inferior a 5% (cinco por cento) do preço por ação da maior oferta e desde que tal acionista não cedente notifique o acionista cedente (com cópia para o acionista não cedente que submeteu a maior oferta) no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento da notificação do acionista cedente aceitando a maior oferta, terá o direito de aderir à compra das ações ofertadas e adquirir parte das ações ofertadas, pelo preço por ação indicado na maior oferta, proporcionalmente ao seu percentual de participação, excluído o percentual de participação do acionista cedente e de qualquer outro acionista não cedente que não for adquirir quaisquer ações ofertadas (a ausência de manifestação no referido prazo de 5 (cinco) dias será entendida como uma recusa de tal acionista não cedente em aderir aos termos da maior oferta).

f) Cada acionista não cedente que exercer o direito de submeter uma oferta ou de aderir à maior oferta deverá consumar a compra e venda das ações ofertadas no prazo de 30 (trinta) dias contados do término (i) do prazo de 15 (quinze) dias previsto no item (d) acima ou, caso mais de uma oferta tenha sido submetida e a(s) outra(s) oferta(s) submetida(s) estiver(em) dentro da margem de preço prevista no

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

item (e) acima, ou (ii) do prazo de 5 (cinco) dias previsto no item (e) acima, o que ocorrer por último.

g) Na hipótese de nenhum acionista não cedente submeter uma oferta, ou se o acionista cedente decidir não aceitar qualquer oferta submetida, o acionista cedente terá o direito de, observadas as demais disposições do Acordo de Acionistas Controladores, e no prazo de 80 (cento e oitenta) dias contados do que ocorrer antes entre (i) o fim do prazo de 20 (vinte) ias previsto no item (c) acima, caso nenhuma oferta tenha sido submetida, ou (ii) o término o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item (d) acima, caso o acionista cedente recuse ou eja reputada recusada qualquer oferta submetida, vender todas (mas não mais nem menos o que todas) as ações ofertadas para qualquer terceiro, ficando estabelecido, contudo, que, se qualquer oferta tiver sido submetida, o acionista cedente somente poderá vender as ações ofertadas por preço por ação, em moeda corrente, superior ao preço por ação da maior oferta a ele submetida e em termos e condições de qualquer forma não mais favoráveis ao terceiro do que aqueles da oferta.

h) Todos os acionistas deverão cooperar, e deverão fazer com que a Companhia coopere, com o acionista cedente com relação à venda das ações ofertadas. Na medida em que tais ações ofertadas representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) da totalidade do capital social da Companhia, a referida cooperação incluirá a permissão - ou fazer com que a Companhia conceda a permissão - para a realização de auditoria (due diligence) na Companhia e nas subsidiárias, às expensas do acionista cedente ou do terceiro potencial adquirente, em formato usual e que não afete o regular andamento dos negócios da Companhia e das subsidiárias, e sujeito à celebração de acordo(s) de confidencialidade em termos e condições usuais em operações de fusões e aquisições.

i) Caso a venda das ações ofertadas para o terceiro não seja consumada no prazo de venda, ou se o preço por ação obtido pelo acionista cedente para a venda das ações ofertadas for igual ou menor do que o preço mínimo de venda ou em termos e condições mais favoráveis ao terceiro do que os constantes da oferta, o acionista cedente não poderá transferir as ações ofertadas e, caso ainda deseje vender qualquer de suas ações, tal acionista deverá reiniciar o procedimento previsto no Acordo de Acionistas Controladores.

Direito de Adesão (Tag Along)

Na hipótese de, após cumprir todos os procedimentos previstos acima, as ações ofertadas não serem transferidas a um acionista não cedente e o acionista cedente chegar a um acordo com um terceiro para a transferência das ações ofertadas para tal terceiro (desde que, se qualquer oferta tiver sido submetida e não tiver sido aceita pelo acionista cedente, tal acordo seja por um preço, em moeda corrente, superior ao preço mínimo de venda e em termos e condições não mais favoráveis ao terceiro do que os constantes da oferta), qualquer acionista não cedente, independentemente de ter submetido ou não uma oferta, terá o direito de aderir (tag along) à venda ao terceiro ("Cedente Tag Along") e, portanto, de solicitar que seja incluída na venda ao terceiro uma parcela de suas ações, igual ou menor do que o número de ações ofertadas, multiplicado por seu percentual de participação, excluído o percentual de participação dos acionistas que não estiverem

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

vendendo quaisquer de suas ações, pelo mesmo preço por ação e nos mesmos termos e condições oferecidos pelo terceiro, observado o quanto segue:

a) Caso o acionista cedente chegue a um acordo com o terceiro interessado durante o prazo de venda, o acionista cedente enviará prontamente aos Cedentes Tag Along notificação contendo (i) o nome e qualificação do terceiro; (ii) o preço de compra, por ação ofertada, em moeda corrente (desconsiderando-se qualquer pagamento que não em moeda corrente e, caso qualquer oferta tenha sido submetida e não aceita pelo acionista cedente, tal preço devendo ser superior ao preço mínimo de venda); (iii) compromisso irrevogável do terceiro de adquirir do acionista cedente e de cada um dos Cedentes Tag Along um número de ações, no total, no mínimo igual ao número de ações ofertadas; (iv) compromisso irrevogável do terceiro de aderir e se tornar parte do Acordo de Acionistas Controladores após adquirir quaisquer ações; e (v) cópia das minutas dos instrumentos a serem celebrados com o terceiro relativamente a referida venda e uma declaração de que não existem outros documentos a serem assinados, no que diz respeito a referida venda.

b) No prazo de 10 dias contados do recebimento da notificação mencionada no item (a) acima, cada Cedente Tag Along deverá exercer seu direito de adesão, após notificar o acionista cedente (com cópia para os demais Cedentes Tag Along), a respeito de seu desejo de participar da venda, indicando o número deações que deseja dispor (a ausência de resposta por qualquer Cedente Tag Along, em tal prazo de 10 dias mencionado acima, será entendida como recusa do Cedente Tag Along em exercer seu direito de adesão).

c) Na hipótese de nenhum Cedente Tag Along exercer seu direito de adesão (tag along), o acionista cedente deverá vender ao terceiro todas as ações ofertadas, desde que pelo mesmo preço especificado na notificação mencionada no item (a) acima. Na hipótese de qualquer Cedente Tag Along exercer seu direito de adesão, o acionista cedente e cada um dos respectivos Cedentes Tag Along deverão vender ao terceiro a totalidade das ações que ofertaram. Na hipótese, contudo, do terceiro não demonstrar interesse em adquirir a totalidade do número de ações detidas pelo acionista cedente e pelo(s) Cedente(s) Tag Along, estes deverão vender ao terceiro o número de ações igual ao número de ações ofertadas, multiplicado por seus respectivos percentuais de participação (excluído o percentual de participação de todos os Acionistas Controladores que não estiverem vendendo quaisquer ações), pelo mesmo preço especificado na notificação mencionada no item (a) acima. A venda das ações será consumada no prazo de venda.

Transferências Autorizadas

As seguintes transferências serão permitidas e não estarão sujeitas ao direito de primeira oferta ou ao direito de adesão (tag along):

a) Transferência de ações detidas por um Acionista Controlador a uma de suas afiliadas, desde que (i) o referido Acionista Controlador notifique previamente os demais Acionistas Controladores da transferência, informando a eles da

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

transferência proposta e da afiliada (incluindo cópia de seus documentos de constituição, registro de propriedade e balanço atrimonial), (ii) no caso de o acionista cedente ter efetuado o investimento nas suas ações ao amparo e de acordo com a sistemática prevista na Resolução Bacen nº 2.689, seja observado o disposto no Acordo de Acionistas Controladores, e (iii) a afiliada adira e se torne parte do Acordo de Acionistas Controladores.

b) Venda de ações (i) no contexto de uma oferta pública, ou (ii) realizada através da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou qualquer outra bolsa de valores aprovada pelos Acionistas Controladores no momento da aprovação de uma oferta pública.

c) Transferência por um Acionista Controlador de 1 (uma) ação por ele detida para uma pessoa física indicada por tal Acionista Controlador para ser eleita como membro do Conselho de Administração, devendo tal ação ser automaticamente transferida de volta ao Acionista Controlador cedente, ou a novo membro do Conselho de Administração indicado por tal Acionista Controlador, no momento em que o membro do Conselho de Administração deixar de ser membro do Conselho de Administração.

d) Transferência de ações pelo FIP Gávea ou pelo GPCP4-FIP ou pela Rhône para os seus respectivos quotistas, em caso de dissolução, liquidação, encerramento ou término do respectivo fundo ou, para os seus acionistas ou quotistas, caso o Bloco Gávea, a Alumina, GPCP4-FIP e o FIPMAG, ou o Bloco Rhône sejam uma sociedade. Na hipótese dos cessionários, nos termos do presente item, serem compostos por mais de uma pessoa jurídica, tais cessionários serão tidos como um único Acionista Controlador para determinar seus direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Acionistas Controladores.

Transferências Indiretas

O direito de preferência e o direito de adesão serão aplicáveis a uma transferência indireta de ações detidas por um Acionista Controlador que seja uma sociedade, nacional ou estrangeira, ou cujo controlador, direto ou indireto, seja uma sociedade, nacional ou estrangeira, através da transferência de quaisquer ações ou quotas do capital de tal Acionista Controlador ou de seu controlador, direto ou indireto, a terceiro (que não uma afiliada) e que seja acompanhada de ou implique em (na mesma operação ou por meio de operações relacionadas, concomitantes ou subseqüentes) transferência ao terceiro (ou pessoa a ele relacionada) do controle do Acionista Controlador ou do seu controlador, direto ou indireto ("Transferência Indireta"). A fim de evitar dúvidas, não serão consideradas Transferências Indiretas quaisquer transferências de ações ou quotas de um Acionista Controlador que seja uma sociedade, nacional ou estrangeira, ou do controlador, direto ou indireto, de tal Acionista Controlador que seja uma sociedade, nacional ou estrangeira, (i) se, em decorrência ou como parte de tal transferência, não ocorrer uma transferência do investimento nas ações e, cumulativamente, do controle da gestão de tal investimento por Alumina, GPCP4-FIP e FIPMAG, pelo Grupo Gávea ou pelo Grupo Rhône, conforme o caso; ou (ii) se as ações representarem menos do que 50% (cinqüenta por cento) da totalidade dos ativos e/ou investimentos do respectivo controlador, direto ou indireto, de tal Acionista Controlador.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Transferências de Ações de Alumina, GPCP4-FIP e FIPMAG

Alumina e GPCP4-FIP se obrigam a não transferir, bem como a fazer com que qualquer de suas afiliadas que porventura venham a deter ações não transfiram, qualquer de suas ações ou direito de subscrição ao FIPMAG sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, dos demais Acionistas Controladores.

Nulidade de Transferências não Autorizadas

Qualquer transferência de ações ou direitos de subscrição, direta ou indireta, em violação às disposições do Acordo de Acionistas Controladores será nula e ineficaz, não será reconhecida ou produzirá efeitos perante os Acionistas Controladores ou a Companhia e será tida como um inadimplemento ao Acordo de Acionistas Controladores, sujeitando o inadimplemento às penalidades aplicáveis.

g) cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração nomeados pelos Acionistas Controladores devem exercer o seu direito de voto de forma a cumprir integralmente os termos do Acordo de Acionistas Controladores, inclusive no que se refere ao quorum qualificado para aprovação de determinadas matérias.

Toda e qualquer deliberação tomada em qualquer reunião que esteja em desacordo com a instrução de voto resultante de reunião prévia ou com qualquer disposição do Acordo de Acionistas Controladores será reputada nula e sem efeito. Neste caso, (i) o presidente da respectiva reunião não computará os votos assim proferidos, e (ii) os demais Acionistas Controladores terão o direito de votar em nome do Acionista Controlador inadimplente, de acordo com as instruções de voto acordadas na respectiva reunião prévia. Nesta hipótese, os Acionistas Controladores deverão tomar e fazer com que sejam tomadas imediatamente todas as medidas necessárias para (a) destituir o(s) representante(s) que tenha(m) deixado de observar a deliberação tomada na reunião prévia ou as disposições do Acordo de Acionistas Controladores, e (b) declarar sem efeito qualquer deliberação contrária à reunião prévia e/ou realizar nova reunião, para aprovar as deliberações necessárias para dar efeito a tais medidas.

Acordo de Acionistas Krosaki

a) partes e b) data de celebração

Em 17.06.2008, foi celebrado um acordo entre os acionistas Alumina, GPCP4-FIP, FIP Gávea, GIF Holdings, FIPMAG e Krosaki Harima Corporation (“Krosaki”), tendo a Companhia como interveniente (“Acordo Krosaki”).

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

O Acordo Krosaki não foi revogado pelo Acordo de Acionistas Controladores datado de 5 de novembro de 2008 e, em caso de conflito entre o Acordo Krosaki e o Acordo de Acionistas Controladores, o último deverá prevalecer.

c) prazo de vigência

O Acordo Krosaki permanecerá em vigor pelo prazo de 20 anos contados de sua assinatura ou até a ocorrência do primeiro entre os seguintes eventos (i) Krosaki se tornar titular de ações ordinárias representativas de 1,5% ou menos do capital social total da Companhia, desde que essa redução na participação societária da Krosaki não seja resultante de (a) exercício, pelos Acionistas controladores, do direito de drag along previsto no Acordo Krosaki; (b) qualquer oferta pública de valores mobiliários na qual os acionistas da Companhia sejam impedidos de exercer seus respectivos direitos de preferência; (c) plano de opção de compra de ações outorgado a conselheiros, diretores, empregados e/ou qualquer pessoa que preste serviços à Companhia; (ii) a rescisão do Contrato de Subscrição de Ações celebrado em 20.05.2008 ou a rescisão de qualquer dos seguintes Contratos de Tecnologia: (x) Agreement Joint Development and Technical Assistance Refractories for BOF, datado de 29.07.2005; (y) Agreement Joint Development and Technical Assistance Refractories for RH/AOD Degasser, datado de 29.07.2005; e (z) Agreement Joint Development and Technical Assistance S-G Refractories and A-G Refractories, datado de 29.07.2005; desde que tais Contratos de Tecnologia sejam rescindidos em razão de qualquer dos eventos de rescisão neles estabelecidos, sendo certo que o término do prazo de vigência dos Contratos de Tecnologia não será considerado rescisão de nenhum Contrato de Tecnologia, a menos que a Krosaki se recuse a renovar quaisquer dos Contratos de Tecnologia expirados; (iii) a transferência, pelos Acionistas Controladores, de ações ordinárias representativas do controle da Companhia; e (iv) na data em que os Acionistas Controladores e a Krosaki concordarem por escrito em rescindir o Acordo Krosaki. Caso o Acordo de Acionistas Controladores seja prorrogado, o prazo do Acordo Krosaki será prorrogado de forma correspondente.

e) cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

O Acordo Krosaki não dispõe a respeito de exercício do direito de voto ou do poder de controle.

f) cláusulas relativas à indicação de administradores

À Krosaki é reservado o direito ao exercício do voto múltiplo a que faça jus, desde que em 48 horas antes da respectiva Assembléia Geral de Acionistas, a Krosaki detenha ações representativas de mais de 3% do total de ações da Companhia. Caso a participação da Krosaki permaneça igual ou torne-se inferior a 3%, a Krosaki concorda em não exercer o direito ao voto múltiplo, seja sozinha, em conjunto e/ou associada a outros acionistas da Companhia, devendo tal restrição ao direito da Krosaki incluir e, portanto, também impedir a cessão de quaisquer de seus direitos a quaisquer terceiros.

g) cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

As restrições previstas no Acordo Krosaki se referem somente às ações detidas pela Krosaki na data de assinatura do referido Acordo.

Direito de Preferência

Exceto no caso de uma transferência permitida (assim considerada uma transferência de ações realizada a qualquer afiliada de um acionista signatário do Acordo Krosaki, desde que tal afiliada passe a fazer parte e sujeitar-se aos termos do Acordo Krosaki), a Krosaki não poderá transferir qualquer valor mobiliário da Companhia por ela detido a não ser que (i) receba uma oferta irrevogável de um terceiro, incluindo qualquer um dos Acionistas Controladores, mediante pagamento em dinheiro; e (ii) a Krosaki primeiro oferte tais valores mobiliários aos Acionistas Controladores, que terão direito de preferência para adquirir tais valores mobiliários. A Krosaki não poderá ceder ou, por quaisquer outros meios, dispor de seu direito de subscrever novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, exceto para suas afiliadas, ou com a observância do direito de preferência.

Tag Along

Caso qualquer dos Acionistas Controladores queira transferir seus valores mobiliários de emissão da Magnesita a um terceiro (exceto a transferência privada (i) de um Acionista Controlador a uma afiliada sua, (ii) de um Acionista Controlador a outro Acionista Controlador ou sua afiliada; ou (iii) de um Acionista Controlador a um conselheiro por ele indicado), a Krosaki terá direito de adesão (tag along), pelo preço ofertado pelo adquirente. A notificação deverá ser enviada à Krosaki no mesmo prazo e deverá conter as mesmas informações. A Krosaki terá o direito de, no prazo de 30 dias contados do recebimento da notificação, ofertar uma parcela dos valores mobiliários da Companhia por ela detidos. Tal parcela será igual ao número total de valores mobiliários detidos pela Krosaki, multiplicado pela fração cujo numerador seja o número total de valores mobiliários incluídos na oferta e o denominador seja o número total de valores mobiliários de titularidade dos Acionistas Controladores que estejam fazendo a oferta.

Caso a oferta compreenda a transferência direta ou indireta do controle da Companhia, o direito de tag along da Krosaki poderá ser desproporcional em relação aos Acionistas Controladores ofertantes, compreendendo todos os valores mobiliários detidos pela Krosaki, a seu exclusivo critério. Caso o adquirente, nesta hipótese, não aceite adquirir um número de valores mobiliários maior do que o especificado na oferta, os Acionistas Controladores poderão, a seu exclusivo critério e mediante notificação à Krosaki, decidir não realizar a alienação ou reduzir o número de valores mobiliários a serem alienados, de modo que a Krosaki possa alienar todos os valores mobiliários que desejar.

Caso a oferta não compreenda a transferência direta ou indireta do controle da Companhia e o adquirente não aceite adquirir um número de valores mobiliários maior do que o especificado na oferta, os Acionistas Controladores poderão, a seu exclusivo critério e mediante notificação à Krosaki, optar por não realizar a alienação dos valores mobiliários ou reduzir o número de valores mobiliários proporcionalmente.

Drag Along

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Caso os Acionistas Controladores queiram transferir a totalidade ou parte de seus valores mobiliários a um terceiro (desde que não seja uma afiliada de qualquer dos Acionistas Controladores), os Acionistas Controladores poderão exigir que a Krosaki aliene ao proponente adquirente, nos mesmos termos e condições, uma parcela dos valores mobiliários emitidos pela Companhia por ela detidos. Tal parcela será igual ao número total de valores mobiliários detidos pela Krosaki, multiplicado pela fração cujo numerador seja o número de valores mobiliários a serem transferidos ao terceiro e o denominador seja o número total de valores mobiliários detidos por tais Acionistas Controladores.

O direito de drag along somente poderá ser exercido desde que (i) a alienação ao adquirente seja realizada dentro de 30 dias a contar do recebimento da notificação pela Krosaki; (ii) o preço de aquisição seja pago em dinheiro; e (iii) o preço por valor mobiliário a ser pago à Krosaki não seja inferior à quantia equivalente ao valor pago pela Krosaki pelas ações emitidas pela Companhia na data de assinatura do Acordo Krosaki, acrescido de 15% ao ano, calculado pro rata temporis. Caso o direito de drag along seja exercido, a Krosaki terá o direito de rescindir parte ou todos os contratos de tecnologia e de, simultaneamente, alienar seus valores mobiliários remanescentes, se aplicável, aos Acionistas Controladores, pelo mesmo preço e condições dispostos na oferta do drag along.

Leilão para Transferência de Controle

Caso os Acionistas Controladores decidam transferir valores mobiliários de emissão da Companhia por eles detidos por meio de um procedimento de leilão privado, a Krosaki terá o direito de participar de tal processo como concorrente independente, sendo-lhe dado o mesmo tratamento dos demais concorrentes, inclusive no que tange ao direito de informação.

h) cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

O Acordo Krosaki não dispõe a respeito de cláusulas que restrinjam ou vinculem odireito de voto de membros do conselho de administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Os acionistas da LWB receberam da Companhia, em 5 de novembro de 2008, data de fechamento da operação de aquisição do Grupo LWB pela Companhia, o valor de R$ 785,4 milhões, sendo que uma parcela correspondente a R$ 297,8 milhões, em dinheiro, e o restante, equivalente a R$ 487,6 milhões, através da entrega de 23.457.778 ações ordinárias de emissão da Companhia, que equivalia, à época, a 10,97% do seu capital social total. Foi considerado o valor de R$ 17,60 por ação da Companhia para fins do cálculo do valor da transação acima mencionada.

Alteração relevante (maior que 5% do total das ações Companhia) foi comunicada à Companhia em 12/03/10, por meio de correspondência postada no website da Comissão de Valores Mobiliários, em que o acionista GIF II Fundo de Investimento em Participações informou a venda de 13.500.000 ações ordinárias de emissão da Companhia (correspondentes a 5,1% do capital social total da Companhia). Em abril de 2012, o acionista GIF II Fundo de Investimento em Participações zerou sua participação no capital da Companhia.

Outra alteração relevante foi comunicada à Companhia em 20/07/2012, por meio de correspondência, em que o acionista FAMA Investimentos Ltda, através de operações realizadas em bolsa de valores por conta de seus fundos de investimento e carteira por ela gerida, alienaram ações ordinárias da Companhia, passando na data a deter um total consolidado de 13.891.034 ações ordinárias, representando 4,75% das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A última alteração relevante foi comunicada à Companhia por meio de correspondência datada de 04/04/2013, informando que o acionista GUEPARDO Investimento Ltda., através de operações realizadas em bolsa de valores por conta de seus fundos de investimento e carteiras por ela geridas, adquiriram ações ordinárias da Companhia passando na data a deter um total consolidado de 14.710.000 ações ordinárias, representando 5,038% das ações ordinárias de emissão da Companhia.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

- controladores diretos e indiretos

A Companhia tem como controladores diretos a Alumina Holdings, LLC ("Alumina"), o GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações ("GPCP4") e a Mag Fundo de Investimentos em Participações ("MAG-FIP"), sendo que os três são fundos de *private equity* administrados por subsidiárias integrais de GP Investments, Ltd. Além destes, a Magnesita possui como controlador o Rearden L Holdings 3 S.À.R.L. ("Rearden"), um veículo de investimento do Grupo Rhône.

- Alumina

A Alumina, LLC ("Alumina"), sociedade constituída de acordo com as leis do Estado de Delaware, EUA, detém 31,30% do capital social total da Companhia e é controlada, indiretamente, por GP Capital Partners III, L.P. ("GPCPIII") e GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV"), fundos que têm como objetivo realizar investimentos de private equity, ou relacionados a private equity, em empresas localizadas no Brasil ou com atividade comercial expressiva no Brasil e, em menor extensão, em outros países da América Latina, buscando o controle ou o controle compartilhado, ou uma participação minoritária influente nas empresas-alvo.

O GPCPIII e o GPCPIV são respectivamente geridos pelo GP Investments (Cayman) III, Ltd. e GP Investments IV, Ltd., sendo ambas empresas subsidiárias integrais da GP Investments, Ltd., companhia aberta com sede em Bermudas, que por sua vez é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas, que por sua vez não possui qualquer controlador com participação relevante acima de 5% na Companhia.

A GP Investments é uma companhia aberta, listada na Bolsa de Luxemburgo e tem seus papéis negociados na BM&FBovespa por meio de Certificados de Depósito de Ações (BDRs).

- GPCP4

O GPCP4 detém 0,40% do capital social da Companhia e está registrado junto a CVM como administrador de fundos de investimento. O GPCP4 é constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução nº 391 da CVM, cuja administradora é a GP Investimentos Ltda., a qual possui total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo e orienta o voto do GPCP4 nas assembleias gerais da Companhia. O Controlador informa ainda que não há nenhum quotista que possui controle no fundo GPCP4.

15.7 - Outras informações relevantes

- *MAG-FIP*

O MAG-FIP detém 3,37% do capital social da Companhia, sendo um fundo de investimento em participações gerido pela sociedade BRZ Investimentos Ltda, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução nº 391 da CVM e tem como finalidade exclusiva a realização de investimentos na Companhia. O Controlador informa ainda que não há nenhum quotista que possui controle no fundo MAG-FIP. A BRZ Investimentos Ltda., como gestora do MAG-FIP, possui total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo e orienta o voto do MAG-FIP nas assembleias gerais da Companhia.

- *Rearden*

A Rearden tem sede no Grão-Ducado do Luxemburgo e detém 7,42% das ações ordinárias da Magnesita. As participações acionárias na Rearden são detidas por Rhône Onshore Partners III, LP, uma sociedade limitada constituída sob as leis do Estado de Delaware, ("RP III"), Rhône Offshore Partners III, LP, uma sociedade limitada constituída segundo as leis das Ilhas Cayman ("ROP III"), e Rhône Coinvestment III LP, uma sociedade limitada constituída sob as leis do Estado de Delaware (“RC III” e, em conjunto com RP III e ROPIII, os “Fundos Rhône III”).

Os Fundos Rhône III são fundos com foco em oportunidades de investimento em middle-market com perspectivas de crescimento nos mercados pan-europeu e transatlântico. Geralmente, os Fundos Rhône III procuram as empresas onde podem obter uma posição de controle e, de acordo com sua filosofia de investimento, esforçar-se por estabelecer relações estratégicas com outros investidores. O sócio gestor dos Fundos Rhône III é a Rhône Capital III LP, uma sociedade limitada constituída sob as leis do Estado de Delaware ("General Partner").

O Partnership Agreement de cada um dos Fundos Rhône III delega todos os poderes de gestão relacionados aos fundos, incluindo a discricionariedade pelas decisões de investimento, ao General Partner. O sócio gestor do General Partner é Rhône Holdings III L.L.C., uma sociedade limitada constituida sob as leis do Estado de Delaware, que, por sua vez, é controlada pela Rhône Capital L.L.C., uma sociedade limitada constituida sob as leis do Estado de Delaware. A Rhône Capital L.L.C. é controlada por Robert F. Agostinelli e Steven Langman.

Os Limited Partners do RP III e do ROP III incluem investidores institucionais como fundos de pensão, seguradoras, instituições financeiras e universidades, e em menor medida, os investidores individuais. Os Limited Partners do RC III são os funcionários de algumas filiais da General Partner. Nenhum parceiro dos Fundos Rhône III (incluindo o General Partner) detém indiretamente 5% ou mais da Companhia.

- *Outras informações relevantes*

Nos termos do Acordo de Acionistas Controladores, nenhum gravame poderá ser constituído nas ações de emissão da Magnesita Refratários S.A. detidas pelos Acionistas Controladoras.

15.7 - Outras informações relevantes

Até o último evento que ocorrer dentre os seguintes: (i) o Acionista Controlador detiver menos de 7,66% do número total de ações vinculadas ao Acordo de Acionistas Controladores ou (ii) o Acionista Controlador deixar de possuir um representante na administração da Companhia, o referido Acionista Controlador e suas afiliadas deverão se abster de adotar qualquer medida relevante cujo objetivo seja a realização de um investimento substancial ou aquisição de qualquer negócio que concorra com o da Companhia, desde que o Conselho de Administração da Companhia tenha discutido a realização do referido investimento ou aquisição pela Companhia. A referida restrição não se aplicará se (i) o respectivo Acionista Controlador for a Rhône e tiver notificado o Conselho de Administração da Companhia de que tinha conhecimento prévio da referida oportunidade de investimento ou aquisição e (ii) o respectivo Acionista Controlador decidir, mediante o envio de notificação, por escrito, para os demais Acionistas Controladores, extinguir todos os direitos contemplados no Acordo de Acionistas Controladores.

GIF II

O acionista GIF II não possui representante no conselho de administração da Companhia desde 29 de janeiro de 2010, data em que os membros do conselho de administração da Companhia indicados pelo GIF II renunciaram formalmente ("Data de Renúncia do GIF II"). Adicionalmente, desde então o referido acionista reiteradamente renuncia ao direito de participar das reuniões prévias de acionistas, as quais, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, ocorrem antes das assembleias gerais e/ou das reuniões do conselho de administração e têm o objetivo de definir o voto em bloco a ser proferido pelos acionistas controladores da Companhia e seus representantes no conselho de administração da Companhia. Neste sentido, além do direito de participar da reunião prévia, o GIF II também renuncia ao seu direito de receber qualquer documento relacionado à mencionada reunião, incluindo, mas não se limitando, a ordem do dia. Ainda nesse contexto, a Companhia não fornece previamente ao GIF II, desde a Data de Renúncia do GIF II, quaisquer informações relativas aos seus negócios ou atividades que possam ser enquadradas no conceito de ato ou fato relevante nos termos da Instrução CVM nº 358/02. O acionista GIF II zerou sua posição em Magnesita em abril de 2012.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1. ***Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto***

No curso normal de suas atividades, a Companhia mantém operações de compra e venda de produtos e serviços com suas controladas sendo que essas operações são praticadas em condições acordadas entre as partes. Considerando que o percentual de participação da Companhia nas controladas é de 100% as mesmas são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Embora a Companhia não disponha de regras ou políticas quanto à realização de transações com partes relacionadas, a Companhia adota como medida preventiva a análise criteriosa de todos os contratos com partes relacionadas tanto sob o ponto de vista comercial quanto legal e societário. Adicionalmente, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, contratos com valores superiores a R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) são submetidos à aprovação do Conselho de Administração no que se refere à sua celebração, alteração ou rescisão, conforme previsto no art. 15 do Estatuto Social.

Para todas as partes relacionadas informadas no quadro 16.2, a relação com o emissor é de empresa controlada, não se aplicando a nenhuma das transações acima garantias e seguros, bem como condições de rescisão ou extinção.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Magnesita Insider Refratários Ltda	31/12/2013	3.200.000,00	R$323.000,00	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas pela controladora para fabricação de materiais refratários da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma controlada que possui uma planta para fabricação de uma linha de materiais refratários não mantida na fábrica da controladora, em função das características específicas deste produto. A controladora mantém o negócio em uma pessoa jurídica distinta, por questões tributárias.						
Magnesita Insider Refratários Ltda	31/12/2013	10.578.000,00	R$8.259.000,00	Não é possível afeir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Compra de produtos refratários pela controladora para complementação do portfólio de produtos.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma controlada que possui uma planta para fabricação de uma linha de materiais refratários não mantida na fábrica da controladora, em função das características específicas deste produto. A controladora mantém o negócio em uma pessoa jurídica distinta, por questões tributárias.						
Magnesita Insider Refratários Ltda	31/12/2013	0,00	-R$611.000	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Integral						
Objeto contrato	Mútuo - conta corrente com saldo a receber da controlada						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	A controlada assumiu alguns compromissos da controladora originados com sua operação normal.						
Empresas LWB	31/12/2013	0,00	R$2.685.000,00	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controladas integrais						
Objeto contrato	Compra de produtos refratários pela controladora para complementação do portfólio de produtos.						
Garantia e seguros	Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma transação esporádica na qual a controladora teve a oportunidade de utilizar produtos desta controlada sem aplicação específica pela controlada						
Refractarios Magnesita Chile	31/12/2013	5.639.000,00	R$ 5.050.000,00	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Integral						
Objeto contrato	Venda de refratários para revenda no Chile						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantias da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Chilei solicitaram que o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preço de transferência.						
Empresas LWB	31/12/2013	201.460.000,00	R$62.382.000,00	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas integrais						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas para a controlada no exterior						
Garantia e seguros	Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma transação esporádica na qual a controladora teve a oportunidade de utilizar produtos desta controlada sem aplicação específica pela controlada						
Empresas LWB	31/12/2013	0,00	R$8.400.000,00	Não é possível aferir	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas integrais						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo - conta corrente com saldo a receber da controlada						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora						
Natureza e razão para a operação	A controladora pagou despesas da controlada no Brasil						
RASA - Refractarios Argentinos SA/CyM	31/12/2013	17.309.000,00	R$61.189.000,00	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas pela controladora para fabricação de materiais refratários da controlada e venda de materiais refratários						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	A controladora mantém uma controlada na Argentina para atendimento, principalmente, à siderurgia dos países da América do Sul, em especial Argentina e Chile.						
Magnesita Insider Refratários Ltda	31/12/2011	329.000,00	R$ 178.000,00	R$ 2.539.000,00	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas pela controladora para fabricação de materiais refratários da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma controlada que possui uma planta para fabricação de uma linha de materiais refratários não mantida na fábrica da controladora, em função das características específicas deste produto. A controladora mantém o negócio em uma pessoa jurídica distinta, por questões tributárias.						
Refractarios Magnesita Uruguay S.A.	31/12/2013	159.000,00	R$91.000,00	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para revenda nos países em que se localizam as controladas.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Uruguai solicitaram que o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preço de transferência.						
Magnesita Insider Refratários Ltda	31/12/2011	5.969.000,00	R$ 1.998.000,00	R$ 4.308.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Compra de produtos refratários pela controladora para complementação do portfólio de produtos.						
Garantia e seguros	Transporte da carga até a unidade da controladora.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	A controladora precisa desta linha de produtos para compor alguns contratos de fornecimento de produtos refratários. Estas linhas de produtos não são fabricadas na controladora, e sim, na controlada.						
Magnesita Insider Refratários Ltda	31/12/2011	0,00	(R$ 860.000,00)	(R$ 861.000,00)	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Mútuo - conta corrente com saldo a pagar à controlada						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	A controlada assumiu alguns compromissos da controladora originados com sua operação normal.						
RASA - Refractarios Argentinos SA/CyM	31/12/2011	318.000,00	0	R$ 318.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Mútuo - conta corrente com saldo a receber da controlada						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A controladora pagou despesas da controlada no Brasil						
RASA - Refractarios Argentinos SA/CyM	31/12/2011	14.542.000,00	R$ 38.829.000,00	R$ 13.785.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas pela controladora para fabricação de materiais refratários da controlada e venda de materiais refratários para complementar o portfólio de produtos da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	A controladora mantém uma controlada na Argentina para atendimento, principalmente, à siderurgia dos países da América do Sul, em especial Argentina e Chile.						
Iliama Participações SL	21/12/2011	1.402.000,00	R$ 91.000,00	R$ 1.023.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para revenda no mercado externo.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	Com a aquisição d LWB, as operações feitas através da controlada estão em processo de extinção.						
Natureza e razão para a operação	Revenda de produtos refratários no exterior. A controlada opera apenas com produtos da controladora.						
Iliama Participações SL	31/12/2011	0,00	R$ 54.986.237,39	R$ 47.908.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Mútuo - conta corrente com saldo a receber da controlada						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado						
Rescisão ou extinção	Com a aquisição d LWB, as operações feitas através da controlada estão em processo de extinção.						
Natureza e razão para a operação	Revenda de produtos refratários no exterior. A controlada opera apenas com produtos da controladora.						
Refractarios Magnesita Uruguay S.A.	31/12/2011	551.000,00	R$ 295.100,00	R$ 350.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de refratários para controlada vender no Uruguai						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Uruguai solicitaram que o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preço de transferência.						
Refractarios Magnesita Colombia S.A.	31/12/2011	18.531.000,00	R$ 20.919.000,00	R$ 17.044.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de refratários para controlada vender na Colômbia						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos na Colômbia solicitaram que o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preço de transferência.						
Refractarios Magnesita Del Peru SAC	31/12/2011	4.974.000,00	R$ 5.057.000,00	R$ 7.127.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de refratários para controlada vender no Peru.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Peru solicitaram que o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preço de transferência.						
Refractarios Magnesita Chile	31/12/2011	2.435.000,00	R$ 2.594.000,00	R$ 1.871.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de refratários para revenda no Chile.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Chile solicitaram que o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preço de transferência.						
Empresas LWB	31/12/2011	100.884.000,00	R$ 26.202.000,00	R$ 69.759.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas integrais						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas para a controlada no exterior						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada necessita de matérias-primas da controladora, representando forte sinergia entre os negócios. . A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	A venda de matérias-primas para a produção de refratários na controlada LWB é uma importante sinergia nos negócios do grupo.						
Empresas LWB	31/12/2011	0,00	R$ 2.857.000,00	R$ 2.101.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas integrais						
Objeto contrato	Mútuo - conta corrente com saldo a receber da controlada						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora						
Natureza e razão para a operação	A controladora pagou despesas da controlada no Brasil.						
Magnesita Insider Refratários Ltda	31/12/2012	2.152.000,00	R$305.000,00	Não possível aferir	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Venda de matérias-primas pela controladora para fabricação de materiais refratários da controlada.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma controlada que possui uma planta para fabricação de uma linha de materiais refratários não mantida na fábrica da controladora, em função das características específicas deste produto. A controladora mantém o negócio em uma pessoa jurídica distinta, por questões tributárias.						
Magnesita Insider Refratários Ltda	31/12/2012	9.942.000,00	R$3.792.000,00	Não possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Compra de produtos refratários pela controladora para complementação do portfólio de produtos.						
Garantia e seguros	Transporte da carga até a unidade da controladora.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	A controladora precisa desta linha de produtos para compor alguns contratos de fornecimento de produtos refratários. Estas linhas de produtos não são fabricadas na controladora, e sim, na controlada.						
Magnesita Insider Refratários Ltda	31/12/2012	0,00	(R$611.00,00)	Não possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Mútuo - conta corrente com saldo a pagar à controlada						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora.						
Natureza e razão para a operação	A controlada assumiu alguns compromissos da controladora originados com sua operação normal.						
RASA - Refractarios Argentinos SA/CyM	31/12/2012	12.967.000,00	R$54.287.000,00	Não possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas pela controladora para fabricação de materiais refratários da controlada e venda de materiais refratários para complementar o portfólio de produtos da controlada.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	A controladora mantém uma controlada na Argentina para atendimento, principalmente, à siderurgia dos países da América do Sul, em especial Argentina e Chile.						
RASA - Refractarios Argentinos SA/CyM	31/12/2012	12.967.000,00	R$54.287.000,00	Não possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Compra de produtos refratários pela controladora para complementação do portfólio de produtos.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte da carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma transação esporádica na qual a controladora teve a oportunidade de utilizar produtos desta controlada sem aplicação específica pela controlada.						
Iliama Participações SL	31/12/2012	0,00	R$14.496.000,00	Não possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Mútuo - conta corrente com saldo a receber da controlada						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Com a aquisição d LWB, as operações feitas através da controlada estão em processo de extinção.						
Natureza e razão para a operação	Revenda de produtos refratários no exterior. A controlada opera apenas com produtos da controladora.						
Refractarios Magnesita Uruguay S.A.	31/12/2012	422.000,00	R$430.000,00	Não possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de refratários para controlada vender no Uruguai						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Uruguai solicitaram que o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preço de transferência.						
Refractarios Magnesita Colombia S.A.	31/12/2012	24.574.000,00	R$7.418.000,00	Não possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de refratários para controlada vender na Colômbia						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos na Colômbia solicitaram que o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preço de transferência.						
Refractarios Magnesita Del Peru SAC	31/12/2012	6.248.000,00	R$1.900.000,00	Não possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de refratários para controlada vender no Peru.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Peru solicitaram que o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preço de transferência.						
Refractarios Magnesita Chile	31/12/2012	5.154.000,00	R$4.232.000,00	Não possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de refratários para revenda no Chile.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Chilei solicitaram que o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preço de transferência.						
Empresas LWB	31/12/2012	124.051.000,00	R$41.567.000,00	Não possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas integrais						
Objeto contrato	Venda de matérias-primas para a controlada no exterior						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada necessita de matérias-primas da controladora, representando forte sinergia entre os negócios. . A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	A venda de matérias-primas para a produção de refratários na controlada LWB é uma importante sinergia nos negócios do grupo.						
Empresas LWB	31/12/2012	0,00	R$ 7.048.000,00	Não possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas integrais						
Objeto contrato	Mútuo - conta corrente com saldo a receber da controlada						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora						
Natureza e razão para a operação	A controladora pagou despesas da controlada no Brasil						
Empresas LWB	31/12/2012	0,00	R$1.463.000,00	Não possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladas integrais						
Objeto contrato	Compra de produtos refratários pela controladora para complementação do portfólio de produtos.						
Garantia e seguros	Não há razões para exigir garantia da controlada integral.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora						
Natureza e razão para a operação	Trata-se de uma transação esporádica na qual a controladora teve a oportunidade de utilizar produtos desta controlada sem aplicação específica pela controlada						
Metal Data S.A. - Mineração e Metalurgia	31/12/2012	7.255.000,00	R$305.000,00	Não possível aferir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Prestação de serviços de consultoria em geologia e mineração para a controladora.						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado.						
Rescisão ou extinção	A Controladora mantém um pipeline de possíveis projetos de mineração a serem estudados com a ajuda da consultoria da controlada. Este pipeline faz parte de um dos pilares estratégicos da companhia na nova visão estratégica de longo prazo.						
Natureza e razão para a operação	Consultoria em geologia e mineração.						
Refractarios Magnesita Del Peru SAC	31/12/2013	5.827.000,00	R$484.000,00	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para revenda nos países em que se localizam as controladas.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos no Peru solicitaram que o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preço de transferência.						
Refractarios Magnesita Colombia S.A.	31/12/2013	15.708.000,00	R$8.133.000,00	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Venda de produtos refratários para revenda nos países em que se localizam as controladas.						
Garantia e seguros	A controladora contrata seguros para transporte de carga até a fábrica da controlada. Não há razões para exigir garantia da controlada.						
Rescisão ou extinção	A controlada mantém uma operação complementar ao negócio principal da controladora. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da Companhia.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Nossos clientes siderúrgicos na Colômbia solicitaram que o fornecimento de refratário fosse feito por uma empresa local em substituição às exportações que a controladora fazia do Brasil. Desta forma, a controladora criou a controlada para revender seus produtos. A operação é feita evitando riscos fiscais de preço de transferência.						
Iliama Participações SL	31/12/2013	0,00	R$ 16.413.000,00	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral.						
Objeto contrato	Mútuo - conta corrente com saldo a receber da controlada						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Com a aquisição da LWB, as operações feitas através da controlada estão em processo de extinção.						
Natureza e razão para a operação	Revenda de produtos refratários no exterior. A controlada opera apenas com produtos da controladora.						
Dalian Magnesita Refractories Co. Limited	31/12/2013	0,00	R$25.390.000,00	Não é possível aferir.	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada integral						
Objeto contrato	Mútuo - conta corrente com saldo a receber da controlada						
Garantia e seguros	A controlada não tem razões para exigir garantias no pagamento do valor mutuado. A operação é nula no consolidado.						
Rescisão ou extinção	Não há disposições específicas para rescisão. A rescisão ou extinção é unicamente um processo decisório da controladora						
Natureza e razão para a operação	Revenda de produtos refratários no exterior. A controlada opera apenas com produtos da controladora.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia acredita não haver conflito de interesses, visto que as operações de compra, venda ou mútuo são realizadas com empresas controladas com percentual de participação de 100% (com exceção da Metal Data S.A.). Ou seja, as controladas são uma extensão do negócio da companhia e a companhia adota como medida preventiva a análise criteriosa de todos os contratos com partes relacionadas tanto sob o ponto de vista comercial quanto legal e societário com vistas a eliminar ou mitigar eventuais riscos fiscais com a legislação de preço de transferência ou discussões de distribuições disfarçadas de lucros. Desta forma, os preços, prazos e demais condições relevantes da operação são confrontados com operações similares realizadas com terceiros e em conformidade com a legislação de cada região de atuação dando cumprimento integral às regras legais e fiscais. Adicionalmente, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, contratos com valores superiores a R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) são submetidos à aprovação do Conselho de Administração no que se refere à sua celebração, alteração ou rescisão, conforme previsto no art. 15 do Estatuto Social.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
22/02/2011	2.528.146.113,65		283.270.134	0	283.270.134
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
22/02/2011	2.528.146.113,65		283.270.134	0	283.270.134
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
22/02/2011	2.528.146.113,65		283.270.134	0	283.270.134
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
22/02/2011	4.000.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
24/06/2010	Conselho da Administração	24/06/2010	2.812.511,20	Subscrição particular	257.556	0	257.556	0,09980000	10,92	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Calculo na forma prevista no Plano de Opções de Compra de Ações aprovado pela AGE de 24/03/08									
Forma de integralização	À vista, em moeda nacional corrente.									
14/02/2011	Conselho da Administração	14/02/2011	2.532.750,00	Subscrição pública	30.700.000	0	30.700.000	11,88945822	8,25	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	a)Efetivação dos pedidos de reserva pelo investidores não institucionais no período de reserva b)Conclusão do procedimento de bookbuilding realizado pelo banco Itaú BBA e pelo Credit Suisse S.A.									
Forma de integralização	À vista, em moeda nacional corrente.									
22/02/2011	Conselho da Administração	22/02/2011	25.327.500,00	Subscrição pública	3.070.000	0	3.070.000	1,06260754	8,25	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	a)Efetivação do pedido de reserva pelos investidores não institucionais no periodo de reserva b)Conclusão do procedimento de bookbuilding realizado pelo banco Itaú BBA e pelo Credit Suisse S.A.									
Forma de integralização	À vista, em moeda nacional corrente.									

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve operação de desdobramento, grupamento e bonificação nos últimos três exercícios sociais (2011, 2012 e 2013).

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve reduções do capital social nos últimos três exercícios sociais (2011, 2012 e 2013)

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Os aumentos de capital de 14 de fevereiro de 2011 e de 22 de fevereiro de 2011 se deram no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações da Magnesita Refratários S.A. ("Companhia"), por meio da qual a Companhia captou R$278.602.500,00, tendo sido parte desses recursos, no montante de R$139.301.250,00, alocados à conta capital, e parte dos recursos, no montante de R$139.301.250,00, alocados à conta reserva de capital.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, é concedido aos acionistas titulares de ações de emissão da Companhia o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia na proporção de suas participações no capital social da Companhia. Segundo o Estatuto Social da Companhia, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório, a todos acionistas, observadas as demais disposições do referido Estatuto Social e da legislação aplicável.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso de capital na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento das obrigações da Companhia. Caso o acionista decida retirar-se da Companhia em virtude de dissidências de certas deliberações tomadas em assembleia geral, o valor da ação, para fins de reembolso, será determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com a Lei da Sociedade por Ações.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos lucros sociais, (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Conforme disposto no artigo 31 do estatuto social da Companhia, aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o controle acionário, em razão de contrato particular celebrado com o acionista controlador da Companhia, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a efetivar a oferta pública referida no art. 29 do estatuto social, cuja redação determina que a alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deve ser contratada sob condição de que o adquirente se obrigue a efetivar, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista controlador alienante.A Companhia possui ADRs negociados nos Estados Unidos no Mercado de Balcão (OTC), administrado pela Securities and Exchange Comission.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Conforme disposto no artigo 31 do estatuto social da Companhia, aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o controle acionário, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o acionista controlador da Companhia, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a efetivar a oferta pública referida no art. 29 do estatuto social, cuja redação determina que a alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deve ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista controlador alienante.

Adicionalmente, nos termos do referido artigo 31 do estatuto social da Companhia, aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o controle acionário, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o acionista controlador da Companhia, deverá ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado de acordo com a variação do IPCA/IBGE, na forma da legislação em vigor; e a tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subseqüentes à aquisição do controle.

O acionista controlador ou a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas também na hipótese de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, nos termos do artigo 33 do estatuto social da Companhia.

Neste mesmo sentido, nos termos do *caput* do artigo 35 do estatuto social da Companhia, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas na hipótese de os acionistas, em assembleia geral, deliberarem a saída da Companhia do Novo Mercado, seja para que os valores mobiliários emitidos pela Companhia passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja em decorrência de reorganização societária na qual as ações da sociedade resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado.

Nos termos do artigo 37 do estatuto social da Companhia, o preço a ser ofertado nas ofertas públicas em caso de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou em caso de saída do Novo Mercado deverá corresponder, no mínimo, ao valor econômico das ações a serem adquiridas, apurado em laudo de avaliação, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Assim, se o valor econômico das ações for superior ao valor informado pelo ofertante, a

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará automaticamente revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, hipótese em que o ofertante deverá divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

Nesses casos, o artigo 34 do estatuto social dispõe que, quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública, ficando esta condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante.

Conforme disposto no artigo 36 do estatuto social da Companhia, a alienação de controle da Companhia que ocorrer nos 12 (doze) meses subsequentes à sua saída do Novo Mercado obrigará o acionista controlador alienante, conjunta e solidariamente com o adquirente do controle, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado de acordo com a variação do IPCA/IBGE, na forma da legislação em vigor.

Se o preço obtido pelo acionista controlador alienante na alienação for superior ao valor da oferta pública realizada na forma do artigo 35 do estatuto social da Companhia, devidamente atualizado de acordo com a variação do IPCA/IBGE, o acionista controlador alienante conjunta e solidariamente com o comprador, deverá pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública.

Nos termos do estatuto social da Companhia, a Companhia e o acionista controlador ficam obrigados a averbar no livro de registro de ações da Companhia, em relação às ações de propriedade do acionista controlador, ônus que obrigue o comprador daquelas ações a estender aos demais acionistas da Companhia preço e condições de pagamento idênticos aos que forem pagos ao acionista controlador alienante, em caso de alienação.

Com relação às regras estatutárias que limitam o direito de voto dos acionistas, há no § 1º do artigo 39 do estatuto social da Companhia a obrigação dos presidentes da Assembleia Geral e do Conselho de Administração de não computarem qualquer voto proferido com infração ao acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2013

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	135.278.720	8,23	7,02	R$ por Unidade
30/06/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	129.346.121	7,56	6,40	R$ por Unidade
30/09/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	158.550.366	6,80	6,03	R$ por Unidade
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	168.296.130	6,68	5,46	R$ por Unidade

Exercício social 31/12/2012

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	147.555.214	7,40	5,68	R$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	153.082.603	6,99	6,07	R$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	150.141.551	7,79	5,86	R$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	177.505.393	8,43	7,05	R$ por Unidade

Exercício social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	489.735.324	10,20	7,99	R$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	182.590.875	8,75	7,40	R$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	159.842.361	8,19	5,25	R$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	131.420.900	6,45	5,50	R$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão - Séria Única
Data de emissão	20/12/2013
Data de vencimento	20/12/2018
Quantidade (Unidades)	40.000
Valor total (Reais)	400.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”) e nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá realizar, a partir do 13º mês a contar da Data de Emissão, o resgate antecipado, parcial ou total, das debêntures, o qual será realizado de acordo com os seguintes procedimentos: (i) a Emissora deverá enviar, ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, comunicação por escrito com antecedência de, no mínimo, 10 Dias Úteis contados da data prevista para o Resgate Antecipado Facultativo. Na Comunicação de Resgate Antecipado deverá constar (i) a data; (ii) se o Resgate será total ou parcial, sendo que, caso parcial, deverá ser informado o número total de Debêntures a serem resgatadas; (iii) o Preço de Resgate e o Prêmio de Resgate; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) caso o Resgate seja parcial, será realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, responsabilizando-se o Agente Fiduciário pela organização e pela realização do sorteio. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, o Resgate Antecipado Facultativo será realizado em conformidade com os procedimentos da CETIP; (iii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculados pro rata die, acrescido de um prêmio cujo percentual observará conforme abaixo: 0,80% do 13º ao 24º mês; 0,60% do 25º ao 36º mês; 0,40% do 37º ao 48º mês; e 0,20% do 49º ao 60º mês. (iv) o Valor de Resgate Facultativo deverá ser pago em parcela única, e as Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor. O cálculo de que trata acima será realizado pela Emissora e sua memória encaminhada ao Agente Fiduciário para, caso esteja de acordo, valide o referido cálculo antes de ser realizada a Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo. Para os fins do cálculo do Prêmio, deverão ser consideradas as debêntures em Circulação à época da Data do Resgate Antecipado Facultativo.
Características dos valores mobiliários	Remuneração: As Debêntures farão jus à remuneração equivalente a 112% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI de um dia, “over extra-grupo” calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP; Garantia: As Debêntures serão da espécie quirografária e não contarão com qualquer garantia;
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Alterações na remuneração, espécie, prazo, data de vencimento e amortização, bem como as alterações nas condições de resgate antecipado, deverão contar com aprovação de debenturistas representando pelo menos 75% das debêntures em circulação.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Outras características relevantes	A Remuneração será paga semestralmente, nos dias 20 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira devida no dia 20 de junho de 2014 e as seguintes sucessivamente, até o último pagamento que será realizado na Data de Vencimento, (cada data de pagamento, uma “Data de Pagamento da Remuneração”), ou na data do eventual vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&F BOVESPA S.A sob o código "MAGG3" desde 02/04/2008.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7.Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:
a. país
b. mercado
c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação
d. data de admissão à negociação
e. se houver, indicar o segmento de negociação
f. data de início de listagem no segmento de negociação
g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício
h. se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações
i. se houver, banco depositário
j. se houver, instituição custodiante

Item	
a. País	Estados Unidos
b. Mercado	Mercado de balcão (OTCQX)
c. Entidade administradora	U.S. Securities and Exchange Commission
d. Data de admissão	13/08/2010
e. Segmento de negociação	ADR - Nível I
f. Data de início da listagem	13/08/2010[1]
g. Percentual de volume de negociações no exterior em relação ao volume total no último exercício	0,39
h. Proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada espécie de ações	1:2
i. Banco depositário	Deutsche Bank Trust Company Americas
j. Banco custodiante	Itáu-Unibanco S.A.

Os American Depositary Receipts (“ADRs”) da Magnesita passaram a ser negociados em 28 de fevereiro no OTCQX International Premier (“OTCQX”), um segmento do mercado de balcão operado pelo OTC Markets Group Inc. nos Estados Unidos.

Esta iniciativa reforça o compromisso da Companhia em promover a liquidez dos ADRs e oferecer aos seus investidores novas alternativas para negociação dos títulos em mercados de balcão nos Estados Unidos. Além disso, demonstra o comprometimento da Companhia em prezar por maior transparência, uma vez que cotações em tempo real e informações financeiras estarão disponíveis no website

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Em 14 de fevereiro de 2011, a Magnesita Refratarios S.A. ("Companhia") realizou oferta publica de distribuição primaria de ações ordinárias de sua emissão, tendo captado R$253.275.000,00 ("Oferta"), sendo que R$126.637.500,00 foram alocados a conta capital e R$126.637.500,00 foram alocados a conta reserva de capital. Adicionalmente, em 22 de fevereiro de 2010, nos termos do artigo 24 da Inst. CVM 400, a quantidade de ações ofertadas no âmbito da oferta (sem considerações adicionais) foi acrescida em 10%, ou seja, em 3.070.000 ações nas mesmas condições, totalizando R$25.327.500,00 sendo R$ 12.663.750,00 alocados a conta capital e R$12.663.750,00 alocados a conta reserva de capital. Os recursos líquidos da Oferta, deduzidas as comissões e despesas relacionadas, considerando as ações suplementares, totalizaram R$278.602.500,00. Buscando a adequação de sua estrutura de capital, a Companhia destinou 100% dos recursos líquidos provenientes da Oferta para a redução de seu endividamento bancário, por meio da liquidação parcial da Nota de Credito a Exportação celebrada com o Itaú Unibanco em 20 de marco de 2008, com saldo aberto em 31 de janeiro de 2011 de R$735.108.357,44 e a uma taxa de juros de CDI+2,75% ("NCE"), e renegociação do seu saldo em termos e condições mais adequadas e favoráveis para a Companhia. Com a quitação parcial da NCE, a Companhia visa acelerar a realização de investimentos e aumentar sua autossuficiência e verticalização em matérias-primas, através da expansão de suas atividades de mineração e produção de matérias-primas estratégicas.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não foram realizadas ofertas públicas de aquisição nos últimos três exercícios sociais.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia aprovou sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, em série única Foram emitidas 40.000 Debêntures, com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 totalizando o valor de R$ 400.000.000,00

As Debêntures foram emitidas no dia 20 de dezembro de 2013 e terão prazo de vigência de 60 meses contados da data de emissão. As Debêntures não terão seu valor unitário atualizado e renderão juros remuneratórios calculados a partir da data de emissão, equivalentes a 112% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“Taxa DI-Over”).

Os recursos captados por meio da Emissão serão destinados integralmente à gestão ordinária dos negócios da Emissora, notadamente para o financiamento de seu capital de giro e para o refinanciamento de dívidas da Companhia.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
08/08/2013	16/08/2013 à 17/08/2014	139.327.000,00	Ordinária		8.516.358	5,000000	1.773.200	6,01	R$ por Unidade	20,800000

1. O Conselho de Administração da Companhia aprovou, nesta data, o 2º programa de recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos do Artigo 30 da Lei n.º 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80 e da Instrução CVM nº 358/02, para fins de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social ("2º Programa de Recompra"), nas seguintes condições:

a) Objetivo da Companhia na operação: O objetivo da Companhia na operação é maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.

b) Quantidade de ações em circulação no mercado: 170.327.164 (cento e setenta milhões, trezentas e vinte e sete mil, cento e sessenta e quatro).

c) Quantidade de ações mantidas em tesouraria: não há, tendo em vista o cancelamento das 1.304.100 (um milhão, trezentas e quatro mil e cem) ações ordinárias de emissão da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada nesta data, as quais eram mantidas em tesouraria em decorrência do 1º programa de recompra de ações, aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada 15 de agosto de 2012 ("1º Programa de Recompra").

d) Limite de ações: Até 8.516.358 (oito milhões, quinhentas e dezesseis mil, trezentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, que correspondem a 5% (cinco por cento) das ações em circulação no mercado.

e) Recursos a serem empregados: A aquisição não afetará a distribuição do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, já que a mesma dar-se-á a débito da reserva de capital (reserva emissão de ações), conforme balanço levantado em 30 de junho de 2013, até o seu respectivo montante disponível nesse balanço, observado, especialmente, o disposto na Instrução CVM nº 10/80.

f) Intermediários: a aquisição será intermediada pelas seguintes instituições financeiras: (i) Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132; (ii) Deutsche Bank Corretora de Valores S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.184.143/0001-26, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132; (iii) MERRIL LYNCH S.A. CTVM, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.670.590/0001-95, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 16º andar, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132; (iv) XP INVESTIMENTOS CCTVM S/A, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.332.886/0001-04, com sede na Avenida das Américas, 3434, Bloco 07, 2º andar, salas 201 a 208 (parte), na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22640-102; e (v) BRASIL PLURAL CCTVM S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.816.451/0001-15, com sede na Rua Surubim, nº 373 – Térreo Vila Olímpia, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 45710-050.

O Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para cancelar as ações mantidas em tesouraria, em decorrência do 1º Programa de Recompra, bem como para implementar o 2º Programa de Recompra, com poderes para definir a oportunidade e o volume de ações a ser adquirido, desde que respeitados os termos e condições aprovados.

15/08/2012	15/08/2012 à 15/08/2013	139.327.000,00	Ordinária		8.581.563	5,000000	157.500	7,20	R$ por Unidade	0,050000

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										

Em 15 de agosto de 2012, o Conselho da Administração da Magnesita aprovou programa de recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos do Artigo 30 da Lei n.º 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80 e da Instrução CVM nº 358/02, para fins de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social (“Programa de Recompra”), nas seguintes condições:

a) Objetivo da Companhia na operação: O objetivo da Companhia na operação é maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.

b) Quantidade de ações em circulação no mercado: 171.631.264 (cento e setenta e um milhões, seiscentas e trinta e uma mil, duzentas e sessenta e quatro).

c) Quantidade de ações mantidas em tesouraria: A Companhia não mantinha ações em tesouraria quando o Programa de Recompra foi aprovado.

d) Limite de ações: Até 8.581.563 (oito milhões, quinhentas e oitenta e uma mil, quinhentas e sessenta e três) ações ordinárias, que correspondem a 5% (cinco por cento) das ações em circulação no mercado.

e) Recursos a serem empregados: A aquisição não afetará a distribuição do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, já que a mesma dar-se-á a débito da reserva de capital (reserva emissão de ações), conforme balanço levantado em 30 de junho de 2012, até o seu respectivo montante disponível nesse balanço, observado, especialmente, o disposto na Instrução CVM nº 10/80.

f) Intermediários: a aquisição será intermediada pelas seguintes instituições financeiras: (i) Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132; (ii) Deutsche Bank Corretora de Valores S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.184.143/0001-26, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132; e (iii) Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.584.318/0001-07, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3064, 13º andar e 14º andar (parte), Jardim Paulistano, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01451-000.

g) Prazo: autorização será válida pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da presente data, ou seja, encerrando-se em 15 de agosto de 2013.

O Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para implementar o Programa de Recompra, bem como outorgou poderes à Diretoria da Companhia para definir a oportunidade e o volume de ações a ser adquirido desde que respeitados os termos e condições aprovados.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Exercício social 31/12/2013

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	0	0,00	0,00
Aquisição	1.773.200	10.812.312,00	6,10
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	1.773.200	10.812.312,00	6,10

Exercício social 31/12/2012

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	0	0,00	0,00
Aquisição	157.500	1.134.000,00	7,20
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	157.500	1.134.000,00	7,20

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Valor mobiliário Ações

Espécie ação	Classe ação	Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	Relação ações em circulação (%)
Ordinária			1.773.200	6,01	R$ por Unidade	31/12/2013	1,040000

19.4 - Outras informações relevantes

19.4 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**31/03/2008**
Cargo e/ou função	São pessoas vinculadas à Política de Negociação a Companhia, seus acionistas controladores diretos e indiretos, acionistas da Companhia que tenham eleito membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, membros do Conselho de Administração, da diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, empregados e executivos da Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, em todos os casos, que tenham aderido expressamente à Política de Negociação, estando obrigados a observar as regras ali dispostas.

Principais características

As vedações da política abrangem as negociações feitas direta e indiretamente por pessoas vinculadas, excluídas aquelas feitas por fundos de investimento dos quais as pessoas vinculadas sejam quotistas, desde que não sejam fundos de investimento exclusivos ou cujas decisões de negociação do administrador ou gestor da carteira sejam diretamente influenciadas pelas pessoas vinculadas. Estas não transmitirão informação relevante àqueles com quem mantenham relação comercial, profissional ou de confiança, exceto se o fornecimento de tal informação for necessário ao exercício das funções ou cargo ocupado pela pessoa vinculada, caso em que a pessoa vinculada deverá alertar o destinatário de que se trata de informação relevante, que não pode ser divulgada nem utilizada para fins de negociação com valores mobiliários, devendo assegurar que aqueles com quem mantenham tal relação não negociem valores mobiliários quando tiverem acesso a informações relevantes não divulgadas. Para tanto, envidarão seus melhores esforços para que todos que acessem informações relevantes firmem o termo de adesão à Política. Sempre que estiver em curso processo de aquisição ou venda de ações de emissão da Companhia por pessoa vinculada, que seja de conhecimento público, e sempre que tenha sido celebrado acordo para transferência do controle acionário da Companhia, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para os mesmos fins, bem como se houver a intenção de promover incorporação, cisão, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia, será vedada a negociação com valores mobiliários pelas pessoas vinculadas. Essas vedações devem ser observadas até a divulgação da informação relevante ao público. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação da informação relevante, no caso em que eventuais negociações com valores mobiliários pelas pessoas vinculadas possam interferir, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas, com o ato ou fato associado à informação relevante. Mesmo após sua divulgação ao público, a informação relevante deve continuar a ser tratada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado a tenham recebido e processado. Caso qualquer pessoa vinculada tenha dúvida quanto ao tempo que deva ser considerado como razoável, deverá ela recorrer ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia para os esclarecimentos necessários. O Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão enquanto não for tornada pública, através da publicação de ato ou fato relevante, a informação relativa à: (i) celebração de qualquer acordo sobre transferência do controle acionário da Companhia; (ii) ou outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Companhia; ou (iii) intenção de se promover incorporação, cisão, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As pessoas vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários ou a eles referenciados: a) no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação ou publicação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e FR) exigidas pela CVM, e das demonstrações financeiras da Companhia; e b) entre a data da deliberação do órgão competente referente ao aumento do capital social, distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios. As pessoas vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até: a) o encerramento do prazo de 06 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou b) até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação com as ações da Companhia, após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria. Dentre as alternativas acima referidas, prevalecerá sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar. Os acionistas controladores, administradores, os conselheiros fiscais e os membros de órgãos com funções técnicas ou Consultivas da Companhia deverão informar à Companhia a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como de derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários da Companhia, seja em nome próprio, seja em nome de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições, observados, para fins de tal informação, os prazos previstos no §4º do art. 11 da Instrução CVM nº 358/02. A comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia e, por este, à CVM, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, a outras bolsas de valores e mercado de balcão. Essa comunicação deverá ser efetuada (i) imediatamente após a investidura no cargo, conforme o caso, e (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes ao assunto foram divulgadas nos itens anteriores.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Companhia aprovou a política de divulgação de informações relevantes e preservação de sigilo ("Política de Divulgação"), descrita no item 21.2, em reunião do Conselho de Administração realizada em 13/08/2014.

Todas as pessoas vinculadas (acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, empregados e executivos da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sociedades controladoras, controladas ou coligadas da Companhia, tenham conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia, seus negócios ou valores mobiliários) devem assinar o termo de adesão à Política de Divulgação.

Qualquer pessoa vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma informação relevante (entendida como informação relacionada à Companhia capaz de influir de modo ponderável na cotação dos seus valores mobiliários ou no comportamento de acionistas e investidores, ainda não divulgada ao público em geral) deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia, que deverá processar as informações e tomar as medidas necessárias visando informar o mercado e as autoridades competentes, se o caso.

Neste sentido, a Companhia determina que todas as pessoas vinculadas que tiverem conhecimento de uma informação e verificarem a omissão de divulgação, deverão comunicar imediatamente os administradores da Companhia para que analisem o caso e tomem as medidas necessárias visando informar o mercado e as autoridades competentes, se o caso.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação, elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, tem por objetivo estabelecer as regras e diretrizes que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais pessoas vinculadas quanto à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca dessas informações.

A divulgação de ato ou fato relevante visa assegurar aos investidores o acesso, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, às informações necessárias para suas decisões de investimento, evitando assimetrias na disseminação das informações, e, ainda, o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

A Instrução CVM nº 358/02 contém, em seu artigo 2º, uma lista não exaustiva de exemplos de ato ou fato potencialmente relevantes, e, sem prejuízo das disposições ali contidas, fica estabelecido, em qualquer caso, que os eventos relacionados com atos ou fatos relevantes devem ter a sua materialidade analisada no contexto das atividades e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas.

Cabe ao Diretor Presidente e de Relações com Investidores a comunicação de informação relevante à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), à BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros e, se for o caso, a outras bolsas de valores e mercado de balcão, de forma simultânea e imediata por meio escrito, detalhando os fatos ocorridos e indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos necessários.
A divulgação de fato relevante deve ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios na BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros e, se for o caso, demais bolsas de valores e mercado de balcão. Caso haja incompatibilidade de horários com os mercados internacionais, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Mais informações sobre os canais onde a Companhia divulga seus Fatos Relevantes podem ser encontradas no item 21.4.

Dever de Guardar Sigilo

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação devem guardar sigilo acerca de informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais informações relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Mesmo após sua divulgação ao público, a informação relevante deve ser considerada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a informação relevante.
As pessoas vinculadas não devem discutir informações relevantes em lugares públicos.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Tais assuntos somente poderão ser discutidos com aqueles que tenham a necessidade de conhecer a informação relevante e, em tais casos, as pessoas vinculadas deverão assegurar condições adequadas para que a informação relevante não seja inadvertidamente transmitida, lida ou ouvida por terceiros que não estejam vinculados à Política de Divulgação da Companhia.

Exceção a Imediata Divulgação

A regra geral em relação a ato ou fato relevante é de sua imediata comunicação e divulgação. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar ato ou fato relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise.
Em casos excepcionais em que a divulgação indistinta de informação privilegiada que constitua ato ou fato relevante que possa por em risco interesse legítimo da Companhia, a não divulgação será objeto de decisão dos acionistas controladores e dos administradores da Companhia, conforme o caso. Nestes casos, a CVM, a pedidos dos administradores da Companhia, de qualquer acionista, ou ainda por iniciativa própria, poderá decidir sobre a prestação de informação que tenha deixado de ser divulgada, mediante requerimento dirigido ao presidente da CVM em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra “Confidencial”.

Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

Nos termos da Política de Divulgação, os acionistas controladores, diretos ou indiretos, os acionistas que elegerem membro do conselho de administração da Companhia e os acionistas que elegerem membro do conselho fiscal da Companhia deverão comunicar, assim como divulgar informação sobre aquisição ou alienação de participação acionária relevante (assim entendida como participações societárias que correspondam, direta ou indiretamente, a, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia).
A comunicação à Companhia deverá ser encaminhada imediatamente após ser alcançada a participação acionária considerada relevante para fins da Política de Divulgação.

Respostas a Rumores

É política da Companhia não comentar rumores ou especulações originadas no mercado, exceto em situações extremas que impliquem ou possam implicar significativa volatilidade dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados.Nesses casos excepcionais, poderá haver necessidade de pronunciamento, negando ou confirmando as notícias. A questão será avaliada e decidida pelo Diretor Presidente e de Relações com Investidores, que será responsável por realizar o eventual pronunciamento, quando necessário.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/08/2014, foi alterado o item 3.3 da Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão Própria e Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo da Companhia.

Dessa forma e de acordo com o disposto na Instrução CVM 547/14, a Companhia informa que, a partir de 13/08/2014, a divulgação ao público de qualquer ato ou fato relevante será realizada por meio do seguinte portal de notícias com página na rede mundial de computadores: www.valor.com.br/fatosrelevantes. Conforme previsto na Política, não obstante a divulgação pelo canal de comunicação eletrônico, qualquer ato ou fato relevante poderá também, a critério da Companhia, ser publicado nos jornais de grande circulação por ela habitualmente utilizados, nos termos do §8º do art. 3º da Instrução CVM 358/02.

Além da divulgação no portal de notícias supracitado, o ato ou fato relevante também será divulgado na página eletrônica de relações com investidores da Companhia (www.magnesita.com/ri) e por meio de sistema eletrônico disponível na página da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

A nova Política da Companhia está disponível nas páginas eletrônicas da Companhia, da CVM e da BM&FBOVESPA, nos endereços acima indicados.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1.Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

A Companhia firmou parceria com a SOBLOCO Construtora S.A. com o objetivo de desenvolver um empreendimento imobiliário, denominado "Espaço Cerâmica", em um terreno onde funcionava uma antiga fábrica da Cerâmica São Caetano Ltda. (outrora Cerâmica São Caetano S.A.), sociedade incorporada pela Companhia, localizada em São Caetano do Sul, São Paulo. O projeto consiste na divisão do terreno, com área total de 195.938,06 m2, em diversas "macro-zonas" de ocupação, cujo uso permitido seria dividido em residencial, comercial e industrial, prevendo-se ainda a construção de um shopping center pela MULTIPLAN Empreendimentos Imobiliários, conforme correspondência devidamente enviada à CVM em 11/09/09. As receitas oriundas de tal empreendimento são alocadas à razão de 50% para a Companhia e Sobloco Construtora S.A. Considerando a intenção de alienar ativos não operacionais, a Companhia ainda se programou para realizou as seguintes alienações nos últimos 3 exercícios sociais:

- 4.656,90 m² em 10 de janeiro de 2011 ao preço total de R$ 7.916.730,00;
- 14.521,97 m² em 06 de julho de 2011 ao preço total de R$ 40.800.000,00;

O terreno em questão foi vendido no segundo trimestre de 2013 no valor de R$23,5 milhões, impactando positivamente o resultado do período.

Nos anos subsequentes, não foram realizadas aquisições ou alienações relevantes.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Em abril de 2012, o acionista GIF II deixou de ser acionista da Companhia. Cabe lembrar que o acionista GIF II não possui representante no Conselho de Administração da Companhia desde 29/01/2010, data em que os membros do Conselho de Administração indicados por este acionista renunciaram formalmente.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Na data base de 31/12/13, não havia contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4.Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações consideradas relevantes pela Companhia foram incluídas nos campos próprios deste formulário.